



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)**  
**Doutorado em Museologia e Patrimônio**

***GESTÃO DE COLEÇÕES***  
***ARQUEOLÓGICAS***  
***MUSEALIZADAS:***  
***métodos de campo como subsídios***  
***da documentação museológica***

***Luciana Messeder Ballardó***

***UNIRIO/MAST-RJ, Junho de 2021***

# **GESTÃO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS MUSEALIZADAS:**

## **MÉTODOS DE CAMPO COMO SUBSÍDIOS DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA**

*por*

***Luciana Messeder Ballardó***

*Discente do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio  
Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientadora: Professora Doutora Elizabete de  
Castro Mendonça

*UNIRIO/MAST - RJ, Junho de 2021*

## FOLHA DE APROVAÇÃO

# GESTÃO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS MUSEALIZADAS:

## Métodos de Campo como Subsídios da Documentação Museológica

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito final para a obtenção do grau de Doutora em Ciências, em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

  
**Prof.<sup>a</sup> Dra.** \_\_\_\_\_  
Elizabete de Castro Mendonça (Orientadora) – UNIRIO/MAST  
Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

  
**Prof.<sup>a</sup> Dra.** \_\_\_\_\_  
Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha – JBRJ, UNIRIO/MAST  
Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

  
**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_  
Luiz Carlos Borges – UNIRIO/MAST  
Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio

  
**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_  
Jaime Mujica Sallés – Universidade Federal de Pelotas – UFPel

  
**Prof. Dr.** \_\_\_\_\_  
Diego Lemos Ribeiro – Universidade Federal de Pelotas – UFPel

**Rio de Janeiro, 2021**

B187 Ballardó, Luciana Messeder  
Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: métodos de campo como subsídios da documentação museológica / Luciana Messeder Ballardó.  
2021.  
318 f. : il. ; 35 cm.

Orientador: Profª Drª Elizabete de Castro Mendonça.

Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio)– Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia: f. 318.

1. Documentação. 2. Musealização. 3. Patrimônio Arqueológico. 4. Gestão de coleção. 5. Métodos de campo. I. Mendonça, Elizabete de Castro. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. *Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio*. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins (*Brasil*). IV. Gestão de coleções arqueológicas musealizadas: métodos de campo como subsídios da documentação museológica.

CDU – 069



*Aos meus dois amores: Dalva e Leo.*

## AGRADECIMENTOS

Nunca comprei um bilhete de loteria em toda a minha vida. Mas tenho recebido vários bilhetes premiados no decorrer dela e é claro que com os bilhetes vem os prêmios. Um desses prêmios foi ter a oportunidade de conhecer e ser orientada pela Dra. Elizabete Mendonça, a quem deixo meu primeiro registro de agradecimento, por toda a dedicação, por todo o tempo, a disponibilidade e os ensinamentos, que foram além daqueles acadêmicos e estarão comigo o resto da vida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), por serem parte fundamental do meu processo de crescimento acadêmico e profissional, em especial ao professor Luiz Borges.

Aos professores e às professoras (sim, porque minha orientadora, como parte da banca, tem outro olhar ao escutar os colegas e compartilha seu conhecimento de outra perspectiva) da Banca de Qualificação (que é a mesma de Defesa) por suas contribuições, por compartilharem suas inquietações e conhecimentos, questões e direções, que se somaram ao que resultou na produção e no texto desta pesquisa.

À Alexandra Durão, que é muito mais que a secretária da Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), por sua dedicação, abnegação e paciência com os discentes e, claro, com os docentes. Tenho certeza de que minha orientadora concorda com a parte que a toca.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), que me apoiaram não apenas compartilhando seus conhecimentos, experiências e inquietações, mas também em coisas práticas como auxiliar no acesso as nossas aulas apesar das imposições arquitetônicas dos prédios em que as tivemos, quando fiquei temporariamente com dificuldades locomotoras.

Aos colegas do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, que possibilitaram, através da concessão de licença para qualificação, a produção desta tese.

Ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, por ter aberto as portas para esta pesquisa, e principalmente à amiga Fernanda Tocchetto, não apenas por ter me apresentado ao trabalho de gestão de coleções que desenvolveu no setor de Arqueologia, mas também por me lembrar do encantamento inicial pela musealização do patrimônio arqueológico, por ter dividido seu tempo, pela paciência e por ter me presenteado com sua companhia. Nunca a esquecerei como pessoa nem como profissional.

Também ao Alberto de Oliveira, pesquisador associado ao Museu Felizardo, por sua paciência e total disponibilidade em auxiliar o andamento deste trabalho, meu profundo agradecimento.

Ao Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, por ter permitido o retorno desse vagão a trilhos que um dia já havia percorrido, em especial à Tainã Moura, pelo apoio e pela paciência de sempre, a todo momento, com quem compartilho mais do que o fascínio pela Arqueologia;

compartilhamos o amor por vidas de excelente visão noturna que ocupam desordenadamente os espaços do prédio em que está alojado o MAE/UFBA.

Ao Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da UFSM, em especial ao Bernardo de Paula por ser esse fabuloso profissional, ético, competente, além de um excelente ser humano com quem tive a oportunidade de cruzar caminhos, pisando novamente nas antigas pegadas que um dia deixei e conhecendo as novas pegadas que ele tem deixado enquanto cuida do espólio do antigo LEPA/UFSM e de suas coleções formadas no decorrer de mais de trinta anos de existência.

A toda a equipe da empresa Arqueólogos, particularmente à Jeanne Almeida, não apenas por ter aberto para mim a possibilidade de acompanhar o trabalho de pesquisa realizado no Arquivo Público da Bahia, parte essencial para a investigação desta tese sem a qual ela perderia um diferencial, mas também por me ensinar tanto, nos escassos contatos que a vida nos permite ter, mesmo quando seu conhecimento é deixado em pequenos gestos e poucas palavras sem nenhuma intenção. Agradeço de todo o coração.

À Greciane Neres pelos dias juntas, por ser essa profissional excepcional, detalhista, e por me mostrar que, por mais cansativa que possa parecer, a realização cabal do trabalho, em suas minúcias, não apenas é possível, como também traz resultados silenciosamente satisfatórios e efeitos que se tornam reflexos ensurdecedores.

Ao professor Saul Eduardo Seiguer Milder (*in memoriam*) por todo conhecimento e incentivo. Outro bilhete premiado com quem aprendi, entre muitas outras coisas, que o novo é fabuloso mesmo quando temos medo dele.

Ao amigo Jaime Paim, cujo único defeito continua sendo não ser baiano, por tudo que me ensinou como profissional, como pessoa e como amigo, mais um prêmio na minha história, com quem aprendi que quanto mais nos doamos, mais acumulamos energia, porque nos retroalimentamos.

À amiga Zenilda Brasil, por tudo que compartilhamos juntas, os almoços, os trabalhos em equipe, as ansiedades de nossas pesquisas, de nossas vidas, a presença e o apoio nas minhas chegadas e partidas semanais ao Rio de Janeiro e às aulas, muitas vezes ainda com as malas nas mãos, não quero e nem posso imaginar esses anos de doutorado sem sua presença.

À amiga e professora Graça Teixeira, com quem aprendi e aprendo da vida, da profissão, da academia. Minha primeira orientadora no processo final de graduação, que acreditou em mim e em meu potencial em meus primeiros passos em direção a vida profissional. Carinhosamente agradeço pelo seu respeito, dedicação e lições que me acompanham até hoje.

À amiga Anna Paula da Silva, por compartilhar o apreço à Museologia, pelo carinho, pelo incentivo, pelos ensinamentos profissionais e pessoais, por me auxiliar a enxergar além do que os olhos permitem ver, de quem admiro a força e a ética, e com quem aprendo um pouco mais a cada dia.

À amiga Marjori Pacheco, com quem aprendo muito de Arqueologia, musealização do patrimônio arqueológico e outros temas que nos fascinam, por ser essa guerreira que, mesmo quando tudo parece estar desabando à sua volta, consegue levantar e começar tudo novamente, e

por ser mais um bilhete premiado em minha vida, nesses anos todos em que compartilhamos as faturas e carências, por quem alimento um enorme afeto.

Aos amigos de hoje e aos de há muito, cuja lista é enorme; seria impossível colocá-los todos aqui, não haveria páginas suficientes. Estão todos guardados no meu coração e não gostaria que se sentissem menos importantes; talvez não estivessem tão presentes apenas nesse processo específico da tese, mas estão presentes em algo muito maior, em momentos compartilhados (felizes e não tão felizes) que afagaram e afagam a minha existência.

Ao meu pai (*in memoriam*), por tudo que sacrificou para conceder aquilo que entendeu ser o melhor tesouro que ele poderia deixar: a educação. Por ter me ensinado a dar valor à honestidade, à ética e ao trabalho árduo, e por ter me confiado todos os ensinamentos, ainda que não verbais, o gosto pela leitura, pela música, e por tudo que a convivência com ele permitiu, ainda que em muitos dos voos que alçamos juntos houvesse turbulências causadas por nós dois.

À minha mãe, pelo amor incondicional, pelo zelo, pela dedicação, pela abnegação e por me ensinar a ter iniciativa e insistência para que, mesmo quando o improvável parece impossível, a busca por caminhos que me levem à linha de chegada faça meus pés continuarem a caminhada. Mesmo na sua presença ausente, continuo a lembrar que grande parte do que me tornei foi graças aos frutos que ela produziu.

Por fim, ao meu esposo, que me ensinou como o amor é simples e leve, sem complicações. Eu não teria ido tão longe sem seu companheirismo, seu apoio incondicional, seu amor leal, suas contribuições desde as menores e singelas, que parecem não ser relevantes, até aquelas que demonstram a olhos vistos que o que precisa ser feito é muito pouco em comparação com aquilo que pode ser realizado. Esse foi o meu primeiro bilhete de loteria, que chegou à minha vida junto com o prêmio e, desde então, me abriu caminho para todos os outros bilhetes premiados que encontrei. Com todo amor, minha eterna gratidão.

**Poeminha do contra**

    Todos esses que aí estão  
Atravancando o meu caminho,  
    Eles passarão...  
    Eu passarinho!

(QUINTANA, 1994, p. 107)

## RESUMO

BALLARDO, Luciana Messeder. **Gestão de coleções arqueológicas musealizadas**: métodos de campo como subsídios da documentação museológica.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Elizabete de Castro Mendonça. UNIRIO/MAST. 2021. Tese.

A Tese analisa a gestão de coleções arqueológicas musealizadas desde as intervenções de campo até sua inserção na documentação museológica, buscando compreender como a gestão de coleções pode ser iniciada durante as intervenções de campo, utilizando como parâmetros os métodos de escavação. A investigação se propôs a analisar as diretrizes para documentação de coleções, visando à identificação de quais delas poderiam ser recomendadas para a construção de sistema de documentação que utilizasse como critérios os métodos de trabalho arqueológico de campo a fim de possibilitar a atribuição de categorias de informação ao processo de gestão de coleções arqueológicas musealizadas. A análise partiu de estudo vinculado a dois vieses: o primeiro do ponto de vista de instituições que recebem as coleções, neste caso o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA); e o segundo da perspectiva de quem envia as coleções, seja uma instituição com a guarda provisória que concedeu um endosso para acondicionamento temporário dessas coleções em suas instalações, caso do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da Universidade Federal de Santa Maria (LASCA/UFSM), seja quem realiza pesquisas a partir do acompanhamento dos trabalhos de campo, como a empresa Arqueólogos Pesquisa e Consultoria Arqueológica. Para isso, utilizou-se o método qualitativo com uma abordagem de natureza aplicada, classificada pela sua forma como qualitativa com uma perspectiva exploratória no que concerne aos objetivos e, no que diz respeito aos procedimentos, como estudo de multicaso. Como resultado, após a análise foram detectados seis aspectos que podem contribuir de maneira fundamental para a realização cabal da gestão museológica de coleções arqueológicas, a saber, a elaboração de protocolos e documentos indicativos de procedimentos de ingresso e/ou de pesquisa bem definidos; objetivos de pesquisa claramente estabelecidos; a inclusão de arqueólogo(a)s no processo de gestão de coleções; a inserção de museólogo(a)s no desenvolvimento de pesquisas de Arqueologia; o estreitamento no processo de comunicação entre os profissionais que estão diretamente envolvidos na documentação e gestão do patrimônio arqueológico; e a inserção consciente da pesquisa arqueológica na sequência ocupacional da área que sofreu a intervenção. O estudo permitiu concluir que, sempre que os métodos de campo foram utilizados como parâmetros para estabelecer os sistemas de identificação, incluídos como dados para a elaboração da informação na documentação arqueológica e incorporados a partir de normativas institucionais à documentação museológica, subsidiaram o tratamento e registro de informação na gestão de coleções arqueológicas.

Palavras-chave: Documentação. Musealização. Patrimônio arqueológico. Gestão de coleção. Métodos de campo.

## ABSTRACT

BALLARDO, Luciana Messeder. **Management of musealized archaeological collections: field methods as subsidies for museological documentation.**

Advisor: Prof.<sup>a</sup> Dra. Elizabete de Castro Mendonça. UNIRIO/MAST. 2021. Thesis.

The Thesis analyzes the management of musealized archaeological collections from field interventions to their insertion in museological documentation, seeking to understand how collection management could be initiated during field interventions, using excavation methods as parameters. The investigation has proposed to analyze the guidelines for collections documentation, aiming at the identification of which of those could be recommended for the construction of a documentation system that uses as criteria the methods of archaeological field work in order to allow the attribution of categories of information to the process of managing musealized archaeological collections based on a study linked to two biases: the first from the point of view of institutions that receive the collections, in this case the Museum of Porto Alegre Joaquim Felizardo and the Museum of Archeology and Ethnology of the Federal University of Bahia (MAE / UFBA); and the second from the perspective of those who send the collections, whether an institution with temporary custody which granted an endorsement for the transitory storage of these collections inside its facilities, such as the Laboratory of Archeology, Societies and Cultures of the Americas at the Federal University of Santa Maria (LASCA / UFSM), or who carries out research projects from the monitoring of field work, like the company Arqueólogos Pesquisa e Consultoria Arqueológica. For this, it was used the qualitative method with an approach of an applied nature, classified by its form as qualitative with an exploratory perspective with regard to objectives, and as a multi-case study with regard to procedures. As a result, after the analysis, six aspects were detected that can contribute in a fundamental way to the complete accomplishment of the museological management of archaeological collections, namely, the elaboration of well-defined protocols and documents indicating entry and / or research procedures; clearly established research objectives; the inclusion of archaeologists in the collection management process; the insertion of museologists in the development of Archeology research; the narrowing of the communication process between professionals who are directly involved in the documentation and the management of archaeological heritage; and the conscious insertion of archaeological research in the occupational sequence of the area that underwent the intervention. The study allowed us to conclude that whenever the field methods were used as parameters to establish the identification systems, included as data for the elaboration of the information in the archaeological documentation and incorporated from institutional norms to the museological documentation, they subsidized the treatment and registration of information in the management of archaeological collections.

Keywords: Documentation. Musealization. Archaeological Heritage. Collection management. Field methods.

## SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

**AAPHB** – Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia

**ANA-SIDRO** – Anastácio-Sidrolândia

**AOA** – Áreas de Ocorrências Arqueológicas

**APAN** – Área de Proteção do Ambiente Natural

**BSJ** – Barragem São José

**CD/MAE** – Centro de Documentação do Museu de Arqueologia e Etnologia

**CHAPA-IMBI** – Chapadão-Imbirussu

**CHESF** – Companhia Hidroelétrica do São Francisco

**CIDOC** – Comitê Internacional de Documentação

**CIDOC/ICOM** – Comitê Internacional de Documentação / *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus)

**CNA** – Centro Nacional de Arqueologia

**COELBA** – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

**CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente

**COSATEL** – Construções, Saneamento e Energia Ltda.

**COTEC IPHAN-BA** – Coordenação Técnica do Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional da Bahia

**CR** – Cuiabá-Ribeirãozinho

**CT** – Catálogo

**CTVR LN** – Central de Tratamento e Valorização de Resíduos

**COVID-19** – *Coronavirus disease* (doença do coronavírus) de 2019

**DEP/PMPA** – Departamento de Esgotos Pluviais / Prefeitura Municipal de Porto Alegre

**DID** – Documentação, Informática e Desenvolvimento

**DMAE** – Departamento Municipal de Água e Esgotos

**DNA** – *Desoxyribonucleic acid* (ácido desoxirribonucleico)

**EPT** – Engenharia e Pesquisas Tecnológicas S.A.

**ETL-BA IPHAN-BA** – Escritório Técnico de Lençóis-Bahia / Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional da Bahia

**FACIIP/UNIBAHIA** – Faculdades Integradas Ipitanga/Unidade Baiana de Ensino, Pesquisa e Extensão

**FCO** – *Full service company*

**GPS** – *Global positioning system* (sistema de posicionamento global)

**GV** – Getúlio Vargas

**GVT** – Global Village Telecom

**IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus

**ICOFOM** – *International Committee for Museology* (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus)

**ICOMOS** – Conselho Internacional de Sítios e Monumentos

**ICOM/UNESCO** – *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) / Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**IPH** – Instituto de Pesquisas Hidráulicas

**IPHAN** – Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional

**IPHAN-BA** – Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional da Bahia

**JAVI** – Jauru–Vilhena

**JIPAR** – Ji-Paraná–Ariquemes

**JIPI** – Ji-Paraná–Pimenta Bueno

**JUOR** – Jurupari–Oriximiná

**LAMA** – Laranjal do Jari–Macapá

**LAP** – Laboratório de Arqueologia e Paleontologia

**LASCA/UFSM** – Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da Universidade Federal de Santa Maria

**LD** – Linha de distribuição

**LEPA/UFSM** – Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria

**Lepaarq-UFPel** – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas

**LIDAR** – *Light detection and ranging* (detecção e alcance de luz)

**LITAU** – Linha Taubaté

**LMTE** – Linhas de Macapá Transmissora de Energia

**LN** – Litoral Norte

**LT** – Linha de Transmissão

**MAE/UFBA** – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia

**MINC/SPHAN** – Ministério da Cultura / Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MOV/PMPA** – Secretaria Municipal de Obras e Viação / Prefeitura Municipal de Porto Alegre

**NDR** – Núcleo de Documentação e Registro

**NEPAB** – Núcleo de Pesquisas em Arqueologia

**NUAR** – Núcleo de Arqueologia

**PCH** – Pequena Central Hidroelétrica

**PDSP** – Processo de Desenvolvimento de Software PROCEMPA

**PGAARq** – Programa para o Gerenciamento do Acervo Arqueológico

**PROARQ/UFS** – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Universidade Federal de Sergipe

**PROCEMPA** – Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre

**PUC-Rio** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**PUC-RS** – Pontifícia Universidade Católica do Rio do Grande do Sul

**RADAR** – *Radio detection and ranging* (detecção e alcance de rádio)

**RPPN** – Reserva Particular do Patrimônio Natural

**RS.C** – Rio Grande do Sul – Vale do Rio Cai

**RS.JA** – Rio Grande do Sul – Bacia do Rio Jacuí

**RVR** – Ribeirãozinho–Rio Verde Norte

**SAAR** – Samuel–Ariquemes

**SAP-BA** – Sítio Arquivo Público da Bahia

**SE** – Subestação de Energia Elétrica

**SES** – Sistema de Esgotamento Sanitário

**SGEIA** – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica

**SIAC** – Sistema de Acervo

**SIG** – Sistema de Informação Geográfico

**SMOV** – Secretaria Municipal de Obras e Viação

**SQL** – *Standard Query Language* (Linguagem de Consulta Estruturada)

**SULGÁS** – Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul

**TUXI** – Tucuruí–Xingu

**UE** – Unidade de escavação

**UEM** – Universidade Estadual de Maringá

**UESB** – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**UESC** – Universidade Estadual de Santa Cruz

**UFBA** – Universidade Federal da Bahia

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

**UFPeI** – Universidade Federal de Pelotas

**UFPI** – Universidade Federal do Piauí

**UFRB** – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UFS** – Universidade Federal de Sergipe

**UFSJ** – Universidade Federal de São João del-Rei

**UFSM** – Universidade Federal de Santa Maria

**UHE** – Usina Hidroelétrica

**ULBRA** – Universidade Luterana do Brasil

**UML** – *Unified Modeling Language* (Linguagem de Modelagem Unificada)

**UNDR** – Unidades Naturais de *Design* do Relevo

**UNEB** – Universidade do Estado da Bahia

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

**UNIRIO** – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

**USP** – Universidade de São Paulo

**UTE** – Usina Termoelétrica

**UTM** – Universal Transversa de Mercator

**VAP** – Viação Alto Petrópolis

**VIPI** – Vilhena–Pimenta Bueno

**VLT** – Veículo leve de transporte

**WEB** – *World Wide Web* (rede mundial de computadores)

**XIJU** – Xingu–Jurupari

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação gráfica do processo de musealização baseado no conceito de retroalimentação	13
Figura 2 – Diagrama do objeto de estudo da Museologia	39
Figura 3 – Recurso ilustrativo de deposição de material que relaciona o espaço e a numeração	44
Figura 4 – Identificação da área das sondagens, iniciando no lote I com a sondagem n. 62	63
Figura 5 – Linha de trajeto do sistema de dutos projetado para o bairro Lomba do Pinheiro: trecho 1 sinalizado pela cor azul e trecho 2 sinalizado pela cor vermelha	64
Figura 6 – Traçado da rede de esgoto e da instalação das estações Restinga e Serraria	65
Figura 7 – Visualização das zonas A e B do Setor 2 e subdivisão em quadriculamento	67
Figura 8 – Visualização das modificações realizadas na Praça da Alfândega	68
Figura 9 – Área A, Pátio Leste, com as subdivisões após a retirada do piso	69
Figura 10 – Em sentido horário: construção da plataforma para fixação de <i>scanner</i> (1) que capta os dados (2) apresentados na tela do <i>laptop</i> (3), fruto do trabalho de equipe do IPH/UFRGS (4)	70
Figura 11 – Identificação de estruturas encontradas na área do RS.JA-68	72
Figura 12 – Identificação das sondagens 120, 130, 140 e 150 (da esquerda para a direita)	73
Figura 13 – Demarcação da área do empreendimento na Avenida Assis Brasil	73
Figura 14 – Traçado das intervenções realizadas na Praça XV	76
Figura 15 – Mapa de localização de estruturas arquitetônicas do Sítio RS.JA-16	77
Figura 16 – Áreas de pesquisa do Sítio RS.JA-68	78
Figura 17 – Visualização da localização das intervenções realizadas no chafariz	84
Figura 18 – Escavação de quadrículas priorizando o sentido horizontal	92
Figura 19 – Escavação de quadrículas priorizando o sentido vertical	92
Figura 20 – Sistema Pergamum alojado no site da PROCEMPA	100
Figura 21 – Ficha de registro de documentação do MAE/UFBA (frente e verso) de 1984	114
Figura 22 – Ficha de registro de documentação do MAE/UFBA criada em 1999	116
Figura 23 – Esboço da estrutura do porvindouro Centro de Arqueologia Marítima em Itaparica, cujo projeto e desenho são do arquiteto Carlos Gregório	124
Figura 24 – Sítio arqueológico da Praia da Preguiça	126
Figura 25 – Sítio arqueológico depositário subaquático do Solar do Unhão	127
Figura 26 – Planta de situação da área do empreendimento na região do município de Sento Sé (BA)	129
Figura 27 – Planta sinalizando a localização das obras de engenharia e das sondagens arqueológicas no bairro do Pelourinho – Salvador (BA)	131
Figura 28 – Planta sinalizando a localização da área de impacto – reservas cubadas em Ituaçu	133
Figura 29 – Planta sinalizando a localização da área de impacto das obras de ampliação do Porto Salvador	136
Figura 30 – Planta baixa com a localização das sondagens realizadas na Praça Getúlio Vargas	139
Figura 31 – Demarcação do sítio arqueológico depositário Praia da Preguiça	141
Figura 32 – Delimitação do sítio arqueológico depositário Solar do Unhão	141
Figura 33 – Mapa com a identificação dos sítios arqueológicos e áreas de ocorrências	142
Figura 34 – Perfil da sondagem e especificações das caixas de passagem instaladas pelo empreendedor	144
Figura 35 – Planta com sinalização das sondagens arqueológicas no Sítio Rio Santo Antônio – Jacobina (BA)	145
Figura 36 – Planta com sinalização das sondagens arqueológicas no Garimpo do Rio da Cuia – Jacobina (BA)	145
Figura 37 – Configuração das malhas de intervenção no Porto Salvador	147

Figura 38 – Localização dos poços-teste e das áreas de coleta próximas ao Forte de São Marcelo	148
Figura 39 – Croqui digitalizado a partir da cópia do desenho criado pelo professor Vitor Hugo em pesquisa realizada no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo	169
Figura 40 – Desenho da linha de transmissão 230 kV Jauru–Vilhena–Pimenta Bueno–Ji-Paraná–Ariquemes–Samuel (MT/RO)	172
Figura 41 – Desenho das linhas de transmissão 500 kV Cuiabá–Ribeirãozinho e Ribeirãozinho–Rio Verde Norte (MT/GO)	174
Figura 42 – Desenho das linhas de transmissão 500 kV Jurupari–Oriximiná e 230 kV Jurupari–Laranjal do Jari–Macapá	175
Figura 43 – Croquis digitais dos três modelos de sítios arqueológicos encontrados na área de abrangência da linha de transmissão 500 kV Tucuruí–Xingu–Jurupari (PA)	176
Figura 44 – Traçado das linhas de transmissão 230 kV SE Chapadão–SE Imbirussu; SE Imbirussu–SE Sidrolândia, SE Sidrolândia–SE Anastácio e SE Sidrolândia–SE Imbirussu	177
Figura 45 – Mapa com a localização dos sítios arqueológicos na área de abrangência da UHE São José	178
Figura 46 – Croquis digitais dos sítios arqueológicos encontrados na área de abrangência da PCH Rincão	179
Figura 47 – Traçado da linha de transmissão 500 kV Taubaté–Nova Iguaçu	180
Figura 48 – À esquerda, o processo de escavação; à direita, a intervenção finalizada	183
Figura 49 – À esquerda, processo de escavação por níveis naturais; à direita, a intervenção finalizada	184
Figura 50 – Disposição das intervenções realizadas no sítio arqueológico CR 08	184
Figura 51 – No sítio arqueológico JUOR 19: à esquerda, escavação de trincheira considerando os níveis naturais; à direita, intervenção <i>full coverage survey</i>	186
Figura 52 – Intervenção em quadriculamento com profundidade máxima de 1 metro no sítio arqueológico XIJU 18	187
Figura 53 – Disposição das intervenções realizadas nos sítios arqueológicos ANA-SIDRO 01 e ANA-SIDRO 02	188
Figura 54 – Borda de objeto cerâmico coletado no XIJU 04; no canto inferior esquerdo, vê-se o número de registro (CT 4) em tinta nanquim preta	194
Figura 55 – Acima, artefatos exumados da área de construção do refeitório; abaixo, intervenção realizada pelo empreendedor na área de construção do refeitório anexo ao prédio-sede	208
Figura 56 – Abertura de mais cinco cavas para sapatatas realizada pela equipe de engenharia do empreendimento entre 21 de fevereiro e 22 de março de 2019, datas das duas vistorias do IPHAN	209
Figura 57 – À esquerda, casas da vizinhança cuja delimitação com o terreno da Quinta do Tanque é irregular e insuficiente, permitindo o acesso facilitado entre as duas áreas; a direita, área de intervenção arqueológica	211
Figura 58 – À esquerda, preenchimento da etiqueta em campo; a direita, ficha preenchida junto com artefatos no laboratório de análise	214
Figura 59 – Preenchimento da ficha de campo durante a intervenção no Arquivo Público do Estado da Bahia	215
Figura 60 – Preenchimento da planilha com o arrolamento do material advindo da intervenção no Arquivo Público do Estado da Bahia	216
Figura 61 – Documentos agregados à pasta do projeto de perícia, resgate e monitoramento do Arquivo Público do Estado da Bahia	217
Figura 62 – As duas sondagens (S1 e S2) realizadas na Área 1, protegidas por fita de demarcação. No entorno, as cavas para sapatatas cobertas por placas metálicas	219

- Figura 63 – À esquerda, quatro sondagens (S1, S2, S3 e S4) na parte mais baixa da Área 2; no centro, as mesmas sondagens vistas de outro ponto de vista mas próximo; à direita, sondagem (S5) no topo da Área 2, no limite da trincheira realizada na Área 3 220
- Figura 64 – Acima, uma trincheira e três sondagens na Área 3; abaixo, a sondagem 3 e sua posição em relação à sondagem 4, identificada na foto superior 221
- Figura 65 – Acima, fotos aéreas realizadas através de um *drone*; abaixo, registro fotográfico efetuado pela coordenadora de campo em nível acima do sítio arqueológico 225
- Figura 66 – À esquerda, croqui da Área 1 concluído; à direita, coordenadora de campo elaborando desenho do perfil estratigráfico da sondagem 3 da Área 3 226
- Figura 67 – Acima, dados quantitativos relacionando o nível da sondagem ao quantitativo de material; abaixo, registro fotográfico do material coletado com uma louça de giz trazendo informações relacionadas à localização 227
- Figura 68 – Acima, método de separação manual com a peneira realizado por auxiliar de Arqueologia; abaixo, registro fotográfico da sondagem após o rebaixamento de um nível artificial realizado pelo técnico 230
- Figura 69 – Identificação numérica marcada em fragmentos de cerâmica simples coletados na camada 9 da sondagem 1 da Área 3 da intervenção realizada no Arquivo Público 231
- Figura 70 – Identificação numérica marcada em fragmentos de cerâmica simples coletados na camada 9 da sondagem 1 da Área 3 da intervenção realizada no Arquivo Público 232
- Figura 71 – Identificação numérica marcada em fragmentos de grés e faiança coletados na camada 8 da sondagem 1 da Área 3 da intervenção realizada no Arquivo Público 233
- Figura 72 – Material arqueológico recolhido na área do Solar Quinta do Tanque sem qualquer categorização ou informação relacionando-o ao contexto de onde foi retirado 235
- Figura 73 – Configuração da área de intervenção que identifica as escavações e a posição das sondagens em cada área, denominadas pela letra S e um número corrido 237
- Figura 74 – Figura ilustrativa com as entidades/coleções cuja identificação foi sinalizada pela mesma cor: MAE/UFBA e LASCA/UFSM; Museu Joaquim Felizardo e Coleção Arquivo Público da Bahia 243
- Figura 75 – Figura ilustrativa com as entidades/coleções e o uso dos métodos de campo como fundamentação para a gestão de coleções e seus resultados: MAE/UFBA e LASCA/UFSM; Museu Joaquim Felizardo e coleção Arquivo Público da Bahia 258

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação dos sítios arqueológicos e projetos que geraram coleções do Museu Joaquim Felizardo entre 2008 e 2017	61
Quadro 2 – Composição do registro numérico quanto à localização e à tipologia dos artefatos	95
Quadro 3 – Identificação dos sítios arqueológicos e projetos que geraram coleções entre 2008 e 2012 do MAE/UFBA	122
Quadro 4 – Identificação dos sítios arqueológicos que formaram as primeiras coleções do LEPA/UFMS	162
Quadro 5 – Identificação dos sítios arqueológicos e projetos que geraram coleções entre 2008 e 2012	171
Quadro 6 – À esquerda, a imagem de dados dos sítios arqueológicos inseridos na área de abrangência da UHE São José, com suas respectivas localizações e quantitativo de vestígios encontrados; à direita uma coluna com a correspondência do número de registro encontrado nos artefatos	195
Quadro 7 – À esquerda, a imagem de dados dos sítios arqueológicos inseridos na área de abrangência da PCH Rincão, com suas respectivas localizações e quantitativo de vestígios encontrados; à direita uma coluna com a correspondência do número de registro encontrado nos artefatos	195

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pesquisas de licenciamento ambiental distribuídas por profissional responsável	60
Gráfico 2 – Quantitativo de pesquisas com identificação dos coordenadores x ano	112
Gráfico 3 – Quantitativo de pesquisas que atendem as demandas da análise dentro do recorte temporal	122

# SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Cap. 1 GESTÃO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS MUSEALIZADAS – MÉTODOS DE CAMPO COMO SUBSÍDIOS DA DOCUMENTAÇÃO NO ÂMBITO MUSEOLÓGICO: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS	12
1.1 – Musealização do patrimônio arqueológico	12
1.2 – Intervenções arqueológicas: métodos e procedimentos aplicados	20
1.2.1 – Escavação: métodos, estratégias e abordagens	23
1.3 – Gestão de coleções arqueológicas	27
1.4 – Documento: conceitos advindos da Arqueologia e da Museologia	30
1.5 – Documentação no âmbito arqueológico	33
1.6 – Documentação no campo museológico	37
1.6.1 – Documentação de coleções arqueológicas	42
1.7 – Da fundamentação teórica para os percursos planejados	48
SEÇÃO 1 – DE DENTRO PARA FORA: UM OLHAR DO PONTO DE VISTA DAS INSTITUIÇÕES QUE INCORPORAM COLEÇÕES	52
Cap. 2 MUSEU MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE JOAQUIM FELIZARDO	53
2.1 – A INSTITUIÇÃO E A FORMAÇÃO DAS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS	53
2.2 – DOCUMENTOS E DIRETRIZES	57
2.3 – DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS INSERIDAS NO RECORTE DA PESQUISA	60
2.3.1 – Pesquisa arqueológica junto à obra de ampliação do Shopping Praia de Belas, bairro Menino Deus – município de Porto Alegre/RS	62
2.3.2 – Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo – Lomba do Sabão – município de Porto Alegre/RS	63
2.3.3 – Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso (DMAE) – município de Porto Alegre/RS	65
2.3.4 – Pesquisa arqueológica na Igreja Nossa Senhora das Dores – município de Porto Alegre/RS	66
2.3.5 – Monitoramento arqueológico da obra de remodelação da Praça da Alfândega – município de Porto Alegre/RS	67
2.3.6 – Monitoramento arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria Metropolitana/RS	68
2.3.7 – Salvamento arqueológico para duplicação da Av. João Goulart – município de Porto Alegre/RS	70
2.3.8 – Projetos para instalação do empreendimento Melnick Opala – município de Porto Alegre/RS	73
2.3.9 – Monitoramento arqueológico da obra para instalação da rede de distribuição de gás natural no bairro Menino Deus – município de Porto Alegre/RS	74
2.3.10 – Monitoramento arqueológico e curadoria da Praça XV – município de Porto Alegre/RS	75
2.3.11 – Diagnóstico arqueológico interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo – município de Porto Alegre/RS	76
2.3.12 – Pesquisa arqueológica para implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba – município de Porto Alegre/RS	77
2.4 – Pesquisas arqueológicas: critérios e métodos	79

2.5 – A organização espacial do sítio e o sistema de catalogação arqueológico	92
2.6 – A documentação no campo arqueológico	96
2.7 – Pergamum e Sistema de Gestão e Informação Arqueológica (SGEIA): instrumentos de gestão	99
2.8 – Resultados encontrados	102
<b>Cap. 3 MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA</b>	<b>107</b>
3.1 – A instituição e a formação das coleções arqueológicas	107
3.2 – A documentação na instituição: caminhos percorridos	113
3.3 – Dos projetos arqueológicos inseridos no recorte da pesquisa	121
3.3.1 – Pesquisa Sítio Escola da Praça Boulevard – Área do Forte de São Lourenço	123
3.3.2 – Projetos na área do empreendimento do Bahia Marina (Salvador/BA)	124
3.3.3 – Diagnóstico e levantamento arqueológico na área destinada à mineração na localidade de Brejinho, distrito de Brejo da Mata	127
3.3.4 – Diagnóstico e levantamento arqueológico no Loteamento Chácara Moraes	128
3.3.5 – Monitoramento arqueológico do Projeto Remessa – instalação de infraestrutura de fibras óticas – Pelourinho	129
3.3.6 – Projetos na Barragem de Rejeitos II e na Área Industrial do empreendimento Jacobina Mineração e Comércio Ltda.	130
3.3.7 – Diagnóstico e levantamento arqueológicos das áreas de RC-06, RC-11, RC-12 e RC-13 para lavra de calcário pela Cimento Nassau	131
3.3.8 – Estudos de impactos culturais da ampliação da Ponta Norte do Porto Organizado de Salvador – diagnóstico e levantamento arqueológico	134
3.3.9 – Salvamento arqueológico na calçada da fachada da antiga Faculdade de Medicina da UFBA – Terreiro de Jesus	136
3.4 – Pesquisas arqueológicas: critérios e métodos	137
3.5 – As lacunas de documentação e o sistema de catalogação arqueológico	149
3.6 – Resultados encontrados	153
<b>SEÇÃO 2 – DE FORA PARA DENTRO: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA E PELO DEPÓSITO DAS COLEÇÕES</b>	<b>157</b>
<b>Cap. 4 LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA, SOCIEDADES E CULTURAS DAS AMÉRICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – GUARDA TEMPORÁRIA DE COLEÇÕES</b>	<b>159</b>
4.1 – A instituição e a formação das coleções arqueológicas	159
4.2 – A documentação e gestão de coleções no Laboratório	166
4.3 – Dos projetos arqueológicos inseridos no recorte da pesquisa	169
4.3.1 – Projetos na área do empreendimento das linhas de transmissão 230 kV Jauru–Vilhena–Pimenta Bueno–Ji-Paraná–Ariquemes–Samuel (MT/RO)	171
4.3.2 – Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 500 kV Cuiabá–Ribeirãozinho e Ribeirãozinho–Rio Verde Norte (MT/GO)	173
4.3.3 – Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pelas LTs 500 kV Jurupari–Oriximiná e 230 kV Jurupari–Laranjal do Jari–Macapá (PA/AP)	174
4.3.4 – Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área de influência da linha de transmissão 500 kV Tucuruí–Xingu–Jurupari (PA)	175
4.3.5 – Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 230 kV SE Chapadão–SE Imbirussu, SE Imbirussu–SE Sidrolândia, SE Sidrolândia–SE Anastácio e SE Sidrolândia (MS)–SE Imbirussu	176

4.3.6 – Projeto de salvamento arqueológico na área de influência direta da Usina Hidroelétrica São José	177
4.3.7 – Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pela Pequena Central Hidroelétrica Rincão	178
4.3.8 – Prospecção Arqueológica na área abrangida pela linha de transmissão 500 kV Taubaté–Nova Iguaçu	179
4.4 – Pesquisas arqueológicas: critérios e métodos	180
4.5 – As lacunas de documentação e o sistema de catalogação arqueológico	188
4.6 – Resultados encontrados	196
<b>Cap. 5 INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA PELA EMPRESA ARQUEÓLOGOS PESQUISA E CONSULTORIA ARQUEOLÓGICAS</b>	<b>202</b>
5.1 – Empresa e equipe responsáveis	202
5.2 – Do projeto arqueológico analisado	205
5.3 – Documentos e diretrizes	211
5.4 – Pesquisa arqueológica: critérios e métodos	217
5.5 – A organização espacial, a documentação arqueológica e o sistema de catalogação arqueológico	222
5.6 – Resultados encontrados	233
<b>Cap. 6 UMA PERSPECTIVA GERAL – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA SUBSIDIADA PELOS MÉTODOS DE CAMPO</b>	<b>242</b>
6.1 – Convergências	243
6.2 – Discrepâncias	251
6.3 – Resultados finais	260
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>274</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>280</b>

# INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

No ano de 2006, depois de muitos encontros e desencontros com o tema da Arqueologia durante a graduação, uma jovem museóloga, então professora substituta do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), passa a compor o quadro de colaboradores do Museu de Arqueologia e Etnologia da universidade. Mal sabia ela, mas esse era o primeiro passo em direção ao que resultou ser o cerne da sua vida acadêmica e profissional durante muitos anos, e perdura até hoje.

Seis anos depois, na pesquisa de mestrado, estaria se debruçando sobre as coleções de outro espaço de pesquisa ligado ao mesmo tema, o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, dessa feita como servidora dessa universidade. Nesse espaço, teve a oportunidade de conhecer profissionais na área de Arqueologia, dentro do estado do Rio Grande do Sul, de laboratórios pertencentes à Universidade Federal de Pelotas (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia e Laboratório Multidisciplinar de Investigação em Arqueologia) e do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Ao retornar para Salvador, a jovem, que já não era tão jovem, agora como docente do quadro permanente do mesmo Departamento de Museologia em que havia atuado, se reconecta com o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA e reencontra antigos colegas do período de convivência na instituição entre 2006 e 2010, como Jeanne Almeida Dias e Greciane Neres Nascimento, que possuem trabalhos de pesquisa ligados à empresa Arqueólogos Pesquisa e Consultoria Arqueológicas.

Foi trilhando esses caminhos, encontrando as conexões que aquela jovem de quinze anos antes tinha estabelecido com pesquisadores que se tornaram amigos e um estreitamento inicialmente sem propósito com a Arqueologia, que passou a se perguntar como identificar cada um daqueles fragmentos e artefatos dentro de um universo quantitativo tão grande de objetos. Essa inquietação antiga deu início ao que hoje essa não tão jovem pesquisadora procura decifrar.

Muito além de inquietações que não adormeceram, nas últimas duas décadas, no Brasil, profissionais<sup>1</sup> da área de Arqueologia começam a demonstrar preocupação com a gestão do patrimônio arqueológico e iniciam uma dinâmica de aproximação e articulação com museólogo(a)s. É também a partir desse período que a elaboração de sistemas de gestão de coleções arqueológicas<sup>2</sup> tem se tornado objeto de estudo mais frequente entre os

---

1 Entre eles estão profissionais como Saul Milder, Fernanda Tocchetto e Jaime Mujica.

2 A gestão de coleções abrange aspectos como a política de coleções, a estratégia de desenvolvimento de coleções, e a documentação e conservação do patrimônio sob responsabilidade de instituições de salvaguarda (LORD; LORD, 1997). Contudo, o enfoque deste trabalho tem por objetivo tratar especificamente

pesquisadores da área museológica que tratam da temática específica da documentação, com investigações focalizadas nas particularidades dessas coleções.

No entanto, as pesquisas<sup>3</sup> relacionadas à gestão do patrimônio no campo museológico são gestacionais, desenvolvidas de forma pontual, preocupadas prioritariamente com a normatização e a criação de instrumentos de gerenciamento, mais especificamente relacionadas ao patrimônio arqueológico. Estão por se tornar um zigoto<sup>4</sup>, pouco discutindo ainda a inserção do conhecimento concebido pelos profissionais que efetuam a documentação na esfera arqueológica<sup>5</sup>, como por exemplo dos métodos de prospecção e escavação arqueológicas, nos processos de documentação no âmbito da Museologia<sup>6</sup>.

Isso contribui para a existência de um grande volume de coleções arqueológicas que, com o passar dos anos, têm sido incorporadas por instituições museológicas com ausência total ou parcial de registros de campo, seja por estes não terem sido depositados com os artefatos<sup>7</sup>, seja por terem se extraviado nesses espaços, aumentando cada vez mais o abismo entre os trabalhos desenvolvidos nas duas áreas.

Para exemplificar essa questão, pode-se pensar em um colecionador de arte que, a cada compra que realiza, escreve num diário tudo sobre a obra que adquiriu e seu contexto, quantas pessoas estavam no momento da aquisição, em que lugar o objeto estava acondicionado, quanto tempo esteve na posse do vendedor, e os métodos que ele mesmo utilizou para organizar os dados e os artefatos. Seguindo com essa situação hipotética, presume-se que o colecionador se torne doador de uma parte dessa coleção, mas resolva deixar apenas parte dos registros; que ele imagine que estes não são necessários na instituição e os retenha; ou, pior, que deixe todos esses dados junto com as obras e eles se extraiem. Será que essas pressuposições poderiam ser reais?

Supor que um colecionador de arte faça tantos registros minuciosos já seria quase um devaneio; que deposite todos os dados junto com as obras doadas poderia ser considerado uma utopia; agora a perda parcial ou total desses registros, que poderiam subsidiar a documentação da coleção, se converteria em um verdadeiro pesadelo. Parece absurdo, mas é justamente o que acontece no campo arqueológico.

---

da área da gestão relacionada a documentação.

3 Essas pesquisas foram realizadas pelos acadêmicos Carlos Alberto Costa (2007, 2008), Rafaela Nunes Ramos (2011), Ana Paula da Rosa Leal (2013) e Luciana Messeder Ballardo (2013). As obras desses investigadores relativas à temática estão listadas nas referências deste trabalho.

4 “Célula resultante da fecundação de um gameta masculino com um feminino” (ZIGOTO..., 2019).

5 O conceito de documentação no campo arqueológico será apresentado no próximo capítulo.

6 O capítulo seguinte apresentará a concepção de documentação no âmbito da Museologia.

7 “Todo e qualquer objeto produzido pelo Homem, incluindo Ferramentas, Utensílios e Objetos de Adornos” (SOUZA, A., 1997, p. 26).

Essa situação tem se agravado com o avanço das pesquisas realizadas na Arqueologia de Contrato<sup>8</sup>, que, em virtude do cronograma apertado para a realização das pesquisas, tem levado ao aumento do quantitativo de material com ausência de dados que precisam ser protegidos não apenas em sentido físico, mas também por meio de processos museológicos que observem as peculiaridades do patrimônio arqueológico<sup>9</sup>.

O problema disso é que a incorporação de coleções com ausência de registros de intervenção ou com documentação de origem arqueológica inacabada pode inviabilizar a determinação da posição deposicional das evidências arqueológicas, assim como o reconhecimento dos contextos arqueológicos, dificultando a sistematização da documentação na esfera museológica.

Além dessas questões, é importante ressaltar que o patrimônio arqueológico apresenta particularidades<sup>10</sup>, principalmente quanto a sua leitura, que é mais complexa, visto que a sua própria definição como material arqueológico depende de perícia especializada. Ademais, o arranjo desse material em coleções também é definido por pesquisadores a partir das interpretações sobre suas relações contextuais dentro do sítio arqueológico.

Propor a documentação no campo museológico a partir da interação entre os objetos/testemunhos e os contextos sociais em que estão inseridos permite um vislumbre de como os grupos que os produziram se organizavam e de como utilizavam esses objetos em seus cotidianos.

Uma análise desse tipo no contexto do sítio arqueológico permite, em primeiro lugar, um olhar mais direto sobre os próprios objetos ali dispostos e, posteriormente, sob observação mais diligente, possibilita a compreensão das habilidades utilizadas para desenvolvê-los. Além disso, viabiliza o entendimento sobre como percepções diferentes que conviveram se relacionavam à medida que se transmitia o conhecimento acerca da produção desses artefatos.

Ademais, a transmissão de aptidões por meio de um sistema simbólico fatalmente também precisará envolver a percepção e a maneira de compreender do sujeito que

---

8 Também conhecida como Arqueologia Preventiva ou, ainda, Arqueologia de Salvamento, é definida “como o conjunto de atividades” com o objetivo de impedir ou reduzir os prejuízos “das obras públicas ou privadas no patrimônio arqueológico” (DÍAZ; FERNÁNDEZ, 2013). Segundo Caldarelli e Cândido (2017, p. 190), “procedimentos preventivos, no que concerne à Arqueologia, foram objeto de cartas e documentos similares de proteção internacional ao patrimônio arqueológico, aprovadas e divulgadas entre e pelas nações signatárias desses documentos, destacando-se as abaixo referidas:

- Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico, Lausanne, ICAHM/ICOMOS/UNESCO, 1990;
  - Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arqueológico, União Europeia, Valetta, 1992”.
- 9 No próximo capítulo, o conceito de patrimônio arqueológico será apresentado.
- 10 Mais informações sobre essas particularidades estão disponíveis em Ballardó (2013), especificamente entre as páginas 34 e 37.

recebeu esse conhecimento; a forma como ele percebe os símbolos interfere diretamente na maneira de produzir o artefato.

Ainda num sentido mais factual, a investigação desenvolvida utilizando como suporte os objetos para análise primária revela, num segundo momento, a habilidade da equipe de pesquisa arqueológica de interpretar as relações sociais dentro do sistema simbólico presente no próprio sítio arqueológico e, posteriormente, a capacidade de percepção desse sistema a partir das análises realizadas por métodos de campo.

Estabelecer diretrizes para a gestão do patrimônio arqueológico<sup>11</sup> que abarquem as metodologias de campo permitirá que a documentação museológica inclua também os próprios sistemas desenvolvidos durante a pesquisa de campo, ou seja, a gestão do patrimônio arqueológico contemplará o sítio, o artefato e suas conexões com outros objetos nesse contexto; os vínculos estabelecidos com aqueles que produziram esses objetos; as formas de organização e ocupação sociais e culturais no espaço; e, também, como objeto/testemunho das relações no presente, a sistematização do espaço empreendida pelos pesquisadores no contexto do trabalho de campo, as associações por eles estabelecidas com o sítio arqueológico, com o material coletado e com outros estudos que porventura tenham sido realizados no sítio, assim como as relações estabelecidas entre os membros da equipe de escavação e a posterior análise do material arqueológico em laboratório.

A análise crítica dos parâmetros e das diretrizes<sup>12</sup> na elaboração de ferramentas<sup>13</sup> de documentação no campo museológico para o gerenciamento do patrimônio arqueológico, com o objetivo de relacionar o material coletado no mesmo contexto ou sítio arqueológico, pode colaborar para a preservação de dados relevantes para a pesquisa arqueológica e para a indexação e organização das informações.

Além disso, pode contribuir com as pesquisas na área da gestão museológica do patrimônio arqueológico durante o trabalho em campo com o objetivo de facilitar a inter-relação dos conhecimentos advindos das duas áreas, visto que a Arqueologia possui métodos documentais próprios com um enfoque diferente do da Museologia. Essa integração viabiliza a aproximação entre o gerenciamento e o conhecimento da Arqueologia de forma geral, assegurando que as informações sobre o patrimônio e os procedimentos

---

11 É importante ressaltar que se compreende que a conservação também é parte da gestão do patrimônio. No entanto, esta pesquisa está direcionada para a parte da documentação, e por isso as análises realizadas nos estudos de caso tratam especificamente desse aspecto da gestão do patrimônio.

12 Diretrizes são delineamentos ou instruções para se constituir um plano, um prospecto ou um programa. Mas também podem ser compreendidas, em sentido figurado, como procedimentos, normas ou critérios de conduta ou comportamento (DIRETRIZES..., 2019).

13 Essas ferramentas são instrumentos utilizados para o registro ou para a indexação de documentos e das informações concernentes a eles (LOPEZ, 2002). Entende-se que os objetos também são documentos, portanto o conceito praticado na esfera arquivística pode ser adaptado para a área museológica.

realizados nos objetos, antes que sejam inseridas na instituição, sejam efetivamente preservadas.

A relevância da produção de conhecimento relativa à interface entre Museologia e patrimônio arqueológico se configura a partir de escassos estudos<sup>14</sup>, realizados em território nacional, que abordam essa temática. A singularidade deste trabalho está relacionada à incorporação dos métodos arqueológicos de pesquisa em campo como parâmetros para a elaboração de sistemas documentais, analisando os processos de gestão e musealização do patrimônio. Neste caso específico, buscou-se estreitar as relações entre Arqueologia e Museologia, lançando um olhar sobre o patrimônio arqueológico a partir dos estudos na área museológica.

Para tanto, elaborou-se uma questão inicial para o trabalho com fundamentação teórica vinculada à gestão de coleções musealizadas<sup>15</sup>, mais especificamente sobre documentação no contexto museológico e, simultaneamente, formularam-se repertórios relacionados aos métodos<sup>16</sup> de trabalho de campo e patrimônio arqueológico, e à constituição de coleções arqueológicas, assim como à formalização<sup>17</sup> de sistemas de documentação em base de dados. A questão foi: quais diretrizes para a documentação de coleções arqueológicas musealizadas podem ser indicadas para a estruturação de base de dados, tendo como parâmetro os métodos de trabalhos aplicados no campo de modo a contribuir com o processo de gestão dessas coleções?

A hipótese estabelecida está relacionada ao fato de que a gestão de coleções arqueológicas musealizadas, especificamente no campo da documentação museológica subsidiada pelos métodos de campo, possibilita a criação de sistemas de registro e atribuição de categorias de informação referentes ao patrimônio arqueológico em suas particularidades. Isso porque os métodos de campo expõem a maneira com que o grupo de pesquisa sistematiza as unidades (relativas ao espaço e ao tempo, contextuais, representativas) e as distintas relações estabelecidas no decorrer das múltiplas ocupações, sendo estas últimas a base de estruturação do sistema existente no sítio arqueológico, além de servirem como suporte de análises e estudos posteriores ao trabalho de campo.

---

14 Esses estudos foram conduzidos por pesquisadoras como Manuelina Maria Duarte Cândido e Maria Cristina Oliveira Bruno. No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, há apenas dois trabalhos defendidos (SANTOS, R., 2013; SOUZA, H., 2012).

15 Termo abordado no próximo capítulo.

16 São consideradas para a perspectiva deste projeto as principais metodologias aplicadas às pesquisas arqueológicas em campo, como o sistema por quadriculamentos, o processo de decapagem e plotagem, o método *Wheeler* e a *full coverage survey* (ROSKAMS, 2001).

17 A formalização se tornará palpável a partir do uso de formulários e subformulários gerados por tabelas e subtabelas, os quais tornarão possível que os metadados sejam agrupados segundo sua identidade enquanto conjunto, ou seja, que todos os dados relativos ao mesmo sítio arqueológico estejam em um formulário que, por sua vez, abrigará um subformulário com conteúdos de uma quadrícula (se o método escolhido para o trabalho de campo for o quadriculamento) ou de uma localização específica, que trará outro subformulário com dados sobre cada artefato individualmente.

O principal objetivo foi analisar as diretrizes para documentação de coleções, visando à identificação de quais delas poderiam ser recomendadas para a construção de sistema de documentação que utilizasse como critérios os métodos de trabalho arqueológico de campo a fim de possibilitar a atribuição de categorias de informação ao processo de gestão de coleções arqueológicas musealizadas a partir de estudo vinculado a dois vieses: o primeiro do ponto de vista de instituições que recebem as coleções, neste caso o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA); e o segundo na perspectiva de quem envia as coleções, seja uma instituição com a guarda provisória que concedeu um endosso para acondicionamento temporário dessas coleções em suas instalações, caso do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da Universidade Federal de Santa Maria (LASCA/UFSM), seja quem realiza pesquisas a partir do acompanhamento dos trabalhos de campo, como a empresa Arqueólogos Pesquisa e Consultoria Arqueológica.

Para alcançar esse propósito foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar as principais metodologias de prospecção e escavação arqueológicas realizadas nas instituições elencadas; mapear as formas de registro e tratamento da informação durante o processo de investigação arqueológica; relacionar os dados arqueológicos que deviam constar no sistema de documentação no campo museológico; e verificar a elaboração de sistemas de registro na esfera museológica a partir da informação arqueológica.

Essa investigação utiliza o método qualitativo e é de natureza aplicada, classificada pela sua forma como qualitativa. O tipo de pesquisa é exploratório no que concerne aos objetivos, e no que diz respeito aos procedimentos identifica-se como estudo de multicaso. Busca compreender a documentação em âmbito museológico dentro do processo de musealização, partindo para questões específicas relacionadas ao patrimônio arqueológico e considerando não apenas os aspectos materiais, mas principalmente o próprio sítio arqueológico, as relações estabelecidas nesse espaço e os métodos de pesquisa aplicados em campo.

Entre as etapas de trabalho desenvolvidas podem ser destacadas a revisão bibliográfica com base nos conceitos-chave tratados no trabalho, a análise dos dados gerados a partir das intervenções nos sítios arqueológicos cujas coleções foram depositadas nas instituições eleitas e a avaliação dos procedimentos aplicados na musealização de patrimônio arqueológico ligado a três instituições de pesquisa e preservação.

A revisão bibliográfica<sup>18</sup> realizou-se com base nos conceitos relacionados à musealização, à gestão de coleções, ao patrimônio arqueológico, à documentação no campo museológico, e aos métodos e procedimentos aplicados na Arqueologia.

Em seguida, foram analisados dados produzidos a partir de intervenções que geraram coleções depositadas nas três instituições que são foco da pesquisa, cumprindo os requisitos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de entrega do relatório final, tendo sido consideradas as investigações realizadas em sítios arqueológicos que sofreram intervenções exclusivamente entre os anos de 2008 e 2017<sup>19</sup>.

Entre os procedimentos adotados neste trabalho propôs-se analisar a viabilidade de um sistema de documentação na área museológica a partir da pesquisa dos métodos de escavação e prospecção utilizados pelos pesquisadores que depositaram coleções arqueológicas e dados sobre os sítios em que trabalharam (acondicionados em instituições museológicas), e compreender as categorizações das coleções e as articulações entre os dois processos.

Concomitantemente, avaliou-se a aplicabilidade de um sistema de documentação em âmbito museológico a partir do acompanhamento de equipe técnica em realização de trabalho de campo em sítio arqueológico, inserindo-se desde o processo anterior até o processo posterior ao campo, buscando observar a análise e as relações que o grupo de pesquisa desenvolve com esse espaço, levando em consideração a abordagem metodológica utilizada nos processos de escavação e prospecção, inclusive para posterior formalização em base de dados.

Para colocar em prática esses processos optou-se por aplicar estudos de caso na realização das pesquisas de campo em dois repositórios: um museu de ciências, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, que não tem recebido coleções novas por não estar apto a conceder endossos para projetos de Arqueologia de acordo com avaliação do IPHAN, e um de história, o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, que possui uma política de endosso institucional para projetos de Arqueologia de Contrato e, portanto, recebe material. E, em uma segunda etapa, desmembrada em dois momentos: primeiro, na análise das coleções endossadas em caráter temporário pelo antigo

---

18 Entre a bibliografia básica consultada estão: em Arqueologia, Balme e Paterson (2006); Carandini (1991); Drewett (1999); Fowler e Givens (1995); Grant, Gorin e Fleming (2001) e Harris (1989); em Museologia, Bottallo (1996, 1998); Bruno (1984, 1995); Camargo-Moro (1986); M. I. Cândido (2006); Comitê Internacional de Documentação (Cidoc/Icom-Br, versão traduzida, 2014); Cury (2005); Desvallées e Mairesse (2013, versão traduzida); Ferrez e Bianchini (1987); Ferrez (1994); Raposo, Martins e Correia (2000) e Nascimento (1994). Também foram consultadas referências mais recentes: em Arqueologia, Guillermo (2018); Noelli e Souza (2017); Renfrew e Bahn (2015) e Zanni, Lučić e Rosa (2017); em Museologia, Ballard e Mendonça (2018); Ballard e Milder (2016); Bandeira (2016); Caldarelli e Cândido (2017); Laia e Arcuri (2016); Mendonça e Santos (2017); Padilha (2014) e Ribeiro (2014).

19 É importante ressaltar que os sítios RS.JA-10, RS.JA-11 e RS.JA-16 foram registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN nos anos de 1996, 1997 e 1998, respectivamente.

Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, cujo espólio foi incorporado ao LASCA/UFSM; e posteriormente, acompanhou-se a intervenção arqueológica da equipe de pesquisa da empresa Arqueólogos Consultoria e Pesquisa Arqueológica, cujos profissionais responsáveis pela coordenação derivam das equipes de pesquisa do MAE/UFBA.

A escolha desses espaços está relacionada com as experiências anteriores e as relações desenvolvidas durante a carreira profissional da pesquisadora com esses espaços e/ou com profissionais atuantes neles nas últimas duas décadas, e com o fato de esses espaços trazerem duas perspectivas distintas, tanto na organização para salvaguarda de coleções, em métodos de trabalho em campo e no material coletado como em todas as outras questões relacionadas ao distanciamento geográfico dessas duas instituições, uma na Bahia e as outras duas no Rio Grande do Sul.

Para facilitar a organização e o entendimento dos procedimentos aplicados no objeto de pesquisa, o texto foi desmembrado em cinco capítulos.

O capítulo 1, “Gestão de coleções arqueológicas musealizadas – métodos de campo como subsídios da documentação no campo museológico: considerações conceituais”, foi subdividido em subcapítulos como estratégia de organização do pensamento para tratar dos temas inseridos em cada campo de estudo, Museologia e Arqueologia. Optou-se por explanar conceitos direcionados para a Arqueologia como objeto de pesquisa e, posteriormente, buscar a perspectiva da Museologia para apresentar os conceitos que subsidiam o trabalho realizado.

Dessa forma, inicia-se o capítulo trazendo conceitos como os de musealização do patrimônio arqueológico, métodos e procedimentos aplicados nas intervenções arqueológicas, documentação na área arqueológica, gestão de coleções e documentação no campo museológico com o propósito de subsidiar as análises de quatro estudos de caso propostos, buscando compreender as possíveis interseções entre Museologia, mais especificamente documentação museológica, e Arqueologia, especialmente sobre os métodos de intervenção.

Os subcapítulos em cada um dos capítulos foram criados com o intuito de organizar as ideias e delimitar as temáticas a um tema central. O primeiro capítulo aborda as questões conceituais relacionadas ao assunto central da pesquisa ora da perspectiva da Museologia, com tópicos ligados a *Musealização do patrimônio arqueológico*, *Gestão de coleções arqueológicas* e *Documentação no âmbito museológico* – subitem com uma parte específica para tratar do objeto central do estudo, que é a *Documentação de coleções arqueológicas* –, ora do ponto de vista da Arqueologia, com *Métodos e procedimentos aplicados em*

*intervenções arqueológicas* – subitem que inclui *Escavação (métodos, estratégias e abordagens)* – e a *Documentação no âmbito arqueológico*. Há também subtópicos em que os conceitos são tratados dos referenciais de cada uma das áreas, como *Documento: conceitos advindos da Arqueologia e da Museologia*, e um último subtópico apresentando como, a partir dos pressuposto teóricos, o trabalho de pesquisa foi realizado. Os subcapítulos, principalmente os que tratam de conceitos no âmbito da Museologia, permitiram esclarecer as correntes de pensamento que fundamentaram a realização desta investigação.

Os capítulos 2, “Museu Municipal de Porto Alegre Joaquim Felizardo”, 3, “Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia” (inseridos em uma seção denominada “De dentro para fora: um olhar do ponto de vista das instituições que incorporam coleções”), 4, “Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da Universidade Federal de Santa Maria – Guarda temporária de Coleções”, e 5, “Intervenção arqueológica no Arquivo Público do Estado da Bahia pela empresa Arqueólogos – Pesquisa e Consultoria Arqueológicas” (agrupados na seção intitulada “De fora para dentro: uma análise da perspectiva dos agentes responsáveis pela pesquisa e pelo depósito das coleções”), apresentam estudos de caso de cada uma das entidades, expondo a análise sobre as diretrizes de normatização da documentação a partir do sistema de registro no âmbito arqueológico e identificando como contribuem para a documentação e gestão da informação do patrimônio arqueológico.

Esses capítulos apresentam ainda as metodologias de intervenção e os critérios utilizados para selecioná-las, bem como os responsáveis por essas escolhas e como, a partir desses métodos, os pesquisadores estabelecem a ocupação espacial do sítio arqueológico e registram o processo de pesquisa antes, ao longo e depois das atividades de campo. Além disso, trazem à atenção as práticas de musealização durante a pesquisa de campo e o tratamento da informação no processo de recuperação e acesso das informações geradas nas ações de documentação do patrimônio arqueológico.

Todos esses dados e as informações relacionadas demonstraram quando e como os sistemas de registro e a documentação arqueológica foram fundamentados nos métodos de campo, e que sempre que isso se verificou obteve-se como resultado a integração com a documentação museológica. A proposta não é estabelecer um sistema de registro padrão ou a normatização da documentação arqueológica que precisa ser incorporada à documentação museológica; o que se pretende repercutir é que esses sistemas devem ser estabelecidos durante o projeto de pesquisa, antes de serem incorporados à instituição, com base nas metodologias executadas na intervenção e, ao mesmo tempo, obedecendo aos padrões institucionais das entidades endossantes.

O capítulo 6, “Uma perspectiva geral”, traz uma análise a partir da interseção de dados e resultados apresentados nos quatro precedentes, trazendo ponderações sobre as aproximações e divergências verificadas em uma análise comparativa, e buscando apresentar um panorama que retrata as questões principais que permeiam esta investigação.

O diferencial desta pesquisa é compreender se e como as equipes de pesquisa arqueológica integram suas atividades como parte do processo de ocupação em seus registros documentais e, em caso de estarem realizando essa inserção, se ela ocorre de maneira consciente. Isso é importante porque, na medida em que a investigação arqueológica busca compreender as transformações durante os processos de ocupação, inclusive a sequência ocupacional, é necessário compreender até que ponto há alguma clareza para os profissionais de que, enquanto realizam suas pesquisas, também estão transformando esses espaços. E, por fim, busca-se compreender como isso se reflete na documentação museológica, uma vez que registrar os processos é tão importante para compreender essas transformações como entender o próprio sítio arqueológico e as demais evidências encontradas nele.

Em termos práticos, a análise de diretrizes e sua posterior disponibilização podem ser levadas em consideração num diálogo interdisciplinar entre as instituições de salvaguarda e a equipe de pesquisadores<sup>20</sup>. Nas primeiras, na inexistência de arqueólogo(a)s integrado(a)s à gestão de coleções e, na segunda, na ausência de museólogo(a)s na equipe de pesquisa, espera-se que possam pelo menos estabelecer um mínimo de padronização, assim como que possam promover a colaboração em todo o processo de pesquisa (antes, durante e depois), aprimorando o processo de gestão das coleções de modo compartilhado.

A expectativa é que surjam outras indagações a partir dos resultados aqui apresentados e que eles deem margem a outras pesquisas no campo interdisciplinar que abrange a Museologia e a Arqueologia, principalmente no que concerne aos processos de musealização, gestão do patrimônio e documentação.

---

20 Embora tenham se baseado em estudos de caso e, em uma primeira instância, possam colaborar mais diretamente para o estabelecimento de diretrizes e normatizações nas instituições mencionadas com a disponibilização da pesquisa, espera-se que os caminhos percorridos possam auxiliar encaminhamentos e análises de diretrizes em outras instituições de salvaguarda e, também, a participação mais próxima das equipes de pesquisa arqueológica no processo de gestão das coleções.

## **CAPÍTULO 1**

# **GESTÃO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS MUSEALIZADAS – MÉTODOS DE CAMPO COMO SUBSÍDIOS DA DOCUMENTAÇÃO NO ÂMBITO MUSEOLÓGICO: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS**

# **1 – GESTÃO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS MUSEALIZADAS – MÉTODOS DE CAMPO COMO SUBSÍDIOS DA DOCUMENTAÇÃO NO ÂMBITO MUSEOLÓGICO: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS**

Em um trabalho que envolve duas ou mais áreas de pesquisa, tratar de conceitos que se imbricam na interpretação do tema é essencial para reconhecer as relações de aproximação e afastamento entre elas, ao mesmo tempo que auxilia no processo de compreensão sobre as circunstâncias e motivações que tornam possíveis essas vinculações. Entre as afinidades da Museologia e da Arqueologia, enfoques desta investigação, está o fato de que são campos de estudos interdisciplinares que colaboram e recebem contribuições teóricas e metodológicas de outras áreas.

Em nome dessa interdisciplinaridade, as reflexões deste capítulo se iniciam tratando de conceitos relativos à musealização como um processo que abrange a documentação museológica, trazendo como objeto de análise o patrimônio arqueológico da perspectiva da documentação arqueológica e das contribuições que o processo de pesquisa e, especialmente, os métodos de intervenção trazem para fundamentar a elaboração e organização dos sistemas de registro e documentais.

## **1.1 – Musealização do patrimônio arqueológico**

Entre os conceitos conhecidos para o vocábulo musealização, há uma linha de pesquisa que trabalha com o sentido de retirar ou remover de um contexto para outro que seja institucionalizado. Por exemplo, para Desvallées e Mairesse (2013, p. 56), o conceito está associado à “operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem” instituída por meio da seleção e inserção em espaço museológico ou no próprio local onde está situada (*in situ*). Essa é a primeira etapa de uma sucessão de eventos que envolve também pesquisa, conservação, documentação e comunicação do patrimônio (BRUNO, 1995).

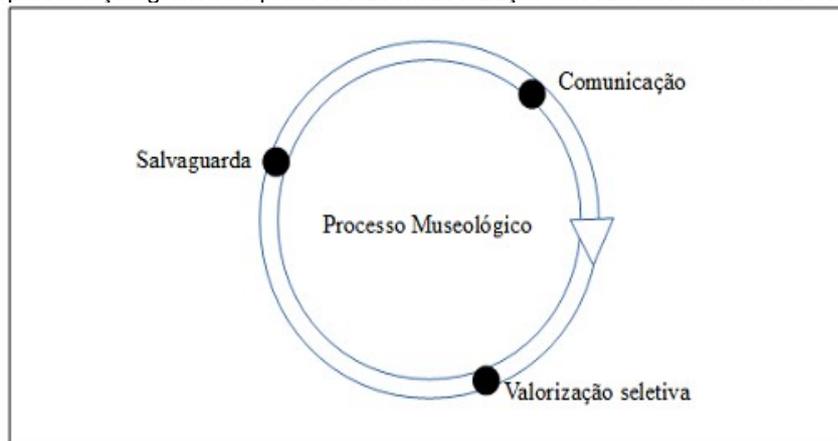
Essa definição é endossada por Laia e Arcuri (2016), que compreendem como musealização a sequência de operações que vai desde a retirada do artefato do contexto de origem como evidência da realidade que o criou, perpassando por toda a complexa teia de atividades que compõe esse processo: investigação, conservação, acondicionamento e difusão em entidades capacitadas para desempenhar essas atribuições. Essas concepções são atravessadas pela ideia de movimento contínuo, que segue um curso, direcionado por um “fluxo de aquisição, salvaguarda e comunicação” (RIBEIRO, 2014, p. 104).

No entanto, para o que propõe este trabalho, esses conceitos não poderiam estar mais distantes do que se entende por musealização, principalmente no que está relacionado ao patrimônio arqueológico em sua complexidade, composto por tantos elementos como o sítio arqueológico, os registros estratigráficos e a própria disposição contextual das sequências ocupacionais.

Nessa perspectiva, o referencial concernente a esse conceito é o mesmo utilizado por Cury (2005, p. 25), que substitui as expressões extração e seleção por “valorização seletiva” para referir-se à fase inicial do processo de musealização, que prossegue por meio da incorporação de atividades que têm como propósito a “transformação do objeto em documento e sua comunicação”, isto é, a autora entende que o objeto-alvo de musealização sofre alterações em sentido epistemológico em razão de ser incorporado por uma realidade cultural distinta da que compunha inicialmente, sem que necessariamente esteja atrelado a uma coleção abrigada por instituição museológica.

Assim, este estudo se distancia da ideia de fluxo anteriormente apresentada para pensar num processo museológico de fruição constante do qual são partes a salvaguarda, a valorização seletiva e a comunicação, que estão em frequente movimento e interação. Por isso, em vez de pensar nesse processo como uma cadeia operatória, pode-se compreendê-lo em termos de efeitos retroativos sem uma organização determinada dos componentes, que chegam a se replicar, conforme ilustrado pela Figura 1.

Figura 1 – Representação gráfica do processo de musealização baseado no conceito de retroalimentação



Fonte: Ballardo; Mendonça (2018, p. 6006).

Direcionando-se especificamente à valorização seletiva, compreende-se que a vinculação do objeto a uma nova realidade não o priva do “valor de uso” que lhe é inerente e, conseqüentemente, é intransferível, contudo ele pode sofrer alterações relacionadas às

suas funções (BORGES; CAMPOS, 2012, p. 118)<sup>21</sup>. Dessa forma, um chapéu dentro da sala de exposição em um museu assume também um valor (de uso) expositivo.

Ainda segundo Cury (2005, p. 30), a musealização “é a atribuição de valores a objetos que, por suas qualidades, são selecionados com o objetivo de provocar o confronto do Homem com sua Realidade, Realidade construída pelo próprio Homem”. Como isso pode se dar na Arqueologia, visto que nela a seleção ocorre durante o trabalho de campo e no laboratório de pesquisa, e não na instituição que incorpora o objeto?

De acordo com Wichers (2013, p. 19), há um entrelaçamento histórico entre as duas áreas que está vinculado ao “coleccionismo, aos gabinetes de curiosidades e à própria gênese dos museus”, por exemplo. Além dessas características, vinculam-se fatores relacionados “à colonização, ao saque e ao extermínio”. No entanto, a despeito da manutenção da relação física através do ingresso de um grande quantitativo de coleções arqueológicas nos espaços museológicos, os dois campos têm se distanciado.

Pode ser também que os laços físicos, ou seja, o fato de as instituições museológicas manterem e continuarem a incorporar essas coleções, tenham se tornado o motivo do desgaste dessa relação, da mesma maneira que um matrimônio que se mantém por questões puramente carnais não consegue se sustentar.

Na tentativa de encontrar soluções que possam promover a preservação do patrimônio arqueológico, o que era um problema passou a compor a agenda dos dois campos e criou a possibilidade de reaproximações que, segundo Mendonça (2012), decorrem das afinidades entre Museologia e Arqueologia, sobretudo relacionadas à preservação física e informacional desse patrimônio, que, embora até meados do século XX estivesse focada no museu, desde então ampliou-se de modo a estreitar cada vez mais o elo entre ambas.

A temática da musealização do patrimônio arqueológico vem granjeando a atenção de pesquisadore(a)s<sup>22</sup> principalmente desde os anos de 1980. Entre as investigações realizadas no Brasil destaca-se o Projeto Paranapanema, de Cristina Bruno, que em 1995 estabeleceu “modelos de musealização” com o propósito de desempenhar o “gerenciamento e comunicação das informações contidas nos objetos arqueológicos que integram as coleções museológicas” (BRUNO, 1995, p. 166).

O projeto baseou-se 1) na análise de diretrizes que alicerçam o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e orientam o processo de

---

21 Outros autores também abordam o valor de uso, ainda que utilizando outros termos e em outros contextos, como, por exemplo, Pomian (1984) e Benjamin (1994).

22 Esse interesse partiu de pesquisadores como Pedro Schmitz (1988), Elizabete Tamanini (1999), Cristina Bruno (1984, 1995), Yacy-Ara Froner (1995) e Marilúcia Bottallo (1996, 1998), cujas obras são apontadas nas referências.

musealização (incorporação, gestão e difusão do conhecimento); 2) na verificação dos registros patrimoniais existentes no Museu da Cidade de Piraju, São Paulo, seguindo a hipótese de que o tratamento museológico que promove a alienação de informações de procedência arqueológica contribui para a ausência de entendimento dos processos de ocupação anteriores; e 3) no exame da situação das coleções arqueológicas dos Museus de Interior (São Paulo), apartadas das pesquisas desenvolvidas dentro do estado.

Mais recentemente, Ballardo e Milder (2016) trataram do tema da musealização do patrimônio arqueológico na região Sul do país. O trabalho consistiu em refletir sobre a documentação de sítios arqueológicos como parte do processo de musealização a partir da gestão de coleções do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria. A ideia era incluir o sítio arqueológico como fonte de informação e como ponto de partida para a documentação das coleções do espaço, apontando para o tratamento de informação a partir do posicionamento espacial dos vestígios arqueológicos recolhidos em cada sítio, tratando-o como parte do patrimônio musealizado.<sup>23</sup>

Esses são apenas dois dos muitos exemplos encontrados em diversas partes do país<sup>24</sup> de estudos<sup>25</sup> que apresentam os temas musealização e patrimônio arqueológico desenvolvidos desde 1984. Entre os trabalhos é possível perceber um direcionamento para a gestão do patrimônio – no que diz respeito a aspectos tanto da conservação como da documentação museológica –, além de discussões relacionadas a comunicação e educação.

E esse interesse no tema da musealização do patrimônio arqueológico não está restrito aos pesquisadores brasileiros. Um exemplo internacional que discute a musealização de sítios arqueológicos é a pesquisa de Stefanile (2012), que é direcionada para a análise dos problemas de conservação do patrimônio subaquático na baía de Portus Julius em Napoli, Itália, primeiro porto edificado para frotas navais romanas. O trabalho experimental de restauração da cidade submersa de Portus Julius abarcou, entre 2003 e 2007, atividades de recolha de mosaicos, assim como a restauração de paredes e da estrada submersa, e a elaboração de uma base de dados das áreas de risco por causa do processo de deterioração estrutural.

---

23 Os dois primeiros exemplos foram trazidos em virtude da similaridade com os estudos de caso selecionados por este trabalho: um museu ligado a uma universidade em âmbito federal e um museu municipal (os dois analisados por Bruno). O terceiro é um laboratório de pesquisa que é parte da presente investigação (apresentado por Ballardo e Milder).

24 Mais especificamente em São Paulo (USP e UNICAMP), no Rio de Janeiro (UNIRIO e Puc-Rio), no Rio Grande do Sul (UFSM, UFPel e PUC-RS), em Sergipe (UFS), no Piauí (UFPI), em Pernambuco (UFPE) e em Minas Gerais (UFSJ).

25 Entre esses podem ser citados M. M. Cândido (2004), Silva (2013), Ribeiro (2013), Ramos (2013), Mendonça e Santos (2017) e Toledo (2017).

Ainda em âmbito internacional, Guillermo (2018) apresenta o trabalho de musealização do sítio arqueológico “da primeira construção pública de recursos monumentais” de Buenos Aires (finalizada em 1857), a Alfândega Taylor, e sua transformação no Museu da Casa Rosada, enfocando o processo de restauração do prédio e o desenvolvimento do projeto expositivo pautado na investigação arqueológica de campo, e evidenciando que a preocupação com a musealização do patrimônio museológico não é restrita ao cenário brasileiro.

Embora as pesquisas desenvolvidas em contexto nacional e internacional não constituam um movimento, profissionais da Arqueologia e da Museologia vêm discutindo o tema da musealização do patrimônio arqueológico há quase quatro décadas no Brasil<sup>26</sup>. Quanto às discussões internacionais, a temática está presente pelo menos desde 1956, com os delineamentos propostos pela *Recomendação de Nova Delhi* (CONSELHO INTERNACIONAL DE SÍTIOS E MONUMENTOS – ICOMOS, 1956).

Esse documento internacional já trazia em seu texto preocupações com a preservação da documentação relativa às pesquisas arqueológicas, sugerindo inclusive que os países-membros criassem um serviço de pesquisas arqueológicas com uma “documentação central” que identificasse através de mapeamento os monumentos móveis e imóveis (entre os quais se podem citar os sítios arqueológicos) e viabilizasse a criação de documentação associada a cada instituição museológica responsável por coleções arqueológicas.

Entre as recomendações de Nova Delhi para os países-membros está, ainda, a preservação total ou parcial de um quantitativo de sítios arqueológicos com o propósito de “beneficiar-se dos progressos da técnica e do avanço dos conhecimentos arqueológicos”, isto é, que trechos da área do sítio pudessem “ser reservados em vários locais para permitir um controle da estratigrafia, bem como da composição do meio arqueológico” (CONSELHO INTERNACIONAL DE SÍTIOS E MONUMENTOS – ICOMOS, 1956, p. 96).

Esse documento indicou também a criação e organização dos museus e de coleções provenientes das pesquisas, em uma perspectiva central ou regional, para facilitar o acesso a esse material. Ademais, recomendou que as coleções arqueológicas e a documentação a elas vinculada fosse disponibilizada principalmente aos pesquisadores. Reconhece também que podem se apresentar dificuldades no processo de pesquisa arqueológica e que os países-membros devem ponderar sobre esse aspecto a fim de assegurar a preservação e proteção do patrimônio arqueológico.

---

<sup>26</sup> Toledo (2017) apresentou um mapeamento sobre os estudos que tratam da interface Museologia e Arqueologia. Para mais informações sobre esses trabalhos recomenda-se consultá-lo.

Outro documento que trouxe contribuições sobre o patrimônio arqueológico foi a *Carta de Lausanne* (CONSELHO INTERNACIONAL DE SÍTIOS E MONUMENTOS – ICOMOS, 1990). Entre elas, duas interessam especialmente a esta pesquisa: o reconhecimento de que a preservação do patrimônio deve se fundamentar na colaboração “entre especialistas de diversas disciplinas” e a prerrogativa de só proceder às escavações depois de analisar a necessidade de intervenção, uma vez que esse processo é seletivo, determinando quais artefatos passarão por registro e recolha, e quais informações serão preservadas, uma vez que o processo de intervenção é destrutivo.

No primeiro aspecto, essa investigação enfatiza o estreitamento entre profissionais das áreas de Museologia e Arqueologia, em sentido colaborativo, na gestão do patrimônio; no segundo, o destaque é a compreensão da pesquisa arqueológica como processo de ocupação que colabora com o detalhamento do registro arqueológico no intuito de minimizar o efeito destrutivo da pesquisa arqueológica sobre o patrimônio arqueológico.

Outras colaborações sobre o tema foram agregadas pela *Carta de Sofia* (CONSELHO INTERNACIONAL DE SÍTIOS E MONUMENTOS – ICOMOS, 1996), que trata da proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático e apresenta três elementos importantes para a análise desta pesquisa. O primeiro deles, já apresentado no documento citado anteriormente, é a afirmação de que para confirmar a necessidade de intervenções intrusivas é imprescindível uma avaliação precedente à pesquisa arqueológica, que deve incluir os estudos históricos e a análise de pesquisas arqueológicas anteriores executadas na área, além de avaliar as características geoambientais e arqueológicas do sítio e as consequências da realização de escavações a longo prazo.

A segunda recomendação está relacionada à documentação detalhada da pesquisa, que deve seguir a normatização relativa à documentação arqueológica, promovendo o “registro exaustivo do sítio, que inclua a proveniência do patrimônio cultural subaquático movido ou removido no decurso da investigação, as notas de campo, as plantas e os desenhos, as fotografias e os registros feitos por outros meios” (CONSELHO INTERNACIONAL DE SÍTIOS E MONUMENTOS – ICOMOS, 1996, p. 5). Embora o documento se refira especificamente ao patrimônio subaquático, essa sugestão pode ser estendida ao patrimônio arqueológico como um todo.

O terceiro aspecto diz respeito à definição de objetivos de pesquisa e ao delineamento minucioso da metodologia aplicada durante a intervenção. A metodologia deve estar de acordo com os objetivos traçados e causar o mínimo de impacto possível. Ademais, o documento aponta que os artefatos e a documentação pós-intervenção constituem a pesquisa. Ora, se constituem a pesquisa são parte do patrimônio arqueológico a ser depositado na instituição de guarda.

Mas que patrimônio é esse? Antes de adentrar o conceito de patrimônio arqueológico, é importante delimitar o que se compreende por patrimônio. Quando se fala de patrimônio, inicialmente pode-se pensar em definições mais relacionadas a bens ou na origem da palavra patrimônio, ligada a hereditariedade ou propriedade.

Para Desvallées e Mairesse (2013), por exemplo, o conceito de patrimônio está atrelado aos bens e às significações, de origem antrópica ou natural, materializados ou não, não restritos a um espaço-tempo, que são transferidos ou agrupados e preservados para difusão de geração a geração.

O conceito de que o patrimônio está além do aspecto material, abrangendo também as expressões que caracterizam uma comunidade, já estava presente na *Declaração de Caracas* (ICOM, 1992). Estava presente também em Lemos (1981) a ideia de que o patrimônio é uma reunião de bens, materiais ou não, relacionados à memória em âmbito coletivo.

Ainda na perspectiva de que o patrimônio está relacionado a bens culturais, tangíveis e intangíveis, não apenas do passado, a partir das indústrias culturais Canclini (1994) traz outras concepções que incluem a questão do uso atual dos bens criados em outros contextos históricos e a incorporação de bens culturais sem distinção de grupos sociais.

Distante dessa ideia de que o patrimônio está ligado a um bem, material ou não, neste estudo a compreensão adotada é de que patrimônio é valor. Um dos princípios básicos desse conceito é de que o valor é de ordem simbólica e diz respeito não aos bens ou aos conjuntos de bens, materiais ou não, mas àquilo a que eles aludem ou simbolizam. Nessa perspectiva, o patrimônio não existe em si mesmo, mas apenas quando lhe é atribuído valor. Se o patrimônio é valor, então é algo simbólico, abstrato, portanto não é material, não é tangível (BORGES; CAMPOS, 2012).

Mas e o patrimônio arqueológico? Segundo a *Carta de Lausanne*, patrimônio arqueológico

é a parte do nosso patrimônio material para a qual os métodos da Arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados (ICOMOS, 1990).

Na *Carta de Sofia*, o ICOMOS (1996) introduz o “contexto arqueológico e natural” na definição com o propósito de abranger as investigações direcionadas para a Arqueologia de Paisagem.

Ainda sobre a conceituação desse tipo de patrimônio, Funari (1988, p. 11) afirma que ele inclui “uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico”, da qual é partícipe. Nos estudos fenomenológicos de Merleau-Ponty (1983), essa “cultura total” é identificada antes mesmo do reconhecimento do conjunto de elementos que a compõem. Trazendo a análise para a discussão do patrimônio arqueológico, essa cultura total pode ser caracterizada pelo próprio sítio arqueológico, evidenciado fundamentalmente a partir da análise da sucessão de ocupações e da disposição espacial de cada contexto.

Essa cultura total de que os autores falam pode ser compreendida a partir do conceito de cultura material, em uma perspectiva mais abrangente que engloba “todo o segmento físico socialmente integrado” (REDE, 1996, p. 278). Nessa perspectiva, a cultura material não é um conjunto de objetos que se somam para formar um todo, mas um conjunto de objetos que estão relacionados, seja por funcionalidade, seja por semelhança ou até por organização ou arranjo do ponto de vista da pesquisa, que é parte da interpretação e da classificação estabelecida em um programa de investigação arqueológica.

Esse conjunto é atribuído de significado ou valor, a partir das relações estabelecidas entre os elementos a que ele está socialmente integrado. E é isso que “torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais”, visto que a

cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante (LIMA, T., 2011, p. 21-22).

Por esse viés, os artefatos, os fragmentos, o sítio arqueológico, os ecofatos, as informações procedentes dos contextos, as ocupações durante as pesquisas arqueológicas e a documentação gerada no âmbito arqueológico, que dão testemunho de si mesmos, das relações e das produções precedentes no espaço, integram (ou melhor, simbolizam) o patrimônio arqueológico.

Por conseguinte, pondera-se que o sítio arqueológico não é uma espécie de depósito inalterado da sucessão de ocupações precedentes; antes, configura-se na reunião de processos que “ocorrem durante a vida do local e então no ponto de abandono, e continuam como processos contínuos naturais e culturais”<sup>27</sup> (DREWETT, 1999, p. 30, tradução nossa), incluindo, nesse âmbito, a própria pesquisa arqueológica. As interpretações sobre essas relações são baseadas não apenas na análise do conjunto de vestígios que compõem o

---

<sup>27</sup> “These take place during the life of the site, then at the point of abandonment, and continue as ongoing processes both natural and cultural” (original).

sítio arqueológico, mas também nas incontáveis interações possíveis entre eles, variando os meios de atingir os resultados expectáveis.

Nessa perspectiva, o patrimônio arqueológico alude a um testemunho das vivências coletivas que contextualiza os dados assimilados durante o percurso de ocupação, tornando-se o elo entre o indivíduo e o contexto em que está inserido. Muito mais que a análise de significados, esse percurso emprega mecanismos cognitivos com o propósito de mediar os elementos que compõem o patrimônio e seu sistema simbólico.

Em virtude dessa compreensão mais ampla do patrimônio arqueológico e da percepção de que, após o processo de intervenção em um sítio arqueológico, os vestígios recolhidos e o registro no âmbito arqueológico serão os principais meios aplicados no avanço das pesquisas científicas, é imprescindível que esses registros sejam precisos para que ofereçam respostas para esclarecimentos que o sítio arqueológico já não pode prover (DREWETT, 1999).

O processo de musealização do patrimônio arqueológico pode concentrar-se em partes específicas ou em um conjunto de elementos, partindo da valorização seletiva de artefatos ou do sítio arqueológico como um todo, ou ainda incluindo todo o conjunto de ocupações, inclusive a pesquisa arqueológica e seus métodos.

E, se patrimônio é valor, quem o atribui no campo da Arqueologia? Quem delimita o sítio arqueológico? Quem o identifica, o define e o classifica? O patrimônio arqueológico é atribuído pelo perito. É esse mesmo especialista que inicia o processo de musealização e organiza as coleções, mesmo antes dos estudos interpretativos, ainda que talvez isso não esteja tão evidente para quem está inserido na pesquisa durante as atividades interventivas.

## **1.2 – Intervenções arqueológicas: métodos e procedimentos aplicados**

Assim como distintos elementos são parte da pesquisa arqueológica, diferentes componentes inseridos no sítio arqueológico, concernentes a características intrínsecas ao espaço, tais como fatores geográficos, químicos, geológicos, físicos e contextuais, e relacionados à pesquisa em si, como a análise interpretativa dos contextos, os objetivos, a viabilidade e a metodologia, devem ser considerados como fontes de informação.

Como visto anteriormente, uma das principais preocupações relacionadas à pesquisa arqueológica são as intervenções, principalmente no que concerne às escavações, uma vez que elas podem preservar ou destruir informações por completo de modo que não possam mais ser acessadas diretamente no sítio arqueológico.

Quanto aos procedimentos aplicados na intervenção, a escavação é apenas um deles e nem sempre é imprescindível. A utilização de estratégias como a prospecção é fundamental na tentativa de avaliar quais métodos são imprescindíveis para a pesquisa alcançar seu escopo.

A prospecção arqueológica pode ser definida como a identificação não destrutiva de artefatos e vestígios em sítios arqueológicos (BATAYNEH, 2011) e pode ser realizada por estratégias assistemáticas ou sistemáticas. As assistemáticas, também conhecidas como oportunísticas, são realizadas principalmente a partir do “levantamento de informação oral junto aos moradores locais sobre prováveis ocorrências<sup>28</sup>”, da vistoria de locais em que eventos naturais ou intervenções humanas deixam a superfície e o subsolo visíveis, e da identificação de “locais com potencial de ocorrência de sítios” (CALDARELLI; SANTOS, 2000, p. 62).

Os métodos de prospecção sistemáticos são distinguidos por: intensivos, em que ocorre um exame direto e minucioso de uma pequena área, com pesquisadores analisando o terreno em intervalos regulares, separadamente, e utilizando o método de quadriculamento<sup>29</sup> com a estratégia de rebaixamento de camadas predefinidas até abranger toda a área de interesse; ou extensivos, em que, a partir de parâmetros administrativos, pertencentes ao mesmo território municipal, por exemplo, se realiza o percorrimto de uma área de maneira relativamente ordenada, buscando principalmente as partes de localização mais provável dos vestígios arqueológicos (FERNÁNDEZ, 2000).

Os métodos de prospecção não destrutivos<sup>30</sup>, segundo Balm e Paterson (2006), são enumerados como: sensoriamento remoto, que é a produção de imagens à distância por meios aéreos; fotografia aérea, cuja interpretação mais detalhada pode ser realizada com um estereoscópio<sup>31</sup>; imagem remota, que são registros fotográficos tirados a partir de naves espaciais ou via satélite, assim como a partir de sistemas como *radio detection and ranging* (RADAR) e *light detection and ranging* (LIDAR), que geram energia, transmitem-na ao solo e captam o sinal de retorno com informações sobre a forma da superfície<sup>32</sup>; fotografia de alta

28 “Ocorrência arqueológica: artefato único ou em pequena quantidade, descontextualizado e observado em determinada área” (DIAS, J., 2019, p. 33).

29 “Corresponde a compartimentação de uma área, como ação resultante de uma divisão lógica e criteriosa, com o intuito de melhorar a identificação de sondagens, contextos de interesse e sua inter-relação espacial” (DIAS, J., 2019, p. 35).

30 O termo “não destrutivo” é utilizado em contraposição à escavação arqueológica com método de investigação destrutivo, visto que, como ressaltado anteriormente, uma vez realizada essa forma de intervenção ela não pode ser revertida e as informações que não forem registradas não podem mais ser acessadas.

31 Instrumento de óptica no qual duas imagens planas, superpostas pela visão binocular, dão a impressão de uma única imagem em relevo (ESTEREOSCÓPIO..., 2019).

32 Os autores apresentam outros sistemas, como o SIR-C, que sintetiza artificialmente uma antena para aumentar a resolução; o SAR, transportado em altitudes mais baixas por aeronaves; o AIRSAR/TOPSAR, da NASA, que permite a visualização da forma topográfica de estruturas; e o IFSAR e o SAR, que gera mapeamentos de alta resolução.

altitude, uma imagem panorâmica de alta resolução captada via satélite; imagiologia multiespectral, que aplica sensores de radiação eletromagnética visível; imagem térmica, que pode ser adquirida por meio de diferenças de temperatura, por aparelho multiespectral ou por telas de infravermelho.

Há ainda os métodos intrusivos ou semi-intrusivos de identificação utilizados durante a pesquisa de reconhecimento<sup>33</sup>, que pode ser realizada através de sistemas de georreferenciamento por instrumentos digitais, como o sistema de informação geográfico (SIG), o *global positioning system*<sup>34</sup>(GPS) e as fotografias aéreas ou satelitais (RENFREW; BAHN, 2015), ou, ainda, por meio de caminhamentos com o intuito de mapear vestígios arqueológicos visíveis, que vão desde a própria paisagem até artefatos encontrados na superfície do solo, possibilitando a identificação de acampamentos ou da produção de artefatos, considerando os sítios arqueológicos com contextos pré-coloniais (BALME; PATERSON, 2006).

Outros métodos de pesquisa realizados na prospecção são o uso de detector de metais, dispositivo que detecta ondas eletromagnéticas e pode ser utilizado como parte da pesquisa geofísica e para verificar a existência de fragmentos metálicos – que podem auxiliar inclusive na detecção de áreas com potenciais arqueológicos –, e a pesquisa geoquímica, através da análise da concentração de elementos químicos no solo buscando detectar áreas de ocupação humana – seu método mais conhecido é a procura por concentração de fosfato e existem outros que se detêm na busca por metais pesados, como chumbo (GRANT; GORIN; FLEMING, 2001).

Se, por um lado, há sítios arqueológicos cujas evidências estão visivelmente expostas, principalmente os que configuram vestígios arquitetônicos ou, ainda, são localizados e recolhidos por métodos prospectivos, a maior parte dos contextos está encerrada por várias camadas de terra e não é acessada de outra forma senão pelo método de escavação.

É importante ressaltar que, mesmo que durante a realização das prospecções seja identificada a existência de artefatos e outros vestígios e confirme-se a possibilidade de efetuar a escavação, o propósito da pesquisa científica se perderia com a mera retirada do objeto em bom estado de conservação e sua posterior acomodação em exposição museológica sem registro preciso sobre seu contexto.

Com efeito, a ausência de registro detalhado durante o processo de coleta desconsidera a potência adquirida pelo artefato quando associado ao contexto, prejudicando

---

33 Se a área do sítio arqueológico é vasta, normalmente se utiliza a estratégia de amostragem aplicada de forma arbitrária, ordenada ou por tipo de estratigrafia, com o propósito de analisar espaços compostos por paisagens distintas (BALME; PATERSON, 2006).

34 Sistema de posicionamento global.

o direcionamento das investigações para a análise dos processos de ocupação e restringindo-as aos vestígios gerados por esses processos (RENFREW; BAHN, 2015). Por outro lado, não é viável a recolha de todos os objetos do sítio arqueológico e, mesmo que isso fosse possível, a curadoria desses bens nas instituições de salvaguarda, refletindo sobre as atuais circunstâncias internacionais, seria impraticável.<sup>35</sup>

Nesse sentido, uma análise cuidadosa e bem fundamentada deve ser realizada ao eleger a recolha de vestígios, pois, diferentemente do que acontece em pesquisas em fontes bibliográficas, que podem ser consultadas posteriormente, caso seja necessária uma nova coleta de dados durante o processo de análise laboratorial o pesquisador não pode simplesmente decidir retornar à fase de escavação em busca de outro fragmento ou artefato para completar suas interpretações.

A estratégia de escavação, segundo Lloret (2001), é a retirada ordenada dos sedimentos arqueológicos estratificados com a finalidade de localizar e recolher vestígios. Ademais, para Drewett (1999, p. 107, tradução nossa), o objetivo é de “identificar, definir, descobrir, datar e – compreendendo processos de transformação – interpretar cada contexto arqueológico em um sítio”<sup>36</sup>.

Ao eleger o processo de escavação como imprescindível para a pesquisa, duas questões devem estar bem clarificadas: uma é que, mesmo que não ocorra a retirada de objetos do sítio arqueológico, os deslocamentos físicos e químicos, entre outros, alteram a área de maneira irreversível; a outra é que, ao acessar os vestígios, a procura de respostas para inquietações oriundas de uma investigação específica inviabiliza a retomada das fontes.

### 1.2.1 – Escavação: métodos, estratégias e abordagens

Escavação é a retirada de camadas estratigráficas em ordem inversa à ordem em que foram depositadas. Em sentido arqueológico, o processo de estratificação resulta da ação de agentes naturais e antrópicos, individualmente ou em conjunto, que são divididos em três grupos: 1) erosão/destruição, vinculada à ausência de uma ou mais camadas; 2) movimento/transporte, relativo ao deslocamento de evidências arqueológicas; 3) depósito/acumulação, relacionado com a camada e com o contexto arqueológico (CARANDINI, 1991).

35 Para mais informações sobre o assunto, consultar Ballardo e Mendonça (2018).

36 “[...] identify, define, uncover, date, and by understanding transformation processes – interpret each archaeological context on a site” (original).

Os estudos sobre os processos de estratificação deram origem ao que se chama de leis da estratigrafia, que, segundo Harris (1989), são elencadas como: lei da superposição, que estabelece que as camadas são escavadas em ordem inversa à deposição inicial, com as mais novas acima das mais antigas; lei da horizontalidade original, que afirma que, de forma geral, a deposição de camadas ocorre em sentido horizontal, em decorrência de agentes naturais; lei da continuidade original, que diz que os percursos deposicionais são delineados por bordas em sentido vertical sinalizando que houve movimentação ou transporte de evidência; lei da sucessão estratigráfica, que assegura que cada nível estratigráfico tem sua posição relativa a partir da camada adjacente superior mais antiga e da inferior mais recente.

Ao considerar as camadas arqueológicas no processo de escavação, realizando o rebaixamento de acordo com o formato dos estratos, o método aplicado é o estratigráfico, em que as camadas arqueológicas são concebidas como vestígios e, portanto, são cavadas segundo o corte e o perfil específicos de cada uma delas (LLORET, 2001). Outro método aplicado na retirada das camadas arqueológicas é conhecido como arbitrário, que pode ser executado de acordo com sua viabilidade, priorizando a conservação dos artefatos a serem coletados ou a remoção de níveis preestabelecidos (HARRIS, 1989).

Um grau de dificuldade maior para discernir os estratos naturais, seja por serem muito espessos, seja em decorrência da coloração e da textura ou, ainda, por imposição de um cronograma apertado para a realização do trabalho de campo torna mais provável a aplicação do método por níveis predefinidos em uma escavação.

Em muitos casos, é somente durante o processo de escavação que se evidencia o perfil estratigráfico, possibilitando a constatação do limiar entre os substratos e entre as texturas. Quando essas evidências se tornam acessíveis enquanto parte do patrimônio arqueológico, precisam ser registradas. Normalmente, isso é efetuado por meio de desenhos dos perfis estratigráficos e fotos, que refletem uma fração do trabalho interpretativo da pesquisa.

Desenhos dos perfis associando o registro de camadas naturais e artificiais são utilizados como método de documentação de campo no âmbito arqueológico, mas podem ser imprecisos quando a deposição não é horizontal. Além disso, existe a possibilidade de extravio de informações quando um mesmo corte artificial coincide com dois ou mais níveis naturais (BALME; PATERSON, 2006).

Quanto às estratégias utilizadas no processo de escavação, a perfuração arbitrária, mais tarde estendida para o procedimento técnico denominado trincheira, é vastamente

empregada quando o propósito é a retirada volumosa de substrato de áreas retangulares ou quadrangulares em localizações circunstanciais no sítio arqueológico (ROSKAMS, 2001).

Wheeler (1981) criou um mecanismo para determinar a posição horizontal dos artefatos que consiste na separação das quadrículas por uma espécie de moldura com largura de cerca de 50 centímetros que, por fim, acaba dificultando a identificação dos estratos. Em virtude disso, a remoção das camadas no método Wheeler se dá em níveis artificiais.

Outra estratégia, a *open area* é um recurso para lidar com a falta de visibilidade horizontal, aplicando o rebaixamento em uma área ampla do sítio arqueológico (LLORET, 2001) e tratando a própria estratigrafia como evidência arqueológica equiparada aos artefatos.

Há ainda outra questão a ressaltar neste tópico, que está relacionada com as metodologias e estratégias interventivas utilizadas na Arqueologia, que por sua vez têm relação com a abordagem conceitual que fundamenta o trabalho de pesquisa. Duas abordagens são especialmente impactantes no desenvolvimento das atividades de campo: a Arqueologia Processual e a Pós-Processual.

A Arqueologia Processual, criada nos Estados Unidos na década de 1960 e encabeçada por Lewis Binford, “é uma abordagem que considera a cultura como um sistema que tem por principal propósito adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos” (SYMANSKI, 2009, p. 4).

A Arqueologia Processual fundamenta-se no estudo da cultura material para compreender as transformações culturais, “apoiando-se apenas em generalizações universais sobre as relações entre cultura material e comportamento humano, a fim de traduzir os dados arqueológicos em informações sobre este comportamento” (TRIGGER, 2004, p. 436).

A contribuição mais impactante da Arqueologia Processual está relacionada aos métodos de intervenção e ao tratamento e à ordenação dos dados das pesquisas arqueológicas. Entre os subsídios estão:

- 1) ênfase na descoberta e adoção de novas formas de obter e de evidenciar informações do registro arqueológico a partir de aportes oriundos, entre outros, da geologia, ecologia, paleontologia, paleobotânica, economia;
- 2) explícitos projetos de pesquisa visando amostragens em relação a determinados elementos e escavações;
- 3) uma multiplicidade de tipologias de artefatos problematicamente orientadas;
- 4) amplo uso de análises quantitativas, especialmente estatísticas, com os mais variados aportes da informática;
- 5) pioneirismo e grande estímulo para com o uso e fundamentação teórica na e da pesquisa etnoarqueológica e a importância da analogia etnográfica como fonte de hipóteses (REIS, 2003, p. 89).

A Arqueologia Processual fundamenta-se em métodos estatísticos para recolher e verificar os dados de pesquisa, e busca compreender o comportamento humano a partir de normas sociais e culturais, que devem ser verificadas e interpretadas (SYMANSKI, 2009). As contribuições da Nova Arqueologia, como também é conhecida a Arqueologia Processual como abordagem de investigação, relacionadas aos métodos e registros de atividades de campo são tratadas por autores que desenvolveram pesquisas nessa perspectiva, tais como Binford (1972), Clarke (1972), South (1978) e Miller (1980).

Nos anos 1980, uma nova abordagem conceitual foi proposta se contrapondo à Nova Arqueologia, fundamentada na ideia de que a cultura material é um componente dinâmico nas relações sociais e pode evidenciá-las ou encobri-las. Parte do princípio de que a pesquisa arqueológica deve explorar “todos os aspectos possíveis de uma determinada cultura arqueológica a fim de compreender o significado de cada uma de suas partes” (TRIGGER, 2004, p. 426).

Dentro dessa abordagem conceitual, de acordo com Hodder e Hutson (2003, p. 51, tradução nossa), “todas as análises arqueológicas são baseadas em categorias subjetivas (tipos de vasilhas, identificação de sítios etc.) e relações estruturais ou sistêmicas não observáveis (reações positivas e negativas, relações de troca e assim por diante)”<sup>37</sup>, portanto o pesquisador atribui significados antes de estabelecer relações entre e por trás de unidades de análise.

Nessa perspectiva, essa corrente conceitual compreende que os vestígios arqueológicos podem ser comparados a textos que carecem de interpretação e podem ter múltiplas leituras a partir de elementos subjetivos advindos de fatores sociais e culturais que compõem as “identidades” que fundamentam “os discursos arqueológicos” (REIS, 2003, p. 80).

Para a Arqueologia Pós-Processual, três fatores são essenciais no processo de pesquisa arqueológico: ter ciência de que os indivíduos não são meros elementos passivos de uma cultura e sim membros ativos que podem endossar ou desabonar as normas sociais; compreender que processos cognitivos desses agentes devem ser inseridos nas interpretações da pesquisa; e, por fim, perceber “que as variáveis e transformações sociais devem ser, e na verdade apenas podem ser, entendidas em termos históricos” (ORSER, 1992, p. 74).

As contribuições da Arqueologia Pós-Processual trazem a possibilidade de perceber outros aspectos durante a pesquisa de campo e observar questões que estão além dos

---

37 “All archaeological analyses are based on subjective categories (pot types, settlement sites, etc.) and unobservable structural or systemic relationships (positive and negative feedback, exchange relationships and so on)” (original).

vestígios materializados. Essas colaborações podem ser conhecidas a partir de pesquisas tais como as de Hodder e Hutson (2003), Schanks e Tilley (1987) e Deetz (1996).

Cada uma dessas abordagens conceituais traz suas contribuições, quer seja para a organização e coleta de dados de forma mais detalhada, no caso da Nova Arqueologia, quer seja pela inclusão da subjetividade daquele que realiza a pesquisa, no caso da Arqueologia Pós-Processual. O interessante é que tanto uma característica quanto a outra são essenciais para compreender e assegurar que as atividades arqueológicas durante as intervenções não sejam apenas incorporadas ao processo de ocupação do sítio arqueológico, mas também compreendidas como parte do sítio arqueológico, como será discutido em tópicos à frente.

A Arqueologia ocupa-se de sistemas complexos, com variáveis inconstantes que auxiliam na definição do método e da estratégia de escavação, assim como de abordagens conceituais utilizadas. No projeto, estão presentes elementos como cronograma e orçamento, além do objetivo, que pode ser a recuperação de artefatos com foco no estado de conservação ou a compreensão do contexto analisando os estratos como fonte de informação, priorizando respectivamente níveis artificiais e naturais.

Não é apenas em função de fatores de pesquisa pré-campo que os métodos são eleitos. Durante o processo de intervenção, fatores como a quantidade de camadas e a semelhança entre elas, o posicionamento dos artefatos e o contexto arqueológico podem não apenas interferir na escolha do método, mas também, se necessário, colaborar para a definição de novos direcionamentos.

Outra questão é, como já considerado, que a pesquisa de campo é também uma forma de ocupação, mas, diferentemente dos contextos anteriores, pertencentes à sequência ocupacional, a documentação na esfera arqueológica passa a ser um registro intencional que, embora não desprovido de interpretações, por gerar um testemunho intencional do contexto pode se tornar uma fonte de informação mais completa para pesquisas posteriores.

### **1.3 – Gestão de coleções arqueológicas**

Entre o final do século XX e o início do XXI, uma vertente científica da Espanha passou a compreender a gestão de coleções como um conjunto de procedimentos cujo propósito é sistematizar e viabilizar a acessibilidade “das coleções institucionais” e das informações a elas associadas, abarcando o processo de guarda, acondicionamento, deslocamento, conservação, análise, salvaguarda e documentação (MONTEIRO; LARA, 2014).

A despeito de ser um conceito reduzido às questões técnicas, entende-se que a gestão de coleções diz respeito ao grupo de procedimentos legais, técnicos ou éticos que tratam da composição, estruturação, organização, incorporação, preservação e interpretação das coleções (LADKIN, 2004, p. 17).

Nesse panorama, documentos como os protocolos de ingresso e de catalogação, manuais de conservação e regimentos internos são instrumentos que contribuem para a elaboração, o desenvolvimento e o funcionamento da política de gestão. Essas diretrizes permeiam a gestão de coleções direcionada tanto aos meios de conservação dos bens como à pesquisa e à documentação (PADILHA, 2014).

Entendendo que esses procedimentos legais, éticos e técnicos estão relacionados tanto com as questões documentais quanto com as de conservação<sup>38</sup>, a gestão de coleções não é algo cartesianamente separado. A conservação dos artefatos, em conjunto e individualmente, é tão importante quanto a documentação no processo de gestão de coleções e elas estão entrelaçadas. Como exemplo, procedimentos técnicos relacionados à documentação, como a marcação de um objeto, precisam considerar questões de conservação, que dizem respeito desde à localização física em que o número de registro é fixado até ao tipo de material empregado para realizar esses procedimentos.

Apesar da compreensão de que a gestão de coleções é um processo dinâmico, contínuo, que envolve aspectos intrincados da documentação e da conservação, este estudo está direcionado para discutir as contribuições da documentação museológica no âmbito da gestão de coleções. Em virtude disso, as discussões e as abordagens aqui apresentadas concentram-se nos aspectos ligados à documentação em detrimento de abordagens associadas à conservação de coleções museológicas.

A história do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC)<sup>39</sup>, desde sua origem, tem mostrado que as instituições e especialistas nelas inseridos têm se esforçado para elaborar instrumentos e táticas que colaborem para as atividades relacionadas à gestão e à documentação de coleções, e as conferências anuais têm trazido à tona a necessidade da padronização nessa área da Museologia (MATOS, 2007). Prova disso é a tradução para o português da *Spectrum 4.0*, que foi elaborada com o propósito de “ampliar a capacidade de aplicação das normas com base em roteiros aplicados à gestão de processos” como parte do “esforço de normalização de uma terminologia na área da documentação em museus” (CIDOC, 2014b, p. 11).

---

38 Para se aprofundar nessas três características direcionadas para a conservação, consultar Froner (1995), Clavir (1994), Soares (2007) e Bradley (2001), entre outros.

39 *International Committee for Documentation of the International Council of Museums (ICOM)*.

Contudo, a mera elaboração de instrumentos como uma base de dados a partir da transposição direta dos conteúdos documentais sem uma organização preliminar e desvinculada da conjuntura geral de informações não é suficiente se o conhecimento gerado a partir dessa elaboração não consegue ser compreendido. A implantação da normatização de ferramentas torna-se viável a partir da elaboração de um sistema de gestão de coleções baseado na organização de dados estabelecida antecipadamente (MATOS, 2007).

Dentro do processo de gestão, a catalogação dos bens arqueológicos é primordial para a cadeia de processos que se desenvolve em torno das coleções, relacionada à conservação, à pesquisa ou à extroversão do patrimônio, e pode ser compreendida como o grupo de dados primários relativos a cada elemento que compõe as coleções (SULLIVAN; CHILDS, 2003).

A catalogação dos vestígios arqueológicos conta com a elaboração de um sistema de registro e numeração<sup>40</sup> que subsidia o “tratamento da informação”, associando os objetos aos dados primários concernentes a eles. No entanto, a ausência de uma normatização em âmbito tanto nacional como internacional impele as instituições de guarda a estabelecer “uma sistemática própria, segundo sua conveniência” (CÂNDIDO, M. I. 2006, p. 38).

No estudo da Arqueologia, a interpretação e as análises dos processos de ocupação estão estreitamente relacionadas com a associação das evidências à sua localização dentro do sítio arqueológico. Por isso, na catalogação é fundamental associar um artefato com seu contexto arqueológico ou sua procedência, e Sullivan e Childs (2003) a apontam como uma etapa tipicamente realizada em laboratório.

No entanto, ao analisar os processos de pesquisa em campo percebe-se que o sistema de numeração é criado durante a intervenção para definir áreas, seja por meio do método de quadriculamento, seja com trincheiras ou qualquer outra estratégia. Dessa forma, a sistematização na qual se baseia o processo de catalogação tem como origem o processo ocupacional da equipe de pesquisa no trabalho de campo, colaborando também com o trabalho interpretativo realizado na fase de curadoria no laboratório.

Cada pesquisador(a) estabelece a sistematização das coleções recolhidas em campo de acordo com os métodos e as estratégias empregados durante a intervenção e, portanto, esse catálogo pode ser extremamente variado. Como abordado no item sobre procedimentos e estratégias de intervenção na Arqueologia, até mesmo a priorização do rebaixamento das camadas, em sentido horizontal ou vertical, interfere na ordenação do sistema numérico aplicado aos vestígios.

---

40 O sistema de registro ou de numeração estabelece a organização codificada ou numérica com o propósito de identificação ou referência individual, servindo como elemento de controle dos objetos e indexação das informações.

Campanhas posteriores num mesmo sítio arqueológico advindas de pesquisas com outros profissionais que preferiram descontinuar o sistema implantado pelo(a) colega e proceder à ocupação da área de forma distinta, seja porque a pesquisa tinha objetivos diferentes, seja por questões de viabilidade orçamentária e de cronograma ou por qualquer outro impasse, podem gerar sistemas de numeração completamente discrepantes.

Essas peculiaridades aumentam a complexidade do processo de gestão das coleções incorporadas numa instituição, cuja catalogação é essencial para o controle e a indexação dos artefatos, dos documentos a eles associados e, é claro, dos dados primários que estão incorporados ao sistema de registro da instituição, respondendo a questões relacionadas ao quantitativo e também às informações. Uma forma de remediar esse problema pode ser a criação de um documento de diretrizes que auxilie o(a)s pesquisadore(a)s que desejam depositar coleções na instituição a utilizar parâmetros que contribuam para que o sistema de registro seja, ainda que minimamente, consistente.

No caso específico da Arqueologia, Mendonça e Santos (2017, p. 136) defendem que a gestão de coleções propicia o fluxo da informação e sua difusão e, conseqüentemente, possibilita que em épocas atuais se tenha acesso ao conhecimento dos “processos culturais dos grupos sociais, fortalecendo e preservando identidades culturais”.

Como visto no início deste subtópico, desde finais do século XX a gestão de coleções é compreendida como parte de uma série de atividades técnicas (TORRES, 2002), entre outros processos, integrada também pela documentação, viés eleito nesta pesquisa para tratar da musealização do patrimônio arqueológico.

#### **1.4 – Documento: conceitos advindos da Arqueologia e da Museologia**

Algo interessante que aproxima as duas áreas ao analisar o termo documento, para além de os dois campos tratarem de documentos tridimensionais – objetos, artefatos, vestígios –, é a importância do contexto a que esses documentos pertenceram e a recolha, a análise e o assentamento de dados em instrumentos de registro. O máximo que se pode fazer é coletar dados físicos, mas sem as informações contextuais qualquer objeto se torna apenas mais um objeto.

Um artefato no campo arqueológico sem a documentação arqueológica não serve para absolutamente nada, porque perde o sentido do ponto de vista da pesquisa arqueológica. E, diferentemente de um livro em uma biblioteca ou de um documento textual

em um arquivo, dos quais um usuário pode ler informações diretamente, um objeto museológico apartado da sua documentação não pode ser lido.

Isso porque a “leitura” de objetos diz respeito somente às suas características observáveis; não existem significados inerentes a eles, ao contrário do pressuposto de Cândido (2006, p. 34) “de que os objetos/documentos são suportes de informação” e de que “o grande desafio de um museu é preservar o objeto e a possibilidade de informação que ele contém e que o qualifica como documento”.

A oposição a essa prerrogativa está atrelada a duas questões: a primeira é que o objeto não contém informação, pois seus “atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos” (MENESES, 1998, p. 91). As informações, portanto, são atribuídas no momento em que são levantados questionamentos e é importante ressaltar, assim como a Arqueologia Processual, que existe um subjetivismo daquele que pergunta, relacionado tanto às indagações que são feitas como às respostas que são procuradas e encontradas.

A segunda é que os objetos museológicos são mais que suportes de informação; eles também são instrumentos de representação, uma vez que “a compreensão contemplou para as representações musealizadas o reconhecimento na categoria Documentos” (LIMA, 2012, p. 41). Nessa perspectiva, o objeto museológico é uma representação, um testemunho, uma prova da existência do objeto museal<sup>41</sup>, como um documento. Essa representação, por sua vez, também possui instrumentos de representação através das ferramentas de registro, indexação e classificação que compõem o sistema de documentação museológica.

Ao mesmo tempo que o objeto museológico é um instrumento representativo do objeto museal, também compõe aquilo que simboliza. Ou seja, o objeto museológico não é uma pura alusão àquilo que representa, mas parte daquilo. Dessa forma,

A peça tradicional de museu, um item, um fato tridimensional, é apenas um dado de um complexo de informações museológicas, de uma mensagem. Não temos museus por causa dos objetos que eles contêm, mas por causa dos conceitos ou ideias que esses objetos ajudam a transmitir<sup>42</sup> (SOLA, 1986, p. 15).

O interessante é que a peça de museu não transmite ideias; ela ajuda ou auxilia nesse processo. E, apesar de o objeto ser apenas uma parte de um conjunto que compõe a

41 Conforme o referencial teórico utilizado neste trabalho como sendo o objeto de estudo da Museologia (NASCIMENTO, 1994).

42 “The traditional museum piece, an item, a three-dimensional fact, is only a data of a complex of museum information, of a message. We do not have museums because of the objects they contain but because of the concepts or ideas that these objects help to convey” (original).

informação, ele também é a parte, visto que foi selecionado para ser o representante desse conjunto. Essa informação aqui referida, da qual o objeto faz parte e que ele representa, está implicada ou relacionada com “conhecimento (emoção/razão), registro (sensação, imagem, ideia) e memória (sistematização de ideias e imagens e estabelecimento de ligações)” (GUARNIERI, 2009, p. 205).

Para esta pesquisa, essas características ligadas à informação – conhecimento, registro e memória – devem estar presentes naquilo que é o documento, testemunho, instrumento de representação e parte do próprio conjunto de informação, a saber, do objeto museológico.

Quanto à perspectiva arqueológica sobre documento, o subtópico que tratou de abordagens conceituais na Arqueologia destacou que na Arqueologia Pós-Processual os vestígios são comparados a textos que podem ter diversas interpretações. Segundo Reis (2004, p. 97), é Ian Hodder “que salienta [...] essa ênfase na real possibilidade de se ler o documento/cultura material”.

Na perspectiva proposta por Hodder (1988), os vestígios não são um símbolo aleatório, são representações cuja compreensão depende da leitura que é subjetivamente fundamentada em teorias e métodos criados pelos arqueólogos. Nesse ponto, de forma semelhante ao que foi dito na perspectiva museológica, os artefatos não possuem respostas em si mesmos e sua interpretação depende da abordagem conceitual e metodológica aplicada no processo de pesquisa.

Então, na perspectiva arqueológica, o que pode ser considerado documento? Todos os vestígios ou artefatos que constituem o que se denomina cultura material, “desde os utensílios até as estruturas de todo tipo e, inclusive, as paisagens, na medida em que elas são alteradas pela ação humana e apropriadas culturalmente” (MENESES, 1980). Ou seja, tudo que foi criado ou transformado pela ação antrópica se torna um testemunho, ou um documento, desse processo.

No entanto, para a Arqueologia a pesquisa vai além dos objetos isolados e busca as relações contextuais (JOHNSON, 2000) que, dentro da perspectiva pós-processual, são elementos essenciais, uma vez que a partir do documento/da cultura material analisada podem-se acessar informações contextuais sobre indivíduos ou até mesmo sobre ideias.

Além dos próprios vestígios e dos contextos, há ainda outro elemento que compõe o documento do ponto de vista arqueológico, que é o significado ou símbolo (REIS, 2004). Esse elemento amplia o conceito, uma vez que não restringe a cultura material às suas características físicas, mas inclui nelas sua dimensão imaterial, ou seja, o(s) sistema(s)

simbólico(s) em que esses vestígios estiveram inseridos e nos diversos contextos a que pertenceram.

Nesse sentido, observa-se que o conceito de documento para as áreas da Museologia e da Arqueologia possui aproximações não apenas pelo tratamento de objetos como testemunhos, mas também pela preocupação com o contextual e por, nos dois casos, esses testemunhos serem representações de ideias e significados aos quais os objetos estavam atrelados em outras conjunturas.

Uma vez que foram apresentadas as abordagens teóricas que trazem os conceitos de documento adotados para esta investigação no âmbito das duas áreas, o próximo passo é trazer reflexões sobre a documentação nas duas áreas de estudo, Arqueologia e Museologia, separadamente.

### **1.5 – Documentação no âmbito arqueológico**

A documentação, no âmbito da Arqueologia, é gerada ao longo de todo o processo de investigação, antes mesmo de se iniciarem as intervenções, após a finalização da pesquisa e depois das análises laboratoriais, quando os dados interpretativos são reportados em documentos técnicos. O uso do material e dos registros elaborados a partir dele para fundamentar pesquisas científicas que resultem em artigos, teses e outros textos semelhantes insere esses novos títulos como parte da documentação.

A documentação do patrimônio arqueológico é o conjunto de registros gerados antes, ao longo e depois de um projeto, e abarca formulários e anotações de campo e de laboratório, bancos de dados, mapas, fotografias, vídeos, áudios, resultados de análise preliminar, resultados de análises científicas, administrativas e registros legais, assim como relatórios preliminares e finais e artigos publicados (SULLIVAN; CHILDS, 2003).

Para Fowler e Givens (1995), a documentação na esfera arqueológica pode ser desmembrada em quatro classes: documentação administrativa, correspondente ao escopo teórico da investigação, que inclui o projeto e informações orçamentárias; documentação de procedência, gerada durante a intervenção; documentação analítica, criada no laboratório na fase interpretativa da pesquisa; e relatórios do projeto, associados aos resultados encontrados após as análises das evidências arqueológicas.

O projeto de pesquisa é o passo inicial de qualquer investigação, o que não poderia ser diferente no campo da Arqueologia. Essa proposta inicial integra a documentação que compõe os registros do patrimônio arqueológico, por isso é importante que contenha de

forma clara as informações que vão guiar o processo de pesquisa. As principais delas são o objetivo e o problema de pesquisa, que não devem estar presentes apenas em estudos acadêmicos, mas precisam também ser expostos nos trabalhos de Arqueologia Preventiva.

Em casos como um trabalho de licenciamento ambiental, a pesquisa arqueológica pode parecer ser engolida pela estrutura do empreendimento e, por isso, pode-se atribuir pouca ou nenhuma importância para determinar metas e objetivos próprios, mas, ao considerar o montante de pesquisas na Arqueologia de Contrato anualmente em todo o país, fica evidente a importância de objetivos e metas específicas no âmbito da pesquisa arqueológica (BLACK; JOLLY, 2003).

No caso da pesquisa arqueológica é importante, ao definir objetivos e metas, considerar os processos de ocupação e o contexto, além das relações com a produção de pesquisa desenvolvida anteriormente e, obviamente, os métodos de pesquisa eleitos para responder às questões elaboradas. Esses fatores são importantes porque, de certa forma, contribuem para estimar o orçamento do projeto, bem como sua viabilidade (BURKE; SMITH; ZIMMERMAN, 2008).

Além disso, outros itens<sup>43</sup> são essenciais para o conteúdo do projeto, como a previsão de preservação de estruturas *in situ*; critérios de triagem ou seleção do material para compor a coleção; cronograma de atividades de campo e de análise em laboratório; proposta de atividades de difusão da pesquisa; composição da equipe de trabalho, que, quando é interdisciplinar, com a presença de profissionais como conservador(a) e museólogo(a), traz mais contribuições para a pesquisa; metodologia de intervenção; diagnóstico do local da pesquisa; e métodos de higienização e acondicionamento a partir dos critérios de conservação.

Quanto à documentação de procedência criada a partir dos registros de campo, a precisão, a clareza e a associação com o material arqueológico são essenciais para conferir significado ao patrimônio arqueológico, e isso inclui não apenas a localização de onde os bens foram retirados, mas também os recursos para realizá-lo (LIMA, T., 2007), assim como anotações nos diários de campo, fotografias, vídeos, croquis de perfis estratigráficos, mapa de localização de estruturas e evidências arqueológicas.

Durante a intervenção, o trabalho arqueológico de pesquisa deve ser considerado como parte da sequência de ocupação, pois as atividades desenvolvidas de organização, análise, interpretação e coleta nesse espaço por um tempo definido o modificam. Considerando que a equipe de pesquisa tem acesso, atualmente, a recursos e

---

43 Esses elementos para compor o projeto são sugeridos pelo Protocolo de Ingresso de Acervo Arqueológico do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (PORTO ALEGRE, 2018b), analisado no capítulo 2 deste trabalho.

conhecimentos que seus ancestrais, em períodos pré-coloniais ou coloniais, não tinham, faz-se necessário que entendam a importância do registro durante o trabalho, tratando sua interação com o espaço como parte do processo de ocupação, e da disponibilização dessas informações, que devem ser geradas meticulosamente.

A documentação analítica elaborada durante a pesquisa em laboratório inclui gráficos, tabelas de dados, classificação, catalogação e interpretação das informações coletadas, além dos processos relacionados à conservação, como fotos e descrições dos processos de higienização e acondicionamento. Essa fase da documentação é essencial, sobretudo, para o gerenciamento das coleções, como será visto no próximo tópico, principalmente no que concerne à indexação das informações para posteriores pesquisas, à reinterpretção do material e à divulgação através de exposições (RENFREW; BAHN, 2015).

Assim como a pesquisa de campo, essa etapa do trabalho é direcionada pelo objetivo e pelas questões propostas no projeto, mas também é altamente dependente dos registros realizados em campo, que servirão de base para a elaboração dos dados interpretativos, cujos resultados são disponibilizados nos relatórios parciais e finais da pesquisa.

Os relatórios trazem as informações relativas a cada fase da pesquisa e o seu produto final, e devem incluir as notas de campo e de laboratório, mapas, fotos e os demais registros gerados no processo de pesquisa (DREWETT, 1999). Esses documentos têm valor inestimável para estudos futuros, portanto sua preservação e difusão é essencial, e devem ingressar na instituição de guarda junto com as coleções, arquivados de maneira a serem facilmente acessados junto com os bens arqueológicos a eles associados. Por isso, é imprescindível que os museus tenham protocolos de endosso estabelecidos.

A documentação de origem arqueológica precisa ser preservada tanto quanto as próprias coleções porque é fonte de informação que não pode ser dissociada do patrimônio arqueológico, uma vez que é parte integrante deste. As instituições que o incorporam precisam, além de estabelecer protocolos para que os registros sejam também entregues, mantê-los acondicionados próximos às coleções, cuidando para que não sejam extraviados e para que a disponibilidade de consulta de ambos possa ser simultânea, evitando dessa forma lacunas na documentação no campo arqueológico.

Segundo Zanni, Lučić e Rosa (2019), essas lacunas estão relacionadas à ausência das fontes de informação que compõem a documentação do patrimônio arqueológico: pesquisas arqueológicas publicadas anteriormente, mapas históricos e modernos, análise por sensoriamento remoto (sempre que possível), análises espaciais pelo sistema de

informação geográfica (SIG), fontes históricas escritas e pesquisa arqueológica de superfície.

As lacunas são criadas não apenas pelo extravio ou pela ausência de diretrizes como os protocolos, nas instituições que incorporam essas coleções, para obrigar os pesquisadores a depositar a documentação junto com as coleções. Grande parte dessas lacunas é gerada durante a pesquisa arqueológica, em virtude do cronograma ou da falta de orçamento, o que dificulta a produção de um trabalho mais encorpado principalmente na pesquisa pré-campo e durante a intervenção, como será abordado no próximo capítulo. Outra questão que deve ser considerada é a configuração da documentação depositada na instituição; os formatos impresso e digital facilitam o acesso para pesquisas futuras, visto que, assim como o quantitativo de material gerado é enorme, o dos registros arqueológicos também o é.

Esses documentos contribuem amplamente para a preservação do patrimônio arqueológico a longo prazo, portanto a ética profissional deve impulsionar o(a)s pesquisadore(a)s em Arqueologia a conscientizar-se sobre sua parcela de responsabilidade nesse processo em vez de considerar que essa tarefa cabe apenas aos curadores e gestores. Isso poderia contribuir para um maior compromisso com a etapa *a posteriori* de preservação e a inclusão de conteúdos programáticos direcionados para curadoria e gestão de coleções nos cursos de formação da área<sup>44</sup> (SULLIVAN; CHILDS, 2003).

Como visto anteriormente, tem crescido o interesse nos estudos sobre musealização do patrimônio arqueológico, contudo ainda há um longo caminho a percorrer não apenas no que concerne à compreensão que os profissionais da área de Museologia precisam estabelecer sobre a dimensão do patrimônio arqueológico, mas também quanto à necessidade de compreensão dos que desenvolvem pesquisas – principalmente as que geram coleções, no campo arqueológico – da importância das contribuições do âmbito museológico.

Essa percepção vem florescendo entre o(a)s arqueólogo(a)s, todavia isso tem se mostrado mais evidente entre os profissionais que estão inseridos no âmbito de instituições museológicas, como será demonstrado nos capítulos seguintes relacionados aos estudos de caso, visto que nas três instituições analisadas essa preocupação fica patente. Mas, mesmo entre os profissionais que se deparam com o complexo problema da gestão de coleções arqueológicas e chegam a se unir para a criação de documentos como protocolos para direcionar o tratamento desse patrimônio, nota-se a dificuldade em persuadir seus pares sobre a relevância de participar desse processo.

<sup>44</sup> Esses conteúdos programáticos ligados a curadoria e gestão estão relacionados a campos de estudos interdisciplinares que podem contribuir para a formação em Arqueologia, tais como a Conservação e a Museologia.

Em vista do vultoso quantitativo de material gerado tanto no que corresponde aos bens arqueológicos quanto na documentação elaborada no processo de investigação e preservação desse patrimônio, é crucial incluir a gestão de coleções nas discussões referentes à musealização, pois o gerenciamento deve ser continuado e precisa de um programa bem estruturado no âmbito da instituição de salvaguarda.

## 1.6 – Documentação no campo museológico

Antes de abordar o tema da documentação museológica, faz-se necessário esclarecer o lugar de fala da pesquisadora, ou seja, qual a corrente teórica que orienta as concepções deste trabalho, iniciando para isso com a Museologia, que, como há muito se sabe, não estuda os museus, tampouco estuda apenas o objeto<sup>45</sup> museológico<sup>46</sup>.

Ademais, está longe de ser, como a Ciência da Informação, “uma disciplina voltada para o estudo de fenômenos subjacentes à produção, circulação e uso da informação” com o objetivo de viabilizar a elaboração “de instrumentos e o estabelecimento de metodologias que viabilizem a transferência de informações” (NOVELLINO, 1996, p. 37).

Mas, então, do que se ocupa a Museologia? Essa questão não possui uma resposta consensual e definitiva. Muitos autores<sup>47</sup> vinculados à Museologia se debruçaram e ainda se debruçam sobre esse tema. Para esta análise adotou-se a compreensão do objeto museal, que abrange

a produção cultural (material e imaterial) do homem, os sistemas de valores, símbolos e significados, as relações estabelecidas entre os homens, entre o homem e a natureza, que através da modificação da natureza cria objetos no decurso da sua realização histórica (NASCIMENTO, 1994, p. 39).

É importante ressaltar que esse objeto museal é a produção (não apenas o produto) cultural, que abarca o “material” e o “imaterial” como dois lados de uma mesma moeda, inseparáveis, que se completam; não existe um sem o outro. A ênfase no estudo do objeto museal ora pode ser dada em sua parte “material”, ora em seu lado “imaterial” (LIMA, D., 2017, p. 11).

---

45 É importante entender que a palavra objeto aqui não está sendo empregada para figurar algo físico apenas; pode representar também algo abstrato, uma dança, uma música ou qualquer outra forma de representação.

46 Museológico é o adjetivo específico que está relacionado à musealização, ou seja, à “[...] operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem [...]” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 56), que consiste em um processo inicial de seleção, levando algo a uma instituição museológica ou não (visto que pode ser realizado também *in situ*) e integrando uma cadeia operatória que, segundo Mendonça (2012), consiste na pesquisa, conservação, documentação e comunicação do patrimônio.

47 Autores como Desvallées e Mairisse (2013), Mensch, Pouw e Schouten (1990), e Gregorová (1990), dentre outro(a)s.

Seguindo essa linha de análise, quando se diz que a Princesa Isabel usou uma pena feita de ouro, prata e esmeralda, entre outros materiais, para assinar a Abolição, vê-se a caneta como fonte de informação que traz dados sobre um fato, a assinatura da Lei Áurea. O objeto é uma das muitas representações das relações presentes no ato de uma mulher assinando um documento. Mas não é apenas isso! A pena se torna fonte de conhecimento quando passa a ser indagada, questionada na tentativa de estabelecer relações entre as muitas informações contidas nela. Que mulher é essa? O que, ou quem, ela representa? Por que sua caneta é composta por esses metais e minerais lapidados? Por que assina esse documento? O que representa esse documento? (BALLARDO, 2013).

Não se deve esquecer que as questões levantadas podem depender não apenas do objeto museal, mas também do sujeito que pergunta porque, “enquanto indaga, conhece e constrói, o homem se realiza como ser, aqui e agora, constrói a complexa teia de relações, atos e fatos” (GUARNIERI, 2009, p. 207).

Apesar de os objetos ou, melhor dito, de o patrimônio ser parte importante naquilo sobre o que a Museologia se debruça em suas pesquisas, é a relação da sociedade com seu patrimônio em determinado território (CURY, 2005) que é a principal preocupação desse campo de pesquisa.

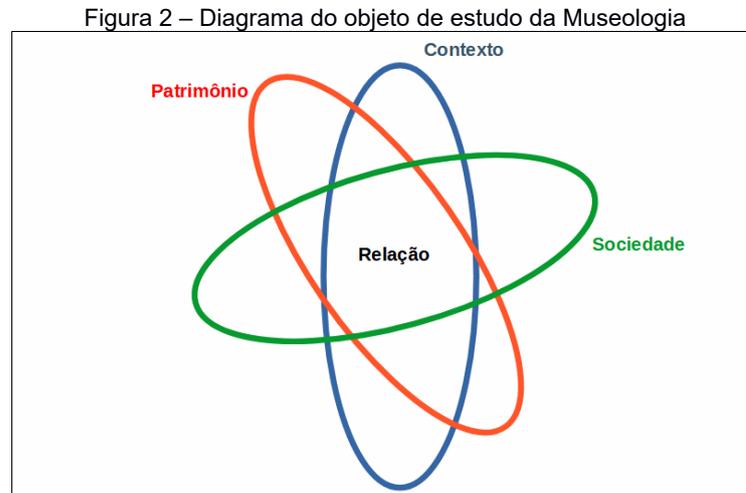
Objetos gerados fora do homem representam ou refletem as relações entre os seres humanos e a natureza, entre eles e os objetos produzidos (com ênfase em seus aspectos palpáveis ou não) e entre si mesmos, portanto, além de serem importantes para a pesquisa museológica, são também, da perspectiva analisada, “representações” do objeto museal.

O objeto museal aqui tratado não é apenas um produto, seja um instrumento musical utilizado para executar um samba, sejam os passos de um sambista. As relações estabelecidas no seu contexto possibilitam o acesso não apenas às informações, mas também ao conhecimento, que só é possível através das reflexões a partir do contexto histórico.

Como os elétrons de um átomo que estão sempre em movimento, criando um campo magnético em volta do seu núcleo, o objeto museal se trata de uma relação contínua e retroalimentar entre três elementos: sociedade, patrimônio e contexto – nenhum desses elementos é estático; eles sempre estão relacionados com o fator tempo, que também os torna dinâmicos.

As transformações que esse dinamismo impõe trazem uma ideia de efemeridade que pesa mais no elemento sociedade e no contexto em que está situado, deixando para o patrimônio o papel de tentar ser o elemento preservador, ou seja, testemunho menos fugaz

dessa relação designada como objeto museal. A Figura 2 apresenta um diagrama trazendo a perspectiva de visualização da Museologia, de forma representativa.



Fonte: Desenhado por Luciana Ballardo (2019).

A sociedade, assim como o contexto sociocultural e o patrimônio nela inseridos, estão em constante movimento, em processo de mutação e transformação contínuo. Isso faz com que a relação entre esses três elementos, que compõem o objeto museal, também esteja mudando, mas enquanto conjunto eles continuam a compor o objeto de estudo da Museologia.

Mas, o que se entende por documentação museológica? Para este trabalho, esse conceito foi elaborado a partir de dois fundamentos teóricos no campo de estudo da Museologia. O primeiro está fundamentado no fato de que a documentação museológica não deve ser “um processo isolado de especialistas, ocorrendo desvinculada das ações museológicas de forma mais geral” (NASCIMENTO, 1994, p. 34).

O segundo está relacionado aos conceitos desenvolvidos para a área de exposição museológica, compreendendo que existe uma exposição museológica, que é diferente de uma exposição fotográfica ou de uma exposição artística, baseada na expologia, envolvendo “os princípios museológicos, comunicacionais e educacionais de uma exposição” com o propósito de elaborar uma expografia “que de acordo com os princípios expológicos abrange aspectos de planejamento, metodológicos e técnicos para o desenvolvimento da concepção e materialização da forma” (CURY, 2003, p. 172).

Dessa forma, o conceito engendrado neste estudo compreende a documentação museológica<sup>48</sup> não apenas como uma parte técnica ligada à Museografia, mas como

48 O termo documentação museológica foi eleito em virtude de se compreender que, apesar de o material arqueológico nem sempre estar institucionalizado, a perspectiva museológica permite a análise do sistema de significação cultural e, portanto, está associada ao processo de musealização e não especificamente ao museu.

realmente museológica, assim como a exposição museológica, baseada em conceitos teóricos da Museologia, da Ciência da Informação e especializados.

Na Museologia, baseou-se no conceito relacionado ao objeto museal, apresentado anteriormente, segundo o qual o objeto museológico é apenas um instrumento de representação do objeto museal, mas também perpassou-se por conceitos advindos da Ciência da Informação, como por exemplo classificação e indexação da informação<sup>49</sup>. Assim como também se reconhecem as contribuições de abordagens conceituais mais recentes que envolvem a relação entre conhecimento, informação e valor na perspectiva da Ciência da Informação, tais como os estudos de Rojas (1995, 2000, 2005).

Além das contribuições desses dois campos, é fundamental considerar as contribuições conceituais na área de conhecimento do patrimônio a fim de desenvolver o planejamento, os métodos e as técnicas para realizar uma sistematização dos objetos museais. E defende-se que o conhecimento especializado de cada tipo de patrimônio ou de coleções que passam pelo processo de documentação museológica deve ter como base um conhecimento profundo da disciplina, visto que cada uma delas – Arte, História, Antropologia, Arqueologia ou qualquer outra – tem necessidades específicas que precisam ser consideradas antes mesmo de se iniciar a elaboração da documentação.

Nesse sentido, no que se refere ao objeto museal pensado no estudo do patrimônio arqueológico, o contexto está relacionado ao conjunto que inclui o sítio arqueológico e os outros objetos posicionados em proximidades estratigráficas e espaciais, delimitadas por quadrículas, por exemplo (BALLARDO; MENDONÇA, 2018). Portanto, o objeto por si só, apartado de seu contexto, ou seja, do espaço-tempo que testemunhou e das informações associadas ao que presenciou, não tem utilidade.

Os estudos relacionados à temática da documentação museológica são mais recentes que aqueles desenvolvidos no contexto da Arqueologia, uma vez que remontam a meados do século XX e, durante o seu processo de desenvolvimento, evidenciou-se a preocupação com a normatização de instrumentos e da terminologia, e também com a categorização de coleções e suas especificidades.

Por volta da década de 1970, as discussões sobre documentação estavam centradas na descrição de peças dentro da instituição museológica (ICOM/UNESCO, 1970, p. 55). Apenas na década seguinte se estabeleceu uma relação entre pesquisa científica e documentação, destacando-se no Brasil os estudos sobre a padronização de vocábulos que culminaram na criação de “instrumento de controle da terminologia utilizada para designar

---

49 Para mais informações sobre esses temas consultar: Foskett (1973), San Segundo (2004) e Ingwersen (1992).

os documentos/objetos criados pelo homem e existentes nos museus, em particular os de caráter histórico” (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. XVII).

Desde princípios do século XXI, entidades internacionais têm concentrado esforços para o desenvolvimento de normas de inventário que possibilitem a padronização das práticas e o intercâmbio de conhecimento na documentação da esfera museológica. Entre elas, cita-se a do Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus (CIDOC/ICOM), que na última década orientava que as instituições que abrigam coleções de Patrimônio Material se fundamentassem

em ideias desenvolvidas por cinco projectos existentes, aplicados pela maioria dos museus. A abordagem global baseia-se no Manual de Procedimentos da AFRICOM, desenvolvido pelo ICOM e pelo Comitê Coordenador da AFRICOM, para utilização nos museus em África (ROBERTS, 2004, p. 35-36).

Mais recentemente, foram traduzidas para o português duas ferramentas ligadas ao CIDOC/ICOM que têm sido amplamente utilizadas e alcançado cada vez mais espaços em âmbito internacional: o **SPECTRUM 4.0** (CIDOC/ICOM-BR, 2014b), que foi originalmente lançado em 1994 e passou por diversas atualizações, criado para estabelecer normas de gestão de coleções com ênfase nos processos museológicos, e as **Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus** (CIDOC/ICOM-BR, 2014a), criadas em 1995 com o intuito de orientar sobre dados, grupos e categorias de informação que devem constar na documentação museológica de uma coleção.

De forma semelhante, nesse mesmo período o Instituto Português de Museus (IPM) elaborou diretrizes para o inventário, em âmbito nacional, das coleções museológicas de acordo com sua categoria (PINHO, 2000, p. 7 e 8) e um sistema, conhecido como MatrizNet, utilizado no processamento das coleções no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu Monográfico de Conímbriga.

Para coleções arqueológicas especificamente, esse sistema sofreu adaptações que acrescentaram o item subcategoria como identificador da tipologia, nesse caso arqueológica, gerando campos específicos relacionados ao contexto arqueológico e à datação, adicionados a partir da análise das importantes informações contempladas no sistema Endovellicus, criado pelo Instituto Português de Arqueologia (RAPOSO; MARTINS; CORREIA, 2000).

Embora no Brasil tenha sido criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) com o propósito de “estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas a aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no país e promover seu

desenvolvimento” (BRASIL, 2009, Decreto Nº 6.845, Art. 2, Inciso II) inclusive no âmbito da documentação, até o momento esses esforços não foram efetivamente recompensados.

### 1.6.1 – Documentação de coleções arqueológicas

Em virtude das especificidades do patrimônio arqueológico, seu método de documentação é muito distinto do usado em objetos históricos ou artísticos, cujos registros são dissociados do contexto em termos físicos. A título de exemplo, documentar a caneta que a Princesa Isabel utilizou para assinar a Lei Áurea enquanto objeto histórico desconsidera como passível de registro o próprio ato em si, a assinatura, o contexto e tudo que envolveu aquele momento histórico (BALLARDO, 2013, p. 23-24).

O interesse do campo acadêmico pela documentação do patrimônio arqueológico na esfera museológica tem aumentado particularmente a partir dos anos 2000<sup>50</sup>, indicando um aumento gradativo de profissionais nas áreas de Museologia e Arqueologia concentrados em realizar reflexões sobre os registros das intervenções de campo como subsídio para as atividades documentais de coleções incorporadas nos espaços de guarda.

Esses estudos têm trazido à atenção a documentação de coleções associada ao gerenciamento de sítios arqueológicos, o que tem sido um grande avanço na documentação do patrimônio arqueológico. As informações metodológicas relacionadas a escavação e prospecção são inseridas em um campo de registro no qual estão agregados os dados sobre o próprio sítio arqueológico.

Não se pode menosprezar a importância do método e da estratégia de campo para a documentação na Arqueologia, que, mais do que os dados, relaciona os artefatos à sua posição no sítio arqueológico, tornando-se a principal referência no processo de catalogação. Se a documentação gerada na esfera arqueológica deve servir de base para a documentação no campo museológico, é essencial que o método de catalogação para coleções arqueológicas relacione os objetos à sua posição espacial.

Na especialidade da Arqueologia, os números incorporados pelos objetos não são exclusivos, visto que todos os que foram coletados em uma mesma posição horizontal (quadrícula ou trincheira, por exemplo) e vertical (camada estratigráfica ou artificial) recebem o mesmo algarismo, como se fossem parte de um grupamento.

---

50 Entre os estudiosos do tema podem ser citados Elizabete Mendonça (2012), Saul Milder e Luciana Ballardo (2011, 2016), Manuelina Cândido, Carlos Fortuna e Henrique Pozzi (2001), Ana Paula Leal e Jaime Salles (2013), Carlos Guimarães e Évelin Nascimento (2006), e Maria Scatamacchia e Gilson Rambelli (2001).

A despeito de ser amplamente aceito e até mesmo esperado na Arqueologia, esse método de catalogação não tem fundamentação em termos museológicos. É primordial que cada peça seja identificada de forma singular, visto que a constituição de um código individual caracteriza a unidade basilar “de todo o sistema de identificação e controle do objeto” dentro da coleção, discernindo suas diversas “possibilidades de informação” (PADILHA, 2014, p. 20).

Assim, desde as primeiras discussões sobre o tema dentro do país, defende-se que cada objeto seja associado a uma numeração individual de registro com o propósito de aumentar sua proteção (CAMARGO-MORO, 1986). Do mesmo modo, o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC, 2014a) recomenda a utilização de um número único, que propicia segurança e indexação, visto que é apenas através dele que é possível distinguir um objeto e associá-lo à sua documentação específica. Na mesma publicação, o CIDOC (2014a, p. 64) avança na busca por entender o processo de numeração de grupos de objetos, admoestando a utilização de um mesmo número para os componentes de um conjunto dentro da perspectiva das “ciências naturais ou arqueológicas ou em outros acervos nos quais exista um grande número de espécimes ou objetos semelhantes agrupados”.

Na Arqueologia, os vestígios não são designados pelo mesmo algarismo por similitude ou por questões quantitativas, mas em virtude da procedência dentro do sítio arqueológico. Isso se evidencia ao se analisar um sítio multicomponencial<sup>51</sup> ou do período colonial; podem ser retirados de uma mesma trincheira, no mesmo nível, fragmentos cerâmicos, ósseos e metálicos, que recebem o mesmo número não por causa da “semelhança” ou por estarem em “grande número”<sup>52</sup>, mas devido à posição deposicional.

Ressalta-se a importância do local de procedência na identidade e no registro das evidências arqueológicas, posto que os números são conferidos a um posicionamento espacial do sítio arqueológico. Para resolver a questão, algumas publicações apresentam proposições que visam a integrar os sistemas de numeração nas duas áreas (Museologia e Arqueologia). Entre elas estão a do Museum of London (1994) que vincula o número de registro do objeto aos do sítio arqueológico e do contexto (locacional), e a do CIDOC/ICOM (1992) que articula três dados para a identificação do artefato: o número de inventário do museu, a referência do estrato e o código atribuído no processo de trabalho de campo.

---

51 Com vestígios de contextos coloniais e pré-coloniais.

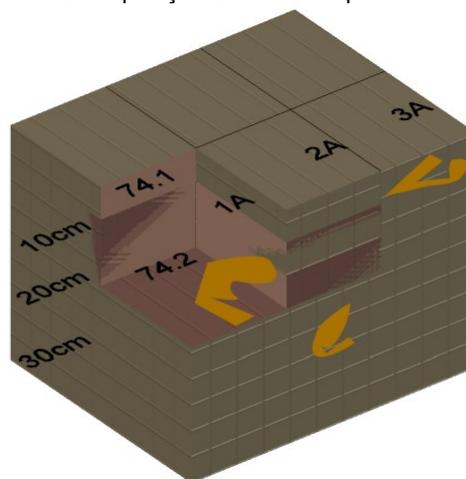
52 É importante explicitar o grande quantitativo de material recolhido que é selecionado pela pesquisa arqueológica. Essa etapa do processo de musealização está nas mãos da equipe de Arqueologia, que, quando procede à coleta, deve decidir, de acordo com o critério do estudo, o que deve integrar a coleção incorporada pelo museu.

Outra proposta pondera que os dados informacionais a respeito dos “materiais provenientes de escavações arqueológicas com conjuntos internos e complexos de recolha (ex.: sistemas de quadriculagem, camadas naturais ou artificiais, unidades estratigráficas mínimas etc.)”, quando viável, devem utilizar os parâmetros documentais aplicados na intervenção arqueológica (RAPOSO; MARTINS; CORREIA, 2000, p. 26), ou seja, empregar após a numeração relativa ao conjunto, que está associada ao local, uma numeração sequenciada de forma a individualizar os artefatos e fragmentos.

Esse tipo de recurso é amplamente utilizado no campo museológico, no entanto o exemplo mais frequente provavelmente é a sua aplicação em coleções de artes decorativas. M. I. Cândido (2006) apresenta um modelo que auxilia na visualização dessas similitudes a partir das partes que compõem uma cuscuzeira (inferior, superior e a tampa) designada no sistema numérico do Museu Mineiro como MMI.990.0859; cada uma das suas subdivisões incorpora uma letra ao código de registro: MMI.990.0859a, MMI.990.0859b e MMI.990.0859c.

Esse mesmo princípio é aplicável a coleções arqueológicas, tanto para o método estratigráfico como para o artificial, desde que a vultosa quantidade de vestígios seja considerada na implantação substituindo um código finito, como é o caso das letras do alfabeto, por um ilimitado (por exemplo, numérico). Para ilustrar esse modelo, a Figura 3 apresenta um arranjo deposicional em uma área onde foi realizada uma intervenção por quadriculamento.

Figura 3 – Recurso ilustrativo de deposição de material que relaciona o espaço e a numeração



Fonte: Desenhado por Luciana Ballardo (2019).

Cada quadrícula corresponde a um número e uma letra e cada nível, a uma subdivisão, de forma que a quadrícula 1A está associada ao número 74; a 2A, ao 75; e a

3A, ao 76. Enquanto isso, a camada com profundidade dos primeiros 10 centímetros é definida como 1 e as duas subsequentes, como 2 (10-20 cm) e 3 (20-30 cm), de forma que as três camadas da quadrícula 1A são distinguidas respectivamente pelos números 74.1, 74.2 e 74.3.

Desse modo, se houver quinze fragmentos cerâmicos na quadrícula 1A da camada 2, cujo número designado é 74.2, e não houver uma subdivisão com o objetivo de individualizá-los, por exemplo como 74.2.1, 74.2.2 e assim por diante, um 74.2 remontado com um 75.3 pode formar uma peça e, concomitantemente, outro fragmento com o mesmo número 74.2 pode compor outro artefato, reunindo-se com um 76.1. A situação poderia ser ainda mais complexa se mais de um artefato fosse formado por fragmentos com números idênticos: um cachimbo com um 74.2 e um 75.3, e uma panela com outro fragmento 74.2 e outro 75.3.

Usar a vinculação da Arqueologia e da Museologia na documentação dos bens arqueológicos garante a singularidade de cada vestígio e, concomitantemente, obedece aos critérios aplicados à catalogação no âmbito arqueológico, relacionando-se à localização espacial no sítio arqueológico, e auxilia no controle e na segurança das peças advindas duma mesma localização espacial.

Esse aspecto do tratamento interdisciplinar na documentação fica ainda mais evidente no caso de peças remontadas, além de proporcionar uma análise mais ampla dos espaços deposicionais e de suas inter-relações a partir dos fragmentos, auxiliando no processo interpretativo da área e permitindo o desenvolvimento de um sistema de registro mais preciso no âmbito da Museologia e uma vinculação mais estreita com o conhecimento gerado no campo da Arqueologia.

Assim sendo, entende-se que a documentação museológica de bens arqueológicos, em pesquisas atuais, deve se iniciar antes mesmo da pesquisa de campo, ponderando as perspectivas da investigação e determinando um referencial para que o sistema de numeração empregado atenda aos objetivos da análise arqueológica como um todo, inclusive nas decisões sobre as técnicas utilizadas no trabalho de campo, entre elas a escavação. Isso porque “Arqueologia de campo é, sem surpresa, o que os arqueólogos fazem no campo. No entanto, também possui um considerável subsídio pré-campo e o uso de um recurso pós-campo ainda mais considerável”<sup>53</sup> (DREWETT, 1999, p. 3).

No entanto, ao considerar coleções que já estão inseridas no repositório, em alguns casos há décadas e com ausência total do processo de curadoria, Sullivan e Childs (2003) apontam que os usuários precisam ser objetivos ao proceder a suas pesquisas, levantando

---

53 “Field archaeology is, not surprisingly, what archaeologists do in the field. However, it also has a considerable pre-field element and an even more considerable post-field element” (original).

questões de acordo com a acessibilidade dos dados. Indo mais além, o curador das coleções precisa ser criativo sobre as necessidades de informação para elaborar um sistema de documentação em âmbito museológico realista, baseado nas informações disponíveis. A construção desse sistema se fundamenta na criação de um projeto de documentação que busque estabelecer um sistema de classificação, termos de indexação, técnicas de identificação do objeto e, obviamente, ferramentas de registro<sup>54</sup>, ou seja, que defina diretrizes.

O sistema de classificação consiste na ordenação metódica dos itens pertencentes a uma coleção dentro de categorias (NASCIMENTO, 1994) em que as informações a eles associadas são tratadas e recuperadas através de vocábulos que atendem as especificidades das coleções incorporadas, estabelecendo uma linguagem documentária particular (SOUZA, R., 2008).

É importante ressaltar que as categorias de coleções, no âmbito da Arqueologia, são na verdade subcategorias, visto que as coleções já são incorporadas como tais e os sistemas de catalogação na área arqueológica, como visto, estão direcionados pela posição espacial do material no sítio. Ademais, principalmente para fins de indexação e acondicionamento, é imprescindível a elaboração de subcategorias que permitam uma análise do material em termos de composição, além de técnicas de fabricação e de outros parâmetros físicos que estabeleçam uma relação transversal com o sistema de categorização por localização.

Os procedimentos de identificação do objeto dizem respeito às “informações objetivas sobre a peça, permitindo sua leitura imediata, situando-a, de forma específica, dentro do universo do Acervo” (CÂNDIDO, M. I., 2006, p. 50), registradas a partir de instrumentos cujo propósito é reunir informações concernentes a cada item que compõe as coleções (BOTTALLO, 2010).

Entre os instrumentos de registro de coleções que reúnem o conjunto de informações para posterior indexação está a base de dados, que em sua forma automatizada é criada por meio de bancos de dados “estruturados a partir de um conjunto de metadados, que fazem referência a dados contidos em um software e que fornecem informação sobre outra informação, de uma forma geral; é o dado sobre o dado” (PADILHA, 2014).

Quanto ao uso de base de dados enquanto ferramenta de registro, experiências com o uso de tecnologia da informação para registro de patrimônio arqueológico e musealização do sítio arqueológico têm sido bem-sucedidas, tanto em *software* proprietário como em *software* livre. Contudo, atualmente, mais do que o desenvolvimento de bases de dados, a

---

54 Bottallo (1998) cita a base de dados como uma das ferramentas no processo de registro, análoga ao livro de registro e à ficha de identificação.

tendência é a criação de sistemas de gestão das coleções, visto que dentro desses sistemas as bases podem integrar-se.

No contexto mundial, a título de exemplo, somente em Portugal, segundo Matos (2007b), há cinco empresas, DID, FCO, Mobydock, Pararede e Sistemas do Futuro, que criaram respectivamente o DocBase Museu, o Index Rerum, o Micromusée, o Matriz (que deixou de pertencer à Pararede em 2006) e os sistemas criados pela Sistemas do Futuro<sup>55</sup>, cada um com uma estrutura para atender as especialidades tipológicas de gestão do patrimônio para as quais foi criado: *In arte* para patrimônio cultural móvel; *In domus* para patrimônio cultural imóvel; *In natura* para patrimônio natural; *In memoria* para patrimônio imaterial; *In Doc* para patrimônio documental; *In patrimonium* para gestão integrada do patrimônio, que permite a integração de pelo menos dois sistemas dos cinco citados anteriormente; *In anthropos* para vestígios osteológicos humanos; *In thesauri* com o objetivo de criar vocabulários controlados para atender as necessidades de normatização no processo de registro e indexação do patrimônio (que pode ser usado isoladamente ou integrado a qualquer um dos sistemas anteriores); *In site* para gestão de conteúdos on-line; e *In web*, interface com o propósito de viabilizar a consulta às bases de dados utilizadas pela instituição em qualquer um dos sistemas citados anteriormente.

Ainda em âmbito internacional, na última década a criação de *softwares* livres especificamente para a documentação museológica tem avançado e entre os principais produtos nessa linha estão o *Museolog*<sup>56</sup>, criado pela UNESCO em sua primeira versão em 2002, disponível em russo e em inglês, cuja proposta é realizar o cadastro de coleções, permitindo a interação entre as seções, e controlar o deslocamento e as intervenções no objeto, a indexação, a inserção de imagens e a exportação de dados, e o *Museum Archive Software Project*<sup>57</sup>, desenvolvido por Jim Halpin, programador de *software* estadunidense, em 2009, que tem como objetivo o total controle das ferramentas de classificação, com possibilidade de adaptar as descrições de subcategorias de acordo com as especificidades de cada objeto, sendo que cada objeto pode ter um ilimitado número de entrada de dados (BALLARDO, 2013).

No caso brasileiro, a experiência desenvolvida no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria (LEPA-UFSM), sob coordenação do professor Saul Eduardo Seiguer Milder, criou um instrumento de gestão do patrimônio a partir do cadastro de sítios arqueológicos em base de dados no *Base* do pacote LibreOffice,

55 Os sistemas aqui citados são os existentes na data da consulta ao site da empresa (SISTEMAS DO FUTURO. **Produtos**. Disponível em: <https://sistemasfuturo.pt/>. Acesso em: 20 de abr. de 2021). Desde o início da pesquisa em 2018, foram criados os seguintes produtos: *In anthropos*, *In thesauri*, *In site*, *In doc* e *In web*.

56 UNESCO. **Museolog**: Museums Digital Catalog. 2009. Disponível em: <http://museolog.unesco.kz>. Acesso em: 19 set. 2019.

57 HALPIN, Jim. **Museum Archive software project**. 2018. Disponível em: <http://www.musarch.com/>. Acesso em: 19 set. 2019.

*software* livre acessível gratuitamente no site do desenvolvedor que dispensa recursos financeiros para criação e atualização dos campos na ficha de registro, bastando para isso que o usuário possua conhecimento avançado de *software* (BALLARDO; MILDER, 2011).

Há, ainda, o trabalho realizado no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (Lepaarq-UFPel), que criou o Programa para o Gerenciamento do Acervo Arqueológico (PGAARq) com a finalidade de preservar as informações das coleções e, concomitantemente, manter o registro dos sítios arqueológicos de onde se originou o material. A gestão museológica utiliza como referencial o cadastramento dos sítios enquanto os dados sobre as coleções estão inseridos na mesma base de dados, integrando as informações acerca dos artefatos (RAMOS, 2011).

Outros exemplos são o sistema de gerenciamento das coleções arqueológicas da Casa da Memória do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, em São Luís do Maranhão, realizado a partir de “uma plataforma de informações arqueológicas – baseado em conceitos de Software Livre (Free Software Foundation e Open Source Initiative)” – e subsidiado pelo registro de coleções no banco de dados em Excel que já existia na instituição (BANDEIRA, 2016, p. 363), e a base de dados<sup>58</sup> do Museu do Homem do Nordeste, em Recife, Pernambuco, “desenvolvida sobre o software Microlsis, que também é utilizado pela Biblioteca Central Blanche Knopf, pertencente à Fundaj” (OLIVEIRA JUNIOR, 2014, p. 109).

Não há uma receita pronta, embora existam diretrizes que auxiliem na implantação de documentação para diversos tipos de coleções, por isso é preciso um estudo profundo das peças individualmente e em conjunto, respeitando as particularidades de cada coleção, cujos objetos podem ser agrupados de formas variadas a partir de parâmetros distintos. Seja qual for o programa implantado, isso deve ser decidido junto com os responsáveis pelas coleções, considerando as necessidades especiais de cada uma.

O olhar lançado sobre a questão do patrimônio arqueológico, especificamente do ponto de vista da metodologia aplicada em campo, contempla não apenas o registro de artefatos, mas também o processo de musealização do próprio sítio, encarando-o como um sistema que vai muito além da cultura material encontrada nesse espaço e que se propõe a compreender as relações estabelecidas entre os próprios objetos, assim como entre as peças e o homem – tanto o que as elaborou como o que as interpreta.

---

58 *Software* livre que conta com dezoito campos de informação: objeto, registro, título, autor, marca, origem, classificação, descrição, técnica empregada, material, localização, coleção, forma de aquisição, procedência, conservação, grupo cultural, dimensões e observações, agrupando informações das distintas coleções da instituição, inclusive as arqueológicas (RECIFE, 2010).

## 1.7 – Da fundamentação teórica para os percursos planejados

A partir da fundamentação teórica traçada nos itens precedentes, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória que traz a análise dos projetos de pesquisa arqueológica que geraram coleções para três instituições e o acompanhamento da pesquisa de campo em uma intervenção arqueológica. A análise trata da relação entre os métodos de campo na Arqueologia e o sistema de registro aplicado nas coleções que são depositadas nas instituições de salvaguarda Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA e Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da UFSM. Ademais, um estudo de observação das atividades realizadas em campo pela equipe da empresa Arqueólogos Pesquisa e Consultoria Arqueológica oportunizou uma análise da perspectiva daqueles que geram a documentação arqueológica.

O primeiro passo foi verificar os métodos e as estratégias de campo utilizados nas investigações e a relação que estabelecem com a documentação na esfera arqueológica, considerando os registros gerados na pesquisa de gabinete, durante as intervenções e nas etapas de análise e resultados. Também fez parte dessas reflexões identificar os critérios e objetivos, assim como os agentes responsáveis pela eleição das metodologias de pesquisa em campo.

Seguindo essa linha, através da análise da documentação de origem arqueológica considerou-se de que forma a equipe de pesquisa se organiza no sítio, buscando compreender se o(a)s pesquisadore(a)s interpretam a própria intervenção como parte da sequência ocupacional no sítio arqueológico, e também a existência e identificação das práticas de musealização durante as atividades desenvolvidas no trabalho de campo.

Parte fundamental deste trabalho está atrelada aos registros efetuados na investigação do patrimônio arqueológico e, portanto, à maneira como são gerados antes, ao longo e depois da prospecção/do salvamento, bem como ao tratamento dispensado a essas informações e a forma de indexação e de disponibilização, que permeiam a busca por dados que propiciam a análise desses aspectos nos estudos de caso propostos.

O ponto-auge desta investigação é a identificação dos dados que servem de parâmetro para o desenvolvimento do sistema de catalogação e indexação, como centralizam e direcionam a pesquisa arqueológica inserida na perspectiva do patrimônio arqueológico, e de que maneira podem subsidiar a gestão de coleções nas instituições de guarda.

Finalmente, buscou-se detectar as diretrizes elaboradas para a normatização do sistema de registro e catalogação do material arqueológico incorporado à instituição, de

forma que ingresse adaptado aos parâmetros documentais internos, e como elas contribuem para o processo de documentação, gestão, divulgação e transmissão de informação do patrimônio arqueológico.

O olhar lançado sobre a questão do patrimônio arqueológico, especificamente do ponto de vista da metodologia aplicada em campo, contempla não apenas o registro de artefatos, mas também o processo de musealização do próprio sítio, encarando-o como um sistema que vai muito além da cultura material encontrada nesse espaço, mas se propõe a compreender as relações estabelecidas entre os próprios objetos, assim como entre as peças e o homem – tanto o que as elaborou como o que as interpreta.

Ao estabelecer essa questão principal sobre o objeto de estudo, as reflexões sobre um sistema de documentação baseado em metodologia arqueológica de campo e, por fim, a formalização da musealização desses processos em uma base de dados, automatizada ou não, com a finalidade de preservação das relações que existiam no sítio arqueológico do ponto de vista espacial foram direcionadas em relação às coleções incorporadas futuramente e para coleções já depositadas em repositórios.

A análise de diretrizes estabelecidas para a gestão do patrimônio arqueológico a partir da metodologia de campo permite que a documentação museológica inclua também os próprios sistemas desenvolvidos durante a pesquisa de campo, ou seja, a gestão do patrimônio arqueológico contempla o sítio, o artefato e suas conexões com outros objetos nesse contexto, os vínculos estabelecidos com aqueles que o produziram, as formas de organização e ocupação sociais e culturais no espaço e, também, como objeto/testemunho das relações no presente, a sistematização do espaço empreendida pelos pesquisadores no contexto do trabalho de campo, assim como as associações por eles estabelecidas com o sítio arqueológico, com o material coletado e com outros estudos que porventura tenham sido realizados no sítio, as relações estabelecidas entre os membros da equipe de escavação e a posterior análise do material arqueológico em laboratório.

Os percursos eleitos propõem-se a contribuir com as pesquisas na área da gestão museológica do patrimônio arqueológico durante o trabalho em campo com o objetivo de facilitar a inter-relação dos conhecimentos advindos das duas áreas, visto que a Arqueologia possui métodos documentais próprios com um enfoque diferente do da Museologia. Essa integração viabiliza a aproximação entre o gerenciamento e o conhecimento da Arqueologia de forma geral, assegurando que as informações sobre o patrimônio e os procedimentos realizados nos objetos, antes que sejam inseridas na instituição, sejam efetivamente preservadas.

## **SEÇÃO 1**

# **DE DENTRO PARA FORA: UM OLHAR DO PONTO DE VISTA DAS INSTITUIÇÕES QUE INCORPORAM COLEÇÕES**

## **CAPÍTULO 2**

# **MUSEU MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE JOAQUIM FELIZARDO**

## **2 – MUSEU MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE JOAQUIM FELIZARDO**

Este capítulo trata de uma das instituições que serviram de base para a análise da pesquisa e é apresentada primeiro por ter sido o local onde foram iniciadas as pesquisas de campo, na capital do Rio Grande do Sul: o Museu Municipal Joaquim Felizardo. Traz os primeiros passos dessa caminhada, coletando e analisando dados rumo ao conhecimento que trará respostas aos questionamentos iniciais deste trabalho.

Antes de adentrar a parte diretamente ligada a Arqueologia, especificamente a partir dos projetos de pesquisa arqueológica que foram foco desta investigação, um primeiro tópico apresenta a instituição, seu surgimento, a formação das coleções arqueológicas e, em seguida, os documentos elaborados pela equipe do museu direcionados para o patrimônio arqueológico do qual é fiel depositário, assim como as diretrizes apontadas por esses documentos.

### **2.1 – A instituição e a formação das coleções arqueológicas**

O Museu Joaquim Felizardo foi criado em 13 de março de 1979 pelo Decreto Municipal nº 6598 (PORTO ALEGRE, 1979), como espaço de difusão de pesquisas e acervos históricos da cidade, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura, que nesse momento inicial preocupava-se em atender três áreas: preservação, pesquisa e difusão.

Durante os três primeiros anos, o museu funcionou na Rua Lobo da Costa, nº 291, num prédio alugado que compartilhava com o Atelier Livre da Prefeitura. A partir de 1982, após a reforma do Solar Lopo Gonçalves, esse passou a ser o local que abriga a entidade, situado na Rua João Alfredo, nº 582, onde permanece até hoje (POSSAMAI, 2001).

Na década de 1940, quando surgiram as primeiras iniciativas para a criação de um museu na capital gaúcha, a ideia era a fundação de um Museu da Imagem e do Som. Por isso, foram adquiridas três coleções fotográficas que deram origem ao acervo fotográfico composto por cerca de 20.000 imagens de Porto Alegre dos séculos XIX e XX (GELMINI; TOCCHETTO; ZUBARAN, 2011).

No entanto, a semente das coleções do Museu de Porto Alegre foi o acervo documental que pertencia ao Arquivo Municipal, com mapas, fotos e objetos principalmente de indumentária, que foi agrupado no período entre 1939 e 1968. A instituição tornou-se um local de preservação também para mais de 1.300 peças históricas de fins do século XIX e século XX, constituídas por mobiliário, instrumentos musicais e objetos sacros, entre outras categorias (POSSAMAI, 2001).

O acervo arqueológico do museu é composto por mais de 228 mil peças e fragmentos (PORTO ALEGRE, 2018a), retirados de 90 localidades pertencentes ao perímetro municipal ocupadas nos períodos colonial e pré-colonial, das quais 58 são sítios arqueológicos (Rio Grande do Sul – Bacia do Rio Jacuí, sigla RS.JA) e 32 são áreas de ocorrências arqueológicas (AOA), com siglas e nomes determinados pela própria instituição (PORTO ALEGRE, 2019b).

A formação desse acervo remonta à criação do setor de Arqueologia do museu, em 1993, quando a arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto ingressou no quadro funcional da instituição (CNPQ, 2019). Ao longo de 25 anos de trabalho, a pesquisadora foi responsável por cinco investigações arqueológicas centrais, das quais as três primeiras e a última estão vinculadas a pesquisas acadêmicas, enquanto a quarta está mais inserida no âmbito do licenciamento ambiental, em que atuou sozinha ou em conjunto com outros pesquisadores. Essas cinco investigações foram:

- “Levantamento dos sítios arqueológicos de ocupação indígena no município de Porto Alegre”, da qual trataram duas portarias: a nº 258, de 02/08/1993 (BRASIL, 1993), na qual foram contemplados os sítios arqueológicos Reserva Biológica do Lami (RS.JA-01), Lami Bernardes (RS.JA-02), Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04), Mercado Público (RS.JA-05), Praça Rui Barbosa (RS.JA-06) e Lageado – Beco do Cerro (RS.JA-07), e a nº 154, de 02/04/1996 (BRASIL, 1996), que estipulou o retorno ao sítio RS.JA-05 e incluiu a pesquisa de mais dois, Praça Brigadeiro Sampaio (RS.JA-10) e Cemitério da Igreja Matriz (RS.JA-11);

- “O sítio Solar da Travessa Paraíso (RS.JA-03)”, por meio da portaria nº 199, de 02/09/1994 (BRASIL, 1994), que tratou da pesquisa realizada no sítio arqueológico que dá nome ao projeto;

- “Arqueologia histórica em Porto Alegre: o sítio Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04)”, também realizada em sítio arqueológico cujo nome compõe o título da pesquisa, de acordo com a portaria nº 12, de 09/01/1996 (BRASIL, 1996);

- “Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do município de Porto Alegre (RS)”, com seis portarias:

- nº 53, de 29/10/1997 (BRASIL, 1997), com pesquisas no Sítio da Figueira (RS.JA-12), no Sítio da VAP (RS.JA-13), no Sítio da Chácara (RS.JA-14), na Casa Branca (RS.JA-15), na Ponta do Arado (RS.JA-16), na Casa da Riachuelo (RS.JA-17), na Fazenda Lomba do Pinheiro (RS.JA-18), na Praça Parobé (RS.JA-19) e na Ilha Francisco Manoel (RS.C-71);

- nº 07, de 01/03/2000 (BRASIL, 2000b), no Solar da Travessa Paraíso

(RS.JA-03), no Paço Municipal (RS.JA-20), na Casa Godoy (RS.JA-21), na Antiga Cervejaria Brahma (RS.JA-22, Shopping Total), na Praça da Alfândega (RS.JA-23) e na Ilha Francisco Manoel (RS.C-71);

- nº 133, de 10/07/2003 (BRASIL, 2003), com investigações na Rede GVT – Centro Histórico (RS.JA-24), na Rede DMAE – Centro Histórico (RS.JA-25), no Parque da Redenção (RS.JA-26) e no Largo Glênio Peres (RS.JA-28);

- nº 155, de 29/06/2004 (BRASIL, 2004), que inclui pesquisas no Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04), na Antiga Cervejaria Brahma (RS.JA-22, Shopping Total), no Quilombo do Areal (RS.JA-27), no Hospital Santa Casa de Misericórdia (RS.JA-29), no StudioClio (RS.JA-30), na Rua Félix da Cunha, 701 – Rede Conduto Álvaro Chaves (RS.JA-31), na Rua Irmão José Otão (RS.JA-32), na Rua dos Andradas – Rede TRIX (AOA-33), na Rua Uruguai – Rede DEP/PMPA (RS.JA-34), na Av. Farrapos – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-350), na Rua Álvaro Chaves – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-36), na Rua Santa Rita – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-37), na Rua Visconde do Rio Branco – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-38), na Rua Travessa Azevedo – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-39), na Rua Félix da Cunha – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-40), na Av. Pernambuco – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-41), na Av. Chicago – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-42), na Rua Dr. Timóteo – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-43), na Rua Conde de Porto Alegre – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-44), na Rua Cel. Bordini – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-45), na Rua Tobias da Silva – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-47), na Rua 24 de Outubro – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-48), na Rua Eudoro Berlink – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-49), no Parque Moinhos de Vento – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-50), na Av. Goethe – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-51), na Rua Mata Bacelar – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-52), na Rua Auxiliadora – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-53), na Rua Nova Iorque – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-54), na Rua Mariland – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-55), na Av. Plínio Brasil Milano – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-56), na Rua Felipe Néri – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-57), na Rua Freire Alemão – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-58), na Rua Silva Jardim – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-59), na Rua Carlos Von Koseritz – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-60), na Rua Corcovado – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-61), na Rua Mata Bacelar, 81 – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-62), na Av. Pernambuco – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-63), na Rua Freire Alemão, 155 – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-64), na Rua Eudoro Berlink, esquina com a Rua Carlos Trein Filho – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-65), na Pinacoteca Municipal (RS.JA-66), no Complexo Usina Termelétrica e Casa de Correção (RS.JA-68) e na Av. Cristóvão Colombo – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-69);

- nº 247, de 29/08/2006 (BRASIL, 2006), que contemplou o Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04), a Antiga Cervejaria Brahma (RS.JA-22, Shopping Total), a Praça da Alfândega (RS.JA-23), o Parque da Redenção (RS.JA-26), o Hospital Santa Casa de Misericórdia (RS.JA-29), a Rua dos Andradas – Rede TRIX (AOA-33), a Rua Uruguai – Rede DEP/PMPA (RS.JA-34), a Travessa Venezianos – Rede DEP/PMPA (RA.JA-67), as Casas da Caridade – Santa Casa de Misericórdia (RS.JA-72), a Rua Félix da Cunha – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-40), a Av. Pernambuco – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-41), a Av. Chicago – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-42), a Rua Dr. Timóteo – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-43), a Rua Conde de Porto Alegre – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-44), a Rua Cel. Bordini – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-45), a Rua 24 de Outubro – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-48), a Rua Eudoro Berlink – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-49), o Parque Moinhos de Vento – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-50), a Av. Goethe – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-51), a Rua Mata Bacelar – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-52), a Rua Nova Iorque – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-54), a Rua Mariland – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-55), a Av. Plínio Brasil Milano – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-56), a Rua Felipe Néri – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-57), a Rua Freire Alemão – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-58), a Rua Silva Jardim – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-59), a Rua Mata Bacelar, 81 – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-62), a Av. Pernambuco – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-63), a Rua Freire Alemão, 155 – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-64), a Rua Eudoro Berlink, esquina com a Rua Carlos Trein Filho – Rede Cond. Álvaro Chaves (RS.JA-65), a Pinacoteca Municipal (RS.JA-66) e a Av. Cristóvão Colombo – Rede Cond. Álvaro Chaves (AOA-69);

- nº 06, de 22/03/2010 (BRASIL, 2010), que inclui o subprojeto “Plano de Trabalho para Monitoramento Arqueológico junto à obra de instalação da Linha de Transmissão Subterrânea 230KV”, nas Praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio, no Centro Histórico de Porto Alegre/RS (sob responsabilidade de Alberto Oliveira), atuando nos sítios Praça Brigadeiro Sampaio (RS.JA-10), Praça da Alfândega (RS.JA-23), Pinacoteca Municipal (RS.JA-66), Complexo Usina Termelétrica e Casa de Correção (RS.JA-68) e Lomba do Pinheiro (RS.JA-74).

- “Pesquisa arqueológica na Igreja Nossa Senhora das Dores, município de Porto Alegre (RS)”, da qual se ocupou a portaria nº 03, de 02/02/2009 (BRASIL, 2009), com investigação na Igreja Nossa Senhora das Dores (RS.JA-70).

O período de maior intensidade das pesquisas realizadas pela arqueóloga foi entre 1997 e 2010, durante o projeto de “Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do município de Porto Alegre (RS)”. Depois desse período,

a profissional passou a se concentrar na gestão das coleções dentro da instituição, como será visto em tópico posterior.

Como Tocchetto, outros arqueólogos contribuíram com a formação das coleções do museu em projetos sem sua participação, como Cláudio Carle, entre 1996 e 1998 e em 2004; Mirian Carle, em 2004; Cláudia Uessler, entre 2007 e 2008; Alberto de Oliveira, entre 2010 e 2017; Angela Cappelletti, entre 2004 e 2014; Kelly de Oliveira, em 2009; e Kelli Bisonhim, entre 2015 e 2017. Os quatro últimos tiveram seus trabalhos analisados, parcial ou totalmente, nesta pesquisa, conforme se observará mais à frente.<sup>59</sup>

## 2.2 – Documentos e diretrizes

Na década de 2010 Tocchetto passou a estudar e se interessar por estudos de gestão de coleções arqueológicas, e se concentrou no gerenciamento das coleções do Museu Joaquim Felizardo, apesar de a incorporação<sup>60</sup> de coleções arqueológicas na instituição ter se iniciado em 1993.

Com a intensificação das pesquisas coordenadas por outros arqueólogos, principalmente relacionadas à Arqueologia Preventiva, o nível de complexidade na gestão dessas coleções aumentou, visto que, nos métodos de investigação e catalogação do patrimônio arqueológico, cada empresa de pesquisa desenvolve e aplica uma metodologia própria. Em virtude desses obstáculos, tornou-se indispensável a criação de parâmetros para a realização do registro das coleções incorporadas no museu com o propósito de garantir o mínimo de padronização para o processamento do material arqueológico no âmbito museológico.

O primeiro instrumento normativo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo foi elaborado em novembro de 2016. Denominado “Protocolo de Ingresso de Acervo Arqueológico”,<sup>61</sup> seu intuito é estabelecer regras sobre a forma de aquisição e incorporação do patrimônio arqueológico.

Esse documento satisfaz as prerrogativas estabelecidas por três outros: dois de

59 Os dados relacionados à formação do acervo arqueológico do museu foram adquiridos após a análise do mapa de acervo mantido pela instituição com dados entre 1993 e março de 2018 (PORTO ALEGRE, 2018a).

60 No Brasil, todo achado arqueológico é bem da União. As principais leis que regulam o acesso e a intervenção em sítios arqueológicos indicam que toda autorização deve ser submetida à apreciação do IPHAN e que a coleta deve ocorrer no âmbito de projetos aprovados apenas para instituições e organizações reconhecidas (universidades ou empresas de Arqueologia de Contrato). Os museus que têm a tutela de bens arqueológicos possuem permissão concedida pelo IPHAN para tal (CIDOC, 2014b).

61 A versão atual é de abril de 2018 e também teve como base “uma proposta de Protocolo de ingresso de acervos arqueológicos construída pelas equipes do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da UFPel (RS), com o intuito de contribuir para a preservação, interpretação e comunicação das coleções” (SALLES; TOCCHETTO; DODE; SOUZA; SILVA; DUTRA; MEDEIROS; ALVES.; DOMINGUES, 2017, p. 6).

âmbito federal – a Portaria Nº 07 de 1988 do Ministério da Cultura e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MINC/SPHAN) (BRASIL, 1988b) e a Portaria Nº 196 de 2016 do IPHAN (BRASIL, 2016) – e um elaborado pela gestão da cidade – a Instrução Normativa Nº 01 de 2015 da Secretaria Municipal de Cultura (PORTO ALEGRE, 2015). Além disso, foram considerados a prática de documentação já efetuada pelo setor e o *Manual de Conservação Preventiva* do acervo arqueológico do museu. Previamente, expõe-se o teor dos documentos que fundamentaram a elaboração do protocolo e, posteriormente, adentra-se a análise do próprio regulamento do museu.

A Portaria Nº 7 de 1988 do MINC/SPHAN (BRASIL, 1988b) versa sobre a normatização e inspeção dos trabalhos arqueológicos executados em território brasileiro, estabelecendo os procedimentos que devem ser empregados no órgão a fim de receber autorizações<sup>62</sup> para realizar as investigações arqueológicas. Segundo essa portaria, os projetos devem conter informações pessoais e profissionais dos pesquisadores envolvidos no projeto, assim como dados ligados diretamente às atividades desenvolvidas, como os relacionados ao espaço (áreas e sítios arqueológicos abrangidos), contendo plano de trabalho com o cronograma, a metodologia, objetivos e meios de difusão, e indicação da instituição que se compromete a salvar as coleções resultantes da pesquisa.

A portaria também determina que, para a manutenção da autorização da pesquisa, sejam entregues relatórios parciais a cada 12 meses e relatório final, todos eles acompanhados da documentação de cunho arqueológico, o que inclui formulários de cadastro de novos sítios localizados, descrição do trabalho de gerenciamento do patrimônio direcionado principalmente para a conservação e divulgação, e registros visuais, como plantas e fotos dos sítios, de estruturas encontradas e do material coletado.

No caso da Portaria Nº 196 de 2016 do IPHAN (BRASIL, 2016), o propósito é determinar procedimentos que dizem respeito à preservação do patrimônio arqueológico e à elaboração de três instrumentos documentais: o primeiro relacionado às instituições de guarda e pesquisa em forma de cadastro abarcando todo o território nacional; o segundo direcionado aos bens arqueológicos móveis, que consiste numa ficha cadastral que integra, em grupo, um inventário desses bens; e o último ligado à incorporação de coleções nas instituições de salvaguarda, formatado como um termo de recebimento de coleções arqueológicas.

Os três instrumentos documentais constam nos anexos da portaria, sendo o último apenas um modelo que pode ser adaptado pela instituição e o segundo, uma ferramenta de registro que deve ser preenchida e enviada junto com os outros documentos do âmbito

---

62 A portaria determina que a autorização tem validade de dois anos; se o projeto perdurar por mais tempo, uma renovação deve ser solicitada.

arqueológico. Já as recomendações para a conservação dos bens arqueológicos são relacionadas aos procedimentos durante a pesquisa em campo no laboratório e aos parâmetros que os coordenadores das pesquisas e as instituições de guarda devem cumprir a fim de garantir a preservação do patrimônio arqueológico.

A portaria esclarece que cabe ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) o cadastramento das instituições de salvaguarda do patrimônio arqueológico, e que compõem automaticamente essa listagem as instituições que já receberam autorização por portaria do IPHAN para receber coleções advindas de pesquisas arqueológicas. É assegurada às demais instituições a solicitação de inclusão no cadastro desde que enviem documentação que ateste sua situação administrativa (atos constitutivos e regimento interno) e de segurança (laudo técnico do Corpo de Bombeiros). Com essa documentação, o órgão inicia os trâmites processuais que culminam na avaliação final sobre a aptidão institucional para integrar o cadastro.

A Instrução Normativa Nº 01/2015 foi criada pela Secretaria de Cultura de Porto Alegre e tem o objetivo de estabelecer procedimentos referentes ao ingresso de coleções arqueológicas. Os parâmetros delineados nesse documento dizem respeito aos requerimentos de endosso institucional no âmbito acadêmico ou em projetos de licenciamento ambiental, e apresentam os encaminhamentos para tramitar o processo de requisição e os critérios para o aceite do material arqueológico, e para contrapartidas em forma de doações; também especifica as atribuições do museu da cidade.

A normativa estipula os requisitos básicos relacionados à gestão do patrimônio para o ingresso dos bens arqueológicos no Museu Joaquim Felizardo. Entre eles estão a higienização e o acondicionamento, a marcação, o arrolamento e o registro, a pesquisa e a interpretação, associados à documentação na esfera arqueológica.

Com base nessas orientações, o Museu Joaquim Felizardo criou seu protocolo de ingresso, que destaca a obrigatoriedade do depósito da documentação do material arqueológico, da qual fazem parte os “diários de campo (manuscritos a lápis e/ou impressos), registros audiovisuais, desenhos, plantas, croquis, fichas de análise, fichas de catálogo e/ou inventário, laudos laboratoriais” (PORTO ALEGRE, 2018b), produzida durante os trabalhos de campo e laboratoriais.

O protocolo também prescreve que os bens coletados devem ser depositados com o arrolamento de todo o material recolhido, observando as normas empregadas pelo museu, os relatórios parciais e finais, o dossiê concernente aos métodos de conservação aplicados assinado por profissional e a ficha do sítio arqueológico cadastrada no IPHAN.

O documento institui diretrizes para a marcação e o registro dos bens arqueológicos

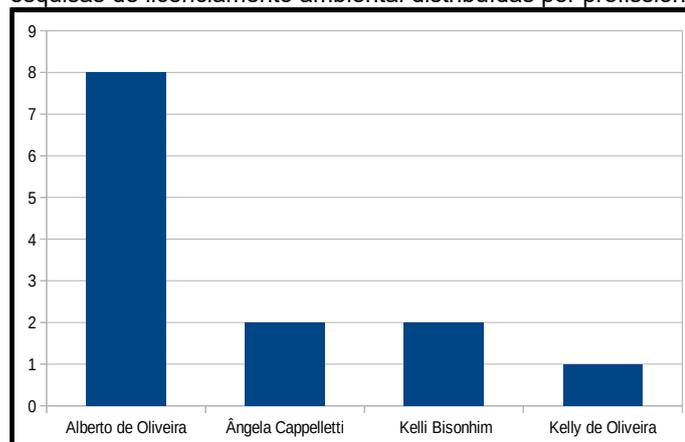
em consonância com os procedimentos praticados no setor de Arqueologia, e determina que a numeração deve ter no máximo três partições, sendo prescrito que a primeira delas corresponda à que consta na identificação do próprio sítio arqueológico, sinalizada na ficha de catálogo e na análise quantitativa do material, assim como em qualquer outra documentação na esfera arqueológica. O protocolo especifica também que os dados relativos ao sítio e à pesquisa devem constar no Sistema de Gestão e Informação Arqueológica (SGEIA)<sup>63</sup> e as informações relativas às coleções, no Sistema Pergamum. Esses sistemas estão detalhados em tópico posterior.

### 2.3 – Das pesquisas arqueológicas inseridas no recorte da pesquisa

No recorte temporal e metodológico aplicado neste trabalho, o Museu Joaquim Felizardo incorporou coleções arqueológicas procedentes de treze pesquisas (e onze sítios), uma no âmbito acadêmico sob responsabilidade de Tocchetto e Schmitz, no RS.JA-74, e as outras doze no contexto da Arqueologia Preventiva.

Dos treze projetos, no campo do licenciamento ambiental<sup>64</sup>, dois foram coordenados por Tocchetto, oito por Alberto de Oliveira, dois por Ângela Cappelletti, dois por Kelli Bisonhim e um por Kelly de Oliveira (conforme visualizado no Gráfico 1). É importante ressaltar que o salvamento dos sítios RS.JA-81 e RS.JA-82, em 2014, não foi realizado pelo mesmo profissional que os registrou e realizou a sua pesquisa de diagnóstico, Alberto de Oliveira, em virtude de duas outras pesquisas em andamento; uma delas inclusive resultou no cadastro do sítio RS.JA-85.

Gráfico 1 – Pesquisas de licenciamento ambiental distribuídas por profissional responsável



Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de dados de Porto Alegre (2018).

63 *Software* desenvolvido para a gestão dos dados arqueológicos gerenciados pelo Museu Municipal de Porto Alegre (TOCCHETTO; PEREIRA; LEVEMFOUS, 2006).

64 Foram considerados apenas os projetos que geraram material arqueológico incorporado pela instituição de acordo com o *Mapa de Subcoleções Arqueológicas* elaborado pelo setor de Arqueologia (PORTO ALEGRE, 2018a).

A identificação dos sítios inclui o nome e a sigla deles, assim como os dados dos projetos a eles relacionados: título, portaria de autorização e nome do(a) coordenador(a) do projeto, visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Identificação dos sítios arqueológicos e projetos que geraram coleções do Museu Joaquim Felizardo entre 2008 e 2017

Sítio		Projeto	Responsável	Portaria
Sigla	Nome			
RS.JA-71	Chácara do Comendador Ferreira de Azevedo	Pesquisa arqueológica junto à obra de ampliação do Shopping Praia de Belas, bairro Menino Deus – município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 24 de 24/07/2008 e Nº 06 de 12/03/2012
RS.JA-74	Lomba do Pinheiro 2	Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo – Lomba do Sabão – município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 42 de 06/01/2009
RS.JA-80	Interceptor do Salso– Bolognesi–Moradas da Hípica	Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso (DMAE) – município de Porto Alegre/RS	Ângela Cappelletti	Nº 42 de 06/01/2009 e Nº 30 de 16/09/2011
RS.JA-70	Igreja Nossa Sra. das Dores	Pesquisa arqueológica na Igreja Nossa Senhora das Dores – município de Porto Alegre/RS	Kelly de Oliveira	Nº 03 de 02/02/2009
RS.JA-23	Praça da Alfândega	Monitoramento arqueológico da obra de remodelação da Praça da Alfândega – município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 06 de 22/03/2010
RS.JA-11	Cemitério da Igreja Matriz	Monitoramento arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria Metropolitana/RS	Ângela Cappelletti	Nº 31 de 09/11/2012
RS.JA-10	Praça Brigadeiro Sampaio	Salvamento arqueológico para duplicação da Av. João Goulart – município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 29 de 08/07/2013
RS.JA-68	Complexo Usina Termelétrica e Casa de Correção			
RS.JA-81	Chácara de Marciano de Souza Rocha	Diagnóstico arqueológico interventivo e levantamento arqueológico intensivo para instalação do empreendimento Melnick Opala – município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 45 de 20/09/2013
RS.JA-82	Aterro da Fábrica Porcelanas Renner			
RS.JA-81	Chácara de Marciano de Souza Rocha	Programa de salvamento arqueológico – Melnick Even Opala – município de Porto Alegre/RS	Kelli Bisonhim	Nº 66 de 19/12/2014
RS.JA-82	Fábrica de Porcelanas Renner			
RS.JA-85	Arraial do Menino Deus – Rede Sulgás	Monitoramento arqueológico da obra para instalação da rede de distribuição de gás natural no bairro Menino Deus – município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 53 de 03/10/2014
RS.JA-28	Largo Glênio Peres	Monitoramento arqueológico e curadoria da Praça XV – município de Porto Alegre/RS	Kelli Bisonhim	Nº 04 de 31/01/2014
RS.JA-16	Ponta do Arado	Diagnóstico arqueológico interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo – município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 62 de 21/11/2014
RS.JA-68	Complexo Usina Termelétrica e Casa de Correção	Pesquisa arqueológica para implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba – município de Porto Alegre/RS	Alberto de Oliveira	Nº 19 de 15/04/16

Fonte: Adaptado de Porto Alegre (2018a).

Os projetos de pesquisa foram desenvolvidos dentro do perímetro da cidade de Porto Alegre e as intervenções efetuadas, por motivo de realização de obras públicas ou empreendimentos privados em áreas com potencial arqueológico, ou em que existiam sítios cadastrados, se deram conforme a necessidade de cada projeto, como descrito nos itens a seguir.

### *2.3.1 – Pesquisa arqueológica junto à obra de ampliação do Shopping Praia de Belas, bairro Menino Deus – município de Porto Alegre/RS*

A ampliação do Shopping Praia de Belas em Porto Alegre iniciou-se em 2008, a cargo da entidade jurídica Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A, em terreno no bairro Menino Deus, no município de Porto Alegre, utilizado pelo *shopping* como estacionamento, com apenas duas estruturas edificadas: a despensa e o banheiro dos funcionários responsáveis por esse serviço.

O terreno onde o empreendimento está situado é de interesse arqueológico em virtude de sua ocupação inicial, que remonta ao século XIX, pela família do Comendador Ferreira de Azevedo, além de ter sido ocupado posteriormente, em meados do século XX, pela primeira fábrica da Pepsi no país, cujo piso ainda se encontrava conservado no terreno usado como estacionamento.

Portanto, para dar prosseguimento às obras de ampliação do complexo comercial foi necessário contratar uma consultoria arqueológica, que procedeu ao acompanhamento e à pesquisa da área em duas etapas: a primeira em 2008, com atividades de prospecção, e a segunda entre 2012 e 2013, com monitoramento e escavações arqueológicas do terreno. Essa divisão em dois períodos ocorreu em virtude de a firma responsável pelo projeto de engenharia ter interrompido provisoriamente a execução da obra alegando motivos orçamentários.

A Terra Brasilis, empresa de consultoria em pesquisa arqueológica, foi responsável pelas duas fases de intervenção. Ambas foram coordenadas por Alberto Tavares de Oliveira, no entanto contaram com formações diferentes:

- A primeira fase<sup>65</sup> contou com quatro técnicos com formação em História e experiência em Arqueologia – Sérgio Rovani Ozório, Clóvis Schmitz, Marcelo Lazzarotti e Gabriel Focking –, uma profissional da área de Arquitetura – Adriana Tazima – e dois estudantes de História – Marcelo Sanhudo e Thaís Tanccini.

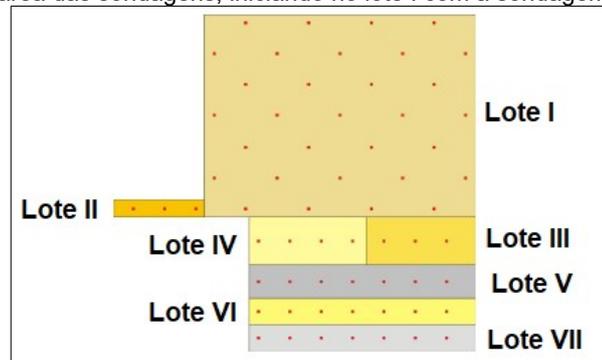
---

65 Essa fase do trabalho contou também com o apoio de quatro operários da obra (OLIVEIRA, A., 2009).

●A segunda etapa teve uma equipe homogênea composta de historiadores com perícia profissional na Arqueologia – Jaqueline Santos Sampaio, Lucas Antonio da Silva e João Carlos Radünz Neto, este último até agosto de 2012, substituído posteriormente por Felipe Benites Tramasoli, que atuou até julho do mesmo ano como estagiário junto com Daniel Minossi Nunes e Ingrid Oyarzábal Schmitz, que permaneceram nessa mesma função até o final do projeto em janeiro de 2013.

Na prospecção realizada em 2008 foi efetuado um total de 62 sondagens, distribuídas em lotes conforme visualizado na Figura 4, com numerações distribuídas em: “Lote I sondagens 32 a 62, Lote II sondagens 29 a 31, Lote III sondagens 22 a 25, Lote IV sondagens 26 a 28, Lote V sondagens 15 a 21, Lote VI sondagens 08 a 14, Lote VII sondagens 01 a 07” (OLIVEIRA, A., 2009, p. 29).

Figura 4 – Identificação da área das sondagens, iniciando no lote I com a sondagem n. 62 (direita para esquerda)



Fonte: Adaptado de A. Oliveira (2009, p. 29).

A finalização da segunda etapa (2012/2013) resultou na identificação e no cadastro do sítio RS.JA-71, e evidenciou pelo menos três ocupações distintas em sentido cronológico: no século XIX, o terreno foi utilizado pela família do comendador como área de lazer e descanso em espaço semiurbano; nos finais do século XIX e no início do XX, com a urbanização a área passou a ser ocupada como moradia de família de classe média; em meados do século XX, o lugar passou a ser ocupado pela fábrica da Pepsi.

### 2.3.2 – Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo – Lomba do Sabão – município de Porto Alegre/RS

A empresa de consultoria em pesquisa arqueológica Terra Brasilis foi contratada pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre por meio da empresa Construções, Saneamento e Energia Ltda. (COSATEL) para acompanhar as obras de instalação do sistema de encanamento para o transporte de água potável em uma zona rural ou de ocupação urbana reduzida.

A obra se estendeu por 7 quilômetros entre a Estrada João Antônio da Silveira e a Estrada João Oliveira Remião, no bairro Lomba do Pinheiro, e foi dividida em duas etapas<sup>66</sup>: o trecho 1, entre outubro e dezembro de 2009, e o trecho 2, de janeiro a agosto de 2010. A Figura 5 apresenta a configuração do sistema de dutos conforme o projeto de engenharia.

Figura 5 – Linha de trajeto do sistema de dutos projetado para o bairro Lomba do Pinheiro: trecho 1 sinalizado pela cor azul e trecho 2 sinalizado pela cor vermelha



Fonte: Adaptado de A. Oliveira (2010).

As atividades arqueológicas na fase de diagnóstico, em 2009, foram executadas sob a coordenação de Alberto Tavares de Oliveira, contando com mais dois profissionais: o arqueólogo Clóvis Leandro de Mello Schmitz e a auxiliar técnica Jaqueline Santos Sampaio. Nesse trecho, onde foram construídas estradas em períodos precedentes que ocasionaram transformações no espaço, não foram localizados vestígios arqueológicos.

Na etapa realizada no ano de 2010, além dos três profissionais que compuseram a equipe na primeira fase, para atuar na análise do material ingressaram mais três membros com experiência em diferentes especialidades da Arqueologia, dois deles com formação em História – Mariana Neumann e Marcelo dos Santos Lazzarotti – e uma em Biologia – Ana Cristina Baptista Carle.

Nessa segunda etapa, a investigação localizou uma moradia que atestou a utilização da área para fins rurais no século XIX, com presença considerável de material cerâmico afro-brasileiro, o que culminou no cadastramento do terreno como o sítio arqueológico RS.JA-74 – Lomba do Pinheiro 2.

Posteriormente, em 2011, esse sítio arqueológico foi alvo de pesquisas acadêmicas realizadas por Tocchetto e Schmitz, cujo propósito era localizar as proporções, a função e a

<sup>66</sup> A segunda fase foi necessária em virtude de a obra ter iniciado tardiamente em relação à autorização “publicada dia 06 de janeiro de 2009 devido ao processo de licitação, já que se trata de obra pública”. O “trabalho de arqueologia iniciou apenas no dia 26 de outubro e a obra propriamente no dia 24 de novembro de 2009” (OLIVEIRA, A., 2010, p. 4).

sequência da edificação encontrada na investigação coordenada por Alberto de Oliveira em 2010. As intervenções deram base para interpretações sobre a organização espacial concernente às atividades socioeconômicas e domésticas na área analisada, e constataram a inexistência de ocupação no período pré-colonial, relacionando, portanto, os fragmentos de cerâmica ao contexto colonial.

### 2.3.3 – Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso (DMAE) – município de Porto Alegre/RS

O projeto de instalação das redes de esgoto no Arroio do Salso e de estações nos bairros de Restinga e Ponta Grossa foi realizado sob responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgotos de Porto Alegre, que contratou os serviços de consultoria arqueológica para o monitoramento e a prospecção da área impactada.

A equipe de pesquisa, coordenada por Ângela Cappelletti, era composta por profissionais com formação em História e experiência em Arqueologia, sendo uma técnica – Kelly de Oliveira – cinco auxiliares de campo – Carlos Eduardo Ferreira Melchiades, Juliana Pozzo Tatsch, Juliana Mohr dos Santos, Karen Fogassi Ribeiro e Rodrigo Garcia – e uma auxiliar de laboratório – Carolina dos Santos.

O sistema de esgoto se estende por 10 quilômetros e foi desmembrado em três trechos (conforme representado na Figura 6) que sofreram processos de licitação individuais, atrasando a conclusão do projeto iniciado em 2009, que necessitou de renovação da autorização de pesquisa arqueológica em 2011.

Figura 6 – Traçado da rede de esgoto e da instalação das estações Restinga e Serraria



Fonte: Adaptado de Cappelletti (2012, p. 6).

O trabalho de pesquisa arqueológica obteve como resultado a identificação e o cadastramento do sítio arqueológico RS.JA-80 – Interceptor do Salso–Bolognesi–Moradas

da Hípica, fixado na Rua Schneider no terreno da Bolognesi Engenharia Ltda. O terreno é composto por dois contextos temporais: o pré-colonial, atestado pela presença de cerâmica associada ao grupo Guarani e pela coleta de instrumentos líticos; e o colonial, correspondente ao início do século XX, evidenciado pela recolha de louças, vidros, metais, entre outros materiais, que apontam para ocupação nesse período. A localização do sítio é próxima ao terceiro trecho do empreendimento relacionado à rede de esgoto e pode ser visualizada na Figura 6.

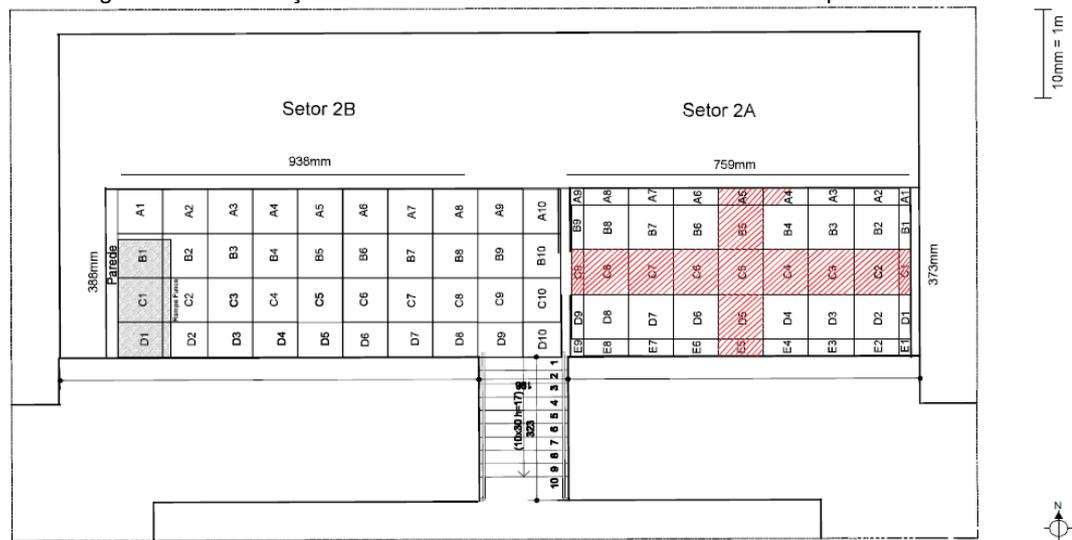
#### *2.3.4 – Pesquisa arqueológica na Igreja Nossa Senhora das Dores – município de Porto Alegre/RS*

Em 2008, através do Programa Monumenta, realizado pelo Ministério da Cultura com patrocínio do Banco Interamericano de Desenvolvimento em conjunto com a Prefeitura Municipal, deu-se início às obras de restauração da Igreja Nossa Senhora das Dores em Porto Alegre.

A Engenharia e Pesquisas Tecnológicas S. A. (EPT) foi a firma responsável pela recuperação do edifício do século XIX e contratou a arqueóloga Kelly de Oliveira para coordenar as pesquisas arqueológicas. A equipe contou com mais quatro membros: a arqueóloga Ângela Cappelletti e três graduandos em História como auxiliares – Alexandre Pena Matos, João Gabriel Toledo e Gabriela Konrath.

A intervenção foi dividida em dois setores: a área localizada na lateral oeste do edifício, denominada Setor 1, e a zona que corresponde à lateral leste, ladeada pela escadaria, e à abóbada embaixo da escadaria, designada como Setor 2. Este último setor, por sua vez, foi desmembrado em três partes: a lateral leste ao lado da escadaria foi identificada como área C, enquanto a abóbada foi separada em duas “em virtude da parede de alvenaria que divide o ambiente em duas salas” (OLIVEIRA, K., 2009, p. 44). Na Figura 7 é possível visualizar a subdivisão da área da abóbada em setores e quadrículas.

Figura 7 – Visualização das zonas A e B do Setor 2 e subdivisão em quadriculamento



Fonte: K. Oliveira (2009).

A intervenção localizou um total de 5.160 fragmentos. No Setor 2, as escavações foram distribuídas nas áreas hachuradas, contemplando materiais de metal, ossos, couro, cerâmica, vidros, entre outros. No Setor 1, foram encontrados quatro fragmentos de metal e um cerâmico advindos do monitoramento da instalação da saída de esgoto na construção de banheiros.

### 2.3.5 – Monitoramento arqueológico da obra de remodelação da Praça da Alfândega – município de Porto Alegre/RS

O Programa Monumenta de Porto Alegre também elaborou o projeto de reestruturação da Praça da Alfândega, cuja execução foi incumbida à empresa Engenharia e Pesquisas Tecnológicas S.A. (EPT), que por sua vez foi a responsável pela contratação da consultoria arqueológica.

Alberto de Oliveira foi o coordenador da equipe de Arqueologia formada por uma arqueóloga (entre agosto e outubro de 2009), Ângela Cappelletti, um técnico em Arqueologia, Marcelo dos Santos Lazzarotti, e um auxiliar técnico, Daniel Minossi Nunes.

O trabalho de monitoramento foi realizado a partir das atividades desenvolvidas pela empresa de engenharia, tais como o transplante de palmeiras, a remoção da pavimentação de asfalto e de paralelepípedos, a redução dos canteiros centrais e a abertura de cavas e valas para instalação dos postes e da rede elétrica, respectivamente. A Figura 8 aponta as modificações que resultaram dessas atividades de engenharia na obra de remodelação da praça.

Figura 8 – Visualização das modificações realizadas na Praça da Alfândega



Fonte: A. Oliveira (2010, p. 4).

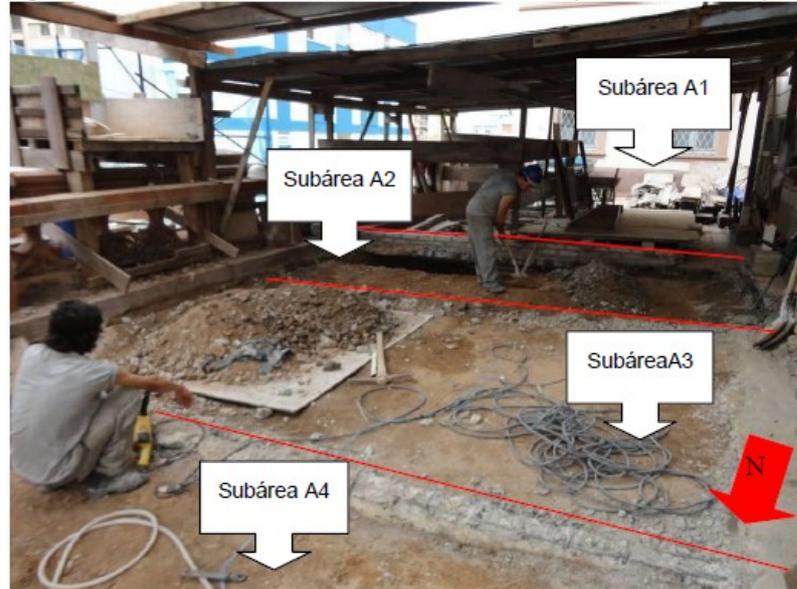
Durante a pesquisa foram encontrados materiais arqueológicos e estruturas referentes ao século XIX e a princípios do século XX, tais como louças, faianças, metais, vidros e ossos, cujo trabalho de curadoria foi realizado em três laboratórios: em 2009, no Laboratório de Arqueologia e Etnologia da ULBRA (Canoas); em julho de 2010, numa estrutura montada no espaço da pesquisa de campo; e, por fim, no Museu Joaquim Felizardo desde novembro de 2010.

### 2.3.6 – Monitoramento arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria Metropolitana/RS

A Igreja Matriz de Porto Alegre passou por intervenção de restauro entre os anos de 2012 e 2013, realizada pela firma Arquium Construções e Restauro Ltda., cujo monitoramento arqueológico foi realizado sob a coordenação de Angela Cappelletti e contou com mais seis profissionais com formação em História e experiência em Arqueologia – Zeli Company, Clóvis Schmitz, Eduardo Peruzzo, Pedro Meirelles, Jaqueline Sampaio e Karen Ribeiro –, com a participação de duas estagiárias – Luiza Gava e Raquel Dalpiaz.

A área que foi denominada como Área A pela equipe de Arqueologia tinha significativa quantidade de restos mortais no local designado para a implantação de uma subestação elétrica na zona leste do terreno. Essa área foi desmembrada em quatro zonas, registradas com numeração corrida, com duas configurações distintas: na A1 e na A2 estavam depositados esqueletos e crânios de maneira relativamente ordenada; na A4, havia uma concentração de ossos entrelaçados entre si. A Figura 9 apresenta a configuração das subáreas no canteiro de obras.

Figura 9 – Área A, Pátio Leste, com as subdivisões após a retirada do piso



Fonte: Cappelletti (2013).

A peculiaridade apresentada na subárea A4 exigiu a consultoria de outros profissionais que pudessem auxiliar no registro e na análise do material. Isso resultou no contato com o professor Rogério Dornelles Maestri, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que emprestou um *scanner* para o registro detalhado além de ter cedido dois membros de sua equipe para manusear o equipamento e ordenar os dados gerados no computador em junho de 2012.

Na Figura 10 é possível visualizar as imagens resultantes desse trabalho e se vê inclusive a instalação de uma plataforma no mesmo patamar do aglomerado de ossos para que o posicionamento do cursor do equipamento pudesse evitar quaisquer distorções de imagem.

Figura 10 – Em sentido horário: construção da plataforma para fixação de *scanner* (1) que capta os dados (2) apresentados na tela do *laptop* (3), fruto do trabalho de equipe do IPH/UFRGS (4)



Fonte: Adaptado de Cappelletti (2013).

Outra equipe do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS coletou e examinou os solos e as rochas do espaço escavado. Além disso, esse projeto foi marcado pela cooperação interdisciplinar de mais três áreas do conhecimento: equipes de Botânica, Anatomia e Genética do Departamento de Biociências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) recolheram e procederam, respectivamente, à análise dos sedimentos de dentro dos crânios para determinar a flora no período deposicional dos enterramentos, à análise dos ossos e ao diagnóstico de DNA a partir de dentes.

### 2.3.7 – Salvamento arqueológico para duplicação da Av. João Goulart – município de Porto Alegre/RS

Essa pesquisa foi realizada pela Terra Brasilis na área onde estão localizados o sítio Praça Brigadeiro Sampaio (RS.JA-10) e a Praça Júlio Mesquita, inserida na região da antiga Cadeia e da Usina Termelétrica, que são parte do sítio RS.JA-68 (Complexo Usina Termelétrica e Casa de Correção), entre 2013 e 2014<sup>67</sup>, em decorrência de uma obra de duplicação viária na Avenida João Goulart que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a

<sup>67</sup> Entre agosto de 2013 e março de 2014, a obra ficou paralisada em função da retirada de árvores na Praça Júlio Mesquita.

Secretaria Municipal de Obras e Viação contrataram por meio de um consórcio<sup>68</sup>. A pesquisa contou com profissionais com formação em História e experiência em Arqueologia, sendo cinco com titulação de mestre: Alberto Tavares Duarte de Oliveira (coordenador), Clóvis Leandro de Mello Schmitz, Marcelo dos Santos Lazzarotti, Pedro von Mengden Meirelles e Daniel Minossi Nunes. Danielle Soares Jesus foi arqueóloga de campo e Luan Fernando Cieglinski Lopes, estagiário.

O trabalho foi subdividido em três partes: uma escavação preliminar no JA-10<sup>69</sup> e dois acompanhamentos de escavações, um para a ampliação da Avenida João Goulart e outro para a instalação da nova rede de água no JA-68.

No RS.JA-68, a área da escavação, executada por meios mecânicos com retroescavadeira, foi delimitada pelo empreendedor, com extensão máxima de largura de 6 metros na vala. Havia duas estruturas de 1,3 metro relacionadas à Casa de Correção com nível de meio metro de profundidade, além de tijolos refratários relacionados à Usina Termoelétrica na parte sul da Rua Riachuelo e quatro colunas de concreto, com intervalos de cinco metros, vinculadas à edificação de pilares do aeromóvel (OLIVEIRA, A., 2014, p. 34-35).

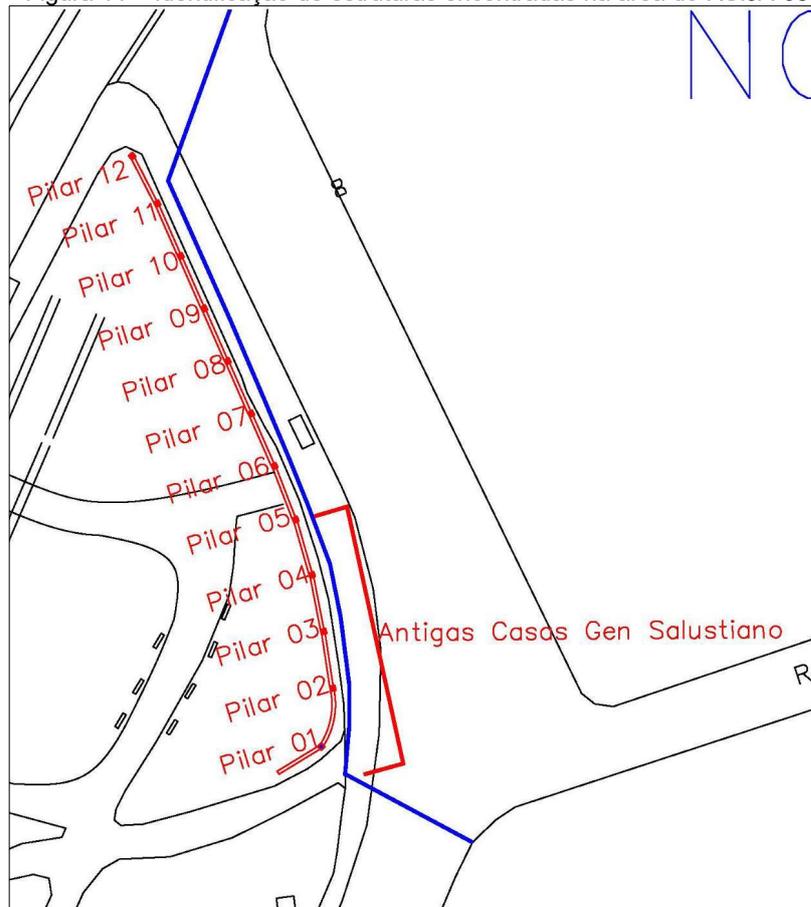
A segunda etapa do trabalho arqueológico, o acompanhamento da instalação da rede de água, não era parte do prognóstico do projeto e o empreendedor a comunicou no mesmo dia em que a iniciou, com a escavação de um duto com profundidade máxima de 1,10 metro e largura de 1 metro, a princípio, e posteriormente de meio metro entre a calçada e o muro da usina, formado por pilares separados entre si por seis metros que serviram como parâmetro para o monitoramento. Entre os pilares de 1 a 6 foram encontradas estruturas residuais de casas do século XIX (conforme configuração visualizada na Figura 11), possivelmente com a parte frontal voltada para a Rua Salustiano e a parte do fundo para a Praça Júlio Mesquita (OLIVEIRA, A., 2014, p. 37).

---

68 Consórcio Beira Rio – Trecho IV, formado pelas empresas Sultepa e Toniolo Busnelo (TOCCHETTO; OLIVEIRA, 2012).

69 Durante o processo de escavações arqueológicas, a Engenharia remanejou a ampliação da avenida para outro lado da Praça da Harmonia.

Figura 11 – Identificação de estruturas encontradas na área do RS.JA-68



Fonte: Oliveira, A., 2014, p. 38.

No RS.JA-10, o salvamento seguiu a linha de raciocínio do trabalho realizado anteriormente para a implantação da rede subterrânea de energia,<sup>70</sup> ou seja, considerou três contextos arqueológicos.<sup>71</sup> Além disso, foram realizados o monitoramento da instalação da rede de água na área da Praça Brigadeiro Sampaio (entre 22 e 25 de abril de 2014) e três sondagens no extremo norte, a 50 metros da beira da avenida, que “consistiram num corte transversal em relação ao monte, o que propiciou um excelente visual da estratigrafia. A profundidade alcançada intencionou buscar a cota necessária para a escavação da engenharia” (OLIVEIRA, A., 2014, p. 79).

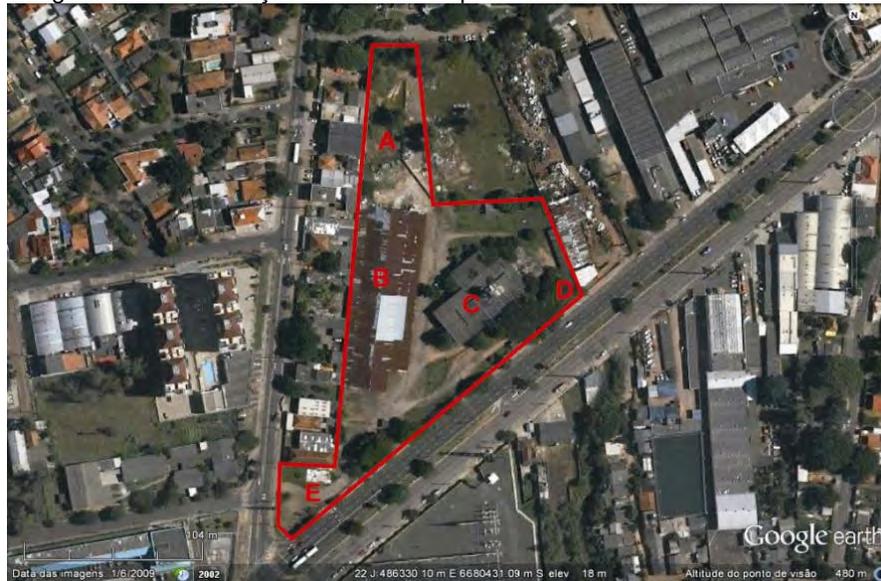
Na intervenção foram realizadas no contexto da lixeira coletiva da década de 1940 quatro sondagens, denominadas 120, 130, 140 e 150, e a escavação por quadriculamento da área onde ficavam localizados os lotes das edificações que remontam ao século XIX, conforme ressaltado pelos círculos pretos na Figura 12.

70 “Plano de trabalho para monitoramento arqueológico junto à obra de instalação da linha de transmissão subterrânea 230KV, nas Praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio, Centro Histórico de Porto Alegre/RS (portaria Nº 06 de 22/03/2010)”, subprojeto da “Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do município de Porto Alegre (RS)” sob coordenação da arqueóloga Fernanda Tocchetto.

71 Duas lixeiras coletivas, uma relacionada ao descarte de materiais no século XIX e outra de meados do século XX, e, entre esses dois contextos, uma área com vestígios de edificações dos lotes da Rua Vasco Alves e limites com a antiga Praça da Harmonia.



Figura 13 – Demarcação da área do empreendimento na Avenida Assis Brasil



Fonte: A. Oliveira (2013).

A subárea A tem uma rampa de concreto armado para usina de concreto, a zona B é ocupada por um galpão de madeira, o espaço C corresponde à sede da construtora Guerino, a letra D demarca a linha de canalização do arroio, anteriormente conhecido como Passo Arroio Mangueira, e a estrutura E identifica o *showroom* do empreendimento imobiliário.

A firma imobiliária contratou a empresa de consultoria arqueológica Terra Brasilis para realizar as atividades de diagnóstico da área afetada, que contaram com equipe formada por apenas três profissionais arqueólogos: o coordenador Alberto de Oliveira e mais dois técnicos, Pedro von Mengden Meirelles e Clóvis Leandro de Mello Schmitz. O diagnóstico culminou na localização e no cadastro de dois sítios arqueológicos, o RS.JA-81, Chácara de Marciano de Souza Rocha, contexto rural do princípio do século XX, e o RS.JA-82, Aterro da Fábrica de Porcelanas Renner, associado à Arqueologia Industrial.

O empreendimento passou por outra intervenção arqueológica em 2015. Dessa vez, a empresa contratada, a Sophia Patrimônio Cultural, ficou responsável pelo salvamento e pela interpretação dos vestígios materiais dos dois sítios arqueológicos localizados no terreno, impactados pelas obras do complexo imobiliário. A equipe de pesquisa, composta por duas arqueólogas – a coordenadora Kelli Bisonhim e Gabriela Longo – e duas historiadoras – Bruna Silveira e Edmara Schuch –, realizou as atividades de campo e de análise com base no trabalho precedente de diagnóstico efetuado pela Terra Brasilis.

Durante a etapa de salvamento no RS.JA-81, a análise e a interpretação do contexto arqueológico ficaram comprometidas, visto que os vestígios de edificação evidenciados durante o diagnóstico foram danificados com o desmoronamento da estrutura e o material

recolhido incluía basicamente vidro, louça, metal e osso num quantitativo reduzido. Por outro lado, o RS.JA-82 permitiu pesquisa mais aprofundada do contexto a partir de um grande volume de artefatos coletados, com ênfase nos dispositivos utilizados na confecção de louças, identificados como “mobiliário de forno”, e nos resíduos de peças de louças descartados no processo de fabricação.

### *2.3.9 – Monitoramento arqueológico da obra para instalação da rede de distribuição de gás natural no bairro Menino Deus – município de Porto Alegre/RS*

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS) contratou a Navedrill Construções e Incorporações Ltda. para a implantação de rede de distribuição de gás natural no bairro Menino Deus e a Terra Brasilis para o monitoramento arqueológico da área abrangida pelo empreendimento, entre 2014 e 2016. A equipe de pesquisa, sob a coordenação de Alberto Tavares de Oliveira, contou com três arqueólogos – Clóvis Leandro de Mello Schmitz, Marcelo dos Santos Lazzarotti e Caetano Tocchetto Frankee – e um estagiário – Luan Fernando Cieglinski Lopes.

A intervenção resultou na identificação e no cadastramento do sítio arqueológico RS.JA-85, Arraial Menino Deus, cujo contexto arqueológico aponta para ocupação no período colonial, entre os finais do século XIX e o século XX, incluída em seu perímetro a área do zoológico da cidade na primeira metade do século XX.

### *2.3.10– Monitoramento arqueológico e curadoria da Praça XV – município de Porto Alegre/RS*

A Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) elaborou um projeto de recomposição da Praça XV com o objetivo de ampliar a via de trânsito de veículos e implantar um estacionamento, substituindo pedras de basalto por blocos de concreto. A execução da obra ficou a cargo da Rumo Engenharia Ltda. e a pesquisa de monitoramento arqueológico, da Sophia Arqueologia.

O trabalho foi realizado entre julho de 2014 e agosto de 2015 sob a coordenação de Kelli Bisonhim, cuja equipe foi constituída por duas arqueólogas – Edmara Schuch, com graduação em História, e Gabriela Longo Moraes, com graduação em Arqueologia – e uma técnica em Arqueologia – Bruna Silveira (graduanda em História na PUC-RS).

Durante a realização do trabalho pela Rumo Engenharia, na Rua Marechal Floriano Peixoto, os cabos de fibra óptica foram danificados e precisaram ser reinstalados, serviço

que ficou sob a responsabilidade da Radiante Telecomunicações. Na Figura 14 é possível visualizar o traçado das duas intervenções: a da empresa de Engenharia em vermelho e a de Telecomunicações em amarelo.

Figura 14 – Traçado das intervenções realizadas na Praça XV



Fonte: Bisonhim (2015, p. 8).

A área escavada durante a execução do empreendimento corresponde ao Largo Glênio Peres – sítio arqueológico RS.JA.28, Rua Marechal Floriano Peixoto e Rua José Montauray (BISONHIM, 2015, p. 97). Durante a pesquisa foram localizados vidros e ossos, além de louças e cerâmica artesanal fabricadas por olarias, confirmando que o local foi utilizado como uma área de descarte coletivo do princípio do século XIX até a construção do primeiro Mercado Público.

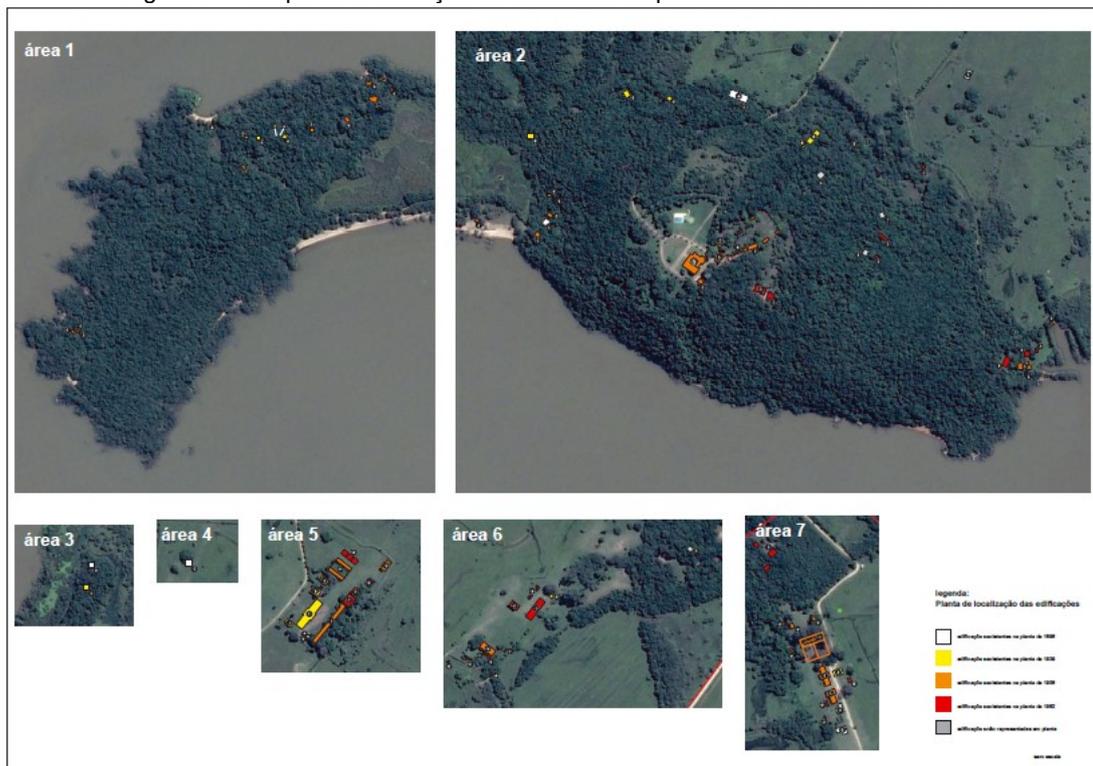
### 2.3.11– Diagnóstico arqueológico interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo – município de Porto Alegre/RS

Duas firmas, a Arado Empreendimentos Imobiliários Ltda. e a Dahma Urbanizadora e Construtora Ltda., são responsáveis pela edificação de imóveis para fins de comércio e residência no terreno do Haras do Arado, com parte reservada “como Área de Proteção do Ambiente Natural – APAN e Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN” numa área com 426 hectares. A Fazenda Haras do Arado foi “criada pelo jornalista Breno Caldas (03/07/1910 – 10/09/1989)”, que foi “Diretor da Companhia Jornalística Caldas Júnior de

1935 até 1986 (jornais Correio do Povo e Folha da Tarde, Rádio e TV Guaíba)” (OLIVEIRA, A., 2016, p. 4).

A Terra Brasilis, consultoria em Arqueologia, foi contratada para a realização de diagnóstico, entre 2014 e 2015, na área afetada pelas obras. Com o auxílio de um estudo comparativo de plantas históricas de 1896, 1939, 1956 e 1982 e de imagens satelitais da região, utilizando o método de sobreposição indicou a localização de estradas, trilhas e edificações extintas, conforme visualizado na Figura 15.

Figura 15 – Mapa de localização de estruturas arquitetônicas do Sítio RS.JA-16



Fonte: A. Oliveira (2016).

A legenda com quadrados nas cores branca, amarela, laranja e vermelha correspondem respectivamente às edificações existentes nos anos citados anteriormente, e o cinza identifica as que foram localizadas na pesquisa de campo, mas não estavam representadas em nenhuma das plantas.

A pesquisa resultou na atualização da ficha de registro do sítio Ponta de Arado (localizado no bairro de Belém Novo, às margens do Lago Guaíba) criada em 1999 pela arqueóloga Patrícia Gaulier. Essa revisão ocorreu em virtude de uma dilatação da abrangência espacial (identificação de outras zonas de assentamentos indígenas) e temporal (ocupações em distintos períodos entre os séculos XIX e XX) a partir de vestígios que atestam a existência desses contextos.

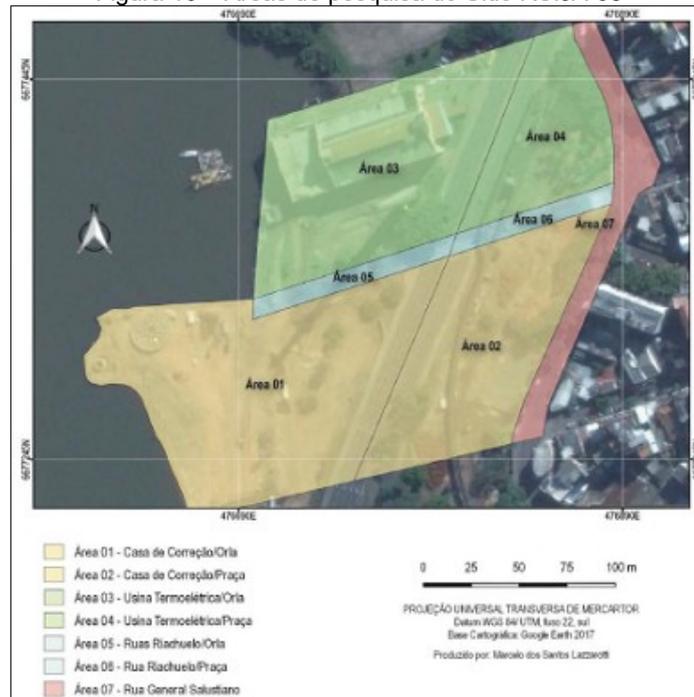
*2.3.12– Pesquisa arqueológica para implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba – município de Porto Alegre/RS*

A implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba, na região anexa à Praça Júlio de Mesquita e nos arredores do Centro Cultural Usina do Gasômetro determinada como sítio arqueológico RS.JA-68 (Complexo Usina Termelétrica e Casa de Correção), foi executada pela Procon Construções Indústria e Comércio Ltda., que disputou por licitação a realização do projeto elaborado pela Secretaria Municipal de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (SMOV/PMPA).

O estudo arqueológico, realizado entre maio de 2016 e maio de 2017, requisitado pela Coordenação de Memória Cultural da Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, foi contratado pelo empreendedor da obra. A equipe de pesquisa arqueológica contratada foi composta por coordenador arqueólogo, Alberto de Oliveira, e mais dois arqueólogos, Clóvis Leandro de Mello Schmitz e Marcelo dos Santos Lazzarotti.

O trabalho foi dividido em quatro áreas: área da antiga Casa de Correção, com as duas subáreas Área 01 – Casa de Correção Orla e Área 02 – Casa de Correção Praça; área da antiga usina termoelétrica, dividida em Área 03 – Complexo Usina Termoelétrica Orla e Área 04 – Complexo Usina Termoelétrica Praça; área da Rua Riachuelo (antigo traçado), desmembrada em Área 05 – Rua Riachuelo Orla e Área 06 – Rua Riachuelo Praça; e Área 07 – Rua Gen. Salustiano (OLIVEIRA, 2017, p. 23), conforme visualizado na Figura 16.

Figura 16 – Áreas de pesquisa do Sítio RS.JA-68



Fonte: Oliveira (2017, p. 24).

As sucessivas ocupações do sítio arqueológico são demarcadas pelo material encontrado relativo a três diferentes contextos, sendo o mais antigo relacionado à ocupação de casas edificadas no local anterior à construção da usina termoelétrica. Os extratos arqueológicos e os artefatos encontrados remontam a três períodos correspondentes aos séculos XVIII, XIX e XX (OLIVEIRA, 2017, p. 132).

As investigações arqueológicas mostraram-se diversificadas e oito dos sítios arqueológicos cadastrados nesses projetos analisados foram identificados a partir das intervenções iniciais de diagnóstico ou monitoramento no recorte temporal assinalado. Os distintos contextos cronológicos e espaciais requereram a aplicação de métodos e critérios de pesquisa que atendessem as especificidades apresentadas em cada caso, conforme apresentado no próximo tópico.

## 2.4 – Pesquisas arqueológicas: critérios e métodos

Em geral, não é possível realizar a pesquisa no sítio arqueológico por completo por questões de cronograma e orçamentárias. Por isso, adota-se o processo de amostragem, implantando critérios e métodos na inspeção da área para selecionar extensões menores com o propósito de efetuar interpretações e considerações próprias da investigação arqueológica (RENFREW; BAHN, 2015).

As pesquisas arqueológicas aqui analisadas apresentaram critérios que foram definidos em consonância com o seu perfil investigativo, fosse um monitoramento com a finalidade de avaliar os efeitos de um empreendimento no patrimônio arqueológico, fosse um diagnóstico do potencial arqueológico de uma zona ou um salvamento com o propósito de registrar e recolher os bens. Esses critérios foram:

1) Análise de fontes históricas, tais como imagens, registros de imóveis, mapas e depoimentos, principalmente nas pesquisas pré-campo, mas também durante o período das intervenções;

2) Estruturação em conformidade com as imposições do espaço arquitetônico;

3) Início pela precipitação do trabalho de engenharia, que obriga a equipe de Arqueologia a buscar alternativas viáveis na realização da recolha e do registro do patrimônio;

4) Reconhecimento do espaço por caminhamento, sistema de georreferenciamento ou outros meios;

5) Alicerce no trabalho realizado pela firma encarregada do empreendimento;

6) Fundamentação nos resultados de investigações arqueológicas precedentes.

A singularidade de cada investigação, decorrente de adversidades e entraves que podem se apresentar, implica a aplicação singular ou vinculada desses critérios, assim como a influência de cada um deles na definição dos métodos e estratégias empregados nas pesquisas, conforme será descrito a seguir.

Na chácara do Comendador Ferreira de Azevedo (RS.JA-71), sob responsabilidade de Alberto de Oliveira, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, a primeira em 2008/2009 e a segunda entre março de 2012 e janeiro de 2013. A primeira fase consistiu em prospecções e na realização do reconhecimento da área, direcionado pelo levantamento. Durante esse período do trabalho, a equipe de campo realizou caminhamentos de maneira tanto assistemática quanto sistemática, mas foi impossibilitada de realizar coletas em superfície ou identificar espaços com potencial arqueológico em virtude do piso de concreto que ocupa todo o espaço. Dessa forma, os pontos de prospecção foram determinados por um sistema de referência espacial que possibilitou a realização de 62 sondagens de 80 x 80 centímetros com distanciamentos de 10 a 20 metros entre elas. A escavação se deu por níveis artificiais de 10 centímetros, no entanto a procedência dos materiais coletados foi identificada, sempre que possível, distintamente conforme a camada natural.

Aproximadamente dois meses antes do início das atividades relacionadas à pesquisa arqueológica, reconhecida por portaria em março de 2012, o empreendedor já havia aberto

120 estacas para a fundação da área correspondente ao edifício *Walk Offices*, de forma que a equipe de Arqueologia só pôde acompanhar a abertura das outras 39 estacas nessa área e das 137 estacas do *Deck Parking*. Assim, nesse segundo estágio, sempre que viável, além das intervenções para a retirada de artefatos e do reconhecimento e evidenciação de estruturas, foi efetuado o registro, principalmente da estratigrafia.

No Lomba do Pinheiro 2, sítio RS.JA-74, foram realizadas duas intervenções: uma de Arqueologia de Contrato em 2009/2010, coordenada por Alberto de Oliveira, e outra no ano seguinte, uma pesquisa com portaria em nome da arqueóloga Fernanda Tocchetto. Por se tratar de instalação de adutora, para conduzir o trabalho de pesquisa arqueológico sob a liderança de Oliveira foi utilizado o trajeto das obras de instalação. Dessa forma, as prospecções sistemáticas foram efetivadas por sondagens de 1 m<sup>2</sup> com espaçamento que variou entre 25 e 50 metros de acordo com o trecho.

O resultado dessas intervenções evidenciou a existência de um sítio arqueológico relativo ao século XIX no Trecho 02 da obra de instalação de tubulação no bairro, localizado entre o fim da Estrada Intera II e a Estrada João Oliveira de Remião, e serviu como base para determinar a tática de salvamento, cuja finalidade foi revelar a disposição das estruturas visando à preservação dos alicerces.

Assim sendo, a partir do uso de um sistema de georreferenciamento foi definida uma malha de quadrículas de 1 m<sup>2</sup> com classificação alfanumérica para ordenação espacial com base no alinhamento da obra da adutora. O salvamento foi realizado por escavação mecânica com escavadeira hidráulica, considerando o estrato natural, e por escavação manual em níveis que foram predefinidos em 10 centímetros, relacionando os achados arqueológicos também com as camadas naturais. No entanto, durante as atividades de campo a estratigrafia simplificada com duas camadas – uma arqueológica, normalmente em torno de 25 centímetros de profundidade, e outra estéril – determinou a mudança da estratégia de escavação para a retirada por camadas naturais.

Na etapa final do trabalho de campo, foram realizadas quatro sondagens de 50 x 5 centímetros, com afastamento de 10 metros em sentido perpendicular à linha de instalação da adutora (três ao norte e uma ao sul), com o propósito de demarcar a área do sítio arqueológico, determinada em 1.600 metros quadrados.

Outra estratégia de investigação arqueológica utilizada foi o arrolamento de antigas construções no bairro e nas áreas vizinhas, que determinou quatro áreas: uma casa em ruínas na Avenida Edgar Pires de Castro, nº 2840; outra “junto à Estrada João de Oliveira Remião”, que funcionou “como armazém e casa de baile”; a sede do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, edificada em fins do século XIX; e a área onde está edificado o Instituto

Popular de Arte-Educação, onde foi encontrada uma lâmina de machado que, vinculada ao material cerâmico no próprio sítio arqueológico, atesta a existência de potencial arqueológico de contexto guarani (OLIVEIRA, A., 2009, p. 37).

No total, a equipe de Arqueologia identificou seis contextos no sítio arqueológico: os dois primeiros de ocupação e abandono por guaranis, portanto em período pré-colonial; a coabitação de distintos grupos de escravos africanos e trabalhadores rurais oriundos de etnias caucasianas; o abandono da construção e o reaproveitamento dos materiais para outras edificações; o aproveitamento do espaço para a produção agrícola; e o abandono da área de cultivo que levou à reabilitação da vegetação natural.

Durante o monitoramento das escavações com retroescavadeira, o trabalho consistia no registro de estruturas arqueológicas e na coleta de material através da verificação do sedimento da camada arqueológica removida. No entanto, o trabalho não ficou restrito ao acompanhamento das atividades da engenharia, pois também foram abertas duas áreas de escavação, uma na área do *Deck Parking* com uma malha contendo oito quadrículas de 1 m<sup>2</sup> e outra na área do *Wall Offices*<sup>74</sup>, onde foram realizadas escavações com níveis artificiais a 10 centímetros, respeitando a camada natural a partir da primeira camada arqueológica (a 60 centímetros de profundidade da superfície).

Os vestígios arqueológicos revelaram que a área foi ocupada no meio do século XIX e no início do XX e, a partir do trabalho de investigação, identificaram-se quatro contextos diferentes: o período de ocupação da Casa do Comendador Azevedo, no século XIX; a degradação resultante do abandono do imóvel; uma nova ocupação na década de 1930, correspondente a quatro lotes na Rua Marcílio Dias; e, por fim, a criação da primeira fábrica da Pepsi no Brasil no terreno, nos anos de 1950 (OLIVEIRA, A., 2009).

A instalação da rede de esgoto do Arroio do Sol propiciou pesquisa arqueológica sob a liderança de Ângela Cappelletti entre 2009 e 2012, que teve início através de prospecções e do acompanhamento do trabalho de engenharia, que dividiu o empreendimento em três lotes: o primeiro da Avenida Governador Peracchi até a estação de bombeamento de esgotos Restinga; o segundo com início na referida estação de esgoto até a próxima estação de tratamento de esgotos em Serraria; e o último entre a Avenida Juca Batista e a Estrada Retiro da Ponta Grossa.

As sondagens foram executadas num total de dez trechos, orientadas pela obra de engenharia, sendo os cinco primeiros no Lote 1, os trechos 6, 8, 9 e 10 no Lote 2 e o trecho 7 no Lote 3. As sondagens, de 1 m<sup>2</sup>, foram efetuadas em distanciamentos que variaram em 10, 25 e 50 metros, de acordo com o trecho, em níveis preestabelecidos de 10 centímetros,

---

<sup>74</sup> Escavação de uma quadra de 1 m<sup>2</sup> e evidenciação de estruturas e fundações arquitetônicas dos contextos existentes nos séculos XIX e XX.

considerando também as camadas naturais. A partir da pesquisa foram coletadas evidências de dois contextos arqueológicos: um de ocupação pré-colonial guarani e outro de princípios do século XX, no bairro Moradas da Hípica e na Rua do Schneider, que identificou o sítio arqueológico RS.JA-80 – Interceptor do Salso–Bolognesi–Moradas da Hípica.

Na área do sítio Bolognesi foram realizadas coletas superficiais em dezoito unidades “através de caminhamentos cujo espaçamento obedeceu em torno de 5 metros de distância entre as linhas (sentido norte-sul)” (CAPPELLETTI, 2011, p. 117). Além disso, foram efetivadas dezenove sondagens, uma de 1 m<sup>2</sup> e as demais de 50 x 50 centímetros, sendo uma delas ampliada com uma malha de 24 quadrículas devido à evidenciação de estrutura de tijolos e vestígios de telhas, além da apresentação de material lascado indicando a existência de contexto pré-colonial.

O trabalho coordenado por Kelly de Oliveira no sítio RS.JA-70 (Igreja Nossa Senhora das Dores) subdividiu o espaço arquitetônico em que seriam realizadas as obras de restauração da igreja em dois setores: o 2A, com 75,9 x 37,3 metros, dividido em 36 quadrículas, e o 2B, com 9,38 x 3,88 metros, desmembrado em 40 quadrículas, a maioria delas de 1 m<sup>2</sup>.

Como a escavação não seria realizada em todo o espaço, foram realizadas coletas superficiais em oito quadrículas e abertas trincheiras perpendiculares na área 2A, abarcando toda a extensão e todo o comprimento; também foi feita intervenção em metade de uma quadrícula do lado direito da extremidade norte da trincheira que cobre a extensão da sala. Enquanto isso, na 2B a coleta aconteceu em apenas uma quadrícula de 1 m<sup>2</sup>. O método utilizado foi o de níveis controlados de 10 centímetros, cuja profundidade foi delimitada ou pelo piso – quando não podia ser removido pela robustez da estrutura – ou pela própria camada estéril. Também foram monitoradas as aberturas de três valas na lateral oeste da igreja, sendo as duas últimas com dimensões de 163 x 12,5 centímetros e 1.100 x 50 centímetros, e foi realizada a verificação de entulho proveniente de sondagem aberta anteriormente ao acompanhamento da equipe de Arqueologia (OLIVEIRA, K., 2009).

Na Praça da Alfândega o trabalho de engenharia foi dividido em fases e, por se tratar de um monitoramento arqueológico, a pesquisa acompanhou o cronograma dessas fases. Inicialmente,<sup>75</sup> dez palmeiras, cujas intervenções mediam um promédio de 4 metros quadrados com até 1,5 metro de profundidade, foram transplantadas com o auxílio de guindastes e retroescavadeira. Durante esse trabalho, notaram-se diferenças estratigráficas entre a parte norte e a parte sul da praça, onde foram identificados vestígios arquitetônicos e material arqueológico (OLIVEIRA, A., 2010b, p. 31), que foram coletados dos montes de

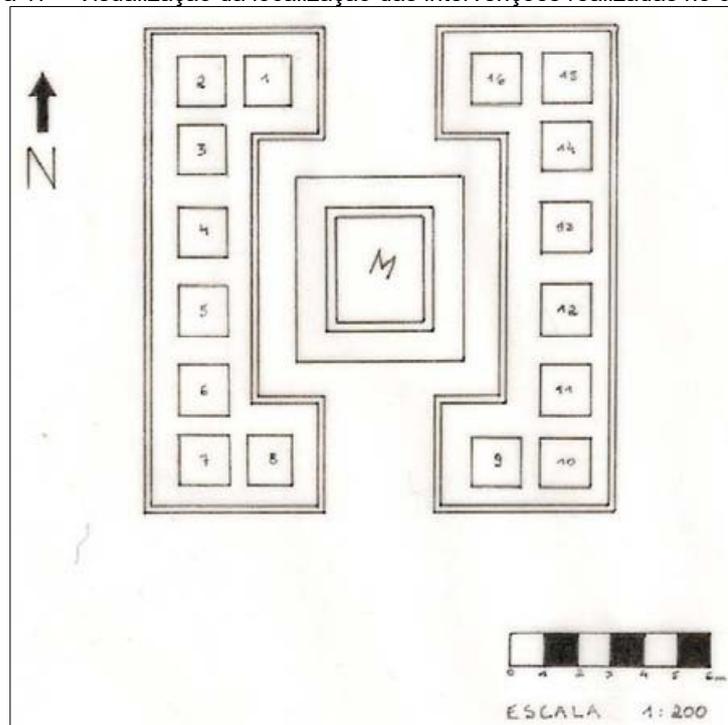
<sup>75</sup> É importante ressaltar que nessa etapa também foi realizado o cercamento da praça utilizando 233 estacas de madeira com mais de 2 metros, fixadas em cabos de meio metro de profundidade, com uma distância entre elas também de aproximadamente 2 metros.

terra retirados sem o registro de localização exata em virtude de a intervenção ter sido realizada às pressas com o equipamento mecânico de grande porte.

Nesse período, mais duas áreas foram escavadas com o auxílio dos operários da empreiteira, a primeira “no canteiro central da Avenida Sepúlveda na região junto à Rua Sete de Setembro” com o propósito de evidenciar estruturas do antigo trapiche da alfândega em uma tentativa de diminuir os prejuízos causados pelo transplante das árvores (OLIVEIRA, A., 2010b, p. 8). A intervenção, com 1,5 metro de profundidade e a 11 metros do meio-fio, evidenciou a parte leste do muro do trapiche, inclusive a parte externa, além de uma pequena estrutura na parte oeste da trincheira.

A segunda foi escavada sem o conhecimento prévio da equipe de pesquisa da Arqueologia no chafariz do Monumento Osório. Foram realizadas dezesseis intervenções de 1,5 m<sup>2</sup> com 60 centímetros de profundidade (Figura 17) no intuito de substituir a parte hidráulica. Na avaliação e no registro posteriores às intervenções, observaram-se camadas de aterro e a presença de quantitativo pequeno de material arqueológico em algumas delas, além da existência de estrutura de tijolos na terceira intervenção (OLIVEIRA, A., 2010b, p. 10).

Figura 17 – Visualização da localização das intervenções realizadas no chafariz



Fonte: A. Oliveira (2010b, p. 11).

Entre as atividades realizadas nesse empreendimento estão a remoção do pavimento com retroescavadeira, cuja sondagem chegou a 1 metro de profundidade, no cruzamento da Avenida Sepúlveda com a Siqueira Campos; a diminuição dos canteiros,

realizada pelos operários de forma manual para um total de oito com 5 metros de comprimento e 0,5 metro de profundidade; a abertura de 20 fossos para os postes, de 1,0–1,5 metro x 0,5–1,0 metro com profundidade de 60 a 70 centímetros, interligados por valas com 0,5 metro de largura e 40 centímetros de profundidade; sondagem para identificar as fundações do banheiro de 1 metro quadrado e 1,15 metro de profundidade, identificando a fundação da estrutura feita de uma sapata de concreto coberto por granito; e a sondagem do registro do chafariz, com 1 metro quadrado e 70 centímetros de profundidade, que possibilitou a identificação da “estrutura como uma das paredes internas do antigo prédio da Alfândega” (OLIVEIRA, A., 2010b, p. 47).

Além disso, a rede de escoamento do chafariz foi instalada com uma vala de 40 centímetros de largura e 60 centímetros de profundidade, posteriormente ampliada em 1,5 metro quadrado, considerando os níveis naturais, onde foram detectados calçamentos relacionados ao contexto de meados do século XIX. Posteriormente, outra sondagem foi aberta com 1 metro quadrado por 90 centímetros de profundidade, a 4,10 metros de distância do calçamento, na parte sul, de onde foram coletados materiais arqueológicos.

Durante o monitoramento do trabalho executado nos canteiros e no chafariz, foram realizadas cinco sondagens em quatro áreas: a sondagem 01, por níveis preestabelecidos de 10 centímetros, onde foi evidenciada, a 50 centímetros de profundidade, uma estrutura do antigo cais; a sondagem 02, ao norte da sondagem 01, como uma extensão da área escavada com níveis artificiais de 20 centímetros, alcançando a profundidade de 1,40 metro de escavação, visto que a quadrícula começou a verter água, sem êxito em encontrar a escadaria do cais; a sondagem 03, que chegou a 1,30 metro de profundidade, sendo que a 80 centímetros observou-se a estrutura do cais; as sondagens 04 e 05, que formaram uma trincheira de 2 metros x 0,5 metro, por níveis controlados observando os níveis naturais, onde foram encontrados parte da parede do antigo prédio da alfândega e o antigo nível da praça, respectivamente.

O sítio RS.JA-11 passou por um monitoramento arqueológico sob responsabilidade da arqueóloga Ângela Cappelletti, numa área onde foram localizados restos mortais originários de enterramentos no Cemitério da Igreja Matriz. O critério de pesquisa foi alicerçado no formato arquitetônico, empregando as vigas de concreto do espaço como divisórias de quatro subáreas, as duas primeiras com dimensões de 2,10 x 4,5 metros, a terceira com 3,0 x 4,5 metros e a última em formato trapezoidal, com laterais de 2,80 e 2,69 x 4,5 metros.

A estratégia utilizada na escavação foi o quadriculamento, em níveis preestabelecidos de 10 e 20 centímetros; quando se alcançava a profundidade de 1 metro, iniciava-se a escavação da subárea subsequente. O critério que subsidiou a escolha dessa

abordagem foi a segurança da equipe de pesquisa e do material arqueológico, visto que o declive do terreno trazia risco de desmoronamento. Esse critério foi aplicado em duas subáreas da escavação, A1 e A2, onde foram identificados crânios e esqueletos advindos de enterramentos localizados em formato sistematizado. No entanto, à medida que o salvamento das ossadas encontradas na área foi avançando, tornou-se inviável a utilização de níveis artificiais ou naturais na escavação, pois “os ossos estavam de tal maneira entrelaçados, como se fizessem parte de um jogo de varetas, que era difícil retirá-los por níveis” (CAPPELLETTI, 2013, p. 24).

No salvamento arqueológico para duplicação da Av. João Goulart, município de Porto Alegre/RS, foram realizadas duas intervenções sob coordenação do arqueólogo Alberto de Oliveira: a primeira foi de prospecção e monitoramento; a segunda, de salvamento arqueológico.

No RS.JA-10 foram definidas, a partir dos resultados da pesquisa precedente, quatro áreas escavadas (três quadrículas de 1,5 x 2 metros e uma trincheira de 50 metros) com afastamento de 10 metros entre elas. A escavação foi realizada pelos meios mecânico e manual nas camadas mais profundas, a última em níveis arbitrários de 5 e 10 centímetros; no entanto, também foram observadas as camadas naturais (OLIVEIRA, A., 2014).

Na Praça Júlio Mesquita, próximo ao sítio RS.JA-68 foram monitoradas as escavações relacionadas à ampliação da avenida e à instalação da nova rede de água. A retroescavadeira foi utilizada nas duas atividades: na primeira, para a abertura de valas de até 6 metros de largura, no entanto, por conta da profundidade rasa de até 40 centímetros, os achados arqueológicos restringiram-se a algumas estruturas da Casa de Correção e a partes do muro da usina termoelétrica (ala Sul); na segunda, inicialmente foram criadas valas com a largura de 1 metro, reduzida depois para 0,5 metro, chegando a alcançar a profundidade de até 1,10 metro, evidenciando os pilares de delimitação da área da usina e, também, sete estruturas relativas a casas edificadas no terreno antes da usina termoelétrica.

A pesquisa no empreendimento Melnick Even Opala foi realizada em duas etapas: a primeira, com diagnóstico e levantamento arqueológico sob responsabilidade do arqueólogo Alberto Oliveira em 2013; a segunda, com salvamento arqueológico sob coordenação da pesquisadora Kelli Bisonhim em 2015.

A pesquisa pré-campo de caráter histórico sobre a região, a partir de plantas, registros de imóveis, fotos, depoimentos orais e fotografias aéreas para fins de mapeamento, serviu como orientação para as atividades de intervenção e também foi direcionada pela organização espacial existente na área do empreendimento, o que resultou

no desmembramento do terreno em dois para fins de pesquisa arqueológica. Durante a prospecção houve o monitoramento das obras de engenharia, a realização de 103 sondagens (de diferentes dimensões), a coleta de artefatos e o registro de dados geológicos, orgânicos e humanos com o propósito de reconhecer o potencial arqueológico da área. Nessa etapa, as doze primeiras sondagens foram escavadas manualmente; no entanto, em virtude das dificuldades apresentadas por características ligadas à compactação das camadas geológicas e à grande quantidade de lixo e entulho contemporâneo, as demais sondagens foram realizadas com a miniescavadeira.

Dois sítios arqueológicos foram constatados: o RS.JA-81, conhecido como Chácara de Marciano de Souza Rocha, onde foram coletados 132 artefatos, cuja ocupação rural está situada entre o término do século XIX e o início do XX; e o sítio RS.JA-82, denominado Aterro da Fábrica de Porcelanas Renner. Este último teve três contextos distintos: o primeiro relacionado ao descarte de material da fábrica de porcelana, fundada em 1947 nas proximidades da área do empreendimento; o segundo relativo a um incêndio no início dos anos 1970, o qual destruiu construções da década anterior na parte sul do terreno; e o último, de caráter disperso, que pode estar relacionado ao refugo da fábrica transportado pela atividade de terraplanagem ou pode ser originário de depósitos nas margens do Arroio da Mangueira em período anterior à implantação do canal (OLIVEIRA, A.; MEIRELLES, 2013).

No salvamento realizado em 2015, o trabalho de campo baseou-se em estudo arqueológico anterior, consistindo na verificação da topografia do espaço e no estabelecimento de malhas cujas quadrículas poderiam ser ampliadas em áreas com a presença de vestígios arqueológicos, além da escavação de trincheiras visando ao registro da estratigrafia dos níveis arqueológicos. A intervenção nas quadrículas foi realizada em níveis preestabelecidos de 10 cm.

No sítio RS.JA-81 foram realizadas três sondagens de 2 m<sup>2</sup> na porção sul, cada uma desmembrada em quatro quadrículas de 1 metro quadrado (A1, A2, B1 e B2), escavadas em níveis artificiais, resultando na coleta e análise de 463 fragmentos. O RS.JA-82 foi desmembrado em duas áreas: Área 1, localizada nos espaços correspondentes ao estacionamento e à estrutura de ocupação da equipe de engenharia, onde foram abertas duas trincheiras de 2 x 3 metros, uma em cada espaço, subdivididas em quadrículas de 1 metro quadrado, escavadas em níveis artificiais de 10 centímetros; e Área 2, delimitada na porção central do terreno, onde foram realizadas a abertura de uma trincheira e uma sondagem, utilizando a mesma metodologia de escavação aplicada à Área 1 (BISONHIM, 2016).

O trabalho de investigação arqueológica desenvolvido na obra de instalação da rede de gás natural no bairro Menino Deus, entre 2014 e 2015, envolveu o monitoramento da

abertura de áreas reduzidas, com profundidade e dimensões medianas de 1 metro quadrado e 80 centímetros quadrados, denominadas “*tie-ins*”, através de miniescavadeira ou retroescavadeira, respectivamente, por todo o trajeto do empreendimento.

O trabalho realizado apresentou condições muito peculiares. Foram realizadas cerca de 500 intervenções. A grande maioria das intervenções foi isolada uma da outra, o que não permite relacioná-las diretamente. Foram escavações pontuais realizadas nas esquinas das ruas em quase todo o bairro Menino Deus; dessa forma, cada *tie-in* foi tratado como uma unidade, mesmo que realizado na mesma rua que outro. Apesar disso, entende-se que todas essas intervenções trazem dados sobre um mesmo contexto: a ocupação da região do atual bairro Menino Deus desde o final do século XIX, enquanto Arraial, até o período atual, com significativas alterações durante todo o século XX especialmente entre as décadas de 1930 e 1980 (OLIVEIRA, A., 2015, p. 35).

Concluída a investigação, que constatou a existência de estratigrafia heterogênea e possibilitou o recolhimento de 335 fragmentos, a análise determinou que o conjunto das unidades escavadas compreende um sítio arqueológico, registrado como RS.JA-85 e nomeado Arraial do Menino Deus, que remonta a um contexto arqueológico correspondente ao período histórico do século XIX.

No monitoramento arqueológico na Praça XV foram abertas canaletas para a troca de tubulação na Rua José Montauray, para a reconstrução de galeria em sentido perpendicular a essa rua – ambas com profundidade de até 120 metros<sup>76</sup> – e para a instalação de cabos de fibra óptica com profundidade máxima de 1,30 metro. O trabalho foi realizado por retroescavadeira, salvo em áreas com tubos e fiações antigas, em que a escavação procedeu manualmente. Em toda essa área foram recolhidos 8.444 artefatos e fragmentos arqueológicos a partir dos 60 centímetros de profundidade, e foram efetuados os registros de vestígios de estruturas dos trilhos de um bonde que esteve em atividade até 1970 no cruzamento da Rua Marechal Peixoto com a Rua Voluntários da Pátria.

O diagnóstico arqueológico liderado por Alberto de Oliveira no sítio arqueológico RS.JA-16, também conhecido como Ponta de Arado, realizou sondagens e linhas de tradagens baseando-se nas fontes iconográficas de mapas históricos e entrevistas com antigos moradores, além da bibliografia especializada e de dados coletados em pesquisas arqueológicas realizadas no final do século XX no sítio, considerando também as informações geológicas incluindo o relevo e o tipo de solo da área.

Por se tratar de área de grande proporção, com distintos tipos de vegetação e altitude, a prospecção buscou realizar uma amostragem que considerasse também os

---

76 Com exceção da Rua Marechal Floriano Peixoto, cuja profundidade atingiu 1,70 metro.

aspectos climáticos relacionados à época do ano. No total foram 410 sondagens de 25 centímetros de diâmetro, distantes uma da outra, a 100 metros no comprimento e 50 metros na largura, compondo 20 linhas perpendiculares à antiga estrada de acesso ao Haras. Além disso, foram abertas quatorze sondagens de 1 metro quadrado, com variação da profundidade, que foi escavada em níveis artificiais de 10 centímetros, observando e documentando também as camadas arqueológicas até alcançar a camada estéril (OLIVEIRA, A., 2016).

Na pesquisa arqueológica para implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba, as atividades de campo foram realizadas em sete áreas aplicando metodologias distintas, atendendo às especificidades que se apresentaram no decorrer do trabalho:

- Na área 01 foram abertas três cavas para a instalação de postes de luz com diâmetro de 8 metros com 3 metros de profundidade, distanciadas entre si por 26 metros, duas das quais revelaram a presença de estruturas da antiga Casa de Correção, desencadeando a busca por outras estruturas da edificação através de uma trincheira de 20 metros de comprimento com 0,5 metro de profundidade, uma sondagem de 2,5 x 2 metros com 3 metros de profundidade e outra sondagem de 3 x 3 metros com 1,5 metro de profundidade.

- Na área 02 foram realizadas quatro sondagens com a largura da concha da escavadeira e 3 metros de comprimento, sendo as profundidades variadas: de 80 centímetros na primeira, 2 metros na segunda, 1 metro na terceira e 80 centímetros na quarta. Além disso, foram escavadas mais duas valas para a instalação da rede de média tensão, com o auxílio de retroescavadeira, com 1,20 metro de profundidade. Apenas na primeira sondagem foram localizados vestígios do pátio da Casa de Correção.

- Na área 03, a retroescavadeira abriu três valas para a rede cloacal com 60 centímetros de largura, alcançando até 1,5 metro de profundidade: uma para a rede por gravidade, na qual foram localizados vestígios de um reservatório da antiga usina; uma para a rede bombeada, aberta em todo o trecho da obra de revitalização do cais, em que foram localizadas vigas, sapatas e inclusive o piso da antiga usina termoeletrica; e outra para a rede d'água, com largura de 0,5 metro e profundidade máxima de 80 centímetros, em que foi localizada uma sapata de 1 metro quadrado. Além disso, durante a instalação do esgoto pluvial, foram abertas uma sondagem de 3 x 1 metro com até 2,5 metros de profundidade, evidenciando-se uma sapata da antiga usina e uma vala de 1 metro de largura por 1,20 metro de profundidade, em que foram localizadas sete estruturas, sendo três bases de sustentação para reservatórios de combustíveis.

●Na área 04 foram abertas longas trincheiras com 1,5 metro de largura e no máximo 1 metro de profundidade, em que foram evidenciados o muro da usina, o calçamento de tijolos refratários com 1 metro de largura, as paredes dos fundos e das laterais de três das casas anteriores à construção da usina e também duas estruturas de alvenaria de pedra que remetem à antiga Casa de Correção. Além disso, foi aberta uma sondagem que possibilitou a visualização de estruturas das antigas casas da Rua Salustiano, contextualizadas no século XIX, a primeira com 2,10 metros de profundidade, com níveis preestabelecidos de 10 centímetros, considerando as camadas naturais durante a coleta do material arqueológico. Também foram visualizados objetos relacionados às casas e um artefato de madeira de cerca de 50 centímetros, aparentemente uma quilha de barco presa na parede da sondagem sem a possibilidade de ser removida.

●Na área 05 foram realizadas duas cavas: uma para a instalação da subestação de energia elétrica, cujas medidas foram de 8 x 4 metros com profundidade de 3,70 metros, que estava acima do nível do pátio da usina; e outra para a instalação da caixa de passagem denominada de caixa 07, medindo 4 x 3 metros e chegando até a 2 metros, onde foi localizada uma estrutura de concreto.

●Na área 06, durante a remoção de uma árvore, uma cavidade com profundidade de 1,20 metro foi aberta em seu entorno, onde foram localizados um antigo calçamento de pedra e material arqueológico (faiança fina). Outra cavidade foi aberta com profundidade de 1,20 metro para a instalação da caixa de passagem denominada como caixa 06, em que foi evidenciada outra estrutura de piso de cimento, próxima à parte do muro da usina, o que motivou a continuidade da escavação por meios manuais para a melhor visualização dos tijolos e colunas que compõem essa estrutura.

●Na área 07 foram efetuadas cavas com 2 metros quadrados e 2 metros de profundidade para a instalação de caixas de passagem da rede de energia: na primeira, denominada caixa A, ao se atingir o nível de 70 centímetros foram localizados fragmentos de louças, cerâmicas e vidros; na caixa B, a camada em que se apresentaram materiais arqueológicos, bem como vestígios estruturais, resulta da continuidade estratigráfica da cava anterior.

Assim sendo, os trabalhos, baseados sobretudo em fontes históricas, estavam sob a coordenação de Alberto Oliveira e foram desenvolvidos no RS.JA-10 (Praça Brigadeiro Sampaio), nas duas pesquisas em que está inserido o RS.JA-68, no RS.JA-23 e no RS.JA-16 (Ponta de Arado). A pesquisa de diagnóstico no Melnick Even Opala resultou no cadastro de dois sítios, RS.JA-81 (Chácara de Marciano de Souza Rocha) e RS.JA-82 (Aterro da Fábrica de Porcelanas Renner). Apenas duas investigações foram respaldadas nas

imposições arquitetônicas, ambas em igrejas: a primeira no Cemitério da Igreja Matriz (RS.JA-11) e a segunda na Igreja Nossa Senhora das Dores (RS.JA-70).

A precipitação no início das operações do empreendedor e a ausência de comunicação com a empresa encarregada das atividades arqueológicas acarretam prejuízos irreversíveis para o patrimônio, visto que inviabilizam o registro e a recolha do material desde o início das etapas de trabalho no canteiro de obras. Isso aconteceu com o trabalho desenvolvido no RS.JA-71 (Chácara do Comendador Ferreira Azevedo), em que as atividades do empreendedor começaram com uma antecedência de dois meses em relação à autorização publicada em portaria do IPHAN em março de 2012 (TOCCHETTO, 2008; OLIVEIRA, A., 2013).

Os efeitos na pesquisa arqueológica junto à obra de ampliação do Shopping Praia de Belas não foram maiores porque a área do sítio foi examinada através do sistema de georreferenciamento e por caminhamento, atendendo ao critério de reconhecimento espacial. Esse critério também foi aplicado no salvamento arqueológico para a duplicação da Av. João Goulart, no diagnóstico arqueológico interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, no monitoramento arqueológico da obra de remodelação da Praça da Alfândega e na pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso, através apenas dos caminhamentos.

Além do reconhecimento espacial, os trabalhos desenvolvidos no RS.JA-80 e no RS.JA-74 foram respaldados nas operações desenvolvidas pelo empreendedor, critério aplicado também na pesquisa arqueológica para a implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba, nos monitoramentos na área do RS.JA-23 e do RS.JA-28, e na implantação da rede de gás no bairro Menino Deus, cujas escavações foram executadas em pequenas extensões denominadas *tie-ins*, possibilitando as análises e interpretações que culminaram na identificação do sítio RS.JA-85 (OLIVEIRA, A., 2015).

Finalmente, quatro projetos arqueológicos tiveram pesquisas embasadas em resultados de trabalhos anteriores: no monitoramento arqueológico e curadoria na Praça XV, coordenado por Bisonhim em 2010; no salvamento arqueológico para duplicação da Av. João Goulart em 2014 e na pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo em 2011, o arqueólogo encarregado continuou o mesmo da investigação preliminar; e a pesquisa responsável pelo cadastro dos sítios RS.JA-81 e RS.JA-82, que tinham sido localizados por Alberto Oliveira em 2013 e ficaram sob responsabilidade de Bisonhim em 2015.

No que concerne aos métodos de campo aplicados nas pesquisas arqueológicas analisadas, em quase todos os sítios arqueológicos foi praticada a escavação por níveis

preestabelecidos, observando também os estratos naturais tanto no registro quanto na interpretação do contexto. As exceções ficaram distribuídas como listado na sequência.

No RS.JA-85, no RS.JA-23 e no RS.JA-28, as escavações foram realizadas pelos equipamentos e operários do empreendedor e acompanhadas pela equipe de pesquisa arqueológica. No RS.JA-74<sup>77</sup> foi adotado o método estratigráfico, com mais de um critério para eleger as zonas de amostragem, tendo o parâmetro de reconhecimento espacial da área como ponto congruente. A escavação por níveis artificiais foi efetuada no RS.JA-11<sup>78</sup> e no RS.JA-70, sítios arqueológicos que tiveram seus critérios de pesquisa orientados pela imposição arquitetônica.

Durante a pesquisa foi possível destacar três informações relacionadas à documentação gerada pela pesquisa arqueológica como essenciais para a elaboração do sistema de registro de documentação museológica com uma estrutura que atenda as prerrogativas das coleções e pesquisas arqueológicas: o sistema de catalogação<sup>79</sup>, os documentos e informações gerados durante o processo de pesquisa ou, em alguns casos, a ausência deles, e os instrumentos para gestão da informação gerada durante a investigação arqueológica. Esses três itens serão analisados a seguir, iniciando pela catalogação.

## **2.5 – A organização espacial do sítio e o sistema de catalogação arqueológico**

Como dito anteriormente, os números de registro do material incorporado pelo Museu Joaquim Felizardo iniciam pelo algarismo que determina o sítio arqueológico, separado por um ponto do restante da numeração. Esse procedimento, adotado pelo setor de Arqueologia, é predecessor do protocolo de incorporação de coleções. Os pesquisadores a quem eram concedidos os endossos institucionais recebiam orientações para realizar as catalogações de acordo com esse parâmetro.

As subdivisões subsequentes são determinadas pela localização e pelo ordenamento da retirada das camadas, que por sua vez é definida pelo modo como a equipe de pesquisa organiza e ocupa o espaço do sítio arqueológico e, também, por meio dos métodos e estratégias aplicados no trabalho de campo. Nos sítios arqueológicos analisados, o método de quadriculamento foi amplamente aplicado, como será descrito particularmente para cada caso, e obedeceu a dois sentidos de escavação: um com ênfase na retirada de camadas em

---

77 O método arbitrário previamente definido para essa intervenção foi substituído pela retirada em níveis naturais em virtude da constatação da estratigrafia simplificada do sítio arqueológico (OLIVEIRA, A., 2011).

78 O processo de salvamento desse sítio apresentou uma particularidade com o achamento de uma concentração de remanescentes ósseos entrecruzados que inviabilizou a escavação por níveis estratigráficos ou controlados (CAPPELLETTI, 2013).

79 Transpondo para termos museológicos: sistema de registro.

sentido horizontal e outro em sentido vertical, conforme visualizado na Figura 18 e Figura 19, respectivamente.

Figura 18 – Escavação de quadrículas priorizando o sentido horizontal

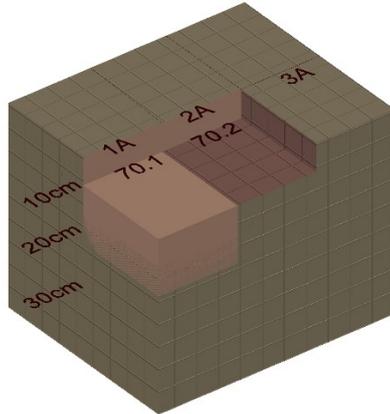
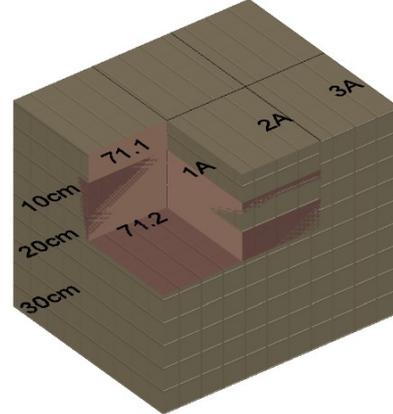


Figura 19 – Escavação de quadrículas priorizando o sentido vertical



Fonte: Desenhado por Luciana Ballardo (2019).

Ao se priorizar o sentido horizontal, retira-se um mesmo nível em todas as quadrículas e prossegue-se para a próxima camada estratigráfica, enquanto na ênfase no sentido vertical procede-se à escavação em uma mesma quadrícula até atingir a camada natural e, só então, passa-se para a próxima quadrícula. A seguir, são explanados cada um dos casos analisados com suas particularidades, relacionando as formas de orientação do trabalho arqueológico com o registro numérico do material.

As numerações nos registros arqueológicos efetuados sob a coordenação de Alberto de Oliveira na Chácara do Comendador Ferreira de Azevedo (RS.JA-71) e no Lomba do Pinheiro 2 (RS.JA-74) enfatizaram o sentido vertical de escavação, de forma que se esgotava a escavação de todas as camadas na mesma sondagem ou quadrícula para efetuar, respectivamente, a sondagem ou quadrícula subsequente (OLIVEIRA, A., 2009; OLIVEIRA, A.; SCHMITZ, 2011). A Figura 19 faz alusão à forma de ocupação realizada no sítio RS.JA-71, que definiu o processo de identificação dos artefatos.

O número de registro dos artefatos coletados no Interceptor do Salso–Bolognesi–Moradas da Hípica (RS.JA-80) seguiu o sentido vertical de escavação, rebaixando as camadas estratigráficas até o nível estéril antes de iniciar a próxima quadrícula (CAPPELLETTI, 2012).

Na intervenção realizada na Igreja Nossa Senhora das Dores (RS.JA-70), a metodologia aplicada foi direcionada em sentido horizontal, o que ocasionou números de registros distintos em uma mesma quadrícula (OLIVEIRA, K., 2009). Utilizando o exemplo da Figura 18, a primeira camada artificial (0–10 cm) recebeu um número sequencial associado às quadrículas, de forma que os algarismos 70.1 estão relacionados à 1A, os

70.2, à 2A, e os 70.3, à 3A, até se esgotar a mesma camada em todas as quadrículas e se passar ao nível subsequente.

No RS.JA-23, o número de registro foi desmembrado em três partes: 23.4.X, em que 23 corresponde ao sítio arqueológico, o número 4 está relacionado ao monitoramento arqueológico da obra de remodelação da Praça da Alfândega, visto que antes dessa pesquisa arqueológica foram realizadas outras três pesquisas no mesmo local, e X é o número corrido que define a localização bidimensional do artefato.

Essa numeração dos artefatos seguiu o trabalho de escavação, que foi em sentido vertical; só após se finalizar uma quadrícula até a camada estéril se iniciava outra, e na próxima quadrícula iniciava-se pelo número subsequente. Por exemplo, na quadrícula 02, na última camada, os objetos foram designados com o número 27, portanto na primeira camada da quadrícula 03 os objetos foram determinados com a numeração 28.

Na Igreja Matriz, sítio arqueológico RS.JA-11, o processo de retirada dos vestígios mesclou os dois processos: a escavação de cada subárea se deu em sentido vertical até a profundidade de 1 metro, em níveis de 10 e 20 centímetros, passando-se a escavar a subárea subsequente com a finalidade de usar as camadas como degraus de acesso para as outras partes da escavação, seguindo dessa feita o sentido horizontal. Em uma parte da intervenção que ficou denominada como concentração de ossos devido ao entrelaçamento de restos mortais, a recolha foi realizada em um ordenamento que permitiu a retirada do material o mais intacto possível, sem afetar a conservação dos demais que ainda estavam agrupados.

Em virtude dessa peculiaridade e da iminência de desmoronamento da parte norte da parede, o registro com numeração relacionada à camada foi executado nos crânios e nas estruturas ósseas mais longas; os demais fragmentos foram catalogados com número associado ao osso recolhido no nível estratigráfico anterior. Na prática, isso permitiu que os “restos mortais que estavam entre o osso nº 366 e o osso nº 355 do quadrante nordeste”, que se localizavam “entre 1,70 m e 2,12 m de profundidade”, fossem identificados com números correspondentes ao intervalo entre essas duas numerações de registro (CAPPELLETTI, 2013, p. 25).

O salvamento arqueológico para duplicação da Av. João Goulart pela Terra Brasilis nas praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio considerou a data da coleta e a localização da coleta. A área foi desmembrada em trechos, sendo os quatro primeiros referentes ao RS.JA-68 e os cinco finais correspondentes ao RS.JA-10 (Praça Brigadeiro Sampaio). No RS.JA-68, o material arqueológico recolhido foi identificado com os números de 1 a 24, enquanto no RS.JA-10 os trechos inseridos na área dos lotes da Rua Vasco Alves foram

identificados pelos catálogos de 31 a 34, de 37 a 39 e de 43 a 55; na zona de lixeira coletiva do século XX, com os algarismos de 40 a 42 e 56; e, na zona da margem do Guaíba, com os números 29, 30, 35, 36, 49 e 50 (OLIVEIRA, A., 2012). As intervenções foram efetuadas por trecho e por nível artificial, priorizando a retirada dos vestígios em sentido vertical de forma que em um mesmo trecho, a cada camada rebaixada, os artefatos retirados receberam o mesmo número, relacionado primeiramente ao trecho e, em seguida, ao nível estratigráfico.

A catalogação numérica executada pela Terra Brasilis no diagnóstico do RS.JA-81 e do RS.JA-82 priorizou o sentido horizontal, numerando de forma corrida os materiais advindos do mesmo nível antes de proceder à escavação da próxima sondagem (OLIVEIRA, A.; MEIRELLES, 2013). A empresa Sophia Patrimônio Cultural, no salvamento realizado nos mesmos sítios arqueológicos, adotou metodologia análoga no registro numérico, privilegiando a posição horizontal na escavação das quadrículas em cada sondagem. No entanto, acrescentou uma informação ao número de catálogo que referenciou a ordem de recolha de cada artefato, individualizando, portanto, o registro numérico de cada vestígio de forma que “a composição numérica de cada fragmento no sítio RS.JA-81 apresenta as seguintes informações: número do sítio (81), número do local escavado, por exemplo, sondagem 1 (1), e número de identificação do fragmento” (BISONHIM, 2016, p. 490).

Na pesquisa efetuada no sítio RS.JA-85, o registro numérico foi efetuado relacionando apenas os artefatos ao número do *tie-in* em que o material foi retirado, sem registro de camada estratigráfica. Isso se deu por dois motivos: pela ausência de referência em virtude da periculosidade da aproximação do técnico arqueólogo durante o processo de escavação mecânica, ou por estratigrafia simplificada, resultando na recolha do material em uma única camada.

No RS.JA-28, a numeração de registro seguiu como parâmetro 28.1.X.Y.Z, em que 28 corresponde ao número do sítio arqueológico; 1 foi o número escolhido pela equipe de pesquisa para distingui-la de campanhas de pesquisas anteriores, ou seja, está relacionado ao monitoramento arqueológico e à curadoria da Praça XV; X identifica o local da escavação, subdividido em quatro áreas conforme visualizado no Quadro 2; Y determina o tipo de material (vidro, louça, metal ou cerâmica); e Z é utilizado como identificação individual de cada fragmento, visto que não houve controle de níveis, apenas o peneiramento de montes de sedimentos retirados por retroescavadeira.

Quadro 2 – Composição do registro numérico quanto à localização e à tipologia dos artefatos

Nome do Sítio (sigla)	Identificação área escavada do sítio	Nome da área escavada do sítio	Identificação local escavado	Nome do local escavado	Identificação tipologia	Nome da tipologia
28	1	Praça XV	1	Rua José Montauray	1	Vidro
			2	Rua Marechal Floriano Peixoto	2	Louça
			3	Largo Glênio Peres – Peneira	3	Metal
			4	Largo Glênio Peres	4	Cerâmica

Fonte: Bisonhim (2015, p. 47).

No trabalho realizado pela Terra Brasilis no sítio Ponta de Arado (RS.JA-16), devido à extensão do terreno, a numeração do material recolhido nas sondagens foi referenciada às estruturas arquitetônicas mais próximas e ao nível estratigráfico (OLIVEIRA, A., 2016), considerando portanto a ênfase de escavação em sentido vertical.

Na pesquisa arqueológica para implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba, os números de registros no RS.JA-68 seguiram a sequência determinada pela data (ordem temporal) e localização em que os artefatos foram recuperados, e estão entre os algarismos 68.31 e 68.69, sendo o primeiro número correspondente ao sítio arqueológico e o segundo à localização do material.

Outra questão que pode afetar a gestão do patrimônio arqueológico está associada à documentação na esfera arqueológica; a identificação de lacunas na documentação pode auxiliar no diagnóstico sobre os obstáculos ao gerenciamento de coleções arqueológicas nas instituições de salvaguarda.

## 2.6 – A documentação no campo arqueológico

Talvez, do ponto de vista do pesquisador, quando o material é incorporado pela instituição de guarda o trabalho se resume a acondicioná-lo em estantes e prateleiras. Muito distante dessa ideia, a gestão do patrimônio é um processo contínuo que precisa estar bem embasado na documentação gerada durante o processo de pesquisa arqueológica e, por isso, essa documentação precisa estar completa e organizada.

A análise das coleções arqueológicas no Museu Joaquim Felizardo identificou três características comumente apresentadas nas pesquisas que orientaram a criação da documentação no campo arqueológico:

- estabelecimento de metas e objetivos desagregados daqueles pautados apenas no monitoramento do empreendimento<sup>80</sup>;

- incorporação da própria intervenção na sequência de ocupações do sítio arqueológico;

- inclusão dos dados interpretativos da pesquisa como fonte de informação para todos os profissionais que compõem a cadeia operatória da gestão do patrimônio.

Quanto à primeira característica apontada, as pesquisas analisadas apresentaram três objetivos:

- Investigar as distintas ocupações espaciais e temporais das áreas em que os sítios arqueológicos estavam inseridos. Esse foi o caso das pesquisas arqueológicas no salvamento arqueológico para duplicação da Av. João Goulart, no monitoramento arqueológico da obra para instalação da rede de distribuição de gás natural no bairro Menino Deus, no diagnóstico arqueológico interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo, na pesquisa arqueológica para implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba e no diagnóstico arqueológico interventivo e levantamento arqueológico intensivo para instalação do empreendimento Melnick Opala.

- Delimitar, determinar a posição e investigar os vestígios de ocupações anteriores: esse foi o propósito dos projetos de monitoramento arqueológico da obra de remodelação da Praça da Alfândega, de monitoramento arqueológico e curadoria da Praça XV, de pesquisa arqueológica junto à obra de ampliação do Shopping Praia de Belas, da pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo – Lomba do Sabão e da pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso (DMAE).

- Realizar o salvamento dos sítios arqueológicos identificados na fase de diagnóstico foi o objetivo do programa de salvamento arqueológico – Melnick Even Opala, respaldado na documentação da pesquisa arqueológica no período do diagnóstico.

Apenas duas investigações não tinham objetivos desassociados do projeto principal do empreendimento: a pesquisa arqueológica na Igreja Nossa Senhora das Dores e o

---

<sup>80</sup> É importante ressaltar que apenas uma das pesquisas é de caráter acadêmico; as demais investigações analisadas são oriundas da Arqueologia Preventiva.

monitoramento arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, cujos critérios de pesquisa foram direcionados pela forma arquitetônica do espaço.

Em relação à inclusão da pesquisa como parte da sequência de ocupação do sítio arqueológico, durante a realização da pesquisa há a possibilidade de produção de dados que viabilizem o registro da própria investigação como parte da sequência de ocupação do sítio arqueológico. Esses dados podem ser produzidos em diversos formatos, sendo o mais utilizado o registro fotográfico. Os desenhos e esboços gráficos que delimitam as áreas de intervenção em setores, quadrículas ou subáreas também colaboram com o processo de indexação das informações em futuras pesquisas, uma vez que propiciam o acesso aos dados relacionados aos métodos empregados durante a intervenção, proporcionando um reflexo mais nítido da forma de ocupação realizada pela equipe.

Nesse sentido, as pesquisas efetuadas no salvamento arqueológico para duplicação da Av. João Goulart, no monitoramento arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, no diagnóstico arqueológico interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo, na pesquisa arqueológica junto à obra de ampliação do Shopping Praia de Belas, na pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo, na pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso e na pesquisa arqueológica para implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba produziram como parte do registro arqueológico: mapas com o posicionamento das sondagens, prospecções ou escavações; e representações gráficas das malhas de quadriculamento, dos perfis da estratigrafia e do sistema de numeração que associa os vestígios arqueológicos a uma localização no sítio arqueológico (TOCCHETTO; OLIVEIRA, A., 2012; CAPPELLETTI, 2013; OLIVEIRA, A., 2009, 2011, 2016, 2017; CAPPELLETTI, 2011), instituindo um conjunto de informações que contribuem para a caracterização da ocupação durante a intervenção.

Há uma ausência parcial desse tipo de dado nos demais projetos, em que os mapas com o posicionamento das intervenções foram substituídos por dados abrangentes de localização horizontal com a utilização da planta do empreendedor ou com o *Google Earth*, apontando a área em que foram realizadas as pesquisas de campo ou o monitoramento das atividades de engenharia. Esse foi o caso do monitoramento arqueológico da obra de remodelação da Praça da Alfândega (OLIVEIRA, A., 2011), do monitoramento arqueológico da obra para instalação da rede de distribuição de gás natural no bairro Menino Deus (OLIVEIRA, A., 2013), do diagnóstico arqueológico interventivo e levantamento arqueológico intensivo para instalação do empreendimento Melnick Opala (OLIVEIRA, A., 2015) e do

monitoramento arqueológico e curadoria da Praça XV (BISONHIM, 2015). Também houve projetos em que os mapas com o posicionamento das intervenções foram substituídos por dados específicos, com desenho gráfico das subáreas e da malha de quadriculas como ocorreu na pesquisa arqueológica na Igreja Nossa Senhora das Dores (OLIVEIRA, K., 2009), ou apenas por dados de localização vertical, com gráficos visuais dos perfis estratigráficos, como sucedeu no programa de salvamento arqueológico Melnick Even Opala (BISONHIM, 2016).

Por fim, com relação aos dados interpretativos da pesquisa arqueológica precedente e às análises em fontes históricas, os projetos analisados demonstraram escassez ou inexistência de informações relacionadas às decisões efetuadas no processo interventivo e à criação de registros, incluindo o sistema numérico de catalogação, entre outras partes da cadeia operatória que compõe a investigação como um todo.

Nesse sentido, os dados disponibilizados salientaram a questão quantitativa do material por fichas e por catálogos nos sítios RS.JA-10, RS.JA-68 (nas duas pesquisas), RS.JA-71, RS.JA-80, RS.JA-85, RS.JA-23 e RS.JA-28 e na etapa de salvamento dos sítios RS.JA-81 e RS.JA-82; por meio de tabelas e gráficos apresentados em todas as pesquisas, com exceção dos sítios RS.JA-80 e RS.JA-85; ou pelo registro visual através de fotografias nas etapas de higienização, remontagem e catalogação do material coletado, o que ocorreu de forma unânime.

Nos projetos que tinham o objetivo central de realizar reflexões sobre o processo de ocupação dos sítios arqueológicos, houve empenho em evidenciar a análise realizada a partir dos marcadores cronológicos durante o trabalho laboratorial, que serviram como base para as interpretações sobre os contextos precedentes em sentido espacial e temporal. Esse foi o caso das pesquisas desenvolvidas nos sítios RS.JA-10, RS.JA-68 (nas duas pesquisas), RS.JA-16, RS.JA-71, RS.JA-74 e RS.JA-85 (TOCCHETTO; OLIVEIRA, A., 2012; OLIVEIRA, A., 2009, 2011, 2015, 2017).

## **2.7 – Pergamum e Sistema de Gestão e Informação Arqueológica (SGEIA): instrumentos de gestão**

Ao se considerar apenas o quantitativo de informações geradas pelas investigações inseridas no recorte analisado, nota-se a necessidade de um sistema de gerenciamento de informações. Como visto anteriormente, o setor de Arqueologia do Museu Joaquim Felizardo foi criado em 1993 e, nesses mais de 25 anos de atividade, o montante de material supera 211 mil artefatos e fragmentos, sem falar no gerenciamento de dados relacionados aos

sítios arqueológicos.

A partir dessa demanda, duas ferramentas de gerenciamento foram elaboradas pela Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (PROCEMPA): um *software* de gestão e informação do patrimônio arqueológico e um mapa arqueológico do município<sup>81</sup>.

O *software* que foi batizado como Sistema de Gestão e Informação Arqueológica (SGEIA)<sup>82</sup> foi criado como contrapartida aos investimentos da Fundação Vitae no Museu Joaquim Felizardo no ano de 2005 e inserido como parte do Programa de Arqueologia Urbana da instituição. O programa foi concebido com o objetivo de realizar o registro de sítios e áreas com potencial arqueológico, processos de licenciamento ambiental, descrição e fotos do material coletado, dados sobre as pesquisas e projetos científicos desenvolvidos e referências bibliográficas.

A segunda ferramenta teve como ponto de partida as pesquisas realizadas por Alberto de Oliveira (2005, 2006)<sup>83</sup> que apresentam mapas demarcando os sítios e as áreas de potencial arqueológico no município de Porto Alegre. Embora esse instrumento de gerenciamento tenha sido criado em 2011/2012, ele não foi associado ao SGEIA como originalmente planejado.

A ausência de integração entre as duas bases, que poderiam estar integradas em um sistema de coleções, traz como principal impacto o isolamento dos dois instrumentos de indexação da informação: um concentra os dados relacionados à pesquisa arqueológica e o outro está direcionado como elemento auxiliar na gestão de coleções, de forma que o acesso a eles é independente e desvinculado e, portanto, o(a) usuário(a) precisa realizar a sistematização dos dados ele(a) mesmo(a).

Os dois instrumentos de gestão foram direcionados pensando a informação do ponto de vista da pesquisa arqueológica, com dados incipientes na documentação do campo museológico. Em virtude disso, as reflexões sobre o uso de um *software* que atenda a essas necessidades, associadas ao fato de que o setor de Arqueologia está inserido em uma instituição que abriga outros tipos de coleções, passam a ser uma inquietação para a equipe.

Em 2007, a PROCEMPA adquiriu o Pergamum para ser utilizado na Rede de Bibliotecas da Prefeitura de Porto Alegre e começou a etapa inicial de instauração do programa nas bibliotecas do município (MINUZZO; CARTERI; NUNES, 2013), passando

---

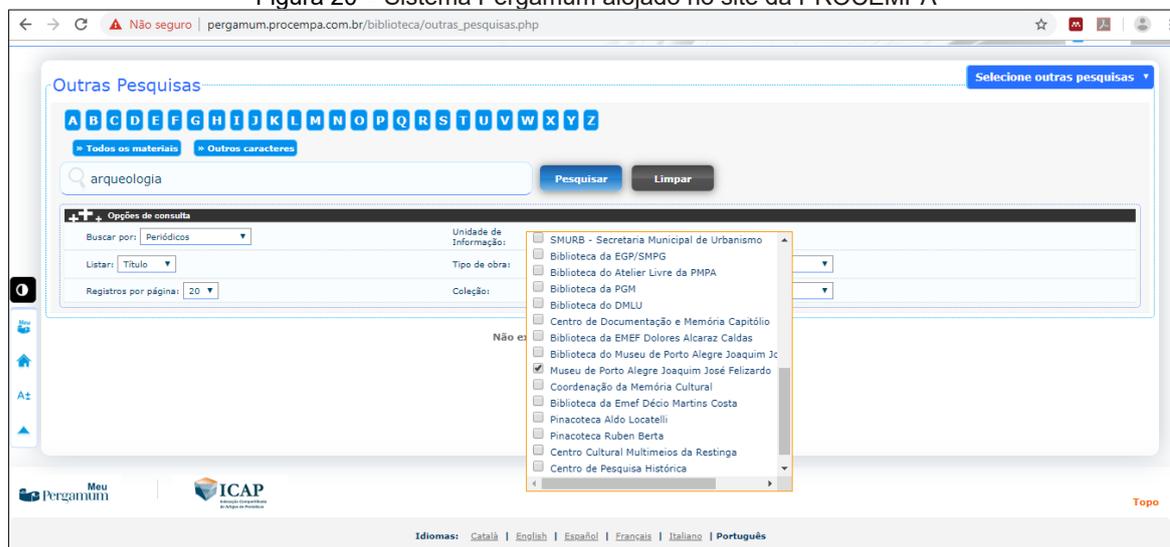
81 A nomenclatura "Mapa Arqueológico de Porto Alegre" é utilizada pela fonte bibliográfica consultada (TOCCHETTO, 2016, p. 35).

82 Segundo Tocchetto (2016, p. 35), "a tecnologia empregada utiliza PDSP (Processo de Desenvolvimento de Software PROCEMPA), com base em UML (Linguagem de Modelagem Unificada), Orientação a Objetos, linguagem Java, em ambiente Web, com um banco de dados SQL Server".

83 OLIVEIRA, A. (2006).

posteriormente a incluir entidades que tratam de coleções arquivísticas, como o Centro de Pesquisa Histórica, e museológicas, como Pinacotecas e o Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, conforme pode ser visualizado na Figura 20.

Figura 20 – Sistema Pergamum alojado no site da PROCEMPA



Fonte: Porto Alegre (2019a).

A busca por redução de custos e pelo tratamento e disponibilização de informação unificada deu origem à ideia de utilizar o *Pergamum*<sup>84</sup>, que é um *software* para gerenciamento de acervos bibliográficos, para o gerenciamento das bibliotecas tuteladas pela prefeitura e dos membros da Rede de Bibliotecas. As mesmas motivações impulsionaram a extensão do uso do programa para coleções arquivísticas e museológicas pertencentes ao município. Em vista disso, as coleções do Museu Joaquim Felizardo têm sido incorporadas ao sistema, incluindo as incorporadas no âmbito arqueológico.

A elaboração de documentos internos que estabelecem diretrizes para a incorporação e preservação do material arqueológico, o empenho em criar ferramentas de gestão do patrimônio em base de dados e o estabelecimento de normas iniciais, ainda que inicialmente não documentadas, utilizadas na prática do setor de Arqueologia comprovam a disposição da instituição em aprofundar as relações interdisciplinares entre os campos da Museologia e da Arqueologia<sup>85</sup>.

Em meados da década de 2000, o setor de Arqueologia, que através de pesquisas coordenadas pela própria arqueóloga da instituição já tinha incorporado uma grande quantidade de material, passou a se direcionar para a gestão de coleções arqueológicas. Esse momento foi um marco temporal, visto que a arqueóloga passou a se inserir na

84 A partir dessa ferramenta, finalmente houve a realização da gestão de coleções, com todos os problemas que acompanham o uso de uma ferramenta criada para a gestão de coleções bibliográficas.

85 Com o uso do *Pergamum*, podem-se incluir nessas relações interdisciplinares outras áreas como a Biblioteconomia e a Arquivologia.

problemática da gestão de coleções, o que não apenas mudou a perspectiva na realização da recolha e do registro dos dados de pesquisa e na organização da documentação arqueológica depositada na instituição, mas também significou a inserção da profissional da Arqueologia com uma perspectiva de quem conhece as metodologias e abordagens de intervenções, percebendo-se como responsável pela preservação desse patrimônio após a incorporação institucional.

Esse interesse não extingue as pesquisas efetuadas por Tocchetto – inclusive todas as pesquisas aqui analisadas estão inseridas no âmbito da Pesquisa arqueológica e de valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do município de Porto Alegre (RS) –, mas inicia um aumento gradativo do envolvimento institucional nessa faceta do patrimônio arqueológico e na tentativa de articulação mais íntima com os processos museológicos.

Contudo, apesar de todo o empenho do setor de Arqueologia do Museu, os sistemas de gerenciamento implantados foram direcionados para a esfera arqueológica e a ferramenta que tem sido implementada para a gestão museológica é um *software* que foi criado para atender as necessidades da pesquisa bibliográfica<sup>86</sup>.

Ainda que exista a possibilidade de adaptação do utilitário para a inclusão de campos que se prestem às necessidades das coleções do museu, o que já seria um grande feito, dificilmente isso atenderia as especificidades de cada tipologia. É necessário lembrar que o Museu Joaquim Felizardo é um museu histórico, que possui um acervo histórico, ainda que com um contingente muito menor que o universo de coleções arqueológicas. Se a adequação desse *software*, construído para a gestão de coleções bibliográficas, para a utilização na gestão de coleções arqueológicas já poderia ser considerada uma proeza, mais complexo ainda seria que atendesse as demandas de tipologias diversas, incluindo aqui as peças históricas de diversas categorias como instrumentos musicais, indumentárias, entre outras.

Mesmo essas mudanças no sistema, como a inclusão de classes de metadados e até de formulários inteiros modificando as nomenclaturas e a configuração deles – que podem ser inteiramente textuais para o sistema bibliográfico e precisar se tornar totalmente numéricos dentro do sistema de informação –, já seriam um trabalho colossal, que demandaria muito tempo e conhecimento, sem garantias de que atenderiam as demandas específicas do acervo da instituição como um todo. A possibilidade de criar formulários e subformulários novos e estabelecer relações entre eles e entre os metadados<sup>87</sup> seria tão exaustiva que, seguramente, seria mais fácil criar um sistema de base de dados do zero.

86 A escolha é compreensível do ponto de vista estratégico e tem relação com o nível hierárquico, visto que a instituição tem orçamento que depende da gestão municipal e o programa escolhido é utilizado como uma base em rede para todos os órgãos de pesquisa, sejam museológicos, sejam arquivísticos ou bibliográficos.

Portanto, a tarefa de articular a base de dados com as ferramentas criadas para a gestão de coleções, bem como com as informações a elas vinculadas, apenas na esfera arqueológica, sem contar com as demais coleções do acervo, seria árdua e complexa. Por isso, pode-se dizer que o instrumento utilizado para essa tarefa pela instituição atua mais como base que como sistema de gestão de coleções.

## 2.8 – Resultados encontrados

A instituição criou diretrizes para a incorporação de coleções baseadas em documentos internos e externos. Além de estabelecer diretrizes para a gestão do patrimônio, implementou um procedimento de normatização relacionado ao sistema de catalogação do setor de Arqueologia que deve ser adotado em coleções que são incorporadas. O sistema de numeração está associado à posição do artefato ou fragmento no sítio arqueológico, e a localização é determinada de acordo com o método de intervenção adotado.

A análise dos projetos cujo material arqueológico foi depositado no Museu Felizardo identificou que há uma relação direta entre o sistema de registro aplicado durante a pesquisa arqueológica e a localização onde os artefatos e fragmentos foram encontrados. No entanto, a localização se mostrou algo arbitrário, visto que ela depende do método utilizado na intervenção, especialmente ao considerar a retirada das quadrículas priorizando escavações em sentido vertical ou horizontal.

A maior parte das pesquisas empregou o método por níveis artificiais, ainda que tenha registrado as camadas estratigráficas, usando de forma geral a estratégia de quadriculamento em subáreas, priorizando o sentido vertical de retirada dos estratos. Dessa forma, o sistema de numeração relaciona os vestígios primariamente à quadrícula e depois ao nível. Isso não interferiu no registro de dados sobre o contexto, pois o método de retirada por camadas predeterminadas não prioriza essas informações, principalmente se os cortes estratigráficos não forem feitos em sentido horizontal.

De forma geral, os métodos de escavação foram definidos pelos pesquisadores de campo. No entanto, no caso do RS.JA-11 (Cemitério da Igreja Matriz), por questão de como o material estava depositado, a metodologia aplicada precisou ser adaptada.

As intervenções e as metodologias de campo foram orientadas: a partir de documentação arqueológica pré-campo apresentada no projeto de pesquisa, em que os critérios usados para direcionar as atividades de intervenção foram a consulta preliminar de

---

87 Para mais informações sobre o que são metadados, formulários e subformulários, e como são estabelecidas as relações entre eles dentro de um sistema em base de dados, ver Ballardó (2013).

fontes históricas, a pesquisa de reconhecimento ou a fundamentação em investigação arqueológica anterior; e durante o processo de intervenção, com critérios adotados a partir da análise do espaço ou predefinidos pelo trabalho do empreendedor, ou ainda por imposição dos obstáculos que se apresentaram no decorrer do trabalho.

A partir do material relacionado às coleções incorporadas na instituição, identificou-se que as práticas de musealização se restringiram ao processo de organização dos vestígios arqueológicos que foram reunidos para formar coleções, o que, entre outros fatores, considerou as possibilidades de extração de informações sobre os contextos em que o artefato (ou fragmento) esteve inserido observando a estrutura, a presença de códigos ou padrões interpretativos e o estado de conservação, para citar apenas os principais; considerou também o registro de informações associativas entre o material coletado e o contexto ocupacional, e a localização deposicional.

Quanto à gestão e informação do patrimônio arqueológico, os dados foram centralizados e direcionados para a organização e indexação da informação vinculando-os primeiro ao sítio arqueológico e, segundo, à localização de onde o vestígio foi recolhido, que por sua vez é definida pelo método e pela estratégia de intervenção. As informações são recuperadas e acessadas a partir de dois sistemas digitais, um diretamente associado à documentação arqueológica e outro de gerenciamento bibliográfico adaptado para o uso museológico.

Outros instrumentos de gestão foram implementados no setor de Arqueologia do museu a partir do protocolo de ingresso que estabeleceu diretrizes sobre quando a documentação de origem arqueológica deve ser entregue, em formato impresso e digital, desde o projeto, os registros de campo e de laboratório até os relatórios parciais e finais, que são ordenados em pastas, cada uma com a numeração concernente ao sítio arqueológico a que estão associados.

O processo de catalogação adotado pelo museu no setor de Arqueologia possui uma dinâmica própria vinculada à forma de ocupação do espaço e ao método aplicado durante a pesquisa arqueológica. No entanto, de forma geral, com exceção dos projetos coordenados por Bisonhim, os registros são feitos em conjunto, de forma que a alça de uma chaleira de louça pode receber o mesmo número de registro de uma ferradura por estarem em uma mesma localização deposicional, o que, em termos museológicos, não atende a identificação individualizada desses artefatos.

A documentação impressa encontra-se em caixas-arquivo designadas por números de licenciamento ambiental, que estão relacionados à permissão do IPHAN para a realização de pesquisa arqueológica, imprescindível em áreas de potencial arqueológico

para a liberação no intuito de desenvolver empreendimentos de engenharia, arquitetura, entre outros. A adoção desse método para a organização dos registros impressos diz respeito ao fato de que mais de um sítio e/ou área de ocorrência estão vinculados a um mesmo licenciamento, tornando desnecessária a replicação de documentação para desmembrá-la por sítio arqueológico e, conseqüentemente, reduzindo o uso de espaço e gastos com armazenamento.

Quanto aos documentos e informações arqueológicas inseridos na documentação do Museu Felizardo, eles foram gerados principalmente durante e após a intervenção, na fase de análise laboratorial, e distribuídos dessa forma:

- Durante – fotografias; gráficos (esboços e desenhos) da área de intervenção e dos perfis estratigráficos; mapas identificando a localização onde foi(ram) realizada(s) a(s) intervenção(ões); e tabelas apresentando os sistemas de catalogação adotados.

- Depois – fichas de registro, tabelas e gráficos apresentando dados quantitativos, registros visuais de atividades de limpeza, remontagem e catalogação, e conjuntos de fragmentos, bem como de artefatos individuais.

De forma geral, os resultados constataram uma interdependência entre os métodos de escavação e os sistemas de catalogação elaborados no âmbito da pesquisa arqueológica. A instituição estabeleceu parâmetros normatizando os procedimentos de documentação dentro do setor de Arqueologia. Apesar desses esforços, ainda não foram definidas normas que estabeleçam articulações entre a documentação praticada nos dois campos: arqueológico e museológico.

## **CAPÍTULO 3**

# **MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

### 3 – MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O presente capítulo apresenta o segundo espaço em que foram realizadas as pesquisas de campo: o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) que pertence à Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizado na cidade de Salvador. Trazer essa instituição para a análise teve como propósito inserir uma variável diferente da anterior, uma instituição dentro do âmbito da Universidade como espaço fortemente direcionado para a pesquisa, trazendo um novo olhar sobre as inquietações deste trabalho.

Da mesma maneira que no capítulo anterior, pareceu necessário relatar a criação do museu e a constituição das coleções relacionadas a Arqueologia, assim como documentos e diretrizes que a instituição gerou como orientadores no processo de gestão do patrimônio sob sua guarda, e posteriormente tratar dos projetos arqueológicos que geraram coleções para a entidade, independentemente de terem sido coletadas dentro de sítios arqueológicos ou em contextos de pesquisa em áreas indiretamente relacionadas à Arqueologia.

#### 3.1 – A instituição e a formação das coleções arqueológicas

O Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA foi inaugurado em 27 de setembro de 1983 (PEREIRA, 2014), mas foi legitimado apenas depois de 11 anos de sua existência, através da aprovação do Regimento Interno do órgão conforme texto presente na Ata da Sessão do Conselho Universitário realizada em 07 de abril de 1995:<sup>88</sup>

Em 27.09.83 o Museu de Arqueologia e Etnologia é inaugurado, mas não foram criados os instrumentos que dessem ao Órgão as formas jurídicas e administrativas definitivas. No sentido de regularizar a situação funcional do Museu, a sua Diretora Prof<sup>a</sup> Ana Maria Gantois encaminha expediente à Reitoria datada de 17.11.1992, clamando brevidade na aprovação do Regimento Interno. Em longo do expediente preparado pela Prof<sup>a</sup> Ana Maria Gantois é dito que “Pesquisamos os documentos nos arquivos desta Universidade e não encontramos legalmente registro de criação formal deste Museu, entretanto, constamos ligeiras referencias a existências e funcionamento deste...”. São citados documentos anexados ao processo como: 1) Decreto nº 62.241 de 08.02.68; 2) Capítulo III, artigo 47 do Estatuto da UFBA; e 3) a cópia da Ata da Reunião do Conselho Universitário de 26.09.83, que registra o convite do Reitor Prof<sup>o</sup> Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa pra a inauguração do MAE no dia seguinte. Do ponto de vista técnico, o que se pode dizer do RI do MAE é que a sua estrutura é relativamente simples e compatível com as atribuições desejadas. Consideramos que a aprovação do RI do MAE é um ato do Conselho Universitário com um atraso de quase 11 anos. Colocado em

88 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Comissão Permanente de Arquivo (CPArq). **Ata da Sessão do Conselho Universitário realizada em 07 de abril de 1995**. Disponível em: <https://cparq.ufba.br/ata-da-sessao-do-conselho-universitario-realizada-em-07-de-abril-de-1995>. Acesso em: 16 abr. 2020.

votação com 25 votantes dos quais, 23 colocaram-se a favor, 01 contra e 01 abstenção. Face o resultado, foi aprovado por maioria dos votos o Parecer da Comissão e conseqüentemente o Regimento Interno do MAE da UFBA. (UFBA, 1995).

O local que é utilizado para sediar o museu desde sua inauguração é um sítio arqueológico colonial prospectado por Valentin Calderón em 1975, cujas estruturas abrigavam inicialmente o Real Colégio dos Jesuítas. No final do século XIX, essas edificações foram soterradas para a construção da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, que permaneceu nesse edifício, situado no Terreiro de Jesus, Pelourinho, até a década de 1960 (SOARES; ETCHEVARNE; MENDONÇA, 2006).

Apesar de o Museu de Arqueologia e Etnologia ter sido idealizado pelo professor Calderón, ele não viu seu projeto concretizado, visto que o prédio da Faculdade de Medicina no Pelourinho precisou passar por um processo de restauração e somente no início dos anos de 1980, após sua morte, a estrutura recebeu o Memorial de Medicina, o Museu Afro-Brasileiro (1982) e o MAE-UFBA (1983) (SANTOS, M., 2014).

O processo inicial de formação do acervo do museu antecede a inauguração da instituição. Na Arqueologia as coleções: Vital Rego, com 61 artefatos; Carlos Ott, com 15; e Valentin Calderón, com 261; além de 46 artefatos (ALCÂNTARA, 2016) coletados na prospecção do Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico, sob coordenação do Professor Calderón na década de 1970 (MARTIN, 1997). Na Etnologia, a coleção Pedro Agostinho, com 268 artefatos provenientes de pesquisa de mestrado realizada na década de 1960, a coleção Pankararé, com 12 artefatos doados pelo pesquisador Cláudio Luiz Pereira no ano de abertura do museu e, posteriormente, ainda na década de 1980, a coleção Tuxá, com 13 artefatos provenientes do Projeto de Salvamento Itaparica da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) (PASSOS, 2016), constituíram de forma embrionária o patrimônio sob custódia da instituição.

O acervo arqueológico do MAE é estimado em mais de 200 mil peças e fragmentos, que, além das coleções iniciais que originaram a instituição, incluem as da coleção Praça da Sé, com 20 mil peças coletadas entre 1998 e 2001, e as da coleção Piragiba, com 10 mil artefatos incluindo urnas funerárias de tradição Aratu resgatadas entre 1996 e 1998, assim como aquelas advindas de outras dezenas projetos realizados no território baiano no período entre 1997 e 2014 (ALCÂNTARA, 2016). O quantitativo de objetos etnológicos soma 520, formado pelas coleções anteriormente citadas, adquiridas na década de 1980, e ainda pela coleção Aristóteles Barcelos e Maria Ignês Mello, com 227 peças advindas de pesquisas acadêmicas no âmbito da pós-graduação iniciadas em 1998 (ALMEIDA, 2019).

O setor de Arqueologia voltou-se para a gestão de coleções a partir do ingresso da

arqueóloga Tainã Moura Alcântara no quadro de servidores do museu em 2014, ano em que se estabeleceu o Projeto de Requalificação da Reserva Técnica na instituição com o objetivo de realizar o inventário do acervo arqueológico (ALCÂNTARA, 2016), que, conforme citado anteriormente, foi formado no intervalo de 1983 a 2014 a partir de pesquisas assistemáticas e sistemáticas desenvolvidas antes mesmo da criação da instituição e durante sua existência, sendo as pesquisas a partir do final da década de 1990, em sua maioria, na esfera do licenciamento ambiental.

A dinâmica de formação das coleções arqueológicas do MAE-UFBA em termos temporais, classificada quando necessário por coordenação dos projetos, está assim delimitada:

- Década de 1980: inserção por doação das coleções Vital Rego, Carlos Ott e Valentín Calderón, e do resultado de prospecção no Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico, coordenado por Calderón;

- Década de 1990: com exceção de levantamento arqueológico no Loteamento Jardim Califórnia, com 32.583 metros quadrados, e de escavações no Sítio Pedregulho (em 1998), projeto de Arqueologia de Contrato sob coordenação de Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, as coleções se originaram dos projetos coordenados por Carlos Etchevarne tanto em Arqueologia Preventiva como no Plano de Intervenção Arqueológica em Área de Instalação do Sistema de Transmissão Elétrica da COELBA (em 1997); nas atividades de diagnóstico e salvamento de sítios na área do eixo da barragem e do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Itapebi (ambos em 1999); em pesquisas acadêmicas como o Plano de Intervenção Arqueológica nas cidades de Porto Seguro e Arraial d'Ajuda/BA (em 1997), o mapeamento dos sítios arqueológicos do Litoral Sul e do Recôncavo Bahiano/BA (em 1998), o Plano de Intervenção Arqueológica em Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália/BA (em 1998) e, na Cidade Histórica de Porto Seguro, o salvamento e a prospecção arqueológica em arca na Rua São Braz (em 1999); e ainda em intervenções realizadas na área da antiga Igreja da Sé de Salvador (em 1998), com coordenação conjunta com Cloves Macêdo em virtude das obras que foram realizadas em bem protegido;

- Na década de 2000, uma quantidade maior de profissionais encaminhou projetos ao museu, intensificando o fluxo de trabalhos realizados, conforme listado a seguir:

- ◆ Ana Cristina de Souza: salvamento arqueológico na área de inundação da Usina Hidrelétrica de Itapebi – municípios de Itapebi, Itarantim e Itagimirim/BA, e Salto da Divisa/MG (em 2001); levantamento arqueológico na área diretamente afetada pela implantação do Terminal de Barcaças no município de Belmonte/BA (em 2001); acompanhamento arqueológico em obras civis nos Quintais de Trancoso/BA (em 2003).

◆ Áurea Conceição Pereira Tavares: levantamento, monitoramento e salvamento arqueológico na área de abrangência da obra RU Caraíva Nova – Aérea/Subterrânea – B – 000734 (em 2006).

◆ Carlos Alberto Costa: levantamento, perícia e salvamento arqueológicos na área de abrangência das obras de recuperação das rodovias BA-687 (trecho BR-101 – Fábrica Veracel Celulose S/A) e BA-275 (Fábrica Veracel Celulose S/A – BA-001) (em 2005); diagnóstico e levantamento arqueológicos nas rodovias BA-S/C e BA-693 – trecho Nova Viçosa, Mucuri e Ibirapoã (em 2006); salvamento e levantamento complementar na rodovia BA-001 (trecho BR-030 – Itacaré) (em 2007); salvamento arqueológico nas áreas de abrangência das obras das rodovias BA-693 e BA-698 (Ibirapuã, Mucuri e Nova Viçosa) (em 2007); diagnóstico e levantamento arqueológico no Loteamento Chácara Moraes (em 2008).

◆ Divaldo Rocha Sampaio: avaliação do potencial arqueológico BR-135 trecho Santa Maria da Vitória–São Desidério (em 2007).

◆ Erika Marion Robrahn-González: coordenação da única pesquisa endossada pelo Museu em território fora da Bahia, com o Programa de Resgate Arqueológico nos Sítios Água Vermelha 3 e 4 em Ouroeste, São Paulo (em 2001).

◆ Carlos Etchevarne: levantamento arqueológico na área diretamente afetada pela Usina Hidrelétrica de Itapebi – municípios de Itapebi/BA e Salto da Divisa/MG (em 2000); levantamento arqueológico na área de implantação do Loteamento Sítio do Pedro Grande (em 2001); levantamento arqueológico na área de implantação do Club Med (em 2001); plano de trabalho: obra de consolidação e evidenciação das ruínas do Colégio Jesuítico de Porto Seguro (em 2001); salvamento arqueológico na área de implantação do Loteamento Alto do Segredo (em 2002); levantamento arqueológico no Pátio dos Estudos Gerais do Antigo Colégio dos Jesuítas de Salvador (em 2001 e 2002); Plano de Intervenção Arqueológica – AHE Pedra do Cavalo (em 2003); salvamento, monitoramento arqueológico e educação patrimonial durante a implantação da rede elétrica na Vila de Piragiba (em 2006); contextos arqueológicos e marcos temporais nos grafismos rupestres da Chapada Diamantina (em 2009); Arqueologia da Mineração na Bahia: Parque Urbano de Igatu – levantamento e caracterização do potencial arqueológico (em conjunto com Carlos Costa, em 2007).

◆ Fabiana Comerlato: as gravuras rupestres da Bahia: análise comparativa dos sítios do norte do estado e da Chapada Diamantina (em 2005 e em 2007); diagnóstico e levantamento arqueológico no traçado da rodovia BA-148 (Rio de Contas–Jussiape, em 2006); salvamento e monitoramento arqueológico no traçado da rodovia BA-148 (Rio de Contas–Jussiape, em 2007); pesquisa Sítio Escola da Praça Boulevard, área do Forte de

São Lourenço (em 2008); diagnóstico e levantamento arqueológico na área destinada à mineração na localidade de Brejinho, distrito de Brejo da Mata (em 2008); monitoramento arqueológico do Projeto Remessa – instalação de infraestrutura de fibras óticas – Pelourinho (em 2008); diagnóstico e levantamento arqueológico para a Barragem de Rejeitos II e Área Industrial do empreendimento Jacobina Mineração e Comércio Ltda. (em 2008); diagnóstico e levantamento arqueológicos das áreas de RC-06, RC-11, RC-12 e RC-13 para lavra de calcário pela Cimento Nassau (em 2008 e 2009); pesquisa arqueológica “As armações da pesca da baleia em Itaparica” (em 2008); salvamento arqueológico na calçada da fachada da antiga Faculdade de Medicina da UFBA – Terreiro de Jesus (em 2009); monitoramento, salvamento arqueológico e programa de educação patrimonial para a Barragem de Rejeitos II do empreendimento Jacobina Mineração e Comércio Ltda. (em 2009).

◆ Gilson Rambelli: diagnóstico arqueológico na área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina (em 2008); estudos de impactos culturais da ampliação da Ponta Norte do Porto Organizado de Salvador – diagnóstico e levantamento arqueológico (em conjunto com Fabiana Comerlato em 2009).

◆ Henrique Alexandre Pozzi: diagnóstico e monitoramento arqueológico da Rodovia BA-S/C – Trecho BA-001 – Entroncamento Porto Seguro (em 2003); salvamento arqueológico na área de desmembramento da Fazenda Uanalua (em 2003).

◆ Henry Luydy Abraham Fernandes: diagnóstico e levantamento arqueológico no traçado da Rodovia BA-001 – Trecho Itacaré–Camamu (em 2006); resgate arqueológico e monitoramento na Rodovia BA-001 (Trecho Camamu – BR-030 em 2006).

◆ José Luiz de Moraes: salvamento arqueológico da LT Itaberá–Tijuco Preto, fase II, resgate e preservação do patrimônio (em 2001).

◆ Leila Maria Ribeiro Almeida: projeto de Arqueologia da Barragem do Rio Riacho de Santana (em 2002); projeto arqueológico da Barragem de Lagoa da Torta (em 2002); acompanhamento arqueológico dos trabalhos de assentamento de quatro torres para a implantação de LT SE de Pedra do Cavalo – SE de Governador Mangabeira (em 2004); pesquisa arqueológica no sobrado da Fundação Paleontológica Phoenix (em 2004).

◆ Lúgia Maria Zaroni: salvamento arqueológico na área da LT 500 kV Serra da Mesa–Sapeçu (em 2002).

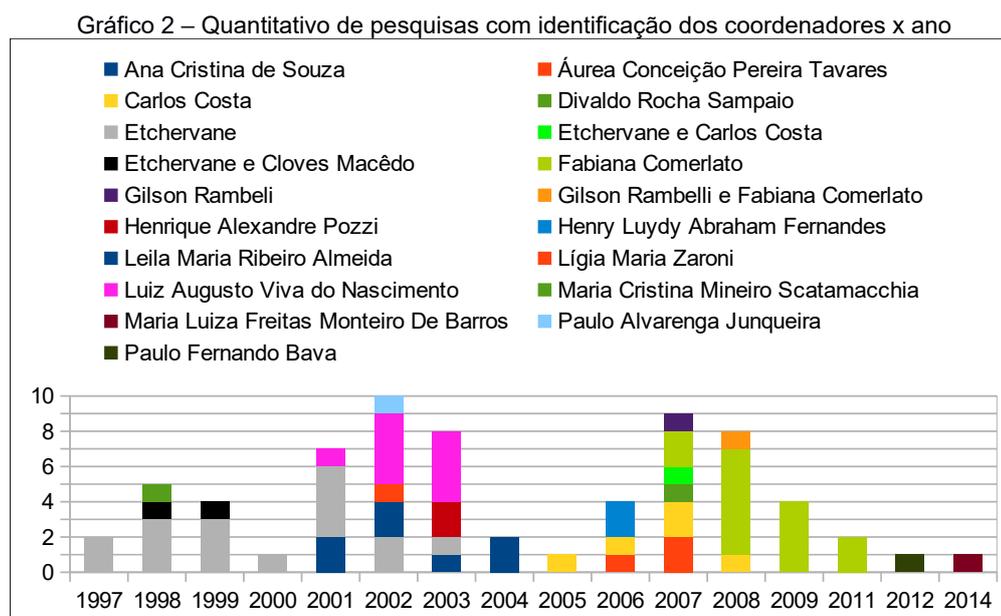
◆ Luiz Augusto Viva do Nascimento: levantamento arqueológico na área de implantação do Loteamento Corais do Arraial (em 2001); salvamento arqueológico na área de implantação do Loteamento Sítio Pedro Grande (em 2002); diagnóstico arqueológico para implantação do Complexo Turístico Hoteleiro em Trancoso (em 2002); prospecção arqueológica para determinação do potencial arqueológico da área localizada no raio de 9

quilômetros do Terminal de Barcaças (em 2002); salvamento arqueológico na área de implantação da LD de 138 kV – Centro de Convenções Terravista (em 2002); acompanhamento arqueológico da ampliação do SES de Porto Seguro (em 2003); acompanhamento arqueológico em obras civis nos quintais de Trancoso (em 2003); diagnóstico arqueológico do Porto Livre – Trancoso (em 2003); levantamento arqueológico para implantação da LD de 138kV – Centro de Convenções Terravista (em 2003).

◆ Paulo Alvarenga Junqueira: prospecção arqueológica do empreendimento hidrelétrico da Pequena Central Hidroelétrica (PCH) de Sítio Grande (em 2009).

● Década de 2010: foram realizados três projetos, o diagnóstico e levantamento RC-06, RC-11, RC-12 e RC-13 para lavra de calcário pela Cimento Nassau, coordenado por Fabiana Comerlato (em 2011); o salvamento arqueológico subaquático na área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina, sob coordenação de Paulo Fernando Bava (em 2012); e o levantamento arqueológico prospectivo e educação patrimonial do Porto de Aratu, coordenado por Maria Luiza Freitas Monteiro de Barros (em 2014).

Ao analisar os dados relativos às pesquisas atreladas ao Museu, percebem-se dois períodos em que o quantitativo de trabalhos é maior: entre os anos 2001 e 2003, e entre 2006 e 2009. Nesses períodos a maior parte dos trabalhos foi coordenada por Luiz Augusto Viva e Fabiana Comerlato, respectivamente, conforme gráfico visualizado a seguir.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de arrolamento cedido pelo setor de Arqueologia do MAE/UFBA, 2020.

Embora o recorte da análise que ora se realiza se situe entre 2008 e 2017, a instituição deixou de apoiar projetos de pesquisa arqueológicas desde 2014<sup>89</sup>, reduzindo o período concernente ao tratamento de dados.

### **3.2 – A documentação na instituição: caminhos percorridos**

A documentação aplicada na área museológica percorreu caminhos guiados pela incorporação de coleções, utilizando como critério o tipo de ingresso no caso específico das coleções de Arqueologia, que são o objeto central nesta discussão. As coleções iniciais foram doadas por seus detentores legais; as pesquisas posteriores foram incorporadas por conta de a instituição ter se tornado tutora legal das coleções atendendo as leis de proteção ao patrimônio arqueológico, mas podem ser realocadas pelo órgão responsável, o IPHAN, caso se julgue necessário.

Outro critério, o volume de material, tem relação com os esforços implementados na requalificação da documentação no museu. Num primeiro momento, as coleções tinham um número estável, com número limitado de material arqueológico, e documentação arqueológica inexistente ou incipiente; posteriormente houve períodos de crescimentos exponenciais seguidos de intervalos minguados até a suspensão completa de entradas.

A primeira tentativa de estabelecer um sistema de documentação das coleções foi em 1984, coordenada pelo professor Osvaldo Gouveia, docente do Departamento de Museologia nessa época, assistido por estudantes do curso de graduação (SANTOS, M., 2014).

Os 675 artefatos então pertencentes ao acervo (etnológico e arqueológico) foram registrados segundo o sistema de documentação conhecido como tripartido, representado pelos três algarismos finais do ano de incorporação do objeto, pela identificação da coleção a que pertence através de um numeral romano e, por último, por um número corrido para a identificação da peça em si.

A ficha de registro (apresentada na Figura 21) apresentava campos específicos para apontar informações relacionadas a coleções e objetos arqueológicos, entre eles o Número de Catálogo Arqueológico, definido pela equipe de pesquisa de Arqueologia e sem nenhuma vinculação com o código definido pela documentação museológica; o termo Artefato substituiu o termo Nome do Objeto; e a nomenclatura alternativa no metadado Origem recebeu o acréscimo gráfico “e/ou sítio arqueológico”.

---

89 Apenas os projetos que geraram coleções para a instituição foram parte desta investigação, excluindo-se, portanto, alguns dos trabalhos realizados nesse intervalo temporal, inclusive o projeto de Levantamento Arqueológico Prospectivo e Educação Patrimonial do Porto de Aratu, coordenado por Maria Luiza Freitas Monteiro De Barros, em 2014.

Figura 21 – Ficha de registro de documentação do MAE/UFBA (frente e verso) de 1984

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Museu de Arqueologia e Etnologia						Nº INVENTARIO: 983, I. 01
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO						Nº FICHA: 0001
1. COLEÇÃO VITAL REGO						Nº CAT. ARQ. OUTROS Nº VR-01
2. ARTEFATO MACHADO (LÂMINA)						
3. TIPO SEMI-LUNAR - SL 1						
4. MATERIAL FOLHELHO DURO						
5. TEC. DE MANUFATURA POLIMENTO						
6. ORIGEM E/OU SITIO ARQUEOLÓGICO						
7. TEC. DECORATIVA						
8. GRUPO CULTURAL OU ÉTNICO ALDEIA						
9. FUNÇÃO ESPECÍFICA						
10. PROCEDÊNCIA REGIÃO DE REMANSO						
11. EST. DE CONSERVAÇÃO REGULAR						
12. MODO DE AQUISIÇÃO COMPRA						
13. DIMENSÕES	COMP. 0,130	LARG. 0,168	ALT. ESP. 0,027	DIAM.	PESO	
14. LOCALIZAÇÃO EM EXPOSIÇÃO, REGIÃO I, VITRINE 1, BASE						
OBSERVAÇÕES TALÃO MAX: 0,087						
DESCRIÇÃO: CARACTERÍSTICAS GERAIS: ARTEFATO COM LÂMINA EM FORMA SEMI-LUNAR PERFEITAMENTE SIMÉTRICA. TALÃO ESTRANGULADO APRESENTANDO PENDÚNCULO RUDIMENTAR NAS EXTREMIDADES, O REBORDO FORMADO PELO EXTRA-DORSO DA MEIA-LUA SERVE DE LIMITE ENTRE A LÂMINA E O TALÃO, O PERFIL DO TALÃO, EM PRONUNCIADA CURVA, ACENTUA-SE PELO CENTRO DO INTRA-DORSO ATÉ ALCANÇAR OS EXTREMOS DA LÂMINA, TOMANDO O ASPECTO DE GUIA OU REFORÇO DE SUAVE MODELADO.  O POLIMENTO SEMPRE É PERFEITO EM TODOS ESTES ARTEFATOS, CONFECCIONADO EM ROCHAS DURAS, COMO O GRANITO DE GRÃOS FINOS E O BASSALTO.						HISTÓRICO:
ELABORADO EM: 07 / 02 / 1984						BIBLIOGRAFIA:
TÉCNICO: <i>Gloria Maria da Silva</i> RESPONSÁVEL: GLORIA MARIA DA SILVA						

Fo

nte: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (abr. 2007).

Entre 1996 e 1998, sob coordenação da professora Rosana Nascimento com o auxílio de estudantes do curso de Museologia bolsistas de iniciação científica, como

Veruska Uchôa Rebello, Marcelo Kalil, Marcia Barbosa de Brito, Katia Monteiro, Antônio Marcos de Oliveira Passos e Jurandir Oliveira da Silveira, realizou-se o Projeto de Análise do Sistema Documental do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA (CNPQ, 2020).

O objetivo era realizar um diagnóstico do sistema documental da instituição, que resultou na detecção de problemas relacionados com o sistema de numeração (objetos com numeração ausente, idêntica à de outros ou ininteligível), com a marcação (local inadequado, método inapropriado, ausência de marcação, excesso de marcação), com as fichas de identificação (existência de três formatos distintos de fichas inclusive para o mesmo objeto, discordância de termos utilizados no preenchimento e inexistência de *nomenclator*) e com ausência de inventário (NASCIMENTO, 2004).

A partir de 1998, entrou em execução o Projeto de Implantação do Centro de Documentação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, ainda sob coordenação da professora Nascimento, assistida por acadêmicos do curso de Museologia, entre eles Miguel Francisco Borges, Fabiola Coelho, Ana Paula Cotias da Silva e Veruska Uchôa Rebello (CNPQ, 2020).

A criação do Centro de Documentação (CD) teve o propósito de “reunir, analisar, divulgar e informatizar as informações sobre os objetos que serão pesquisados”. Era constituído por documentos de registro e classificação das coleções tanto arqueológicas como etnológicas, e por base de dados digital designada como Sistema de Acervo (SIAC), formada por “Banco de Dados Documentais, Banco de Memória Oral e Banco de Audiovisuais (videoteca, fonoteca e fototeca)” com a proposta de tornar as informações “públicas e disponíveis para a nossa comunidade científica, de forma consistente, organizada e com acesso facilitado” convertendo-as em fonte de pesquisa (NASCIMENTO, 2004, p. 269).

A base de dados criada entre os anos de 1998 e 1999, com o encerramento das atividades do Centro de Documentação em 2002, ficou inoperante e hoje não é acessível nem mesmo aos funcionários que tratam da gestão das coleções etnológicas e arqueológicas, deixando de cumprir a principal função para a qual foi desenvolvida.

Nessa reestruturação da documentação museológica, o sistema documental tripartido (Outros Números) foi substituído pelo bipartido (Nº de Registro): os algarismos romanos representam a coleção à qual o artefato pertence, separados por um travessão do número corrido que identifica o objeto, que é sucedido por um ponto e o número zero caso não haja desmembramentos<sup>90</sup> no objeto. O número de registro arqueológico (Nº de catálogo) foi mantido, ainda que permanecesse sem nenhuma conexão com a sistematização utilizada

---

90 Os desdobramentos acontecem quando as peças fazem parte de um conjunto, a exemplo de uma panela cerâmica e sua tampa.

na esfera museológica, como demonstra a ficha de identificação apresentada na Figura 22.

Figura 22 – Ficha de registro de documentação do MAE/UFBA criada em 1999

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFBA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO		Página 240 de 577 Nº do Registro H-44.0
<b>FICHA DO ACERVO ARQUEOLÓGICO</b>		
<b>IDENTIFICAÇÃO GERAL</b>		
Nome do Objeto:	Vasilhame Globular	Outros Números: 9831123
Coleção:	Valentin Calderón	
<b>REFERÊNCIAS FÍSICAS</b>		
Origem:	Aratu	Município: Simões Filho UF: BA
Material:	Cerâmica	
Dimensões:	Comprimento (cm): 0	Largura (cm): 0
	Diâmetro (cm): 39	Peso (g): 0
		Altura (cm): 24
		Espessura (cm): 0
<b>REFERÊNCIAS HISTÓRICAS</b>		
Modo Aquisição:	Doação	Localização: Estante 11- Piso E, R.T. - Sala 1
Estado Conservação:	Bom	Defeito:
Dados Históricos:	A referida coleção foi doada ao MAE/UFBA, após o falecimento do prof. Valentin Calderón, no dia 5 de setembro de 1983 pela viúva do professor Valentin Calderón a Profª Lydia Maria Santana de Caderón, neste ato denominada de DOADORA e DEPOSITÁRIA e a UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, representada pelo Magnífico Reitor, Prof.º Luis Fernando Seixas de Macêdo Costa, sendo testemunhas os Profs. Sr. Pero Agostinho da Silva e Consuelo Pondê de Senna.	
<b>REFERÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS</b>		
Projeto:	Objeto não vinculado a Projeto	Nº Catálogo: 91
Sítio Arqueológico:	Barragem do Rio Guipe	
Quadra:		
Sub-quadra/Setor:	Nível:	
<b>DADOS COMPLEMENTARES</b>		
Descrição do Objeto:	Artefato apresenta borda ondulada e base ovalada. A pasta da confecção do artefato é constituído por muita areia e possui externamente cor clara; internamente apresenta coloração avermelhada e áspera. Artefato com marcas de restauração.	
Referências Bibliog.:		
Observações:	O artefato possui 28,5 cm de profundidade. Existe internamente o número 91 pintado. Houve restauração no artefato possuindo apenas 0,5% de substituição do material original.	
Bibliografia:	CALDERON, Valentin. A Fase Aratu no Recôncavo e Litoral Norte do Estado da Bahia. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (3) Museu Paraense Emílio Goeldi. 1969. Estampa 34, A e C.	
Texto para Etiquetas:		
Palavras Chave:	vasilhame	
<b>ELABORAÇÃO</b>		
Técnico Responsável:	Antônio Marcos Passos	Data: 11/04/1999
CD MAE-UFBA - Sistema S.I.A.C. V3.0		
Impresso em 24.10.02		

Fonte: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (abr. 2009).

A principal ferramenta de documentação museológica, a ficha de identificação, sofreu várias modificações. Passou ocupar uma página A4 em vez de ser preenchida em

meia página (frente e verso), possibilitando a visualização de todos os dados de uma só vez. Passou a ser dividida em seções: Identificação Geral, Referências Físicas, Referências Históricas, Referências Arqueológicas, Dados Complementares e Elaboração, reorganizando a configuração espacial do documento e as informações.

Especificamente para as coleções arqueológicas, a seção Referências Arqueológicas abrange dados existentes na ficha predecessora como Sítio Arqueológico e Nº de Catálogo, e acrescenta dados relacionados ao contexto e ao processo de pesquisa: Quadra, Subquadra/Setor, Nível e Projeto.

Em 2001, simultaneamente à existência do Centro de Documentação do museu, a pesquisa que resultou no trabalho final de graduação de Carlos Alberto Santos Costa, intitulado “Elaboração de instrumento documental para registro de sítios das coleções arqueológicas do MAE/UFBA”, utilizou como fonte o Banco de Dados Iconográfico do CD/MAE, o Arquivo e a Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e também as bibliotecas do próprio Museu e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. O produto final foi uma ficha de registro de sítios arqueológicos criada para ser associada à ficha de registro de acervo arqueológico e iconográfico do SIAC<sup>91</sup>, colaborando com o tratamento documental das coleções incorporadas pelo museu até então<sup>92</sup>: I – Vital Rego; II – Valentin Calderón; III – Carlos Ott; VI – AAPHB (Sobradinho e Itaparica); IX – Praça da Sé e X – Piragiba.<sup>93</sup> As pesquisas abrangeram “457 sítios arqueológicos localizados, registrados ou estudados ao longo das pesquisas realizadas na instituição. Deste universo, 88 eram de representação rupestre, que foram integralmente documentados na ficha proposta” (COSTA, 2007, p. 17).

A ficha está dividida em seções, conforme pode ser visualizado na Figura 23. No cabeçalho há uma área para os metadados de identificação com o número romano que corresponde à coleção à qual o sítio está vinculado e a numeração de identificação do próprio sítio arqueológico. As sete seções inseridas são relacionadas a 1 – referências de identificação do sítio arqueológico, como a localização, por exemplo; 2 e 3 – características do sítio e da área quanto ao contexto arqueológico e ambiental (respectivamente); 4 e 5 – informações arqueológicas e museológicas correspondentes à documentação arqueológica e documentação museológica; Observações; e dados do Preenchimento.

---

91 Não se encontraram evidências, dentro do museu, de que a ficha de registro de sítios arqueológicos tenha sido incorporada no SIAC ou em outro contexto do Centro de Documentação do MAE/UFBA, nem mesmo indícios de sua inclusão nos registros arqueológicos das coleções que ingressaram na instituição.

92 Inicialmente, a pesquisa estava restrita aos sítios de arte rupestre em duas coleções: Valentin Calderón e a da Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia (AAPHB) (de Sobradinho e de Itaparica).

93 O código em número romano corresponde à identificação da coleção do museu, não necessariamente de Arqueologia – a coleção V, por exemplo, denominada Pankararé (etnológica) –, por isso a numeração corrida não é por tipo de coleção e sim por ordem de entrada na instituição.

Figura 23 – Ficha de identificação de sítios arqueológicos do MAE-UFBA preenchida

 MAE / UFBA	Universidade Federal da Bahia Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Museu de Arqueologia e Etnologia Centro de Documentação	Sítio coleção: VI
		Nº do sítio: 25
<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO          SÍTIO ARQUEOLÓGICO</b>		
<b>1- REFERÊNCIAS DO SÍTIO:</b>		
1.1- Sítio:	Itacoatiara I (BA-FN-11 e PSAI-7)	
1.2- Município:	Rodelas (Riacho Itacoatiara, Serra do Curral)	
1.3- Estado:	Bahia	
1.4- Localização:	Acesso através de estrada sem pavimento e picada. <i>"O sítio localiza-se na encosta da Serra do Curral..."</i> (Doc. VI-038). O sítio está distante da sede do município 43km. "... encontra-se ao pé da Serra do Curral na Planície do Rio São Francisco, margem direita..." (Doc. VI-042)	
1.5- Sítios relacionados:	Itacoatiara V	
1.6- Coordenada geográfica:	Do município: latitude 8° 58' S e longitude 30° 30' 44" W (Obs.)	
1.7- Referência cartográfica:	SUDENE – CHESF	
1.8- Informantes:	Leônio Abílio de Melo	
<b>2- CARACTERÍSTICAS DO SÍTIO:</b>		
2.1- Natureza do sítio:	2.1.1- Aberto: <input checked="" type="checkbox"/>	2.1.2- Fechado: <input type="checkbox"/>
	Abrigo	
2.2- Cronologia:	2.2.1- Pré-colonial: <input checked="" type="checkbox"/>	2.2.2- Colonial: <input type="checkbox"/>
	2.290±70AP	
2.3- Tipo de ocupação:	2.3.1- Unidade habitacional: <input checked="" type="checkbox"/>	2.3.2- Unidade ritualística: <input type="checkbox"/>
	Habitação temporária	
	2.3.3- Unidade produtiva: <input type="checkbox"/>	2.3.4- Unidade defensiva: <input type="checkbox"/>
	2.3.5- Sem identificação: <input type="checkbox"/>	2.3.6- Outros: <input type="checkbox"/>
2.4- Tipo de testemunho:	2.4.1- Lítico: <input checked="" type="checkbox"/>	2.4.2- Cerâmico: <input checked="" type="checkbox"/>
	Instrumentos lascados e pilões	
	2.4.3- Ósseo: <input checked="" type="checkbox"/>	2.4.4- Restos de combustão: <input type="checkbox"/>
	2.4.5- Malacológico: <input type="checkbox"/>	2.4.6- Metálico: <input type="checkbox"/>
	2.4.7- Rupestre: <input checked="" type="checkbox"/>	2.4.8- Outros: <input type="checkbox"/>
Gravura		
2.5- Descrição do sítio:	<i>"Petroglifos – sulcos. Sulcos estreitos e profundos provavelmente confeccionados por um instrumento pontiagudo, sulcos em forma de V" (...)</i> <i>"Paredão de rocha arenítica (não seria arenítica?) – Serra do Curral – Foram utilizadas as partes planas do paredão para execução das gravuras" As gravuras são "... sulcos feitos por raspagem (incisas) e polidos, perfurações executadas com instrumento pontiagudo e movimentos rotativos produzindo perfurações cônicas com grande diâmetro de borda". As pinturas estão em dois paredões com topografia acidentada (Doc. VI-038).</i> Trata-se de dois painéis: o primeiro tem 2,55m de altura, sendo 1,20m desta porção soterradas, e 5,40m de comprimento (Doc. VI-055); o segundo tem 1,35m de altura e 4,95m de comprimento (Doc. VI-056).	
<b>3- CARACTERÍSTICAS DA ÁREA:</b>		
3.1- Clima:	Mínima de 15° e máxima de 40°	
3.2- Recursos hídricos associados:	Rio São Francisco	
3.3- Referência topográfica:	Serra Curral	
3.4- Unidade geomorfológica:	Corredeira do São Francisco (MAPA DO ESTADO DA BAHIA, s/d)	
3.5- Vegetação:	Caatinga	
3.6- Altitude:	???	
3.7- Fatores de degradação:	Erosão eólica e pluvial e vandalismo. Submersão pelas águas da barragem de Itaparica.	

(continua)

(continuação)

4- INFORMAÇÕES ARQUEOLÓGICAS:	
4.1- Tipo de trabalho:	Escavação
4.2- Tipo de registro:	<p>Relatório: 25 (Docs. VI-330, VI-331, VI-332, VI-333, VI-334, VI-335, VI-336, VI-337, VI-338, VI-339, VI-340, VI-341, VI-342, VI-343, VI-344, VI-444, VI-445, VI-451, VI-452, VI-453, VI-456, VI-461, VI-462, VI-463, VI-673)</p> <p>Ficha de descrição de escavação: 3 (Docs. VI-1189, VI-1190, VI-1191)</p> <p>Registro de Sítios: 4 (Docs. VI-038, VI-042, VI-521, VI-634)</p> <p>Fotografias: 10 (Docs. VI-692, VI-693, VI-695, VI-696, VI-698, VI-702, VI-703, VI-704, VI-705, VI-706)</p> <p>Croqui: 2 (Obs.); 20 (Docs. VI-466, VI-579, VI-582, VI-583, VI-587, VI-588, VI-589, VI-590, VI-591, VI-592, VI-604, VI-606, VI-614, VI-616, VI-617, VI-623, VI-726, VI-727, VI-728, VI-1200)</p> <p>Ficha de Painéis: 2 (Docs. VI-055, VI-056)</p> <p>Ficha de sítios: 161 (Docs. VI-147, VI-148, VI-149, VI-150, VI-151, VI-152, VI-153, VI-154, VI-155, VI-156, VI-157, VI-158, VI-159, VI-160, VI-161, VI-162, VI-163, VI-164, VI-165, VI-166, VI-167, VI-168, VI-169, VI-170, VI-171, VI-172, VI-173, VI-174, VI-175, VI-176, VI-177, VI-178, VI-179, VI-180, VI-181, VI-182, VI-183, VI-184, VI-185, VI-186, VI-187, VI-188, VI-189, VI-190, VI-191, VI-192, VI-193, VI-194, VI-195, VI-196, VI-197, VI-198, VI-199, VI-200, VI-201, VI-202, VI-203, VI-204, VI-205, VI-206, VI-207, VI-208, VI-209, VI-210, VI-211, VI-212, VI-213, VI-214, VI-215, VI-216, VI-217, VI-218, VI-219, VI-220, VI-221, VI-222, VI-223, VI-224, VI-225, VI-226, VI-227, VI-228, VI-229, VI-230, VI-231, VI-232, VI-233, VI-234, VI-235, VI-236, VI-237, VI-238, VI-239, VI-240, VI-241, VI-242, VI-243, VI-244, VI-245, VI-246, VI-247, VI-248, VI-249, VI-250, VI-251, VI-252, VI-253, VI-254, VI-255, VI-256, VI-257, VI-258, VI-259, VI-260, VI-261, VI-262, VI-263, VI-264, VI-265, VI-266, VI-267, VI-268, VI-269, VI-270, VI-271, VI-272, VI-273, VI-274, VI-275, VI-276, VI-277, VI-278, VI-279, VI-280, VI-281, VI-282, VI-283, VI-284, VI-285, VI-286, VI-287, VI-288, VI-289, VI-290, VI-291, VI-292, VI-293, VI-294, VI-295, VI-305, VI-306, VI-307, VI-311, VI-312, VI-313, VI-320, VI-321, VI-443, VI-521, VI-1358, VI-1360)</p> <p>Inventário de sítio: 1 (Doc. VI-467)</p> <p>Relação de sítios: 2 (Docs. VI-557, VI-560)</p> <p>Listagem de materiais enviados para datação de C14: 1 (Doc. VI-629)</p> <p>Datação C14: 2 (Doc. VI-632, VI-633)</p> <p>Projeto: 2 (Docs. VI-664, VI-670)</p> <p>Mapa: 1 (Doc. VI-1113)</p> <p>Positivos: 3 (Docs. VI-1123, VI-1141, VI-1144)</p> <p>Decalque de painel: 32 (Docs. VI-1211, VI-1212, VI-1213, VI-1214, VI-1215, VI-1216, VI-1217, VI-1218, VI-1219, VI-1220, VI-1221, VI-1222, VI-1223, VI-1224, VI-1225, VI-1226, VI-1227, VI-1228, VI-1229, VI-1230, VI-1239, VI-1240, VI-1241, VI-1242, VI-1243, VI-1244, VI-1245, VI-1246, VI-1247, VI-1248, VI-1249, VI-1250)</p>
4.3- Referências bibliográficas:	<p>ETCHEVARNE, Carlos. <i>Étude de l'appropriation des ressources du milieu: les populations pré-coloniales sanfranciscaines, dans l'état de Bahia (Bresil)</i>. Paris: Museum National d'Histoire Naturelle, Institut de Paleontologie Humaine, 1995, 318p. (tese de doutorado).</p> <p>MAPA ESTADO DA BAHIA: político, turístico, didático, regional e rodoviário; escala: 1:1.200.000. São Paulo: Editora e gráfica Trieste Ltda., s/d. (MAPA DO ESTADO DA BAHIA, s/d)</p> <p>MARTIN, Gabriela. <i>Pré-história do Nordeste do Brasil</i>, 3ª edição atualizada. Recife: UFPE, 1999. 440p.</p> <p>PROUS, André. <i>Arqueologia brasileira</i>. Brasília: UNB, 1992, 605p.</p>
4.4- Data de registro:	1987
4.5- Pesquisador responsável:	Carlos Etchevarne, Leila Almeida e Verbena Galvão.
5- INFORMAÇÕES MUSEOLÓGICAS:	
5.1- Documentos relacionados:	<p>VI-038, VI-042, VI-055, VI-056, VI-147, VI-148, VI-149, VI-150, VI-151, VI-152, VI-153, VI-154, VI-155, VI-156, VI-157, VI-158, VI-159, VI-160, VI-161, VI-162, VI-163, VI-164, VI-165, VI-166, VI-167, VI-168, VI-169, VI-170, VI-171, VI-172, VI-173, VI-174, VI-175, VI-176, VI-177, VI-178, VI-179, VI-180, VI-181, VI-182, VI-183, VI-184, VI-185, VI-186, VI-187, VI-188, VI-189, VI-190, VI-191, VI-192, VI-193, VI-194, VI-195, VI-196, VI-197, VI-198, VI-199, VI-200, VI-201, VI-202, VI-203, VI-204, VI-205, VI-206, VI-207, VI-208, VI-209, VI-210, VI-211, VI-212, VI-213, VI-214, VI-215, VI-216, VI-217, VI-218, VI-219, VI-220, VI-221, VI-222, VI-223, VI-224, VI-225, VI-226, VI-227, VI-228, VI-229, VI-230, VI-231, VI-232, VI-233, VI-234, VI-235, VI-236, VI-237, VI-238, VI-239, VI-240, VI-241, VI-242, VI-243, VI-244, VI-245, VI-246, VI-247, VI-248, VI-249, VI-250, VI-251, VI-252, VI-253, VI-254, VI-255, VI-256, VI-257, VI-258, VI-259, VI-260, VI-261, VI-262, VI-263, VI-264, VI-265, VI-266, VI-267, VI-268, VI-269, VI-270, VI-271, VI-272, VI-273, VI-274, VI-275, VI-276, VI-277, VI-278, VI-279, VI-280, VI-281, VI-282, VI-283, VI-284, VI-285, VI-286, VI-287, VI-288, VI-289, VI-290, VI-291, VI-292, VI-293, VI-294, VI-295, VI-305, VI-306, VI-307, VI-311, VI-312, VI-313, VI-320, VI-321, VI-330, VI-331, VI-332, VI-333, VI-334, VI-335, VI-336, VI-337, VI-338, VI-339, VI-340, VI-341, VI-342, VI-343, VI-344, VI-443, VI-444, VI-445, VI-451, VI-452, VI-453, VI-456, VI-461, VI-462, VI-463, VI-466, VI-467, VI-557, VI-560, VI-579, VI-582, VI-583, VI-587, VI-588, VI-589, VI-590, VI-591, VI-592, VI-604, VI-606, VI-614, VI-616, VI-617, VI-623, VI-629, VI-632, VI-633, VI-634, VI-664, VI-670, VI-673, VI-692, VI-693, VI-695, VI-696, VI-698, VI-702, VI-703, VI-704, VI-705, VI-706, VI-726, VI-727, VI-728, VI-1113, VI-1123, VI-1141, VI-1144, VI-1189, VI-1190, VI-1191, VI-1200, VI-1211, VI-1212, VI-1213, VI-1214, VI-1215, VI-1216, VI-1217, VI-1218, VI-1219, VI-1220, VI-1221, VI-1222, VI-1223, VI-1224, VI-1225, VI-1226, VI-1227, VI-1228, VI-1229, VI-1230, VI-1239, VI-1240, VI-1241, VI-1242, VI-1243, VI-1244, VI-1245, VI-1246, VI-1247, VI-1248, VI-1249, VI-1250, VI-1358, VI-1360</p>
5.2- Trabalhos consultados:	---
5.3- Referências bibliográficas:	---

(continua)

(continuação)

<b>6- OBSERVAÇÕES:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sítio Localizado durante o Projeto de Salvamento Arqueológico Itaparica (PSAI).</li> <li>- Embora não se tenham as coordenadas exatas do sítio, indicamos consultar o mapa documentado com o nº VI-1113, onde pode se ver o sítio situado no espaço.</li> <li>- Croqui do sítio no verso do "relatório", doc. VI-444; outro croqui encontra-se no verso da "ficha de descrição de escavação", doc. VI-1189.</li> </ul>	
<b>7- PREENCHIMENTO:</b>	
7.1- Responsável:	Carlos Costa
7.2- Data:	Mai de 2002

Fonte: Costa (2007, p. 17-20).

Em 2004, o espólio do antigo CD/MAE foi encontrado em estado avançado de degradação em uma sala anexa do Museu e transportado para uma área dentro da instituição, próxima à sala da Direção, dando início aos primeiros passos do processo de implantação do Núcleo de Documentação e Referência (NDR) do MAE/UFBA, coordenado pela professora Suely Cerávolo. Após o diagnóstico sobre o trabalho realizado pela equipe do Centro de Documentação do Museu, a proposição apresentada foi fundamentada na concepção de um organismo (o museu) como fonte geradora de documentos de âmbitos distintos, mas correlatados – administrativo e museológico –, ficando o NDR responsável pela gestão dessas informações, organizando-as em dois conjuntos de dossiês de acordo com a perspectiva arquivística de que os documentos são reunidos de acordo com a finalidade: institucional e museológica (CERÁVOLO, 2006).

O início da década seguinte marcou um novo rumo para as coleções arqueológicas da instituição, destituídas dos espaços anexos ao edifício que abriga a instituição. O material foi transferido em 2011 para o prédio administrativo do Instituto Federal da Bahia a partir de um convênio estabelecido com a Universidade (VASCONCELOS; ALCÂNTARA, 2017).

No período de 2013 a 2014, as coleções foram realocadas de uma quadra de esporte para quatro salas de uma estrutura anexa em estado de deterioração adiantado, condição que mobilizou o novo corpo funcional do Museu a criar o Projeto de Requalificação da Reserva Técnica Arqueológica MAE/UFBA, iniciado em 2014 com a participação dos técnicos das áreas de Conservação, Museologia e Arqueologia com o objetivo de “melhorar as condições de acondicionamento, como também para realizar o inventário completo do Acervo Arqueológico”, este último sob responsabilidade da arqueóloga incorporada ao quadro técnico da instituição nesse mesmo ano, Tainã Moura (ALCÂNTARA, 2016).

Com esse panorama em mente, não é difícil compreender a ausência de protocolos de ingresso de coleções arqueológicas ou de outros documentos que estabelecessem diretrizes para a gestão desse material, tornando impraticável a padronização no processamento do acervo arqueológico na esfera museológica.

A partir desses dados e da análise da documentação gerada pelas equipes de pesquisa em Arqueologia responsáveis pelo material incorporado pela instituição, constatou-

se que o único documento utilizado para orientar as atividades é a Portaria Nº 7 de 1988 do MINC/SPHAN (BRASIL, 1988b), que, conforme já apresentado, estabelece a documentação de âmbito arqueológico que deve ser disponibilizada, junto com o relatório, em função da autorização concedida para as investigações, com uma preocupação maior do que deve ser remetido ao IPHAN e salvaguardado por ele.

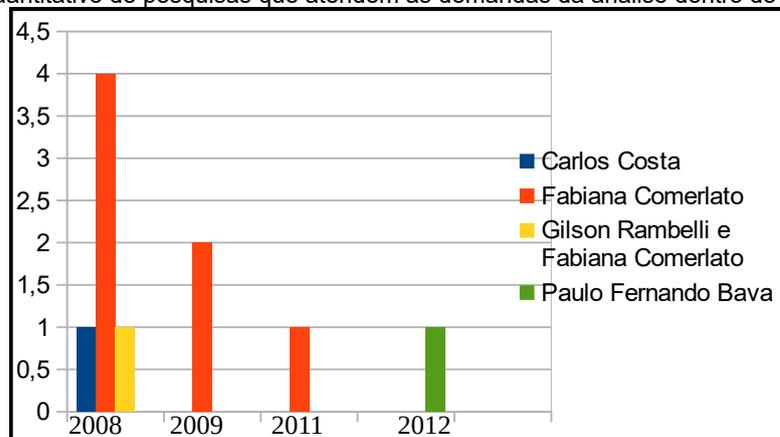
Em virtude do exposto, a documentação gerada no âmbito da Arqueologia se tornou a fonte de informação mais disponível para compreender o processo de gestão do patrimônio arqueológico incorporado pela instituição.

### 3.3 – Dos projetos arqueológicos inseridos no recorte da pesquisa

Dentro do recorte temporal de 2008 a 2017<sup>94</sup> foram contemplados nove projetos na área de Arqueologia que geraram coleções para a instituição, no entanto não foram registrados sítios em todos os projetos, e em outros casos sítios foram registrados, mas não houve material coletado, portanto foram retirados da análise.

Dos projetos implementados, quatro foram realizados em Salvador, por três profissionais, em projetos de Arqueologia Preventiva: Fabiana Comerlato coordenou três deles, sendo um com um cocordenador, Gilson Rambelli, e o outro foi coordenado por Paulo Fernando Bava. Os cinco restantes foram realizados em outras cidades do estado, sendo um projeto denominado Sítio Escola, que se tratou de pesquisa acadêmica no município de Itaparica, coordenada por Fabiana Comerlato com cocoordenação de Henry Lyudy Abraham Fernandes; os demais são estudos de Arqueologia Preventiva: três liderados pela mesma arqueóloga e um, em Lençóis, coordenado por Carlos Costa, conforme visualizado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Quantitativo de pesquisas que atendem as demandas da análise dentro do recorte temporal



Fonte: Elaborado pela autora a partir de arrolamento cedido pelo setor de Arqueologia do MAE/UFBA (maio 2020).

94 Todos os projetos interventivos analisados foram realizados entre 2008 e 2012. O Museu deixou de conceder endossos em 2014, mas o último projeto não foi incluído por não ter gerado coleção.

A identificação dos sítios inclui o nome e a sigla deles, assim como os dados dos projetos a eles relacionados: título, portaria de autorização e nome do(a) coordenador(a) do projeto, visualizados no Quadro 3.

Quadro 3 – Identificação dos sítios arqueológicos e projetos que geraram coleções entre 2008 e 2012 do MAE/UFBA

Sítio		Projeto	Material		Responsável	Portaria
Sigla	Nome		Sigla	Qtde.		
		Pesquisa Sítio Escola da Praça Boulevard Área do Forte de São Lourenço	GV	826	Fabiana Comerlato	Nº 8 de 07/03/2008
PP	Praia da Preguiça	Diagnóstico arqueológico na área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina (Salvador/BA)	PP	??	Gilson Rambelli	Nº 18 de 04/06/2008
PP	Praia da Preguiça	Salvamento arqueológico subaquático na área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina	PP	957	Paulo Fernando Bava de Camargo	Nº 23 de 10/08/2012
SU	Solar do Unhão		SU	27		
BJ	Brejinho	Diagnóstico e levantamento arqueológico na área destinada à mineração na localidade de Brejinho, distrito de Brejo da Mata	BJ	25	Fabiana Comerlato	Nº 21 de 02/07/2008
SA	Serra do Rafael I – Arte Rupestre		SA	1		
SR	Serra do Rafael II		SR	5(?)		
-	-	Diagnóstico e levantamento arqueológico no Loteamento Chácara Moraes	-	560	Carlos Costa	Nº 28 de 21/08/2008
-	-	Monitoramento arqueológico do Projeto Remessa – Instalação de infraestrutura de fibras óticas – Pelourinho	PO	1356	Fabiana Comerlato	Nº 22 de 16/07/2008 e Nº 32 de 30/09/2008
SN	Rio Santo Antônio	Diagnóstico e levantamento arqueológico para a Barragem de Rejeitos II e Área Industrial do empreendimento Jacobina Mineração e Comércio Ltda.	SN	56	Fabiana Comerlato	Nº 38 de 17/11/2008
GC	Garimpo do Rio da Cuia		GC	73		
SN	Rio Santo Antônio	Salvamento e monitoramento arqueológicos e Programa de Educação Patrimonial para a Barragem de Rejeitos II e Área Industrial do empreendimento Jacobina Mineração e Comércio Ltda.			Fabiana Comerlato	Nº 11 de 24/11/2009
GC	Garimpo do Rio da Cuia					
FL	Fazenda Lagadiço	Diagnóstico e levantamento arqueológicos das áreas de RC-06, RC-11, RC-12 e RC-13 para lavra de calcário pela Cimento Nassau	FL	4	Fabiana Comerlato	Nº 28 de 20/08/2008, Nº 04 de 26/01/2011 e Nº 22 de 01/02/2011
EV	Engenho da Vereda		EV	1		
AG	Angicos		AG	1		
	Ocorrências			12		
CX	Fazenda Cal I		CX	55		
CW	Fazenda Cal II		CW	44		
CZ	Fazenda Cal III		CZ	46		
FZ	Fazenda Caninana I		FZ	95		
RB	Rio Bonito I		RB	29		
RO	Formosa I		RO	22		
VE	Vereda I		VE	15		
FR	Fazenda Vereda		FR	11		
LT	Estação LT 69		LT	01		
		Estudos de impactos culturais da ampliação da Ponta Norte do Porto Organizado de Salvador – diagnóstico e levantamento arqueológico	PV	566	Gilson Rambelli e Fabiana Comerlato	Nº 03 de 02/02/2009 e Nº 11 de 24/11/2009
		Salvamento arqueológico na calçada da fachada da antiga Faculdade de Medicina da UFBA – Terreiro de Jesus	FM	1211	Fabiana Comerlato	Nº 14 de 02/07/2009

Fonte: Adaptado pela autora a partir da tabela de controle de coleções do setor de Arqueologia do MAE-UFBA (maio 2020).

Os projetos de pesquisa analisados foram executados dentro do estado da Bahia, com intervenções na esfera da Arqueologia Preventiva em sua maioria derivadas de obras públicas ou privadas, em zonas em que havia registro de sítios arqueológicos por pesquisas anteriores ou em áreas com potencial de achados arqueológicos, segundo o detalhamento apresentado nos tópicos subsequentes.

### 3.3.1 – Pesquisa Sítio Escola da Praça Boulevard – Área do Forte de São Lourenço

A inserção de acadêmicos das Universidades Federais da Bahia e do Recôncavo e ativos da comunidade no universo de pesquisa arqueológica, num projeto coordenado por Fabiana Comerlato em 2008, contemplou a realização de intervenções na Praça Getúlio Vargas, conhecida também como Praça Boulevard, inserida no contexto da Fortaleza de São Lourenço, município de Itaparica/BA.

O projeto arqueológico foi desenvolvido a partir de uma parceria entre a prefeitura municipal e a Universidade Federal da Bahia com o propósito de estabelecer um Centro de Arqueologia Marítima cujo esboço pode ser visto na Figura 23, e contou com a participação, além da coordenadora, de dois arqueólogos de campo – Gilson Rambelli e Carlos Costa –, de uma historiadora – Cinthia Cunha –, de dois técnicos em Arqueologia – Antônio Nascimento e Fernando Santana –, de quatro estagiários de laboratório – Antônio Varjão Matos, Marília Luz Lemos Silva, Jeanne Almeida Dias e Rafaela Caroline Noronha Almeida, sendo que as duas últimas também atuaram como estagiárias de gabinete – e de cinco auxiliares de campo, atingindo um grupo de catorze pessoas.

Figura 23 – Esboço da estrutura do porvindouro Centro de Arqueologia Marítima em Itaparica, cujo projeto e desenho são do arquiteto Carlos Gregório



Fonte: Comerlato (2008d, p. 4).

Durante as duas semanas em que foram realizadas as pesquisas no município, os dois arqueólogos responsáveis pelas atividades de campo receberam relatos da existência de ruínas nas proximidades da área de trabalho, na Ilha do Medo. Ao percorrer a superfície da ilha, os pesquisadores encontraram material de cunho histórico e um conjunto de ruínas do século XIX, que foi identificado posteriormente como a Casa de Pólvora e o Quartel da Ilha do Medo, o que resultou no registro do sítio arqueológico de mesmo nome.

Também durante as semanas em que foram realizadas as atividades do Sítio Escola, houve a solicitação de ajuda da equipe de Arqueologia para realizar escavações em região onde estariam localizadas ossadas de baleia-jubarte. Durante essa intervenção, não foram encontrados vestígios materiais que corroborassem a expectativa de achados, no entanto essa solicitação desencadeou a realização de prospecção na área que posteriormente seria registrada como sítio arqueológico Armação de Porto Santo, testemunho relevante da atividade de pesca às baleias, com restos de estruturas construtivas possivelmente datadas dos séculos XVII e XVIII.

### 3.3.2 – *Projetos na área do empreendimento do Bahia Marina (Salvador/BA)*

Três projetos de pesquisa foram efetuados na área das obras do Bahia Marina, região da Praia da Preguiça, em Salvador: um de diagnóstico, um de prospecção e outro de salvamento. O primeiro aconteceu em 2008, sob coordenação de Gilson Rambelli; o segundo, em 2010, coordenado por Leandro Domingues Duran; e o terceiro, no ano de 2012, coordenado por Paulo Bava de Camargo, ambos dentro da perspectiva da Arqueologia Subaquática, e são apresentados a seguir.

O projeto de 2010, sob coordenação de Leandro Duran, de prospecção arqueológica subaquática na área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina, não está inserido na presente análise, visto que foi realizado com o apoio institucional do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA e não do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade.

A Bahia Marina S/A realizou obras que tinham por objetivo a finalização e construção total de edificações que objetivaram: a segurança, como muros de proteção; o acolhimento, seja de embarcações, seja de helicópteros; e o aprovisionamento de combustível. Em virtude de esse empreendimento ter sido executado principalmente em área aquosa, o estudo arqueológico foi direcionado, sobretudo, para esse espaço.

A pesquisa determinou, durante o diagnóstico arqueológico na área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina (Salvador/BA),

que a área se tratava de um sítio depositário devido à natureza dos vestígios que foram encontrados, originários de extravios circunstanciais ou sobras que testemunham o funcionamento do porto nas proximidades da Praia da Preguiça.

A equipe de trabalho, composta pelo arqueólogo coordenador Gilson Rambelli e pelo mergulhador André Lima (creditado nas fotografias submersas), localizou vestígios cerâmicos, tanto construtivos como de utensílios, metálicos e de madeira associados à produção náutica do período colonial.

O salvamento arqueológico subaquático na área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina, realizado em 2012, concentrou-se na recuperação, no registro e no estudo do patrimônio arqueológico localizado em dois sítios: Praia da Preguiça e Solar do Unhão, ambos identificados nos projetos de diagnóstico e de prospecção. Foi coordenado por Paulo Bava e contou com um arqueólogo consultor, um arqueólogo de campo e laboratório, dois técnicos de campo e laboratório, três estagiários e três mergulhadores.

No primeiro, as intervenções se concentraram no entorno do restaurante Amado, com evidências de três contextos distintos, dois relacionados ao seu uso para o armazenamento de produtos – o trapiche Marinho e o Pedreira – e um à utilização associada a um estaleiro, ou seja, a um espaço para a reparação de embarcações. A área correspondente a esse sítio pode ser visualizada na Figura 24.

Figura 24 – Sítio arqueológico da Praia da Preguiça



Fonte: Adaptado de Bava-de-Camargo (2012a, p. 19).



arqueológicos concernentes às atividades navais e de movimentação portuária de mercadorias.

A grande quantidade de carvão mineral na área submersa e a presença do antigo guindaste que permeia os dois ambientes, o imerso e o emerso, são evidências materiais do contexto industrial que se refere à segunda metade do século XIX, relacionado à fabricação de 50% do abastecimento nacional de fumo na época, funcionamento que foi mantido até princípios do século subsequente. Além dos vestígios produtivos, as estruturas e a organização espacial dão testemunho desse tipo de utilização no período.

### *3.3.3 – Diagnóstico e levantamento arqueológico na área destinada à mineração na localidade de Brejinho, distrito de Brejo da Mata*

Os trabalhos da empresa Brasil Mineração no município de Sento Sé, no norte do estado da Bahia, se concentraram em Brejinho, parte do distrito de Brejo da Mata, cujas instalações serviram para a extração de três mil metros cúbicos de quartzo fumê para uso ornamental durante o interstício de três anos.

A equipe do projeto contou com um supervisor científico, o professor Carlos Etchevarne, e foi coordenada por Fabiana Comerlato. Além disso, foi composta por Gilson Rambelli como arqueólogo de campo, Luydy Fernandes como arqueólogo de laboratório, Pedrinho Barbosa como técnico de campo, Jeanne Dias e Felipe Sales como estagiários para trabalho de campo, Rafaela Almeida e Jeanne Dias como estagiárias de gabinete e laboratório, e dez auxiliares de campo.

A área já havia sido fonte de outras pesquisas arqueológicas. Primeiro em 1977, com o Projeto Sobradinho<sup>95</sup>, as pesquisas realizadas por Calderón<sup>96</sup> possibilitaram o registro de sítios de arte rupestre e a coleta de material pré-colonial. Posteriormente, foram realizadas pesquisas acadêmicas de Kesting (2001), Luso (2005) e ainda, na mesma década de 2000, o professor Carlos Etchevarne coordenou a investigação “Homem e natureza nas representações gráficas do estado da Bahia”, por meio da qual foram registrados mais sítios de arte rupestre.

A Figura 26 mostra a planta preliminar da região onde foi realizada a instalação e as posteriores atividades da empresa, o que permite visualizar a área onde foram efetuadas as intervenções tanto dentro da área abrangida pelo empreendimento como na parte do entorno sujeita a impactos.

95 O Projeto Sobradinho de salvamento arqueológico foi “proveniente da parceria entre a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e a Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia, [...] na área a ser inundada pelo grande lago do Reservatório Sobradinho” (ALCÂNTARA, 2016).

96 Ver Calderón, Ataíde e Dórea (1977).



A intervenção foi realizada na área do antigo pomar que corresponde ao fundo da residência, por ter sido o espaço onde foram encontrados refugos de objetos relacionados ao uso cotidiano familiar, principalmente cerâmicos, vítreos e ósseos, por uma equipe composta por Carlos Costa como arqueólogo coordenador, Alvandyr Bezerra e Fabiana Comerlato (que também atuou como arqueóloga responsável pela pesquisa laboratorial) como arqueólogos de campo e quinze auxiliares de campo.

A análise das 560 amostras coletadas durante o diagnóstico apontou a inexistência de artefatos depositados em contexto primário e que o material encontrado na superfície foi transportado pela água dos rios. Concluiu-se que o contexto da intervenção é pós-deposicional, portanto não houve recomendação de salvamento nem foi detectada a existência de sítios arqueológicos.

O objetivo da pesquisa foi a interpretação de contextos identificados a partir do diagnóstico do terreno, organizando os dados concernentes aos materiais retirados na superfície e no subsolo através dos poços-teste, que abrangeram um período histórico correspondente a desde meados do século XIX até finais do século XX.

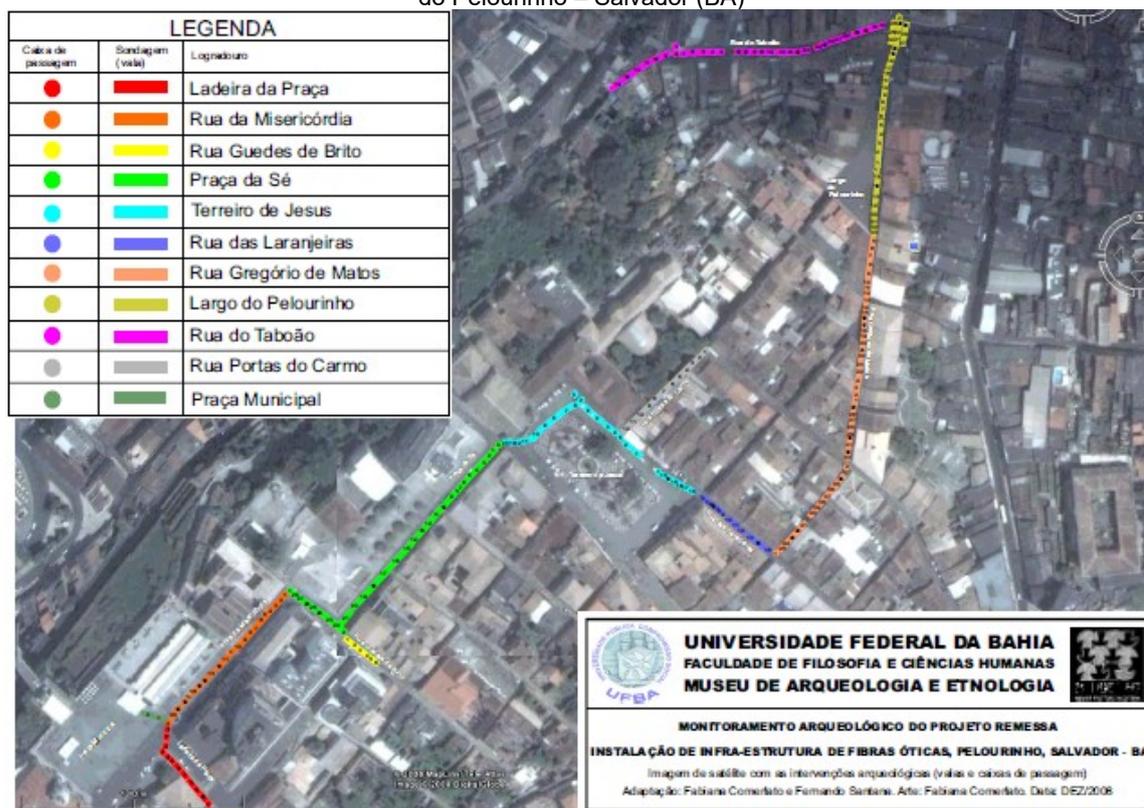
### *3.3.5 – Monitoramento arqueológico do Projeto Remessa – instalação de infraestrutura de fibras óticas – Pelourinho*

Em 2008, na instalação de estrutura de engenharia para receber os equipamentos de fibra ótica na região do Pelourinho, foi necessária a realização de monitoramento arqueológico para acompanhar os trabalhos da empresa Protele Engenharia, responsável pelo empreendimento.

A equipe que realizou a pesquisa foi formada por uma arqueóloga coordenadora, Fabiana Comerlato, um consultor de análise óssea, o arqueólogo Luydy Fernandes, dois técnicos de campo, Antônio Carlos Nascimento e Fernando Ferreira de Santana, três estagiárias que atuaram nas etapas de gabinete, campo e laboratório, Greciane Neres do Nascimento, Jeanne Almeida Dias e Rafaela Caroline Noronha Almeida, e 29 auxiliares de campo.

O percurso efetuado durante as atividades de instalação de fibra ótica no bairro do Pelourinho, centro histórico de Salvador, foi de cerca de 2.000 metros entre a Ladeira da Praça até a Rua do Tabuão, perpassando pela Praça Municipal e pela Rua da Misericórdia, seguindo pela Rua Guedes de Brito e pela Praça da Sé até o Largo do Terreiro de Jesus, avançando em direção à Rua Portas do Carmo, à Rua das Laranjeiras e à Rua Gregório de Matos até o Largo do Pelourinho, conforme pode ser visualizado na Figura 27.

Figura 27 – Planta sinalizando a localização das obras de engenharia e das sondagens arqueológicas no bairro do Pelourinho – Salvador (BA)



Fonte: Comerlato (2009, p. 23).

Durante os trabalhos de engenharia foi realizado o monitoramento por meio da observação dos perfis estratigráficos e dos artefatos localizados em toda a área de abrangência, resultando na coleta de 1.356 objetos. O registro durante a intervenção arqueológica foi realizado considerando a extensão das valas em metros, identificando-as de acordo com a localização e respeitando as nomenclaturas dos logradouros.

O trabalho de pesquisa histórica (pesquisa de gabinete) foi também desmembrado por localização geográfica, de maneira que as ruas e praças obtiveram em suas fichas de intervenção fotos e descrições das ocupações anteriores, no entanto não foram realizados registros de sítios arqueológicos ou áreas de ocupação.

### 3.3.6 – Projetos na Barragem de Rejeitos II e na Área Industrial do empreendimento Jacobina Mineração e Comércio Ltda.

O trabalho foi desenvolvido em duas etapas: a primeira de diagnóstico e levantamento arqueológico, em 2008; e a segunda, em 2009, de salvamento e monitoramento arqueológicos no município de Jacobina, situado no norte do estado da

Bahia, numa pesquisa de Arqueologia Preventiva relacionada ao processo de implantação de uma barragem de rejeitos.

Durante o diagnóstico, os estudos de gabinete abrangeram a consulta de cartas topográficas e bibliografia de âmbito histórico, arqueológico, geológico e etnológico da região, além de pesquisa de história oral feita junto aos moradores com o objetivo de direcionar as intervenções arqueológicas da pesquisa para áreas com maior potencial.

A equipe responsável contemplou a historiadora Cinthia Cunha, o técnico em arqueologia Fernando Santana, as estagiárias Jeanne Almeida e Greciane Neres, além de dezesseis auxiliares de campo, sob a coordenação da arqueóloga Fabiana Comerlato. As atividades de campo foram desenvolvidas em dezembro de 2008.

Nesse período foram realizadas prospecções na área diretamente impactada, além de varredura de superfície efetuada nas áreas direta e indiretamente afetadas pelas obras, resultando no registro de dois sítios arqueológicos:

- Sítio Rio Santo Antônio, com a existência de cerâmica e lítico polido advindos de comunidades caboclas que utilizaram temporariamente o espaço;
- Sítio Garimpo do Rio da Cuia, com a presença de edificações relacionadas ao uso da área para a extração de ouro na metade do século XX.

A segunda fase do trabalho disse respeito ao salvamento e monitoramento das atividades nos sítios arqueológicos registrados, devido ao impacto causado pelas obras de engenharia na área em que estão localizados.

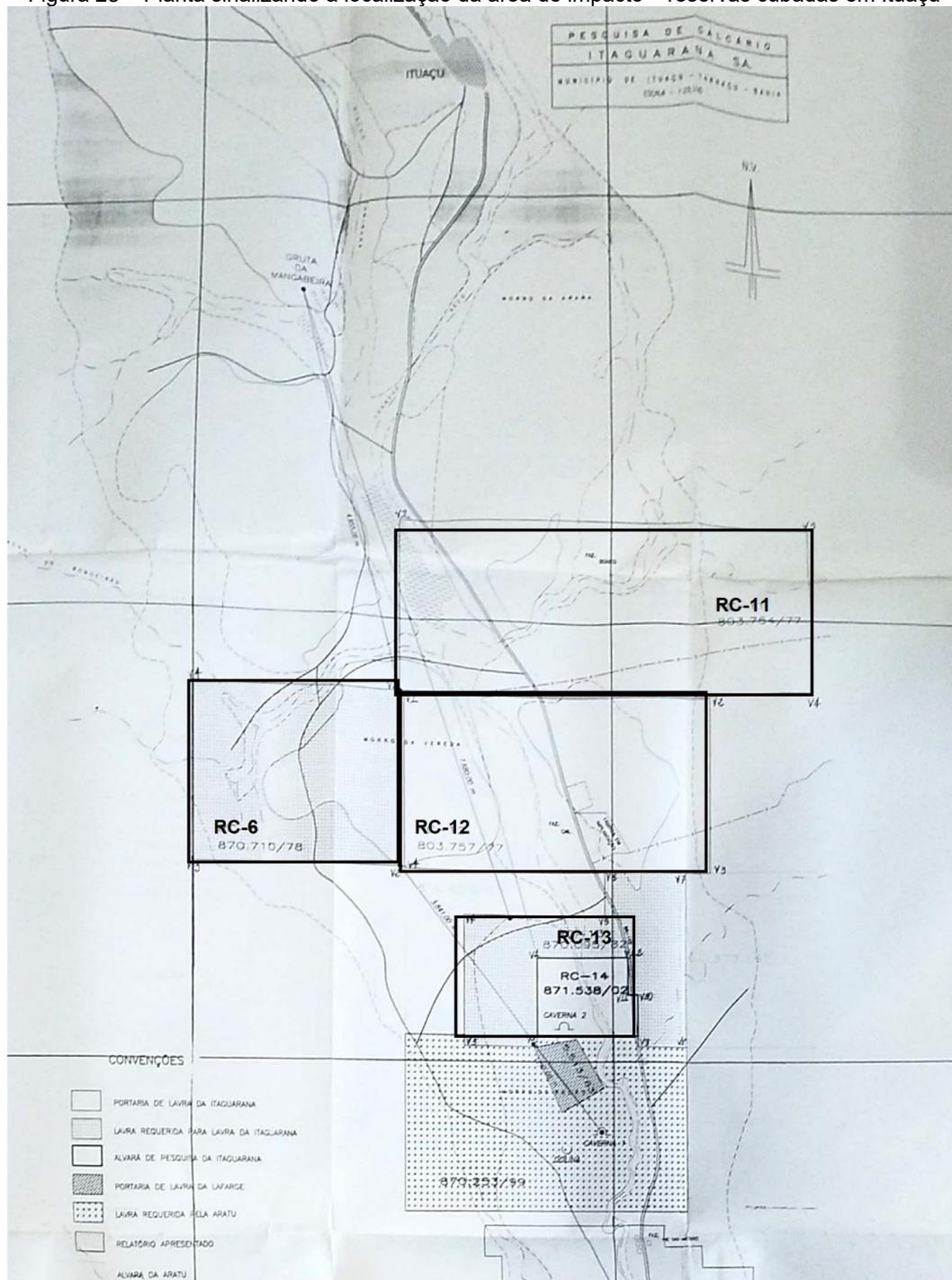
A equipe responsável pelo salvamento foi praticamente a mesma do diagnóstico, acrescentando-se apenas o técnico em Arqueologia Leandro Peixoto, o arqueólogo Carlos Costa e a museóloga responsável pela Educação Patrimonial Ana Cláudia Araújo, e reduzindo-se duas pessoas de apoio técnico, passando a um total de catorze auxiliares técnicos.

### *3.3.7 – Diagnóstico e levantamento arqueológicos das áreas de RC-06, RC-11, RC-12 e RC-13 para lavra de calcário pela Cimento Nassau*

Um empreendimento em quatro reservas cubadas pela empresa Itagarana S/A, do Grupo Industrial João Santos, na cidade de Ituaçu, no sudoeste do estado da Bahia, criou a demanda de pesquisa arqueológica de diagnóstico e levantamento, que devido ao porte territorial precisou ser desmembrada em termos temporais, de forma que as reservas

cupadas 6 e 13 (RC-6 e RC-13) passaram por intervenção em 2008, e as RC-11 e RC-12, em 2011. A composição das áreas pode ser visualizada na Figura 28.

Figura 28 – Planta sinalizando a localização da área de impacto – reservas cupadas em Ituaçu



Fonte: Adaptado de Comerlato (2008b, anexo).

Na campanha de 2008, a equipe foi formada pela historiadora Cinthia Cunha, o técnico em Arqueologia Fernando Santana, as estagiárias Jeanne Almeida e Greciane

Neres, quatro motoristas, dezesseis auxiliares técnicos, além do técnico em Agrimensura Joildnei Clímaco e do engenheiro Cláudio Matos, contratados pela empresa responsável pelo trabalho de engenharia, a Itaguarana S/A, sob coordenação da arqueóloga Fabiana Comerlato. Na outra, em 2011, a equipe foi semelhante, contando com o acréscimo de dois técnicos em Arqueologia, Antônio Carlos Nascimento e Pedrinho Fernandes, uma educadora patrimonial, Evânia Lima de Barros, um arqueólogo em campo, Cláudio César de Souza e Silva, e quatro auxiliares técnicos a mais que na primeira campanha; por outro lado, sofreu o desfalque de um motorista na equipe de transporte.

O propósito da pesquisa foi compreender as formas de ocupação dos distintos grupos e as modificações do território que ocuparam a partir da análise dos resíduos materiais e de suas narrativas. Antes das intervenções foram feitas análises de cartas topográficas e de bibliografia relacionadas aos contextos históricos, arqueológicos, geológicos e etnográficos do município e da área que o empreendimento direta ou indiretamente afetaria. Além disso, durante as atividades de campo foram realizadas entrevistas com residentes da região, visando a encontrar registros de vestígios arqueológicos.

A primeira campanha resultou no reconhecimento de cinco sítios e uma ocorrência:

- Dois desses sítios, Inscrição da Água Preta e Inscrições das Moendas, são de pintura rupestre, registrados pelo arqueólogo Valentin Calderón em 1964;
- Os demais sítios e a ocorrência identificados durante a pesquisa foram: Fazenda Lagadiço, em que se apresentaram materiais líticos e cerâmicos relacionados à tradição tupi-guarani, localizado na área de influência indireta do empreendimento, em que a análise contextual apontou a existência de uma aldeia em grandes proporções; Engenho da Vereda, com vestígios de telhas, metal e cerâmica neobrasileira que indicam a existência de um engenho de farinha também situado na área indiretamente afetada; Angicos, sítio de pintura rupestre, situado na área diretamente afetada; e um pilão, encontrado de forma isolada, indicando a possibilidade da presença de uma oficina de polimento.

Na campanha seguinte foram encontradas 21 ocorrências arqueológicas, dez na RC-12 e onze na RC-11, e doze sítios, elencados a seguir:

- Fazenda Cal I: conjunto de estruturas edificadas, como residências, escolas, capela e coreto – a sede da fazenda não resistiu à sobreposição edificada das residências atuais;
- Fazenda Cal II: nesse sítio foram localizados fragmentos cerâmicos, ferraduras e material lítico de lascamento, além de um canal de escoamento de água;

- Fazenda Cal III: local em que foram encontrados líticos lascados, aparentemente provenientes de um acampamento ou espaço usado para a indústria lítica, além de fragmentos vítreos, de metais, cerâmicos e de alicerces de uma velha edificação;
- Fazenda Caninana I: registrou-se nesse sítio a ocorrência de vidro e louças com datação do século XIX em pontos de concentração de material;
- Rio Bonito I: nessa área foi detectado um quantitativo enorme de fragmentos de porcelana, vidro e cerâmica torneada, além de duas moedas do século XIX e um estojo de munição;
- Formosa I: nesse sítio foi coletado material lítico lascado, como lascas de sílex e raspadores de quartzo, e também polido, como seixos e lâmina de machado;
- Vereda I: local com presença abundante de material histórico do século XIX, como fragmentos de cerâmica, vidro e faiança;
- Fazenda Vereda: sítio com material lítico que aponta a existência de um sítio pré-histórico dentro da propriedade fundiária;
- Estação LT69: área com presença de material lítico apontando para um espaço de acampamento ou de fabricação de instrumentos líticos;
- Velhas: sítio pré-colonial com cerâmicas decoradas com pigmentação ou de forma plástica, condizentes com a tradição tupi-guarani;
- Monte Alto: sítio cadastrado como cerâmico de tradição tupi-guarani por Calderón;
- Gruta do Morro da Cal: sítio de arte rupestre cadastrado em 1964, também por Valentin Calderón.

### *3.3.8 – Estudos de impactos culturais da ampliação da Ponta Norte do Porto Organizado de Salvador – diagnóstico e levantamento arqueológico*

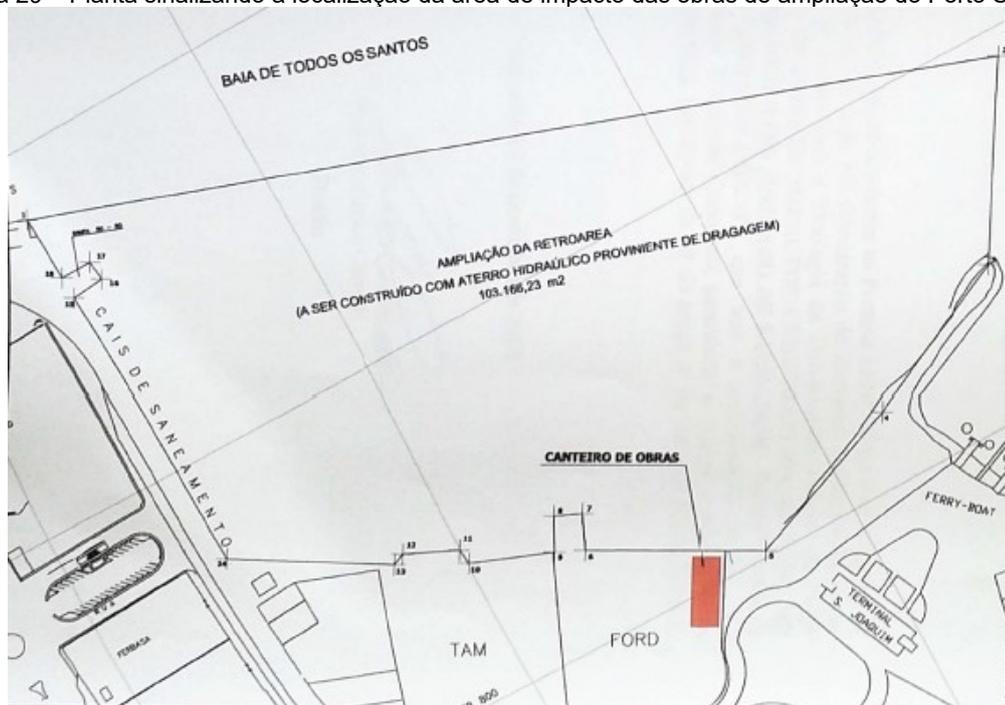
Trata-se de uma pesquisa arqueológica inserida no contexto de um projeto de pesquisa antropológico, de grandes proporções, envolvendo diferentes agentes e pesquisadores no âmbito da graduação e da pós-graduação da Universidade Federal da Bahia. O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade concentrou a gestão dessa investigação e os pesquisadores que participaram do projeto são associados e colaboradores do referido órgão.

No que concerne ao universo da investigação arqueológica, foco do que é ora analisado, a equipe esteve sob coordenação dos arqueólogos Gilson Rambelli e Fabiana

Comerlato e contou com três arqueólogos de campo, um técnico de Arqueologia, dois mergulhadores, uma educadora patrimonial, uma historiadora, dois auxiliares técnicos e dois estagiários.

O empreendimento tinha como objetivo a expansão do Porto de Salvador no bairro de Água de Meninos, localizado no território da Baía de Todos os Santos, conforme pode ser visualizado na Figura 29. As atividades do empreendimento envolviam a dragagem e ampliação do cais, a construção de um quebra-mar e de um aterro hidráulico, bem como a remoção de sedimentos com o propósito de aprofundar “os berços de atração e do canal de acesso visando a adequação da [...] infraestrutura para um aumento das movimentações de carga ali [...] desenvolvidas” (RAMBELLI; COMERLATO, 2010, p. 3).

Figura 29 – Planta sinalizando a localização da área de impacto das obras de ampliação do Porto Salvador



Fonte: Adaptado de Rambelli; Comerlato (2008, anexo).

A parte da pesquisa em meio subaquático foi estendida até o entorno do Forte de São Marcelo, estrutura arquitetônica circular afastada da costa nas proximidades do Mercado Modelo, e a Capela de Santo Antônio dos Velásquez, edificação religiosa que pertence ao município de Itaparica/BA.

Na intervenção em meio subaquático foram efetuadas atividades prospectivas com sugadora de água, em círculos concêntricos, num total de quinze poços-teste. Foi detectado um total de quinze anomalias na área do aterro.

### 3.3.9 – *Salvamento arqueológico na calçada da fachada da antiga Faculdade de Medicina da UFBA – Terreiro de Jesus*

No ano de 2009, o projeto de restauração da fachada da Faculdade de Medicina instalada no primeiro Colégio dos Jesuítas no Brasil, no bairro do Pelourinho, iniciou-se sem pesquisa arqueológica preliminar num território em que o potencial arqueológico é comprovado, inclusive com o registro de sítios e o salvamento de cultura material preservada em instituições de salvaguarda por pesquisas anteriores, como:

- A intervenção realizada por Calderón, em 1975, no subsolo do prédio da Faculdade de Medicina, onde está instalado o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade;
- A pesquisa na Praça da Sé coordenada por Etchevarne, em 1998, cuja intervenção registrou e coletou grande quantidade de testemunhos materiais depositados no MAE/UFBA;
- A pesquisa realizada sob coordenação de Comerlato, no ano de 2009, em virtude da instalação de redes de fibra ótica, em que foram coletados os restos mortais de três pessoas, também com o apoio institucional do Museu de Arqueologia.

A maior parte do material recolhido foi de natureza óssea; foi constatada a existência de ossos humanos correspondentes a doze pessoas entre a pré-adolescência e a idade adulta, cujo gênero não foi possível identificar por causa do grau de degradação das ossadas. Também foi possível detectar possíveis lesões provenientes de violência e a existência de distúrbios ou patologias.

A equipe foi coordenada pela arqueóloga Fabiana Comerlato e contou com a participação de Carlos Costa como arqueólogo de campo, Luydy Fernandes como arqueólogo de laboratório, Fernando Santana como técnico de Arqueologia, seis estagiários voluntários e quatro auxiliares de campo. Entre as ações desenvolvidas pelos profissionais na intervenção estão o registro dos vestígios edificados, assim como do conduto de água nas sondagens 17 e 18, a recolha de material escavado, e o registro e a retirada dos restos mortais no perfil externo da vala.

Considerando todos os projetos inseridos no recorte da pesquisa, percebe-se que houve pouca variação entre os membros das equipes de trabalho: a equipe de técnicos de Arqueologia e arqueólogos era formada, com algumas variações, por Fabiana Comerlato, Carlos Costa, Carlos Etchevarne, Gilson Rambelli e Luydy Fernandes, além de estagiários de Ciências Sociais ou de Museologia em treinamento na área de Arqueologia, museólogos

contratados para a área de Educação Patrimonial e historiadora (para pesquisas pré-campo).

No geral, os critérios relacionados à investigação de campo sofreram pouca influência das investigações de gabinete e de outras verificações pré-campo; a metodologia aplicada é um tanto homogênea e as estratégias de intervenção foram efetuadas de forma uníssona, com exceção dos projetos em que foram incluídas pesquisas subaquáticas, que aplicaram métodos específicos, conforme pode ser verificado no tópico que segue.

### **3.4 – Pesquisas arqueológicas: critérios e métodos**

Os critérios ora apresentados são praticamente os mesmos que os utilizados nas intervenções dos projetos cujas coleções foram depositadas no Museu Municipal de Porto Alegre e, apesar de a combinação desses critérios ter sido diferenciada, houve pouca variação na metodologia aplicada.

Exceções foram a restauração do prédio da Faculdade de Medicina no Pelourinho, cujo trabalho de Arqueologia foi prejudicado pela precipitação do trabalho de restauração no que concerne tanto à coleta de material quanto ao registro documental; e a pesquisa realizada na Ilha de Itaparica, estruturada como Sítio Escola, que tomou como referência para as escavações a proposta arquitetônica para a instalação de um Centro de Arqueologia Marítima. Os demais projetos incluíram pesquisas históricas, não apenas em fontes escritas, mas também em imagens, mapas e coletas de dados orais.

Em três casos, a pesquisa arqueológica utilizou como suporte para as intervenções a estrutura esboçada pelo trabalho realizado pela empresa de engenharia; e três pesquisas tiveram como base pesquisas arqueológicas anteriores, seja por meio de diagnóstico que precedeu o salvamento em questão, seja por pesquisas anteriores (década de 1970) cuja documentação estava disponível no Centro de Documentação do próprio Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA.

A seguir, detalha-se cada um dos projetos relacionando seus critérios de intervenção e aplicações metodológicas, bem como as estratégias usadas nas atividades de campo.

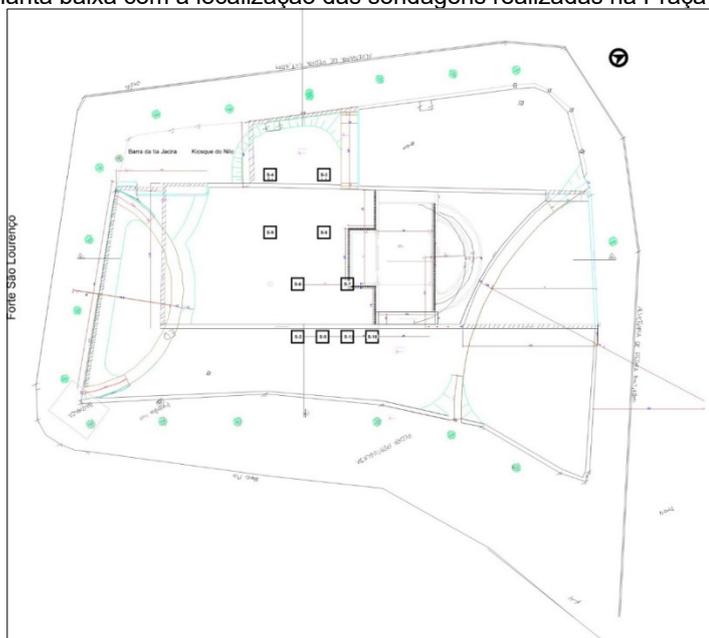
Na pesquisa da Praça Boulevard, em Itaparica, o critério utilizado para a realização das pesquisas em campo foi o direcionamento do projeto de Arquitetura segundo o qual se instalaria o empreendimento, com base em parceria entre a Universidade Federal da Bahia e a Prefeitura de Itaparica, de forma que o projeto de Arqueologia serviu a dois propósitos: verificar o potencial arqueológico e os materiais que precisariam ser salvos antes da construção, e realizar o treinamento de estudantes, membros da comunidade e demais

interessados em técnicas de escavação.

Apesar de ter ocorrido o registro de dois sítios arqueológicos, um na própria Ilha de Itaparica, localidade de Porto Santo, e outro na Ilha do Medo, que foram encontrados a partir de relatos da comunidade, tratava-se de sítios que apresentavam ruínas de edificações, portanto sem a recolha de material arqueológico.

Na Praça Getúlio Vargas, dez sondagens foram realizadas nos pontos demarcados para a instalação das sapatas – ou ladeando-as – onde seria construído, em um tempo pósterio, o Centro de Arqueologia Marítima, conforme aponta a Figura 30.

Figura 30 – Planta baixa com a localização das sondagens realizadas na Praça Getúlio Vargas



Fonte: Comerlato, 2013, p. 7.

As sondagens seguiram uma “medida padrão, constituindo em um quadrado de 1 x 1 m, sendo escavado a partir de níveis artificiais de 10 em 10 cm, sendo abertos com ferramenta manual” (COMERLATO, 2008d, p. 6). Quatro delas (6, 7, 8 e 9) ocorreram em sapatas da edificação.

Além disso, foi feita a abertura de uma trincheira de 7 x 7 metros, que possibilitou a coleta de material para análise, resultando na identificação de três recortes temporais: o primeiro, entre meados do século XVI até o início do XVII; o segundo, de finais do século XVII até princípios do XVIII; e, por fim, marcadores cronológicos apontaram para o período entre a metade do século XVIII e o começo do século XX.

As intervenções realizadas na Praça Getúlio Vargas revelaram testemunhos, em forma de ruínas, da existência do restaurante identificado pela comunidade com o nome Balneário, embora não tenham trazido informações novas a respeito dessa edificação. Além

disso, foi encontrado material com sinais de deslocamento apresentando cobertura de estratos de sedimentos de areia e de argila com restos construtivos, o que sugere que esse material foi trazido de outros contextos arqueológicos da região da Ilha de Itaparica.

No projeto de diagnóstico no empreendimento do Bahia Marina, além das pesquisas históricas sobre a área foram realizados mergulhos com detector de metal, o que possibilitou detectar a presença de metais de maneira pontual assim como de forma mais ampla.

Os vestígios encontrados na costa, assim como na subsuperfície, apontaram para a existência de um sítio arqueológico depositário subaquático na Praia da Preguiça. Em virtude disso, foram realizados “alguns ensaios de penetração de uma vareta de aço inox (medindo 1,20 m de comprimento e 5 mm de diâmetro)”, verificando-se a variação dos sedimentos entre os níveis de 20 a 90 centímetros antes de “atingirem as rochas que a sustentam de acordo com o aumento da profundidade (de 1,5 m a 9 m)” (RAMBELLI; COMERLATO, 2008, p. 20-21).

O trabalho de intervenção arqueológica realizado durante o diagnóstico foi muito tímido e se limitou, na maior parte do tempo, às pesquisas de gabinete em fontes históricas e à busca por projetos arqueológicos anteriores que pudessem contribuir para as atividades propostas para a pesquisa, o que se mostrou pouco promissor, apontando uma única investigação na área, que foi o “Acompanhamento arqueológico durante a construção de acesso à Bahia Marina”, de 2007, coordenado por Leila Almeida, que tampouco foi utilizado como base para as atividades de campo do diagnóstico.

Por outro lado, o projeto de salvamento no Bahia Marina teve seus parâmetros metodológicos balizados nos resultados do diagnóstico de 2008 por Rambelli e da prospecção de 2010 por Duran. As intervenções do salvamento, coordenadas por Bava de Camargo, foram efetuadas nos sítios Praia da Preguiça e Solar do Unhão.

No primeiro foram desenvolvidas as atividades de registro de edificações encontradas nas praias da Preguiça e da Pedreira, e a recolha e raspagem de material na superfície da Praia da Preguiça, considerando o estabelecimento de dois eixos na direção norte-sul com marco zero na parede no extremo sul do Porto Trapiche: um de 32 metros rumo à fonte da Pedreira e outro de 38 metros em sentido ao Restaurante Amado.

Ao longo das duas linhas foi estabelecida, em formato poligonal com trenas flexíveis, a delimitação de áreas com 2 metros laterais, paralelas ao eixo norte-sul, com 5 metros laterais no setor A e 4 metros laterais no setor B, para a coleta de superfície e a escavação de 3 centímetros.

No sítio Praia da Preguiça, cuja demarcação foi atualizada no salvamento arqueológico conforme visualizado na Figura 31, não foram empregadas intervenções

subaquáticas de resgate em virtude de a área depositária corresponder ao lugar onde as ondas arrebatam, impossibilitando esse tipo de atividade. No entanto, foram realizados os registros dos restos esqueléticos de um navio na parte norte do sítio, o levantamento de bens com potencial de tombamento e o estudo arqueológico de paisagem, comparando-os com as fontes históricas analisadas.

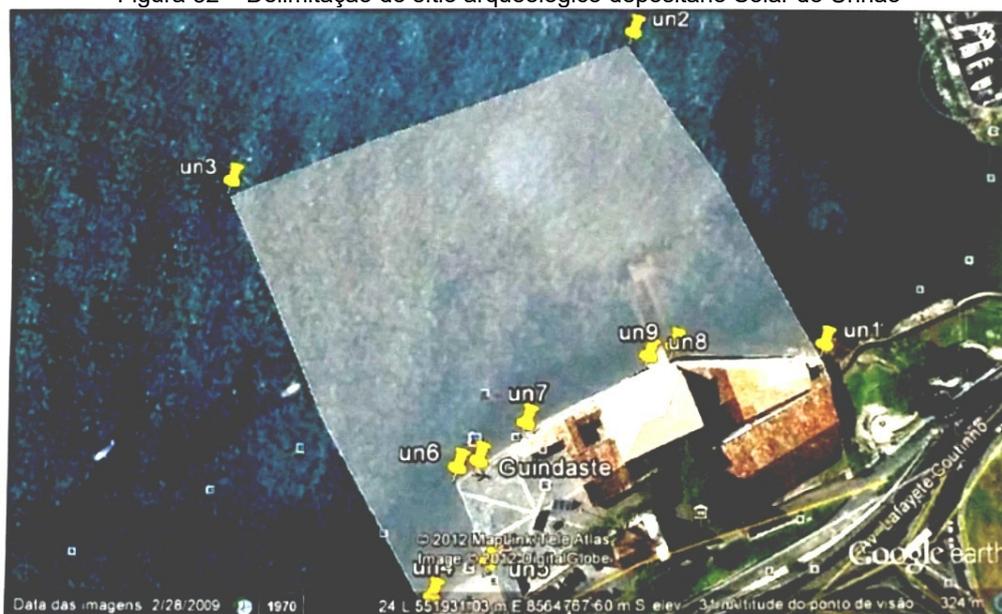
Figura 31 – Demarcação do sítio arqueológico depositário Praia da Preguiça



Fonte: Bava-de-Camargo (2012b, anexo).

Por outro lado, no sítio Solar do Unhão, conforme as alterações apresentadas na Figura 32, o processo de escavação executou “seis triângulos equiláteros de 5 m no fundo marinho” (BAVA-de-CAMARGO, 2012b, p. 20) e foram efetuadas duas sondagens. Na sondagem I, subdividida em três níveis, nos primeiros 70 centímetros verificou-se um alto nível de perturbação e uma grande quantidade de lixo contemporâneo; nos 20 centímetros subsequentes esse lixo desaparece; nos 70 centímetros restantes apresentam-se vestígios em grande quantidade de carvão mineral e material ósseo, e a sondagem foi descontinuada ao atingir 1,60 metro devido ao constante desabamento das paredes. A sondagem II repetiu as características da primeira intervenção, no entanto só alcançou duas camadas, sendo finalizada aos 90 centímetros de profundidade.

Figura 32 – Delimitação do sítio arqueológico depositário Solar do Unhão



Fonte: Bava-de-Camargo (2012b, anexo).

Nesse sítio arqueológico realizou-se uma varredura subaquática em que foram encontrados fragmentos de madeira relativos à construção de embarcações, mas, como o nível de perturbação foi alto, tornou-se difícil a análise contextual desses vestígios.

O trabalho de diagnóstico e levantamento no município de Santo Sé considerou três critérios: a pesquisa em fontes históricas; os dados disponibilizados pelo Núcleo de Documentação e Referência sobre os sítios arqueológicos cadastrados na região, na década de 1970, por Calderón; e, por fim, as intervenções cobriram totalmente “a área da lavra incluindo abertura de acesso, praça de manobra, local de instalação de edificações auxiliares, de higiene e de depósito de rejeitos/estéreis” (COMERLATO, 2008a, p. 6).

A intervenção incluiu 104 sondagens, separadas entre si por 50 metros de distância, em formato retangular de 50 por 25 centímetros, com profundidade máxima de 50 centímetros, em áreas com ausência de elevação rochosa.

Na Figura 33 é possível visualizar os contextos arqueológicos identificados dentro da área do empreendimento. As intervenções no Sítio Caretas estão apontadas com esferas de cor amarela; as no Sítio Brejinho, na cor azul; e na área de ocorrência arqueológica estão identificadas com a cor vermelha.

Figura 33 – Mapa com a identificação dos sítios arqueológicos e áreas de ocorrências



Fonte: Comerlato (2008c, p. 31).

Embora o texto não especifique de maneira clara, através das fichas de sondagem verifica-se que se trata de escavação por níveis artificiais, no entanto não é possível identificar a profundidade em centímetros do rebaixamento dos níveis escavados. Além disso, as fichas demonstram que, das 104 sondagens, cinco ultrapassaram os 50 centímetros de profundidade: a S70 e a S71 chegaram a 1 metro; a S72 alcançou 1,10 metro; a S85 atingiu 80 centímetros; e a S88 desceu até 60 centímetros de profundidade.

O diagnóstico e levantamento arqueológico na Chácara Moraes, em Lençóis, utilizou como base para os trabalhos em campo a investigação em fontes históricas; o levantamento dos aspectos geográficos, geológicos e ambientais do espaço; e também as atividades desempenhadas pela empresa responsável pelo empreendimento.

A área do empreendimento foi dividida em lotes, “separados com pequenos postes de concreto, e as áreas das principais ruas com vegetação suprimida” antes do início dos trabalhos de campo. Em vista disso, os “lotes e abertura das ruas” foram aproveitados como parâmetro para as intervenções, o “que possibilitou a distribuição das linhas de sondagens e da setorização do espaço para coleta de superfície” (COSTA, 2008, p. 12-13).

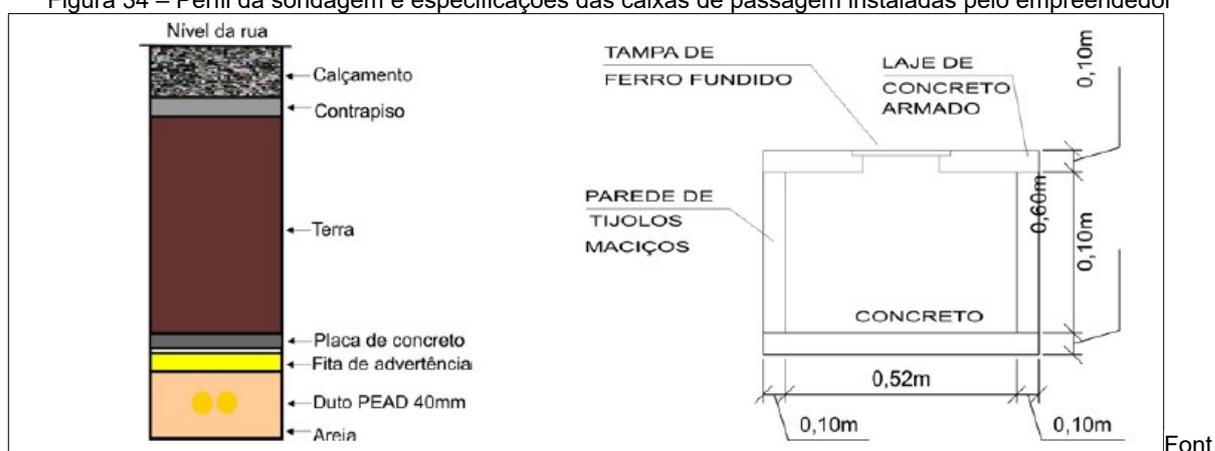
As 132 sondagens, com dimensão de 30 x 100 centímetros e afastamento de 20 metros uma da outra, foram alinhadas em paralelas separadas entre si por 30 metros, direcionadas para leste-oeste.

A partir da verificação das fichas de sondagem, assim como das fotos no relatório, parece que as intervenções respeitaram as camadas artificiais, no entanto os documentos disponibilizados não indicam a cada quantos centímetros foi feito o rebaixamento dos níveis, apenas notificam que a esterilidade não ultrapassou a profundidade de 90 cm.

A pesquisa arqueológica que acompanhou as atividades de instalação de fibra ótica no centro histórico de Salvador se embasou em dois critérios básicos: primeiro, por se tratar de um monitoramento, as intervenções e escavações efetuadas pela engenharia foram o principal alicerce para a pesquisa arqueológica; e, segundo, empregou-se a análise das fontes históricas sobre a região, que foi fundamentada pelo percurso das obras de engenharia, dividida por logradouros atingidos pelo empreendimento de forma que cada rua ou praça teve fichas cadastrais com os dados do trabalho de campo e os dados da pesquisa de gabinete.

O monitoramento arqueológico foi conduzido durante a escavação de 2.000 metros continuados de trincheira, cuja profundidade mediana foi de 80 centímetros, assim como a instalação de caixas subterrâneas, como visualizado na Figura 34.

Figura 34 – Perfil da sondagem e especificações das caixas de passagem instaladas pelo empreendedor



e: Comerlato (2009, p. 5).

Font

A análise das fichas de sondagem apontou para a utilização de escavação por camadas estratigráficas, ainda que não seja possível a certificação da espessura de cada uma delas. Por outro lado, a documentação gerada pela pesquisa arqueológica demonstrou que o interesse do registro não se limitou aos materiais recolhidos, mas considerou também aspectos geológicos, como a composição do solo, e interferências antrópicas na malha urbana, a exemplo da presença de encanamento de água e luz.

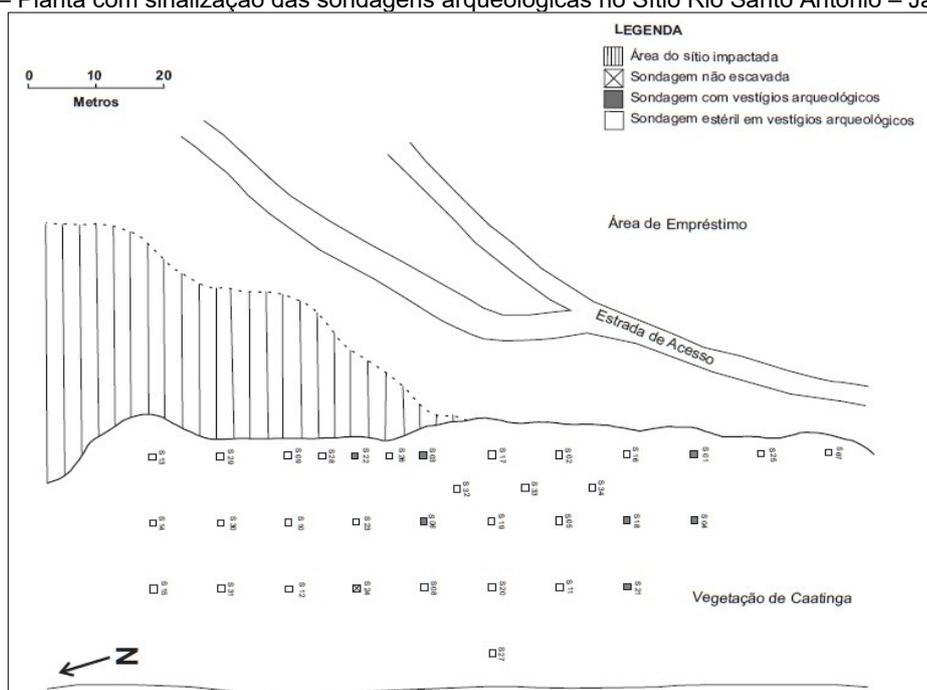
Os projetos arqueológicos atrelados ao empreendimento de construção da Barragem de Rejeitos II no município de Jacobina foram de diagnóstico e de salvamento: o primeiro foi fundamentado na pesquisa histórica e em fontes bibliográficas, iconográficas e orais, assim

como no reconhecimento espacial através de estudos sobre o contexto ambiental; o segundo foi respaldado basicamente no trabalho de diagnóstico do ano anterior.

Como dito anteriormente, o diagnóstico constatou a presença de dois sítios arqueológicos, Rio Santo Antônio e Garimpo do Rio da Cuia, um com material lítico e cerâmico, e o outro de mineração, respectivamente. O salvamento foi realizado com sondagens de 1 metro quadrado, utilizando como estratégia de escavação o rebaixamento por nível estratigráfico de 10 em 10 centímetros, considerando as características específicas de cada um dos contextos encontrados.

No primeiro sítio, as 34 sondagens, espaçadas em 10 metros, tinham profundidade média de 50 centímetros, percorreram uma linha central na direção norte-sul e, utilizando-a como referencial, foram efetuadas outras em paralelo no sentido oeste, conforme pode ser visualizado na Figura 35.

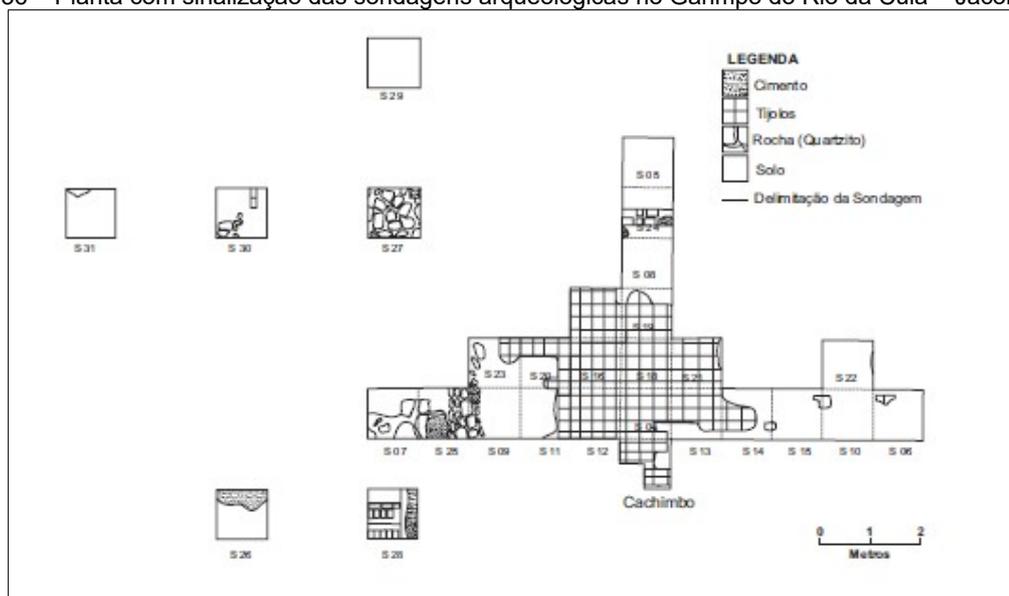
Figura 35 – Planta com sinalização das sondagens arqueológicas no Sítio Rio Santo Antônio – Jacobina (BA)



Fonte: Adaptado de Comerlato (2010, Apêndice D).

No segundo, 37 sondagens foram executadas nas quatro estruturas edificadas que se localizam nessa área com o propósito de demarcar as edificações; dessas, 27 estavam próximas da estrutura 04, correspondente à base de um maquinário, e as demais foram distribuídas entre o forno e os dois tanques que formam as outras estruturas, distribuídas conforme a Figura 36.

Figura 36 – Planta com sinalização das sondagens arqueológicas no Garimpo do Rio da Cuia – Jacobina (BA)



Fonte: Adaptado de Comerlato (2010, Apêndice D).

No diagnóstico e levantamento arqueológico em Ituaçu, as duas campanhas de intervenções, em 2008 e 2011, foram fundamentadas nas pesquisas em fontes históricas gráficas e orais, nos resultados de pesquisas arqueológicas anteriores empreendidas por Calderón na década de 1960, e no acompanhamento das obras de engenharia.

Na primeira campanha foram efetuadas “sondagens de 1,00 x 0,25 metro distribuídas de 100 em 100 m” com distância de 200 metros entre as linhas (COMERLATO, 2009b, p. 28) e varreduras nas áreas RC-13 e RC-06.

Na segunda, entre maio e junho de 2011, foram realizados procedimentos similares nas áreas RC-11 e RC-12, incluindo o tamanho das sondagens; a distinção ocorre no intervalo entre elas, de 50 metros, e na distância entre as linhas de sondagem, que foi reduzida para 100 metros. Na primeira área delimitaram-se 19 linhas com 1.952 sondagens, enquanto na segunda foram 20 linhas com 1.555.

Nas quatro áreas foi aplicada a mesma estratégia de escavação: o rebaixamento das camadas foi por níveis estratigráficos, finalizando cada sondagem antes de iniciar a próxima. No entanto, os dados disponíveis na documentação não esclarecem qual a espessura de cada nível escavado.

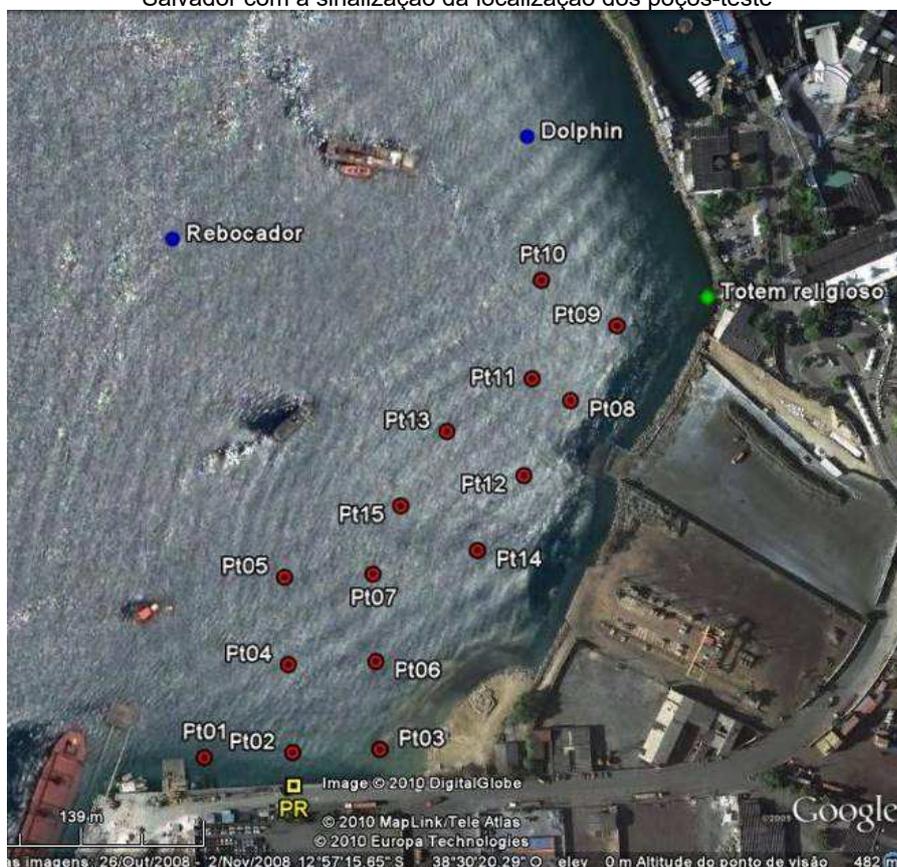
A pesquisa arqueológica inserida no contexto de ampliação do Porto Salvador foi empreendida em solo e em ambiente aquático, e considerou dois parâmetros como subsídio para as intervenções de campo: a pesquisa em fontes históricas escritas, gráficas ou orais; e o reconhecimento espacial.

A investigação em terra foi efetivada através de 34 sondagens com intervalos de cerca de 20 metros, em sentido linear, sempre que os trabalhos de engenharia e as atividades do cotidiano no porto, tais como o trânsito de pessoas e cargas, assim permitiam. Além disso, o material coletado, faianças do século XIX, é originário de sedimentos com consecutivas intervenções anteriores de terraplanagem, iniciadas no século XIX e ainda persistentes.

As sondagens em solo alcançaram a profundidade máxima de 190 centímetros e foram realizadas em níveis artificiais, sem especificação do quantitativo de sedimento retirado de cada camada em unidade de medida.

O levantamento dos sítios subaquáticos foi efetuado com sondagens baseadas “em duas malhas ortogonais sistemáticas com distanciamento base de 50 m”. A primeira, do lado extremo sul, teve sete poços-teste, com aproximadamente “50 cm de diâmetro em média, e com uma profundidade variável entre 40 cm e 1 m”. A outra malha teve oito sondagens ao leste, junto à costa, também com diâmetro de 50 centímetros, com uma variação de 0,6 a 1,0 metro de profundidade (RAMBELLI; COMERLATO, 2010, p. 205). A representação das duas malhas interventivas está na Figura 37.

Figura 37 – Configuração das malhas de intervenção no Porto Salvador com a sinalização da localização dos poços-teste



Fonte: Rambelli e Comerlato (2010, p. 206).

Na outra área submetida a investigação arqueológica, em torno do Forte de São Marcelo, foram efetuadas seis sondagens cuja profundidade não ultrapassou 40 centímetros<sup>97</sup>, uma embaixo da ponte de acesso à edificação e as outras “sob cada uma das cinco primeiras envazaduras (norte-sul) que dominam essa parte da edificação” (RAMBELLI; COMERLATO, 2010, p. 216), conforme apresentado na Figura 38.

Figura 38 – Localização dos poços-teste e das áreas de coleta próximas ao Forte de São Marcelo



Fonte: Rambelli e Comerlato (2010, p. 219).

Por fim, o trabalho de intervenção arqueológica relacionado à restauração da fachada do prédio da Faculdade de Medicina, no centro histórico, utilizou como único critério a precipitação da equipe de engenharia, dificultando o trabalho de coleta e registro do material arqueológico.

O acompanhamento das obras de engenharia só foi iniciado após o comunicado dos responsáveis por elas, a partir da verificação da existência de estruturas edificadas

<sup>97</sup> Sobre as intervenções subaquáticas, não há dados na documentação arqueológica relacionada ao projeto do Porto Salvador que apontem a estratégia de escavação utilizada.

históricas e restos mortais de indivíduos, assim como fragmentos de cerâmica, que vieram à tona durante a escavação de uma vala de 17 metros de comprimento com 1 metro de largura, após atingirem a profundidade de 1,5 metro e terem causado danos irreversíveis, não apenas aos testemunhos materiais, mas também à possibilidade de documentação arqueológica precisa.

Assim, a investigação arqueológica se concentrou em duas atividades básicas, a saber, buscar e recolher os materiais que foram retirados da vala sem qualquer acompanhamento de equipe arqueológica, ainda que não houvesse mais possibilidade de registrar de forma precisa a localização em que foram coletados; e efetuar a intervenção de mais 20 metros de vala, que foi executada através de 20 sondagens de 1 x 1 metro, por níveis artificiais de 10 centímetros, com o devido registro arqueológico.

Foi coletado um total de 1.211 peças, das quais em torno de 40% foram recuperadas “da terra escavada da abertura da vala antes da chegada da equipe de arqueologia, ou seja, trata-se de material retirado de seu contexto de origem” (COMERLATO, 2009c, p. 18).

A maior parte dos trabalhos analisados foi coordenada por Fabiana Comerlato, sozinha ou em conjunto. Apenas um teve coordenação de Carlos Costa, em Lençóis; outro, na Bahia Marina, foi dividido em duas fases: diagnóstico por Rambelli e salvamento por Bava-de-Camargo. Todos, com exceção do Sítio Escola em Itaparica e da reforma da fachada da Faculdade de Medicina, no centro histórico, foram fundamentados em fontes históricas escritas, gráficas e, sempre que possível, orais.

De forma geral, quatro trabalhos utilizaram o reconhecimento espacial, seja com a ajuda de aparelhos, seja por estudos ambientais como parte do critério para as atividades de campo – os projetos coordenados pelos três arqueólogos Carlos Costa, Gilson Rambelli e Paulo Camargo e apenas um dos sete de Comerlato, que foi executado em Jacobina para a construção da Barragem de Rejeitos.

As pesquisas coordenadas por Comerlato nos municípios de Sento Sé e Ituaçu se fundamentaram também nas pesquisas de Calderón das décadas de 1960 e 1970 e nos dados sobre os sítios por ele registrados, disponíveis no setor de documentação do MAE-UFBA. Além dessas duas pesquisas, o salvamento de Bava-de-Camargo realizado na Bahia Marina também foi respaldado no diagnóstico e na prospecção realizados por Rambelli e Duran, em 2008 e 2010 respectivamente.

Quatro das pesquisas arqueológicas foram alicerçadas nas operações ou no projeto do empreendedor, três delas sob coordenação de Fabiana Comerlato – em Itaparica na Praça Getúlio Vargas, na construção da Barragem de Rejeito em Sento Sé e na instalação

de fibra óptica no Pelourinho em Salvador – e uma coordenada por Carlos Costa – a construção do loteamento em Lençóis.

Por fim, o salvamento na calçada da Faculdade de Medicina, no Pelourinho, devido ao trabalho de restauração iniciado sem qualquer comunicação anterior ou projeto comunicado ao IPHAN, foi único iniciado após a escavação da engenharia na calçada do prédio deparar-se com vestígios ósseos e comunicar isso aos pesquisadores associados e à direção do Museu de Arqueologia e Etnologia da própria universidade.

Quanto às estratégias de escavações conduzidas nos projetos analisados, com exceção das intervenções em parte da pesquisa realizada na restauração da Faculdade de Medicina – visto que a pesquisa arqueológica foi conduzida apenas depois de os responsáveis pela obra perceberem a necessidade da presença do salvamento de material arqueológico encontrado –, todas foram realizadas por níveis artificiais, ainda que as fichas trouxessem os dados de registros de sedimentos das camadas naturais.

### **3.5 – As lacunas de documentação e o sistema de catalogação arqueológico**

A gênese dos hiatos da documentação no campo arqueológico está diretamente relacionada com o perfil dos projetos, cujos principais problemas apontados são: um objetivo principal que não cumpre o requisito de objetivo principal, mas de específico, que é estritamente o cumprimento da legislação em proteção do patrimônio, o que ocasionou a ausência de informações interpretativas que pudessem subsidiar as atividades de gestão das coleções; e a inexistência de descrição precisa do processo de escavação, o que impossibilita também a inclusão dos trabalhos de campo como parte da sequência de ocupações.

Todas as pesquisas de licenciamento ambiental foram realizadas com o propósito de reduzir os efeitos do empreendimento no patrimônio arqueológico em cumprimento às leis de proteção em vigor no país. O único projeto com objetivo inerente à pesquisa arqueológica é o do Sítio Escola na Praça Getúlio Vargas, em Itaparica, configurado como acadêmico, planejado para o treinamento de integrantes da comunidade universitária das duas entidades federais envolvidas<sup>98</sup> e do município, “capacitando-os à possibilidade futura de se inserirem de modo eficaz dentro de equipes profissionais de escavações científicas ou como lazer cultural” (COMERLATO, 2008d, p. 4). Mesmo nesse contexto, não há uma configuração do objetivo geral, e sim objetivos específicos caracterizados como se fossem um objetivo geral da pesquisa.

A justificativa oferecida parece estar diretamente conjugada com a natureza da

---

98 Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

pesquisa, ou seja, de Arqueologia Pública, centrada em cumprir as leis federais de proteção ao patrimônio sem estabelecer problemática ou objetivos, para compreender seja os contextos, seja a sequência ocupacional ou mesmo o patrimônio material depositado na área. A preocupação, portanto, se concentra no registro de estruturas e materiais arqueológicos e, quando necessário, na coleta deles.

O mais intrigante nesse argumento é que praticamente todos os projetos de Arqueologia Preventiva, com exceção do processo de restauração da fachada da Faculdade de Medicina no Pelourinho, em virtude de terem sido iniciados sem projeto de pesquisa arqueológica, foram fundamentados em pesquisa histórica – escrita, de imagem ou oral – em vez de serem alicerçados apenas nas atividades e ocupações espaciais do empreendimento e dos trabalhos de engenharia. Por que pesquisar a história da área e ver a potencialidade de pesquisa se não há um objetivo apartado do objetivo do empreendimento? Ou melhor, se o objetivo é apenas proteger o patrimônio, registrando e coletando por obrigatoriedade legislativa, por que utilizar outros parâmetros além de seguir o projeto de engenharia nas atividades de intervenção?

Outra questão que desperta curiosidade é: por que recorrer à documentação de pesquisas arqueológicas anteriores na região afetada pelo empreendimento, mesmo que indiretamente, como no caso das investigações de Calderón nas proximidades dos municípios de Santo Sé e Ituaçu, se não foram estabelecidas problemáticas ou objetivos particulares dos projetos arqueológicos senão aqueles supracitados?

Prova de que é possível estabelecer esses objetivos, principalmente de posse de pesquisa de gabinete como foi realizado na maior parte dos projetos, é um comparativo com o estudo de caso do capítulo 2, em que a maior parte das pesquisas era de mesma natureza, licenciamento ambiental. Assim como no caso do MAE-UFBA, apenas uma era do universo acadêmico e, ainda assim, a maior parte das coleções depositadas no Museu Municipal de Porto Alegre se originou de projetos com objetivos e problemáticas próprias.

Essa inexistência de problemática e objetivos próprios ocasionou a ausência dos dados interpretativos na documentação depositada junto com a coleção, prejudicando a cadeia de gestão do patrimônio arqueológico. Apenas a pesquisa do Sítio Escola em Itaparica, caracterizada como acadêmica, apresentou gráficos, tabelas e interpretações escritas sobre o processo de investigação arqueológica, ainda que seu objetivo principal tenha sido a realização de um treinamento, sem esclarecer se o propósito era compreender o conjunto de ocupações anteriores ou apenas o processo depositário de artefatos.

Não há, em qualquer uma das investigações arqueológicas analisadas, dados que explicitem nem que sugiram a configuração espacial do trabalho feito no sítio, em virtude da

inexistência de documentação no âmbito da Arqueologia que aponte a apropriação do espaço pela equipe de arqueólogos. Isso possivelmente ocorreu porque não se percebe essa documentação como parte da sequência de ocupação.

Esse fato também se reflete na carência de registro da espessura das camadas ou de níveis artificiais, o que parece ter sido utilizado como estratégia de acordo com a análise procedida nas fichas de sondagem, mesmo não tendo sido explicitado na maior parte das pesquisas avaliadas.

Além disso, não se evidenciou se as intervenções foram feitas priorizando o sentido vertical, finalizando uma sondagem antes de iniciar a próxima, ou o sentido horizontal, realizando ao mesmo tempo o mesmo nível em todas as sondagens abertas; ou, ainda, se o rebaixamento de níveis foi efetuado concomitantemente em diferentes sondagens.

Outro fator que explicita a não inclusão das pesquisas como parte da sequência de ocupação dos sítios ou áreas de ocorrência inseridos nos projetos, e portanto da configuração espacial das atividades arqueológicas enquanto os pesquisadores exerciam-nas no território, é a escassez de registros diretamente relacionados a essas operações.

Nesse sentido, todos os projetos, exceto o de diagnóstico do Bahia Marina sob coordenação de Rambelli, que apenas fez uso de registros fotográficos, fizeram registros com fichas de sondagens e fotografias, independentemente da natureza da pesquisa, acadêmica ou de Arqueologia Preventiva.

Quanto ao posicionamento das sondagens em plantas produzidas ou adaptadas do empreendedor, cinco projetos de pesquisa apresentaram-nas, todos sob coordenação de Comerlato: o Sítio Escola na Praça Getúlio Vargas, em Itaparica; o monitoramento da instalação de fibra ótica no Pelourinho, em Salvador; o diagnóstico para construção da Barragem de Rejeitos em Jacobina; o salvamento arqueológico na obra de restauração da Faculdade de Medicina, também no Pelourinho; e o empreendimento de ampliação do Porto Salvador, coordenado em conjunto com Rambelli.

Os outros trabalhos incluíram as plantas do empreendedor com informações próprias da engenharia, a exemplo das atividades de mineração em Sento Sé, coordenadas por Comerlato; do loteamento da Chácara Moraes, em Lençóis, sob coordenação de Carlos Costa, que disponibilizou as coordenadas das sondagens; da demarcação do sítio arqueológico em imagem produzida no *Google Earth*, que ocorreu no salvamento na Bahia Marina, sob supervisão de Bava-de-Camargo; e do projeto de exploração das reservas cubadas em Ituaçu, sob supervisão de Comerlato.

Finalmente, apenas três pesquisas incorporaram os desenhos dos perfis das intervenções realizadas em campo, todas supervisionadas por Fabiana Comerlato: Sítio

Escola, em Itaparica; instalação de fibra ótica, no Pelourinho; e o empreendimento relacionado à construção da Barragem de Rejeitos II, em Jacobina.

Além da dificuldade da compreensão do processo de ocupação durante a intervenção – se as escavações priorizaram um sentido, seja vertical, seja horizontal, ou se houve tratamento concomitante de níveis em sondagens distintas – mesmo realizando a análise das fichas de sondagem e das fichas de marcação do material, as informações não foram disponibilizadas com o intuito de serem incluídas na cadeia de gestão para os demais profissionais que não estão amplamente inseridos não apenas no contexto da Arqueologia, mas também no da metodologia aplicada pela equipe responsável.

Outro elemento que poderia auxiliar na compreensão da ocupação dos espaços seria relacionar diretamente a localização em que foi coletado o material, seu nível e sua camada, explicitados no número de catálogo.

No entanto, com exceção do projeto do Bahia Marina, coordenado por Paulo Camargo, a curadoria do material nas demais pesquisas analisadas foi realizada basicamente pela mesma coordenação, Fabiana Comerlato, seguindo um padrão homogêneo na elaboração do catálogo dos materiais coletados.

Os registros numéricos do material foram normatizados com uma sigla, que poderia estar relacionada ao sítio arqueológico cadastrado a partir da pesquisa corrente ou de pesquisa anterior. Caso na área da intervenção não fossem localizados sítios arqueológicos, a sigla corresponderia ou faria alusão ao nome do projeto arqueológico. Em casos nos quais a sigla já existia como referência a outro sítio ou projeto arqueológico, a partir de uma convenção opcional, por modificação de uma letra ou outra variação, mudava-se a sigla para não ocorrer duplicidade. A sigla convencionada, seguindo as normas referidas, era seguida de um número corrido, separados por um ponto (.).

Embora, de forma geral, alguns dos projetos tenham tabelas que relacionam a localização ao material registrado, não houve preocupação em relacionar um número de registro a uma localização no sítio arqueológico identificando o local escavado (seja uma sondagem, seja uma quadrícula, trincheira...) e o nível ou camada artificial.

Dessa forma, todos os artefatos e fragmentos localizados numa mesma posição recebem identificação diferenciada, ou seja, mesmo estando em uma mesma sondagem e nível, cada objeto recebe um número individual corrido. Para exemplificar, no material coletado no Sítio Escola, na Praça Getúlio Vargas (sigla GV), o registro de três artefatos encontrados na sondagem 1, nível 0-10, recebem os números corridos GV.01, GV.02 e GV.03.

É importante ressaltar que a curadoria desses projetos, de forma geral, era realizada nas instalações do Museu de Arqueologia e Etnologia, no Laboratório de Arqueologia, usando uma listagem com o arrolamento dos sítios arqueológicos e as siglas correspondentes das coleções abrigadas pela instituição.

Na instituição e no estado da Bahia não houve uma padronização quanto à utilização das siglas alfanuméricas como nomenclatura dos sítios arqueológicos. Diferentemente do Rio Grande do Sul, especificamente de Porto Alegre, que utilizou, por exemplo, a nomenclatura RS.JA-01 e RS.JA-02 para fazer referência ao estado e à localidade, nesse caso o Rio Jacuípe.

Nesse sentido, como a documentação no âmbito museológico pode inserir a documentação na esfera arqueológica quando as informações de registro e as referências de localização espacial não se entrelaçam? A gestão precisa partir de um conhecimento conjunto, de uma linguagem amplamente compreendida por todos os agentes que participam da produção e do gerenciamento do patrimônio arqueológico, incluindo o processo que o gerou, assim como as informações que a ele se relacionam.

O cruzamento de dados, nesse caso específico das coleções do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, pouco contribuiria para estabelecer parâmetros mínimos que guiem o tratamento e registro das coleções arqueológicas sob responsabilidade da instituição, não apenas pela ausência de informações, mas também pela homogeneidade apresentada tanto nos critérios, com pouca variação, quanto nos métodos de trabalho de campo, assim como pelas lacunas na documentação no âmbito arqueológico.

### **3.6 – Resultados encontrados**

Desde sua criação, em 1983, o Museu contou com colaboradores e pesquisadores associados não apenas para depositar o resultado de investigações e coleções que geram acervo, mas também para realizar atividades de cunho técnico especializado, desde exposições museológicas até a documentação do patrimônio incorporado.

Diferentemente de servidores lotados na instituição, que podem contribuir até trinta anos em suas funções e, portanto, procedem a projetos e planejamentos de atividades a longo prazo, tornando possível um *continuum* laboral que beneficia o andamento e o progresso das atividades relacionadas à gestão das coleções, os colaboradores e pesquisadores associados podem se desligar da instituição sempre que não tenham mais tempo, ou precisem se dedicar a outras pesquisas.

Ainda assim, esse tipo de enquadramento não torna uma obrigatoriedade para o agente a convivência diária com as problemáticas e necessidades institucionais, uma vez que não há uma carga horária exigida, e ele pode inclusive precisar se retirar por motivo de força maior, seja por necessidade de outro setor institucional, seja por motivo de capacitação, portanto há sempre a possibilidade de que não possa acompanhar ou realizar uma atividade desde o início até a sua conclusão.

Além disso, mesmo que um colaborador consiga concluir uma atividade, existem questões políticas e administrativas que podem sofrer modificações e, conseqüentemente, finalizar ou descontinuar o trabalho ora executado.

Isso é exatamente o que ocorre com o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, especificamente no que concerne à documentação na área museológica. Como já visto, houve uma descontinuidade quanto aos sistemas documentais, quanto aos princípios e critérios que os guiaram, assim como quanto ao seu uso, visto que o quadro de técnicos especializados começou a ser formado apenas no ano de 2011 na área de Museologia e em 2014 na Arqueologia, ou seja, mais de trinta anos após a criação da instituição.

O resultado de tudo isso é que o Museu chega ao tempo corrente sem protocolos ou diretrizes de gestão do patrimônio arqueológico<sup>99</sup>, seja para a incorporação, seja para a normatização do sistema de catalogação, que direcionem não apenas o trabalho realizado internamente, mas também auxiliem a estabelecer orientações aos pesquisadores que depositam suas pesquisas tanto acadêmicas quanto advindas de Arqueologia Preventiva.

A análise da documentação arqueológica dos projetos, principalmente concernente às fichas de sondagem, permite a inferência de que quase todas as intervenções foram por níveis predeterminados. No entanto, a ausência de informações que esclareçam os métodos e critérios do sentido da escavação – vertical, horizontal ou ainda concomitante em distintas sondagens – inviabiliza a compreensão da pesquisa no que se refere ao processo de ocupação do território pesquisado pela equipe de Arqueologia.

O único critério comum a todos esses projetos é a pesquisa de gabinete buscando informações históricas, assim como ambientais, na maior parte dos projetos avaliados. Mas esse fator, isoladamente, não explica a escolha da metodologia por camadas predefinidas.

Esse padrão não pode ser explicado nem mesmo pela combinação com os demais critérios, como o de ser direcionado pelo próprio projeto de engenharia ou por pesquisas arqueológicas anteriores, mesmo porque em quase nenhum foi sequer explicitada a

---

99 A análise está focada em nosso objeto de estudo, o patrimônio arqueológico, mesmo que tenhamos ciência das coleções etnológicas depositadas no MAE-UFBA. Por isso há ênfase na questão da documentação dessas coleções.

estratégia interventiva por camadas naturais ou artificiais; apenas houve dedução por análise de dados documentais.

As lacunas na documentação arqueológica são assombrosas e, considerando a análise realizada nos projetos, esses hiatos resultam principalmente da falta de objetivo próprio da investigação, que precisa ser mais que o cumprimento das leis em vigor, senão toda produção realizada antes, ao longo e depois do processo de intervenção torna-se incoerente ou mero aparelho inserido em um trabalho técnico especializado.

Esses lapsos documentais também decorrem da dificuldade em compreender o próprio trabalho de pesquisa como parte da sequência de ocupação do sítio arqueológico ou da área de ocorrência, o que pode deixar de fora dos registros, pelo menos daqueles que são depositados no âmbito institucional junto com o restante do patrimônio arqueológico, um conjunto de informações que permitiria a inserção da ocupação corrente pela equipe de pesquisadores na documentação realizada na esfera museológica.

Isso também pode ajudar a explicar a escassez dos dados interpretativos associados principalmente à investigação pós-campo, considerando, evidentemente, os dados coletados na pesquisa de gabinete, bem como aqueles registrados durante o processo interventivo, fontes bibliográficas ou, ainda, estudos comparativos com outros similares.

A partir dos dados analisados também não foi possível inferir a relação estabelecida entre o sistema de registro arqueológico e a metodologia de campo, visto que houve uma preocupação maior em detalhar as práticas de marcação – quanto à localização em cada tipo de material, seja lítico, seja cerâmico, vítreo e assim por diante, e quanto aos equipamentos, como o tipo de caneta e o uso de verniz para proteção do artefato e do registro – em detrimento de explicitar textualmente como foram estabelecidos os números que identificam individualmente cada objeto ou fragmento.

O ordenamento e a normatização seguidos para o registro das peças foram canalizados para uma vinculação primária do conjunto com o sítio arqueológico ou, quando não fosse coletado em um, com o projeto correlacionado, através de um acrônimo composto por duas letras que advêm da sigla registrada na ficha do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN ou da abreviatura do projeto a que estava atrelado. A identificação secundária é feita a partir da individualização de cada artefato através de um número corrido, com variação de dígitos, que depende do quantitativo recolhido.

O setor responsável pela gestão das coleções arqueológicas, como explicado anteriormente, está passando por um processo de reestruturação desde 2014, o que inclui não apenas os materiais coletados, ora abrigados em espaços temporários cedidos por outra instituição no âmbito federal, como também os relatórios, mapas, diários de campo e

outros documentos associados ao patrimônio incorporado pelo Museu, motivo da impossibilidade de acesso para investigações sobre o tema. No caso deste trabalho, a investigação se tornou viável pela disponibilização de material por pesquisadores responsáveis, por parte do empreendedor e ainda por meio do órgão fiscalizador.

Os mecanismos utilizados para realizar os registros durante e após o processo de intervenção foram: no primeiro caso, fotos, plantas ou mapas contendo a posição da área interventiva, desenhos de perfis, tabelas com os dados relativos à sondagem e ao material recolhido, e fichas de registro de entrevistas com residentes nas proximidades do território; e, no período de atividades laboratoriais, informações quantitativas representadas por tabelas, gráficos e fichas, e registros visuais individuais dos artefatos acompanhados de uma escala.

Via de regra, a escassez de dados e a ausência de diretrizes institucionais não permitiram análises mais conclusivas sobre as relações existentes entre os métodos de escavação e o sistema de registro na esfera arqueológica. Apesar do empenho atual dos servidores especializados, contratados desde o início da década de 2010, ainda há muito trabalho para a organização e normatização da documentação e gestão do patrimônio arqueológico incorporado pelo MAE/UFBA, com aproximadamente trinta anos de pesquisa e um montante que supera as 200 mil peças. Um trabalho mais árduo se fará necessário para articular a documentação das duas áreas, Arqueologia e Museologia, a partir de diretrizes consolidadas.

## **SEÇÃO 2**

# **DE FORA PARA DENTRO: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA E PELO DEPÓSITO DAS COLEÇÕES**

## **CAPÍTULO 4**

# **LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA, SOCIEDADES E CULTURAS DAS AMÉRICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – GUARDA TEMPORÁRIA DE COLEÇÕES**

## **4 – LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA, SOCIEDADES E CULTURAS DAS AMÉRICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – GUARDA TEMPORÁRIA DE COLEÇÕES**

O capítulo que ora se inicia trata das pesquisas de campo referentes às coleções sob guarda temporária do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da Universidade Federal de Santa Maria (LASCA/UFSM). O objetivo de trazer esse espaço para a pesquisa é estender o trabalho para lugares que incorporam coleções e desenvolvem atividades comuns no âmbito da Museologia, como a conservação, a pesquisa e a comunicação de acervos, mas não são propriamente museus. Ao mesmo tempo, traz-se uma perspectiva diferente dos dois casos anteriores ao tratar de coleções que não foram propriamente incorporadas, mas estão salvaguardadas temporariamente no local até que seja definido o destino delas.

Assim como nos capítulos anteriores, inicialmente se apresentam a trajetória do Laboratório e suas coleções e os parâmetros de gestão utilizados no local, e logo se abordam os projetos arqueológicos que constituíram coleções que se tornaram responsabilidade de salvaguarda dessa instituição em caráter temporário.

### **4.1 – A instituição e a formação das coleções arqueológicas**

Primeiro espaço de pesquisas arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) foi criado em 16 de dezembro de 1985 em reunião do Departamento de História. No entanto, há indícios da existência de uma estrutura anterior (que pode ser considerada os primórdios do LEPA) associada ao curso de História, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, com fichas de registro destinadas a assentar dados relacionados a pesquisas arqueológicas preenchidas no terceiro trimestre do mesmo ano. Isso porque a análise dos vestígios em fontes e na bibliografia da história do Laboratório aponta que seu surgimento ocorreu em 1982, idealizado e coordenado por Vitor Hugo Oliveira da Silva, que também se tornou, três anos depois, seu primeiro gestor (PAULA, 2020).

Entre 1990 e 1994, Teófilo Torronteguy se tornou coordenador do espaço e, embora nesse período não tenha ocorrido o ingresso de novas coleções, houve benfeitorias infraestruturais, com a aquisição de instrumentos de pesquisas e aparatos tecnológicos, e um esforço para inventariar as coleções incorporadas na gestão anterior (DIAS, M., 2018).

Desde março de 1994 até junho de 2014, Saul Eduardo Seiguer Milder ocupou a posição de coordenador do LEPA/UFSM (CNPQ, 2021c). Nesse período de vinte anos à frente do espaço, promoveu a aquisição de ferramentas e maquinário para a realização de trabalhos em campo, além de ter sido responsável pela maior parte das pesquisas e consequentes incorporações de coleções do Laboratório (DIAS, M., 2016).

Após o falecimento de Milder, André Luís Ramos Soares, que já era coordenador de outro espaço de pesquisa dentro da Universidade, o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP), desde sua criação em 1998 (CNPQ, 2021a), passou também a coordenar o LEPA e, a partir de então, constituiu-se uma dinâmica que resultou na confluência dos dois espaços, consumada em 2019 com a criação do LASCA/UFSM (PAULA, 2020).

Desde sua criação, o Laboratório ocupou três espaços físicos: entre 1985 até 2000, funcionou em duas salas (área de 30 metros quadrados) do edifício de apoio do antigo Hospital da Universidade, na Rua Floriano Peixoto, nº 1750; no intervalo entre 2000 e 2019, passou a ocupar uma área de 220 metros quadrados no anexo da Antiga Reitoria da UFSM, situado na mesma rua, no nº 1184 (DIAS, M., 2018); desde a inauguração do LASCA em 14 de outubro de 2019, os acervos do LEPA e do NEP foram transferidos para a casa que abrigava a Assistência Judiciária da Universidade, ao lado do prédio da Antiga Reitoria, sob o mesmo número 1184 da rua Floriano Peixoto (PAULA, 2020).

As pesquisas iniciais de Vitor Hugo na própria cidade de Santa Maria e em localidades próximas – São Pedro do Sul, São Francisco de Assis e Vale Vêneto (atualmente distrito de São João do Polêsine) –, todas de caráter acadêmico no decorrer da década de 1980, constituíram as primeiras coleções do Laboratório, com uma grande quantidade de cerâmica pré-colonial e, com menos expressividade, material lítico<sup>100</sup>.

As intervenções de campo ocorreram em dezenove sítios arqueológicos e geraram um total de mais de onze mil artefatos e fragmentos. A maior parte dos sítios arqueológicos de onde são provenientes os materiais foi registrada por Vitor Hugo junto ao SPHAN no período das intervenções e, embora no livro de catálogo arqueológico do antigo LEPA conste cada um dos sítios separadamente, como é o caso de Cabeceira do Raimundo<sup>101</sup> A, B e C, no registro realizado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos eles foram agrupados e catalogados como apenas um.

Alguns sítios arqueológicos citados no livro de registro do laboratório não foram encontrados, ao menos não com a nomenclatura do Cadastro Nacional. Esse é o caso de Sanga das Pedras, Linha da Glória (TORRONTÉGUY *et al.*, 1992) e Rafael Benvilaqua,

100 Embora Poust, Teixeira e Torronteguy (1992) citem outros materiais tais como ossos, conchas e madeiras, Ballardo (2013) aponta a existência apenas de líticos e cerâmica nas coleções Vitor Hugo. Essa discrepância pode ter sido resultado de descartes ou extravios.

101 Isso também ocorreu com os sítios Estância Velha e Antoninha Moretto, por exemplo.

que supostamente podem ter sido registrados por José Proenza Brochado como RS-MJ-20, RS-MJ-25 e RS-MJ-19 respectivamente (SCHMITZ; ROGGE; ARNT, 2000), mas seria necessário um maior aprofundamento investigativo para a confirmação dessa hipótese.

Em outros quatro casos, os sítios arqueológicos não foram apontados em qualquer outra fonte além do catálogo ou dos croquis dos sítios arqueológicos, tais como: Antonio Rigon (Santa Maria) – campanha de campo em 1986 –, Estrada Alto das Palmeiras I-A e I-B (Santa Maria) e Praia dos Índios (São Francisco de Assis), cujas campanhas foram realizadas em 1988 (BALLARDO, 2013).

Os dados apresentados no Quadro 4 foram elaborados a partir de informações do Livro de Catálogo Arqueológico do antigo LEPA/UFSM, de cópias das fichas do “Registro de Pesquisas Arqueológicas” do NEPA e de fichas do “Inventário Gerado dos Sítios Arqueológicos do LEPA”, as duas últimas criadas na gestão de Vitor Hugo, relacionando os sítios em que foram coletados materiais e incorporadas as coleções do laboratório e, posteriormente, dados constatados nas fichas do Cadastro de Sítios do IPHAN, principalmente concernentes ao ano do registro e ao quantitativo de material retirado de cada sítio arqueológico. Também foram considerados, para sua composição final, dados bibliográficos presentes em Torronteguy *et al.* (1992) e Ballard (2013).

Quadro 4 – Identificação dos sítios arqueológicos que formaram as primeiras coleções do LEPA/UFSM

Sítio arqueológico	Município ou distrito	Campanhas	Quantitativo do material <sup>102</sup>
Estância Velha I, II e III	Santa Maria	1983/1984	1706
Guabiuu	São Pedro do Sul	1984	154
Pedra Grande	São Pedro do Sul	1984/1986/1987	1847
Noé Pereira	São Pedro do Sul	-	?
Rincão dos Flores	Santa Maria	1984	709
Antoninha Moretto I e II	São Pedro do Sul	1984	54
Serrinha	São Pedro do Sul	1984	81
Laieado Lava-Pés	Santa Maria	1984	490
Boca da Picada	Santa Maria	1984	103
Cabeceira do Raimundo A, B e C	Santa Maria	1985/1986/1987	2570
Alto das Palmeiras	Santa Maria	1985/1987	1576
Sra. Teixeira Galvão	Santa Maria	1986/1987	1736
Santa do Rosário	São Francisco de Assis	1988	284
Miracatu	São Francisco de Assis	1988	?
Santa das Pedras	Vale Vêneto	1988	81
Linha da Glória	Vale Vêneto	1988	348
<b>Total estimado</b>			<b>&gt; 11.739<sup>103</sup></b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de fontes primárias e bibliográficas mencionadas no texto.

102 Conforme Torronteguy *et al.* (1992) e ficha de registro do sítio arqueológico (IPHAN. **Ficha de Registro de Sítio Arqueológico**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/oads/ckfinder/arquivos/Manual\\_orientacao\\_ficha\\_cnsa.pdf](http://portal.iphan.gov.br/oads/ckfinder/arquivos/Manual_orientacao_ficha_cnsa.pdf). Acesso em 28 jan. 2021).

103 “O Laboratório possui no seu acervo 1.097 artefatos líticos, 12.454 fragmentos de artefatos cerâmicos e 170 artefatos de ossos, de conchas e de madeira” (TORRONTÉGUY *et al.* 1992, p. 108).

A incorporação de novas coleções no Laboratório foi retomada em 1994 através das pesquisas de Saul Milder, que foram realizadas no âmbito tanto acadêmico como no de Arqueologia Preventiva. As de natureza acadêmica foram:

- Pesquisas arqueológicas em estabelecimentos rurais no século XIX no município de Alegrete/RS (1994);

- Pesquisas arqueológicas em São Martinho da Serra (1995–2001);

- Projeto Cabeceira do Raimundo (1997);

- Projeto Salamanca, na região de Quaraí, cidade natal de Milder (1997–2014);

- Levantamento arqueológico na meia encosta da Serra Geral (2001–2005);

- Programa arqueológico Banhado do Mbororé em São Borja (2004–2007);

- Valorização do Patrimônio Arqueológico da Quarta Colônia Italiana (2005–2009);

- Pesquisa arqueológica – Contribuição do estudo do patrimônio arqueológico da Microrregião de Santa Maria (2007).

- Os projetos endossados pelo Laboratório que foram coordenados por Milder no âmbito da Arqueologia de Salvamento foram:

- Entre 1998 e 2001:

- ◆ Levantamento arqueológico na área de construção da Usina Termelétrica de Uruguaiana (1998);

- ◆ Salvamento arqueológico da linha de transmissão (LT) Garabi-Itá II (2000);

- ◆ Projeto de salvamento arqueológico Pequena Central Hidrelétrica – Linha 3 Leste – Ijuí/RS.

- Em 2003: Levantamento e salvamento arqueológico referente à área de instalação das LTs Uruguaiana–Maçambará e Santo Angelo–Santa Rosa; Projeto de prospecção arqueológica na LT 230 kV Campos Novos–Santa Marta; Programa de valorização do patrimônio arqueológico e cultura imaterial na área de influência da usina hidroelétrica Cachoeira Dourada.

- Em 2004: “Programa de escavações arqueológicas, valorização do patrimônio e educação patrimonial da LT Santa Marta–Campos Novos”.

- Em 2005: Projeto de prospecção arqueológica referente à área atravessada pela linha de transmissão 500 kV Colinas do Tocantins–Sobradinho; Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial referente à área atravessada pela LT 500 kV Itumbiara/GO–Cuiabá/MT; Prospecção arqueológica referente à área atravessada pela LT

500 kV Itumbiara/GO–Cuiabá/MT; Prospecção arqueológica referente à área atravessada pela LT 230 kV Porto Primavera–Dourados e LT 230 kV Porto Primavera–Imbirussu; salvamento arqueológico e educação patrimonial referente à área atravessada pela LT 230 kV Porto Primavera–Imbirussu e LT 230 kV Porto Primavera–Dourados.

■ Em 2006: Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial referente à área atravessada pela LT 500 kV Colinas–Sobradinho; Projeto de prospecção arqueológica da área atravessada pelas LTs 500 kV Serra da Mesa 2–Luziânia, Luziânia–Samambaia, Luziânia–Paracatu e Paracatu–Emborcação; Projeto de prospecção arqueológica na área de influência do Gasoduto Meio Norte (TMN); Prospecção arqueológica da área atravessada pelo Projeto Termoçu – LT 230 kV Termoçu–Açu II.

■ Em 2007: Prospecção arqueológica da área atravessada pelo Gasoduto Açu–Serra do Mel; salvamento, monitoramento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelo Gasoduto Açu–Serra do Mel; salvamento arqueológico e educação patrimonial da área atravessada pelas LTs 500 kV Serra da Mesa 2–Luziânia, Luziânia–Samambaia, Luziânia–Paracatu e Paracatu–Emborcação; Projeto de prospecção arqueológica da área abrangida pelas LTs 500 kV Ribeirão Preto–Poços de Caldas e Ribeirão Preto–Estreito–Jaguará; Projeto de salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 500 kV Ribeirão Preto–Poços de Caldas e Ribeirão Preto–Estreito–Jaraguá; Prospecção arqueológica na área abrangida pelas LTs 500 kV Emborcação–Nova Ponte–Itumbiara–Nova Ponte–São Gotardo–Bom Despacho e Nova Ponte–Estreito; Prospecção arqueológica da área abrangida pelas LTs 230 kV Jauru–Vilhena–Pimenta Bueno–Ji-Paraná–Ariquemes–Samuel; Prospecção arqueológica na área de influência da usina hidroelétrica (UHE) Rondon II e LT 138 kV Rondon II; Prospecção arqueológica na área abrangida pelas LTs 500 kV Paracatu–Pirapora; Projeto de prospecção arqueológica da área abrangida pelas LTs 500 kV Ribeirão Preto–Maribondo–São Simão; Projeto de salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 500 kV Ribeirão Preto–Maribondo–São Simão.

■ Em 2008: Prospecção arqueológica da área abrangida pela LT 500 kV São João do Piauí–Milagres; salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 500kV Emborcação–Nova Ponte–Itumbiara, Nova Ponte–São Gotardo–Bom Despacho e Nova Ponte–Estreito; salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pela LT 500 kV Paracatu–Pirapora; Prospecção arqueológica da área abrangida pela LT 500 kV Colinas do Tocantins–São João do Piauí; salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico e educação patrimonial na área de influência da Usina Hidroelétrica Rondon II e LT 138 kV

Rondon II; salvamento e monitoramento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pela UHE Monjolinho.

■ Em 2009: Diagnóstico e prospecção arqueológica da área de influência da linha de transmissão 230 kV Joinville Norte–Curitiba C2–SC e PR; Diagnóstico prospectivo na área de influência da linha de transmissão 345 kV Venda das Pedras/RJ; salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pela LT 500 kV São João do Piauí – Milagres (PI/PE/CE); prospecção arqueológica da área de influência da LT 230 kV Nova Santa Rita – Scharlau/RS; projeto de diagnóstico prospectivo na área de influência da Subestação Venda das Pedras; monitoramento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pela LT 230 kV São Simão–SE Itaguaçu e LT 500kV SE Itaguaçu–Barra dos Coqueiros (GO/MG); prospecção arqueológica da área abrangida pela LT 230 kV São Simão–SE Itaguaçu e LT 500 kV SE Itaguaçu–Barra dos Coqueiros; salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pela LT 500 kV Colinas–São João do Piauí; prospecção arqueológica na área abrangida pelas LTs 500 kV Jurupari–Oriximiná e 230 kV Jurupari–Laranjal do Jari–Macapá; prospecção arqueológica na área de influência da LT 500kV Tucuruí–Xingu–Jurupari; prospecção arqueológica da área abrangida pela LT 230kV Ribeiro Gonçalves–alsas e SE Balsas (MA/PI); prospecção arqueológica da área abrangida pela LT 500 kV Cuiabá–Ribeirãozinho e LT 500 kV Ribeirãozinho–Rio Verde Norte; prospecção arqueológica da área abrangida pelas LTs 230 kV SE Chapadão–Imbirussu, 230 kV SE Imbirussu–SE Sidrolândia, 230 kV Sidrolândia–SE Anastácio e SE Sidrolândia/MS; prospecção arqueológica da área abrangida pelas LTs 138 kV SE Ivinhema–UTE Cerona, 138 kV SE Ivinhema–UTE Terra Verde, 138 kV SE Ivinhema–UTE Ivinhema; seccionamento da LT 230 KV Porto Primavera–Dourados–SE Ivinhema e SE Ivinhema/MS; prospecção arqueológica da área abrangida pelas LTs 138 kV SE Rio Brilhante–SE Santa Luzia II, 138 kV SE Santa Luzia II–UTE Santa Luzia I, 138 kV SE Santa Luzia II–UTE Eldorado; seccionamento da LT 230kV Porto Primavera – Imbirussu–SE Rio Brilhante e SE Santa Luzia II/MS; prospecção arqueológica da área abrangida pelas LTs 500 kV Derivação Subestação Suape II e 230kV Derivação Suape II e Suape III; prospecção arqueológica da área abrangida pela LT Nova Araraquara–Araraquara CTEEP–Araraquara Furnas (SP).

■ Em 2010: Projeto de Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial na área abrangida pela PCH Rincão; Projeto de Salvamento Arqueológico na área de influência direta da UHE São José; projeto de prospecção arqueológica na área de influência da LT 230 kV SE Pau de Ferro–SE Santa Rita (PE/PB); projeto de monitoramento arqueológico na área de influência da LT 345 kV Venda das Pedras/RJ; salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 500 kV Cuiabá–Ribeirãozinho e 500 kV

Ribeirãozinho–Rio Verde Norte (MT/GO); projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pelas LTs 500kV Jurupari–Oriximiná e 230 kV Jurupari–Laranjal do Jari–Macapá (PA/AP); prospecção arqueológica da área de influência da LT 230 kV Jorge Lacerda B–Siderópolis C3; prospecção arqueológica da área de influência da LT 230kV; Seccionamento da LT 230 kV Siderópolis–Lajeado Grande e Subestação Forquilha; projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 500 kV Cuiabá–Ribeirãozinho e 500kV Ribeirãozinho–Rio Verde Norte (MT/GO); Diagnóstico de dados secundários arqueológicos e prospecção arqueológica e do Patrimônio Histórico e Cultural na área de influência da SE Zebu II e LT 230 kV Paulo Afonso III–Zebu II; salvamento arqueológico e educação patrimonial na área de influência da LT 500 kv Tucuruí–Xingu–Jupari/PA; projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 230kV SE Chapadão–Imbirussu, 230kV SE Imbirussu–SE Sidrolândia, 230kV Sidrolândia–SE Anastácio e SE Sidrolândia/MS; projeto de prospecção arqueológica da área abrangida pela SE Santa Rita II e seccionamento LT 230 kV Goianinha–Mussurú–SE Santa Rita II (PB); Projeto de prospecção arqueológica da área de influência da LT 230 kV Jauru–Porto Velho C3 (MT/RO); projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pela LT 230 kV Vilhena–Samuel; prospecção arqueológica da área abrangida pela Subestação Natal III e seccionamento LT 230 kV Campina Grande–Natal II–SE Natal II.

■ Entre 2011 e 2012, foi dado seguimento ao projeto de prospecção arqueológica na área de influência da LT 230 kV SE Pau de Ferro–SE Santa Rita (PE/PB), iniciado em 2010.

■ E finalmente em 2013, os últimos três trabalhos de perícia arqueológica na área abrangida pela LT 525 kV Curitiba–Bateias; perícia arqueológica na área abrangida pela LT 230 kV Londrina–Maringá e perícia arqueológica na área de influência da LT 230 kV Foz do Iguaçu–Cascavel.

Apenas a partir da década de 2010 outro(a)s pesquisadore(a)s da área coordenaram projetos que foram endossados pelo LEPA:

■ Lúcio Lemes: salvamento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pela LT 230 kV Jauru – Porto Velho C3 (MT/RO), em 2011; diagnóstico prospectivo na área de influência da LT 500 kV Açailândia–Miranda II CS (MA) e duas prospecções, prospecção arqueológica na área abrangida pela LT 500 kV Taubaté–Nova Iguaçu e prospecção arqueológica na área abrangida pela LT 500 kV Ribeirãozinho –Marimondo II (MT/GO/MG), em 2012; diagnóstico arqueológico interventivo e educação patrimonial para a Unidade de Manutenção de Carros Blindados de Combate do Exército Brasileiro, em 2014.

■ Luciana da Silva Peixoto: Programa de Monitoramento Arqueológico na Fábrica de Fertilizantes Heringer, Distrito Industrial de Rio Grande/RS, em 2012.

■ Ângelo Pohl: diagnóstico arqueológico-histórico-cultural e projeto de prospecção arqueológica na área da LT 500 kV João Câmara III e Ceará-Mirim II e Diagnóstico e prospecção arqueológica na área abrangida pela LT 230 kV Ceará-Mirim II-Extremoz II; seccionamento da LT 230 kV João Câmara-Extremoz II C1/SE Ceará-Mirim II, em 2013.

■ Sergio Klamt: prospecção e monitoramento arqueológico na área de implantação da estação de tratamento de esgotos do Atlântico Villas Club, Atlântida Sul, em 2013.

■ Karin Shapazian: prospecção arqueológica e programa de educação patrimonial do Complexo Cassino – Central Geradora Eólica Rio Grande, Villa Sequeira e Torres da Barra I, II e III, Rio Grande/RS, em 2013 e 2015.

Apesar de o recorte da pesquisa estar delimitado entre 2008 e 2017, o LEPA deixou de emitir endossos em 2015. Os projetos que interessam a esta pesquisa são aqueles que geraram coleções que foram depositadas no Laboratório em caráter temporário e que ainda se encontram nas instalações do LASCA/UFSM, ou seja, que ainda não foram enviadas para outras instituições determinadas pelo IPHAN para sua guarda definitiva.

## **4.2 – A documentação e gestão de coleções no Laboratório**

O primeiro esforço relacionado a gestão de coleções no LEPA ocorreu na gestão de Teófilo Torronteguy, que desmembrou essa atividade em duas etapas: a primeira entre setembro de 1990 e fevereiro de 1992, direcionada para o acondicionamento e a organização das coleções, visando à conservação e à indexação do material arqueológico facilitando seu uso como fonte de investigação, e para a seleção de artefatos, tendo como parâmetro o contexto no sítio arqueológico; e a segunda com início em março de 1992, etapa que se concentra na realização de “um estudo sistemático do acervo” com o propósito de classificação e contextualização (TORRONTÉGUY *et al.*, 1992, p. 108).

É importante recordar que nesse período as coleções incorporadas ao acervo do Laboratório eram aquelas coletadas em intervenções realizadas por Vitor Hugo na década de 1980, em pesquisas acadêmicas (BALLARDO, 2013), e que durante o processo de organização e acondicionamento a equipe de Teófilo contabilizou todo o material subdividido por sítios arqueológicos e por tipologia de material, por exemplo lítico, cerâmico, ossos (TORRONTÉGUY *et al.*, 1992).

Vinte anos depois, em março de 2012<sup>104</sup> foram retomadas as atividades de gestão e documentação das coleções do LEPA<sup>105</sup> com base no projeto de Documentação Museológica, que teve como objetivo inicial organizar fisicamente as coleções, selecionando um espaço do Laboratório especificamente para esse fim e criando a Reserva Técnica.

Então, o montante das coleções já somava mais de duzentas mil peças, cujo aumento substancial se deve a pesquisas acadêmicas e, principalmente, de Arqueologia Preventiva de Saul Milder. Elas foram ordenadas por estantes e prateleiras, primeiro por sítios arqueológicos e depois por tipo de material.

Finalizada essa etapa, a partir dos parâmetros de classificação das coleções foi criada uma base de dados em um *software* livre, o *Base do Libre Office*<sup>106</sup>, com a finalidade de gerir as coleções do Laboratório, relacionando-as com o contexto arqueológico: o sítio e a posição ou localização nele.

Nesse meio tempo, em junho de 2013, através de uma pesquisadora associada ao Laboratório que esteve em contato com a viúva do primeiro coordenador, Vitor Hugo, o setor de gestão de coleções recebeu cópias das Fichas de Registro de Pesquisas Arqueológicas criadas pelo pesquisador, que traziam dados descritivos relacionados aos sítios arqueológicos pesquisados e ao quantitativo de artefatos recolhidos.

Nessas fichas, além de dados relacionados a localização, classificação do sítio arqueológico, intervalo de tempo e responsáveis pelas intervenções, e de croquis criados esferograficamente, estavam presentes dados sobre o quantitativo geral de artefatos e o quantitativo de acordo com a classificação, como bordas, fundos ou vasilhas (para os fragmentos cerâmicos) e lascas, núcleos ou percutores (para o material lítico).

Foi nesse período, final do primeiro semestre de 2013, com uma maior clareza do montante de sítios localizados e pesquisados pelo professor Vitor Hugo, que o material passou a ser desmembrado por sítio e não mais designado pelo nome do pesquisador, e que os dados relacionados aos sítios arqueológicos pesquisados por Vitor Hugo, principalmente os croquis, começaram a ser digitalizados e inseridos na Base de Dados do LEPA/UFMS, como o que pode ser visualizado na Figura 39.

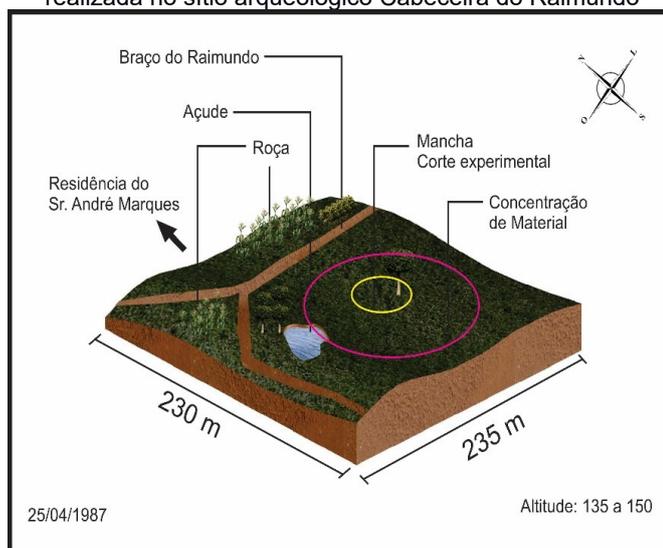
---

104 Período em que ingressou a primeira profissional museóloga no Laboratório: Luciana Messeder Ballardo, que compôs o quadro de trabalho do LEPA até sua saída da Universidade por meio de vacância em 2016.

105 É importante ressaltar que o recém-formado Setor de Museologia do Laboratório não se dedicava apenas às atividades de documentação, mas também desenvolvia exposições, ações educativas com patrimônio, divulgação de atividades museológicas, auxílio de pesquisas realizadas com as coleções, entre outras atividades.

106 Para mais informações, consultar Ballardo (2013).

Figura 39 – Croqui digitalizado a partir da cópia do desenho criado pelo professor Vitor Hugo em pesquisa realizada no sítio arqueológico Cabeceira do Raimundo



Fonte: Acervo LEPA/UFMS, 2013.

Até abril de 2016, um total de 2.731 artefatos e fragmentos das coleções coletadas por Vitor Hugo havia sido catalogado e inserido no sistema. O sistema de catalogação implementado utilizou três partes: a sigla do sítio onde foi recolhido o material, a tipologia do material e a sua localização no sítio arqueológico (que pode ser individual ou agrupada, dependendo do método de escavação). Por exemplo, em AP/II/0001.1, a primeira parte corresponde ao sítio Alto das Palmeiras, a segunda ao material cerâmico e, por último, vem o número relacionado à localização, que nesse exemplo 0001 corresponde a um conjunto de peças ou fragmentos encontrados na mesma quadrícula e nível, e o número após o ponto (.1) refere-se ao número individual da peça ou fragmento. (BALLARDO, 2013).

Entre abril de 2016 e maio de 2017<sup>107</sup>, período em que não houve o desenvolvimento de atividades museológicas no Laboratório, a gestão das coleções foi interrompida devido à ausência de profissionais museólogo(a)s no espaço.

Um novo ciclo de trabalho relacionado à gestão de coleções foi iniciado em 2017, com o objetivo principal de reestruturação da Reserva Técnica do Laboratório, iniciada pelo “diagnóstico englobando as características do clima, o entorno e o edifício que abrigava o LEPA, bem como a identificação dos fatores de deterioração”, seguido por um novo processo “de acondicionamento, higienização e inventário das coleções, além do monitoramento ambiental” (PAULA, 2020, p. 68).

Especificamente sobre a documentação museológica, esse período foi marcado pelo processo de diagnóstico do sistema documental estabelecido entre 2012 e 2013

<sup>107</sup> Momento de ingresso do museólogo Bernardo Duque de Paula, que passou a exercer suas funções no LEPA/UFMS.

(BALLARDO, 2013), do qual permaneceu o sistema de classificação, e procedeu-se à substituição da ficha de registro do LEPA<sup>108</sup> pela Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel (instituída pela Portaria IPHAN 196/2016) no ingresso de novas coleções, e ao início das atividades relacionadas ao inventário armazenado no editor de planilhas Excel da Microsoft, utilizando como metadados:

Nº da caixa antiga (localização antiga); Localização (número da caixa, prateleira e estante); Nº do saco; Nº de Catálogo da peça; Nº de Registro da peça; Quantidade de peças; Material; Sítio Arqueológico; Projeto de Pesquisa; Data da Escavação/Doação e; Observações (PAULA, 2020, p. 120).

A esta altura, é importante ressaltar que nos dois primeiros processos de gestão das coleções no Laboratório não havia sido iniciado ainda um tratamento com o acervo advindo de projetos da Arqueologia Preventiva; no primeiro (1990–1992) porque ainda não existia esse material e no segundo (2013–2016) porque o processo estava em seu estágio inicial, começando pelo material resgatado nas intervenções de Vitor Hugo na década de 1980.

Em virtude disso, as documentações geradas durante o processo de pesquisa nos projetos de Arqueologia de Salvamento se tornaram as fontes de informação mais acessíveis da documentação realizada a partir do material coletado durante as intervenções, principalmente no que concerne aos projetos abrigados temporariamente no antigo LEPA.

#### 4.3 – Dos projetos arqueológicos inseridos no recorte da pesquisa

Os projetos em que foi coletado material arqueológico com o intuito inicial de obtenção de guarda temporária no Laboratório, inseridos no intervalo de 2008 a 2017<sup>109</sup>, cujas coleções ainda se encontram acondicionadas no espaço do LASCA perfazem um total de nove<sup>110</sup>. A identificação dos sítios inclui o nome e a sigla destes, assim como os dados dos projetos a eles relacionados: título, portaria de autorização e nome do(a) coordenador(a) do projeto, visualizados no Quadro 5.

108 Sobre a utilização de meios digitais para o uso de instrumentos de registro como a ficha catalográfica, “a equipe do Laboratório pretende fazer uma avaliação sobre o banco de dados do LEPA, bem como outros modelos disponíveis, para melhor avaliar se os dados continuarão sendo armazenados no primeiro deles, levando em conta as possibilidades de atualização, ou se poderiam ser migrados para outro banco de dados” (PAULA, 2020, p. 122).

109 Todos os projetos interventivos analisados foram realizados entre 2008 e 2012. As demais coleções que estavam sob guarda temporária já foram encaminhadas para outros espaços ou então, em alguns casos, os projetos não geraram material.

110 Os dois projetos realizados no Rio Grande do Sul passaram por vistorias anteriores, mas não geraram material, e os demais passaram por projetos de Diagnóstico e Prospecção também sem incorporação de coleções, por esse motivo foram excluídos da análise direta. Os dois primeiros projetos de Salvamento analisados passaram por um Diagnóstico anterior ao ano de 2008, mas foram utilizados como fonte indireta relacionada aos projetos de Salvamento, visto que todos os diagnósticos eram realizados em fontes bibliográficas.

Quadro 5 – Identificação dos sítios arqueológicos e projetos que geraram coleções entre 2008 e 2012

Sítio				Projeto		Responsável	Portaria	
VIPI001	JUPI004	JIPAR001	JAVI 003	Projeto de salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pela LT 230 kV Jauru–Vilhena (MT)	Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pela LT 230 kV Vilhena–Samuel (RO).	Saul Milder	Nº 26 de 07/08/2008	Nº 28 de 15/10/2010
VIPI002	JUPI005	JIPAR002	JAVI 004					
VIPI003	JUPI006	JIPAR003	JAVI 005					
VIPI004	JUPI007	JIPAR004	JAVI 006					
VIPI005	JUPI008	JIPAR005	JAVI 007					
VIPI006	JUPI009	JIPAR006	JAVI 008					
VIPI007	JUPI010	JIPAR007	JAVI 009					
VIPI008	JUPI011	JIPAR008	JAVI 010					
VIPI009	JUPI012	JIPAR009	JAVI 011					
VIPI010	JUPI013	JIPAR010	JAVI 012					
VIPI011	JUPI014	JIPAR011	JAVI 013					
VIPI012	JUPI015	SAAR001	JAVI 014					
VIPI013	JUPI016	SAAR002	JAVI 015					
JUPI001	JUPI017	JAVI 001	JAVI 016					
JUPI002	JUPI018	JAVI 002	JAVI 017					
JUPI003								
CR 01	CR 04	CR 07		Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 500 kV Cuiabá–Ribeirãozinho e 500 kV Ribeirãozinho–Rio Verde Norte (MT/GO)	Saul Milder	Nº 6 de 22/03/2010		
CR 02	CR 05	CR 08						
CR 03	CR 06	RVR 01						
		RVR 02						
LAMA 02	JUOR 05	JUOR 11	JUOR 17	Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pelas LTs 500 kV Jurupari–Oriximiná e 230 kV Jurupari–Laranjal do Jari–Macapá (PA/AP)	Saul Milder	Nº 14 de 11/06/2010		
LAMA 03	JUOR 06	JUOR 12	JUOR 18					
JUOR 01	JUOR 07	JUOR 13	JUOR 19					
JUOR 02	JUOR 08	JUOR 14	JUOR 20					
JUOR 03	JUOR 09	JUOR 15	LMTE 01					
JUOR 04	JUOR 10	JUOR 16	LMTE 02					
			LMTE 03					
XIJU 01	XIJU 07	XIJU 13	XIJU 19	Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área de influência da LT 500 kV Tucuruí–Xingu–Jurupari (PA)	Saul Milder	Nº 21 de 13/08/2010		
XIJU 02	XIJU 08	XIJU 14	XIJU 20					
XIJU 03	XIJU 09	XIJU 15	XIJU 21					
XIJU 04	XIJU 10	XIJU 16	XIJU 22					
XIJU 05	XIJU 11	XIJU 17	XIJU 23					
XIJU 06	XIJU 12	XIJU 18	TUXI 01					
			TUXI 02					
ANA-SIDRO 01				Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 230 kV SE Chapadão–SE Imbirussu; 230 kV SE Imbirussu–SE Sidrolândia; 230 kV SE Sidrolândia–SE Anastácio; SE Sidrolândia (MS)–SE Imbirussu	Saul Milder e Lúcio Lemes	Nº 21 de 13/08/2010		
ANA-SIDRO 02								
ANA-SIDRO 03								
CHAPA – IMBIO1								
SBJ 01	SBJ 05	SBJ 09		Projeto de salvamento arqueológico na área de influência direta da UHE São José	Saul Milder	Nº 31 de 05/11/2010		
SBJ 02	SBJ 06	SBJ 10						
SBJ 03	SBJ 07	SBJ 11						
SBJ 04	SBJ 08							
Rincão 01		Rincão 02		Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pela PCH Rincão	Saul Milder e Lúcio Lemes	Nº 13 de 07/06/2010		
LITAU 01	LITAU 14	LITAU 27		Prospecção arqueológica na área abrangida pela LT 500 kV Taubaté–Nova Iguaçu	Lúcio Lemes	Nº 17 de 31/03/2012		
LITAU 02	LITAU 15	LITAU 28						
LITAU 03	LITAU 16	LITAU 29						
LITAU 04	LITAU 17	LITAU 30						
LITAU 05	LITAU 18	LITAU 31						
LITAU 06	LITAU 19	LITAU 32						
LITAU 07	LITAU 20	LITAU 33						
LITAU 08	LITAU 21	LITAU 34						
LITAU 09	LITAU 22	LITAU 35						
LITAU 10	LITAU 23	LITAU 36						
LITAU 11	LITAU 24	LITAU 37						
LITAU 12	LITAU 25	LITAU 38						
LITAU 13	LITAU 26	LITAU 39						

Fonte: Dados adaptados da tabela de projetos e portarias do LEPA/UFMS (Ago. 2012).

Quase todos os projetos tiveram coordenação de Saul Milder, dois deles com coordenação conjunta com Lúcio Lemes. Apenas a prospecção na linha Taubaté–Nova Iguaçu teve coordenação exclusiva de Lúcio Lemes.

A maior parte dos projetos tratados neste capítulo está relacionada a trabalhos de engenharia nas áreas de abrangência de linhas de transmissão 500 kV e 230 kV nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do país, com exceção de dois deles, realizados no Rio Grande do Sul, ligados à construção de usinas hidrelétricas. Dessa forma, todos os projetos foram realizados no âmbito da Arqueologia de Salvamento, considerando áreas em que já existiam sítios arqueológicos encontrados por pesquisas precedentes ou com potencial arqueológico, conforme observado nos próximos subitens.

#### 4.3.1 – Projetos na área do empreendimento das linhas de transmissão 230 kV Jauru–Vilhena–Pimenta Bueno–Ji-Paraná–Ariquemes–Samuel (MT/RO)

O empreendimento implementado pela Jauru Transmissora de Energia S.A., sediada no Rio de Janeiro, possibilitaria a geração de energia em 24 cidades nos estados de Mato Grosso e Rondônia, cujos pontos extremos são as subestações em Samuel (RO) e Jauru (MT), conforme a Figura 40.

Figura 40 – Desenho da linha de transmissão 230 kV Jauru–Vilhena–Pimenta Bueno–Ji-Paraná–Ariquemes–Samuel (MT/RO)



Fonte: Milder (2008, p. 7).

Foram efetuados dois projetos que geraram material arqueológico na área da linha de transmissão 230 kV Jauru–Vilhena–Pimenta Bueno–Ji-Paraná–Ariquemes–Samuel: um salvamento na área correspondente ao Mato Grosso (até Vilhena) em 2008, com equipe de três arqueólogos – um coordenador e dois seniores –, um técnico e um historiador, e outro salvamento no território de Roraima, em 2010, também com três arqueólogos – um coordenador, um sênior e um júnior –, além de bolsistas e estagiários do Laboratório, tanto nas atividades de intervenção como nas de curadoria.

A linha de transmissão passa por sete cidades do Mato Grosso: Jauru, Vale de São Domingos, Pontes e Lacerda, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Campos de Júlio e Comodoro; e dezesseis em Rondônia: Vilhena, Chupinguaia, Pimenta Bueno, Cacoal, Ministro Andreaza, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Jarú, Theobroma, Ariquemes, Cacaupônia, Rio Crespo, Cujubim, Itapoã do Oeste e Candeias do Jamari.

A prospecção apontou a existência de 61 sítios arqueológicos nas proximidades do trajeto da linha de energia, categorizados como sítios líticos (40), situados em meia encosta, topos de elevação e de interflúvios; litocerâmicos (20), em terrenos planos, áreas de inundação ou próximos a riachos; e um de arte rupestre.

A primeira etapa do salvamento, em 2008, realizou intervenções em dezessete sítios arqueológicos, e a segunda fase, em 2010, em 44 sítios arqueológicos, ambos com objetivos, para além de atender a legislação de monitoramento, resgate e registro do patrimônio arqueológico, de averiguar os impactos, contribuir com a construção de conhecimento em Arqueologia Preventiva e sobre a ocupação pré-colonial e colonial nas áreas afetadas, e divulgá-los a partir de atividades de Educação Patrimonial.

Enquanto o salvamento no Mato Grosso gerou um total de 445 artefatos líticos, o trabalho realizado em Rondônia teve como resultado 3.233 fragmentos cerâmicos e 1.907 de material lítico, que foram levados ao Laboratório, quantificados e classificados como borda, parede e fundo; núcleo, instrumento, lasca e percutor.

#### *4.3.2 – Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 500 kV Cuiabá–Ribeirãozinho e Ribeirãozinho–Rio Verde Norte (MT/GO)*

O trabalho de engenharia foi responsabilidade da Catxerê Transmissora de Energia S.A., com sede na capital fluminense, que realizou a implantação de uma linha de transmissão de energia (cujo traçado pode ser visualizado na Figura 41) atingindo 11 cidades no território do Mato Grosso – Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Campo

Verde, Jaciara, São Pedro da Cipa, Juscimeira, Rondonópolis, Poxoréo, Guiratinga, Torixoréu e Ribeirãozinho – e quatro municípios em Goiás – Baliza, Caiapônia, Montividiu e Rio Verde.

Figura 41 – Desenho das linhas de transmissão 500 kV Cuiabá–Ribeirãozinho e Ribeirãozinho–Rio Verde Norte (MT/GO)



Fonte: Elaborada pela autora com base em Milder e Santi (2010).

O projeto de salvamento foi realizado em 2012 e teve em sua equipe dois arqueólogos – um deles o coordenador –, um historiador e um técnico. A execução baseou-se na Prospecção que identificou dez sítios arqueológicos, em que foi coletado um total de 1.114 artefatos, dos quais dois foram fragmentos cerâmicos e 55 de material não identificado; os demais eram de material lítico.

O nome de cada sítio foi formado pelas letras iniciais do trecho onde está situado, por exemplo CR para Cuiabá–Ribeirãozinho, acrescido de um numeral arábico por ordem de identificação. A maior parte desses sítios arqueológicos foi localizada em regiões de meia encosta ou em topos de interflúvio.

Os objetivos específicos do salvamento são os mesmos que os do projeto de salvamento anterior: resgate, registro e monitoramento do patrimônio arqueológico, averiguação do impacto do empreendimento, construção e divulgação do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico da região, além de produção de conhecimento relacionado a Arqueologia de salvamento.

4.3.3 – Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pelas LTs 500 kV Jurupari–Oriximiná e 230 kV Jurupari–Laranjal do Jari–Macapá (PA/AP)

A implantação das linhas de transmissão 500 kV no trecho Jurupari–Oriximiná e 230 kV no trecho Jurupari–Laranjal do Jari–Macapá foi responsabilidade da Linhas de Macapá Transmissora de Energia Ltda., com matriz no município do Rio de Janeiro. Para a efetivação do trabalho foram necessárias pesquisas arqueológicas anteriores com o objetivo de diminuir o impacto sobre o patrimônio.

A abrangência das linhas de energia (traçadas conforme a Figura 42) alcançou sete municípios do Pará – Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Curuá, Óbidos e Oriximiná – e cinco cidades do Amapá – Macapá, Santana, Mazagão, Vitória do Jari e Laranjal do Jari.

Figura 42 – Desenho das linhas de transmissão 500 kV Jurupari–Oriximiná e 230 kV Jurupari–Laranjal do Jari–Macapá



Fonte: Elaborada pela autora com base em Milder (2014).

Embora o projeto de Prospecção tenha identificado um total de 22 sítios arqueológicos, durante o projeto de salvamento percebeu-se que o sítio determinado

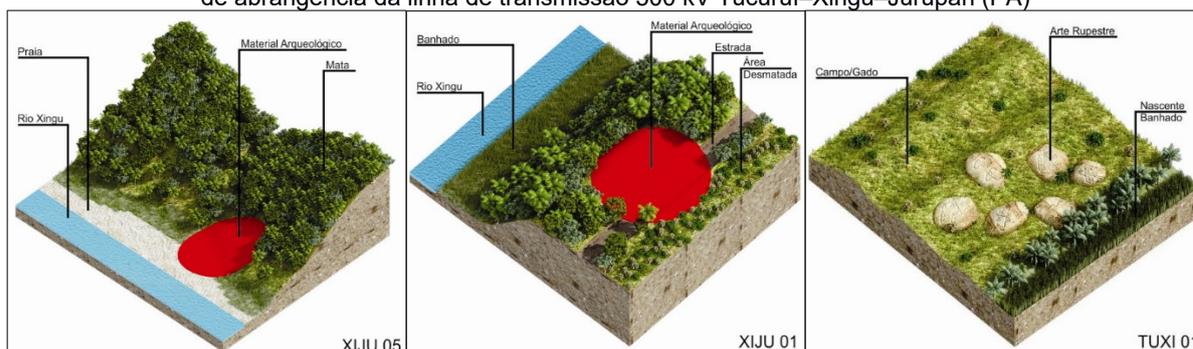
como LAMA 01 tinha parte da sua área coincidente com o sítio Abrigo do Tracuá, registrado nos anos 1990, por isso foi excluído do relatório final revisado e atualizado em 2014. Por outro lado, três novos sítios foram detectados em uma vistoria do IPHAN em 2013: LMTE 01, LMTE 02 e LMTE 03.

A equipe contou com cinco arqueólogos – um deles coordenador do projeto –, um geólogo e um historiador, que localizaram os sítios arqueológicos, que em sua maioria estavam em topos de morro – embora houvesse exceções, visto que alguns dos sítios foram encontrados dentro de grutas –, e coletaram ao todo 47.122 artefatos arqueológicos.

#### 4.3.4 – Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área de influência da linha de transmissão 500 kV Tucuruí–Xingu–Jurupari (PA)

O projeto teve entre seus objetivos coletar material arqueológico e registrar informações na área de influência da LT Tucuruí–Xingu–Jurupari, onde foram localizados 25 sítios, que foram classificados em três modelos: litocerâmicos em barrancos e enseadas dos afluentes do Baixo Xingu, como é o exemplo do XIJU 05; litocerâmicos em topo de morro, dos quais o sítio XIJU 01 é um exemplo; e sítios com gravuras rupestres em baixo-relevo, representados pelo TUXI 01. As representações em forma de croqui podem ser vistas na Figura 43.

Figura 43 – Croquis digitais dos três modelos de sítios arqueológicos encontrados na área de abrangência da linha de transmissão 500 kV Tucuruí–Xingu–Jurupari (PA)



Fonte: Milder (2011).

A equipe de Arqueologia que desenvolveu o trabalho tinha quatro arqueólogos – um deles arqueólogo coordenador –, um geólogo e um historiador, responsáveis pela coleta e análise do material que foi contabilizado em 18.345, sendo 56 de material lítico, 117 de material ósseo e 8 de materiais diversos, tais como vidro e grés; os demais são fragmentos cerâmicos.

Os trabalhos de engenharia foram executados pela Linhas de Macapá Transmissora de Energia Ltda., sediada no Rio de Janeiro, que estabeleceu as linhas de transmissão em seis municípios do Pará: Tucuruí, Pacajá, Anapu, Vitória do Xingu, Porto de Moz e Almeirim.

*4.3.5 – Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LTs 230 kV SE Chapadão–SE Imbirussu, SE Imbirussu–SE Sidrolândia, SE Sidrolândia–SE Anastácio e SE Sidrolândia (MS)–SE Imbirussu*

O trabalho de engenharia foi executado pela Brilhante Transmissora de Energia Ltda. em doze cidades do Mato Grosso do Sul: Chapadão do Sul, Costa Rica, Água Clara, Camapuã, Ribas do Rio Pardo, Bandeirantes, Jaraguari, Campo Grande, Terenos, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti e Anastácio. O desenho da linha de transmissão pode ser visualizado na Figura 44.

Figura 44 – Traçado das linhas de transmissão 230 kV SE Chapadão–SE Imbirussu; SE Imbirussu–SE Sidrolândia, SE Sidrolândia–SE Anastácio e SE Sidrolândia–SE Imbirussu



Fonte: Elaborada pela autora com base em Milder e Lemes (2010).

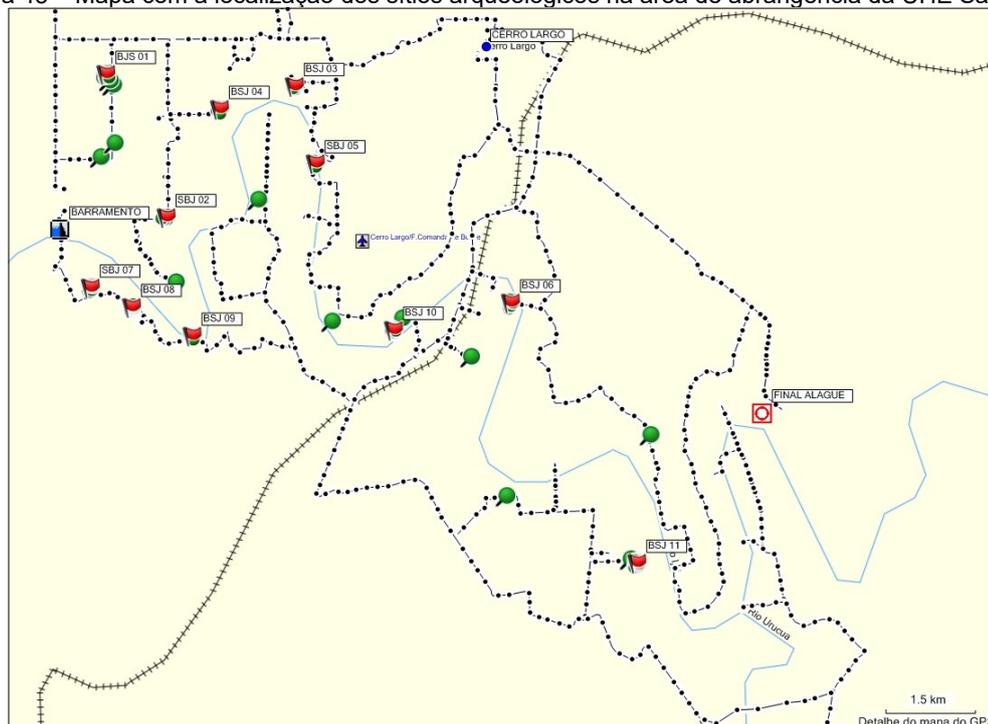
Entre os objetivos específicos do projeto estavam a coleta de material arqueológico e o registro dos dados relacionados ao patrimônio arqueológico; a verificação do impacto sobre os sítios; a produção e divulgação de conhecimentos sobre métodos arqueológicos usados na Arqueologia de Salvamento e sobre o patrimônio arqueológico do Mato Grosso do Sul.

A equipe de pesquisa, composta por quatro arqueólogos – dois destes coordenadores do projeto – e um geólogo, localizou um total de quatro sítios arqueológicos e recolheu 278 artefatos, que foram levados ao Laboratório para análise, procedimentos de curadoria e acondicionamento em caráter temporário até serem redirecionados para uma instituição determinada pelo órgão regulador.

#### 4.3.6 – Projeto de salvamento arqueológico na área de influência direta da Usina Hidroelétrica São José

Em uma vistoria anterior ao trabalho de salvamento foram identificados onze sítios arqueológicos, sendo a denominação de cada sítio formada pela sigla BSJ, em virtude da localização na área de abrangência da Barragem São José, acompanhada de um número arábico designado a partir da ordem em que foram encontrados. A visualização locacional desses sítios está sinalizada com bandeiras vermelhas na Figura 45.

Figura 45 – Mapa com a localização dos sítios arqueológicos na área de abrangência da UHE São José



Fonte: Arquivo LASCA/UFSM (2020).

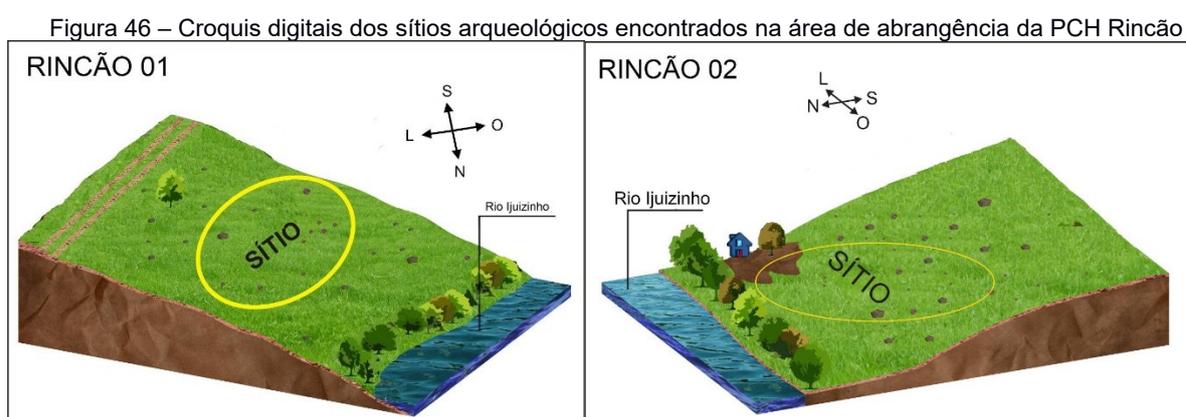
A equipe responsável pela pesquisa, formada por um coordenador, dois arqueólogos, um historiador e um técnico, recolheu 1.384 artefatos, dos quais 1.064 foram de material lítico e o restante de fragmentos cerâmicos, dispersos nos sítios arqueológicos identificados, “localizados em áreas que oferecem condições de estabelecimento de grupos pretéritos, como a abundância de matéria-prima e recursos alimentares” (MILDER, 2010b, p. 10).

O processo de análise no Laboratório é semelhante em todos os projetos: inicialmente, ocorre o reconhecimento do tipo de material utilizado como matéria-prima; no caso do material lítico, em sua maioria era de arenito (84%), sílex (9%), calcedônia (6%) e outros materiais (1%) não citados pelos pesquisadores; em seguida, acontece a triagem por tipologia de lascas, instrumentos, núcleos e fragmentos. No caso da cerâmica, a análise tem como objetivo a verificação considerando a morfologia, o tratamento na superfície, a decoração, o antiplástico aplicado e a espessura.

A Usina Hidroelétrica São José está situada numa área com um amplo planalto, na parte noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com uma área de influência direta abrangendo quatro municípios: Salvador das Missões, Cerro Largo, Rolador e Mato Queimado. A empresa responsável pela execução da obra foi a Ijuí Energia S.A.

#### 4.3.7 – Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pela Pequena Central Hidroelétrica Rincão

Uma equipe formada por dois coordenadores arqueólogos, um geólogo e dois arqueólogos realizou o salvamento de dois sítios arqueológicos identificados durante uma vistoria inicial: um localizado em um topo de interflúvio, o Rincão 01; e o outro situado em uma meia encosta, o Rincão 02, cujas denominações advêm do nome do empreendimento acompanhado de algarismo arábico por ordem de identificação durante a pesquisa. Na Figura 46 é possível visualizar os croquis de cada um dos sítios encontrados.



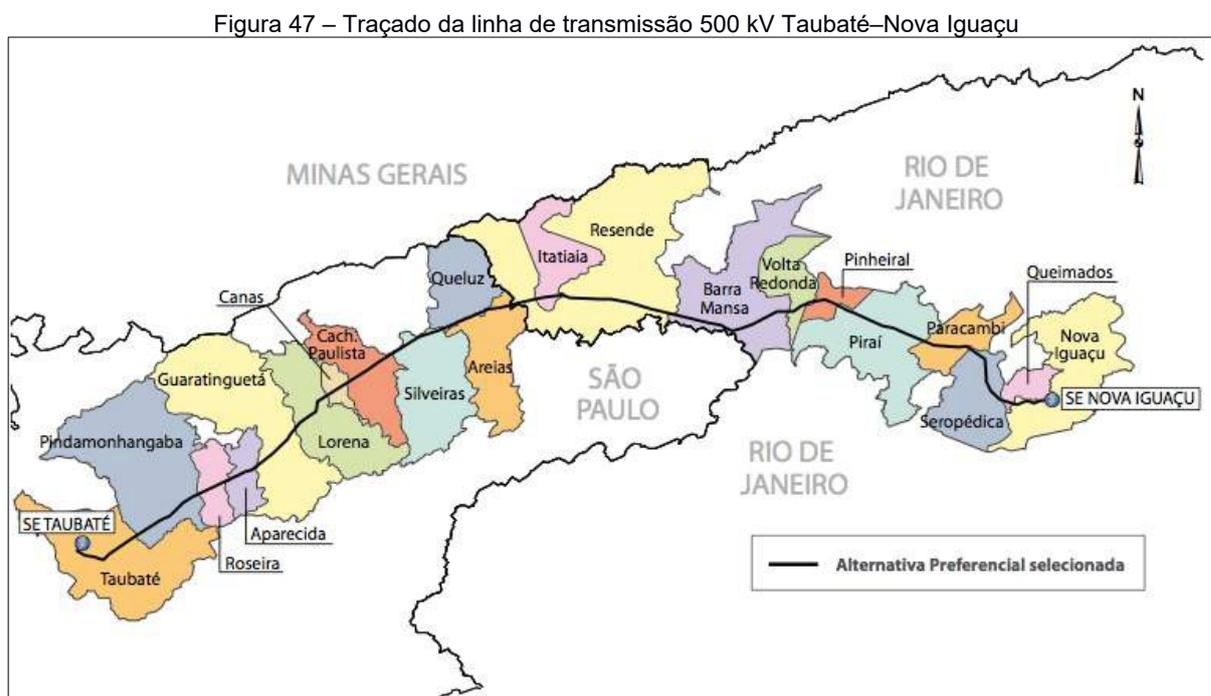
Fonte: Milder e Lemes (2011).

Foram coletados 144 artefatos líticos, 111 no Rincão 01, todos fabricados com arenito, divididos em núcleos, lascas, instrumentos e fragmentos, sendo a maior parte do material identificada como lascas corticais (42%), seguidas por fragmentos corticais (26%); os núcleos estavam em menor número (2%) no montante do material.

O empreendimento se trata de um projeto de engenharia de implantação de uma Pequena Central Hidroelétrica (PCH) na região que engloba as cidades de Entre-Ijuís e Eugênio Castro, região das Missões Jesuíticas, executado pela SSS<sup>111</sup> Participações Ltda., intermediada pela Biolaw Consultoria Ambiental Ltda., encarregada do Licenciamento Ambiental.

#### 4.3.8 – Prospecção Arqueológica na área abrangida pela linha de transmissão 500 kV Taubaté–Nova Iguaçu

O trabalho de engenharia sob responsabilidade da Linhas de Taubaté Transmissora de Energia Ltda. atingiu onze municípios do estado de São Paulo – Taubaté, Pindamonhangaba, Roseira, Aparecida, Guaratinguetá, Lorena, Canas, Cachoeira Paulista, Silveiras, Queluz e Areias – e dez do Rio de Janeiro – Resende, Itatiaia, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Pirai, Paracambi, Seropédica, Queimados e Nova Iguaçu. Na Figura 47 visualiza-se o trajeto da linha de transmissão de energia.



Fonte: Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. (2015).

A pesquisa arqueológica foi desenvolvida por quatro arqueólogos(as) e um historiador sob a coordenação do arqueólogo Lúcio Lemes, contou com a participação de estagiários e bolsistas do Laboratório, e resultou na identificação de 39 sítios arqueológicos

<sup>111</sup> Iniciais de um dos sócios administradores da empresa: Sérgio Silveira Saraiva.

e na coleta de 1.641 artefatos, sendo apenas 156 de fragmentos cerâmicos e o restante do material formado por unidades líticas.

Quatro dos sítios arqueológicos – LITAU 13, LITAU 14, LITAU 15 e LITAU 16 – apresentaram fragmentos de cerâmica histórica, testemunhos do Ciclo Cafeeiro. Quanto à análise do montante total dos 39 sítios encontrados, a análise não identificou se houve uma ou diversas ocupações do período pré-histórico; ocupações mistas por sociedades pré-coloniais e coloniais no mesmo local; ou ocupações apenas em períodos históricos.

#### **4.4 – Pesquisas arqueológicas: critérios e métodos**

Nessa instituição, os critérios utilizados foram praticamente os mesmos em todos os projetos, sem alterações, enquanto a metodologia empregada variou de acordo com especificidades, principalmente no que concerne ao modelo aplicado em cada um dos projetos.

Com exceção dos dois projetos realizados no Rio Grande do Sul, os demais foram baseados em diagnósticos anteriores que não foram realizados em campo, ou seja, não tinham como base a pesquisa presencial, por isso eram intitulados “Diagnóstico de dados secundários arqueológicos e do patrimônio cultural da área de abrangência” mais o nome da linha de transmissão.

Esses diagnósticos consistiam, segundo o texto padrão em todos, “em duas partes: a primeira, destinada ao estudo do patrimônio arqueológico da região e a segunda, destinada ao estudo do contexto histórico e cultural dessa área” (MILDER; SANTI, 2009, p. 4).

A pesquisa sobre o patrimônio arqueológico trazia dados como os sítios registrados na região e especificamente nos municípios que seriam diretamente afetados pelo empreendimento, e sempre que possível na área direta de abrangência, além do estudo bibliográfico baseado em pesquisas anteriores que abordassem o contexto pré-colonial, material lítico e cerâmico, sítios de arte rupestre ou qualquer outro estudo relacionado a Arqueologia, na área de influência tanto indireta como direta.

O estudo histórico da região era efetuado partindo do macro (o estado onde estava situada) até o micro (relatando a história de cada município) sempre que possível, trazendo também fatos da cultura de maneira bastante ampla, desde o patrimônio arquitetônico até as manifestações culturais mais representativas de cada cidade, sejam festas religiosas, sejam folclóricas ou de outro tipo.

Outro critério utilizado na pesquisa que aparece em todos os projetos de prospecção era o objetivo de identificação de sítios arqueológicos utilizando como parâmetro um estudo

das “Unidades Naturais de Design do Relevo”<sup>112</sup> (MILDER, 2009, p. 13), adaptando-as segundo as especificidades geoambientais de cada um dos projetos. Essas unidades eram localizadas de duas formas: “por intermédio de fotos aéreas, cartas topográficas, mapas geológicos e geomorfológicos”, e através do “percorrimento dentro de cada topomorfologia encontrada e delimitada com a finalidade de prospectar os sítios arqueológicos” (MILDER; LEMES, 2010, p. 47).

Quando o sítio arqueológico identificado era classificado, de acordo com os critérios utilizados por Morais (1999), como primários, secundários ou terciários, e tinham seus materiais registrados em fotografias e em diários de campo, mas não eram coletados, os projetos não fizeram parte da análise direta deste capítulo da tese, visto que não geraram coleções.

Além disso, os sítios foram registrados no IPHAN, as evidências foram demarcadas tendo como referencial a área impactada pela obra de engenharia e, quando as condições permitiam, foram efetuados cortes estratigráficos experimentais. Nessa perspectiva, as áreas que sofreriam impactos eram delineadas e percorridas a fim de aplicar as análises de localização dos sítios, que passavam por vistoria anterior às intervenções invasivas.

Essa última etapa não foi aplicada nos dois projetos realizados no Rio Grande do Sul. Nessas pesquisas não foram realizados diagnósticos, portanto o trabalho de salvamento foi baseado em uma vistoria anterior, que localizou os sítios arqueológicos com base no mesmo critério de estudo das “Unidades Naturais de Design do Relevo” (UNDR), que já estava estabelecido por Milder (2000) para o estado, portanto não seria necessário uma readequação. Assim como nos outros projetos, o estudo das UNDR era realizado nas duas etapas já citadas e a seguir elas eram delimitadas, percorridas e vistoriadas.

A única diferença entre os dois projetos referente à utilização de parâmetros do futuro salvamento é que na UHE São José as atividades prospectivas foram fotografadas e georreferenciadas por UTM<sup>113</sup>, enquanto na PCH Rincão foram realizados cortes estratigráficos experimentais.

Em virtude dessa constância quase total nos critérios que foram aplicados para a realização do salvamento – base em diagnóstico realizado em fonte bibliográfica e prospecção com o objetivo de detectar sítios com base em modelos locais –, não se faz necessário detalhá-los por projeto, portanto em seguida o que serão pormenorizadas são as aplicações metodológicas e estratégias das intervenções.

---

112 Esse modelo de pesquisa, que analisa padrões geoambientais, foi criado por Morais (1999) como uma “Análise de Padrão Locacional” para o estado de São Paulo; Milder (2000) a adequou para o Rio Grande do Sul.

113 “O Sistema de Coordenadas UTM (Universal Transverso de Mercator) trata das coordenadas planas e retangulares aplicadas aos pontos do globo terrestre, baseada nas projeções cilíndricas de Mercator” (CERQUEIRA, 1991, p. 47).

Na pesquisa na LT Jauru–Vilhena–Samuel, o salvamento foi dividido em duas etapas, como já explicado. No projeto de 2008, no trecho Jauru–Vilhena, aplicou-se como método interventivo a coleta assistemática em quinze sítios arqueológicos (do JAVI 01 ao JAVI 15) e a coleta sistemática através do georreferenciamento e caminhamento no JAVI 17; no JAVI 16 só foi efetuado o registro no IPHAN. Nesse período também foi realizado o monitoramento por amostragem em percentual “de 20% das torres, em trechos aleatórios do empreendimento” (MILDER, 2008, p. 9).

No salvamento de 2010, no trecho de Vilhena–Samuel foram utilizados quatro métodos interventivos: coleta assistemática; coleta sistemática; trincheiras escavadas por níveis predeterminados únicos ou em até três camadas (VIPI 05, JIPI 08, JIPAR 02, JIPAR 07, JIPAR 09 e SAAR 02), com profundidades que variaram entre 15 e 85 centímetros, procedendo-se à análise do perfil estratigráfico; e escavações intensivas por níveis artificiais realizadas em sondagens (1 metro quadrado) ou áreas mais amplas (2 metros quadrados, 3 metros quadrados ou até 4 metros quadrados), que não seguiram um padrão fixo de espessura, fosse de 10 centímetros, fosse qualquer outro. A espessura de cada camada está relacionada com as características estratigráficas.

Na Figura 48 a trincheira foi escavada até a profundidade de 60 centímetros com uma camada estratigráfica de latossolo vermelho, que apresentou material arqueológico entre 5 e 20 centímetros de profundidade.

Figura 48 – À esquerda, o processo de escavação; à direita, a intervenção finalizada



Fonte: Milder (2011b, p. 97).

Na Figura 49 a trincheira foi escavada até a profundidade de 50 centímetros, desmembrada em duas camadas naturais: a primeira com 20 centímetros com solo arenoso escurecido, com presença de material; e a segunda com 30 centímetros, solo arenoso

alaranjado, sem a presença de vestígios.

Figura 49 – À esquerda, processo de escavação por níveis naturais; à direita, a intervenção finalizada



Fonte: Milder (2011b, p. 207).

No salvamento das linhas de transmissão Cuiabá–Ribeirãozinho e Ribeirãozinho–Rio Verde Norte foram implementadas duas metodologias: coleta assistemática, que foi realizada em todos os sítios arqueológicos encontrados, e coleta sistemática, apenas no sítio CR 08, em que foram efetuadas três intervenções conforme a disposição visualizada na Figura 50.

Figura 50 – Disposição das intervenções realizadas no sítio arqueológico CR 08



Fonte: Milder (2010, p. 98).

Foram efetuadas três escavações – duas trincheiras e uma área de 3 metros quadrados – por camadas naturais, cujas espessuras apresentaram 25 centímetros. Na primeira trincheira, o material arqueológico foi encontrado em coleta superficial no entorno das intervenções e nas duas camadas; na segunda trincheira e na área de 3 metros x 3 metros, não havia vestígios na segunda camada.

No salvamento das linhas de transmissão Jurupari–Oriximiná e Jurupari–Laranjal do Jari, os métodos aplicados na intervenção de campo foram coleta assistemática, coleta sistemática, abertura de trincheiras, sondagens e áreas maiores.

Três dos sítios encontrados (LMTE 1, LMTE 2 e LMTE 3) são abrigos com pinturas e gravuras rupestres, em que foram realizados os registros fotográficos e a coleta de dados descritivos. Também foram localizados dois sítios arqueológicos (LAMA 02 e LAMA 03) litocerâmicos superficiais em meia encosta na Bacia do Rio Jari e dois sítios arqueológicos (JUOR 01 e JUOR 04) sobre solo arenoso em meia encosta de colina na Planície Amazônica.

Além desses, foram identificados três sítios arqueológicos (JUOR 02, JUOR 03 e JUOR 05) litocerâmicos em colina entre a Planície Setentrional Amazônica e o Planalto Meridional das Guianas; e doze sítios (JUOR 06, JUOR 07, JUOR 08, JUOR 09, JUOR 10, JUOR 11, JUOR 12, JUOR 13, JUOR 14, JUOR 15, JUOR 16 e JUOR 17) sobre pavimento detrítico na margem esquerda do Rio Maicuru, nos quais foram realizadas apenas coletas superficiais assistemáticas.

Por fim, mais dois tipos<sup>114</sup> de sítios foram encontrados: um sítio arqueológico (JUOR 18) litocerâmico em topo de colina na várzea do Rio Curuá, em que também só foram efetuadas coletas assistemáticas; e outro (JUOR 19) litocerâmico em terra preta na Bacia do Rio Curuá.

Nos sítios arqueológicos em que ocorreram, além das coletas superficiais, escavações (LAMA 02, LAMA 03, JUOR 01, JUOR 02, JUOR 04, JUOR 05 e JUOR 19), fossem em trincheiras, fossem em sondagens ou áreas mais abrangentes, a profundidade não ultrapassou 1,10 metro. Quanto à estratégia utilizada para o rebaixamento das camadas, foi em níveis naturais com espessuras entre 10 e 30 cm.

No sítio arqueológico JUOR 19, especificamente, foi realizada uma intervenção “a partir da sondagem X 20 Y 20 do *full coverage survey*, onde foram percebidos quatro níveis naturais escavados em degraus” (MILDER, 2014, p. 163). A Figura 51 mostra as estratégias de escavações adotadas no sítio JUOR 19.

---

114 Essa tipologia foi estabelecida com base nos estudos de UNDR (MILDER, 2000).

Figura 51 – No sítio arqueológico JUOR 19: à esquerda, escavação de trincheira considerando os níveis naturais; à direita, intervenção *full coverage survey*



Fonte: Milder (2014).

O trabalho de salvamento realizado na linha de transmissão 500 kV Tucuruí–Xingu–Jurupari utilizou como metodologia de campo as coletas superficiais sistemáticas e assistemáticas e escavações em trincheiras, sondagens e áreas mais amplas. Principalmente para os sítios com gravuras rupestres em baixo-relevo na Região de Anapu, Tuxi 01 e Tuxi 02, foi necessária a utilização de tais registros visuais, visto que não foi coletado material arqueológico em nenhum deles.

Foram localizados também quinze sítios litocerâmicos em barrancos e nas enseadas dos afluentes da margem esquerda do baixo Rio Xingu – XIJU 03, XIJU 04, XIJU 05, XIJU 06, XIJU 07, XIJU 08, XIJU 10, XIJU 11, XIJU 12, XIJU 13, XIJU 14, XIJU 15, XIJU 17, XIJU 18 e XIJU 19 – e oito sítios litocerâmicos em topos de morros na margem esquerda do Baixo Rio Xingu – XIJU 01, XIJU 02, XIJU 09, XIJU 16, XIJU 20, XIJU 21, XIJU 22 e XIJU 23.

Nesses últimos, foram abertas sondagens e uma trincheira no XIJU 02, em áreas com maior impacto por interferência humana, a fim de elaborar um mapa em sentidos vertical e horizontal para auxiliar na compreensão das áreas onde foram encontrados os vestígios arqueológicos. No entanto, devido ao grau de deterioração, não foram detectadas concentrações, portanto não foram realizados outros tipos de escavações controladas.

Nos sítios encontrados em barrancos e enseadas, as sondagens realizadas não ultrapassaram 1,5 metro de profundidade. No XIJU 18, por exemplo, foram efetuadas dez quadrículas de 1 metro quadrado em uma área de 5 x 2 metros (Figura 52), utilizando a técnica de decapagem, com três camadas com profundidades de 15, 35 e 50 centímetros,

respectivamente. Apenas na segunda camada foi constatada a presença de material, mas sem concentração.

Figura 52 – Intervenção em quadriculamento com profundidade máxima de 1 metro no sítio arqueológico XIJU 18



Fonte: Milder (2011, p. 114).

A estratégia de escavação adotada nas sondagens e trincheiras realizadas tanto em sítios de topo quanto naqueles de barrancos e enseadas foi o processo de decapagem seguindo-se a leitura estratigráfica de perfil. No entanto, nos sítios de topo, as sondagens em sua grande maioria apresentaram apenas uma camada e chegaram a profundidades máximas de 45 cm. Apenas no XIJU 01 e no XIJU 02 foram realizadas sondagens e trincheira que apresentaram duas camadas, alcançando 1,25 metro de profundidade.

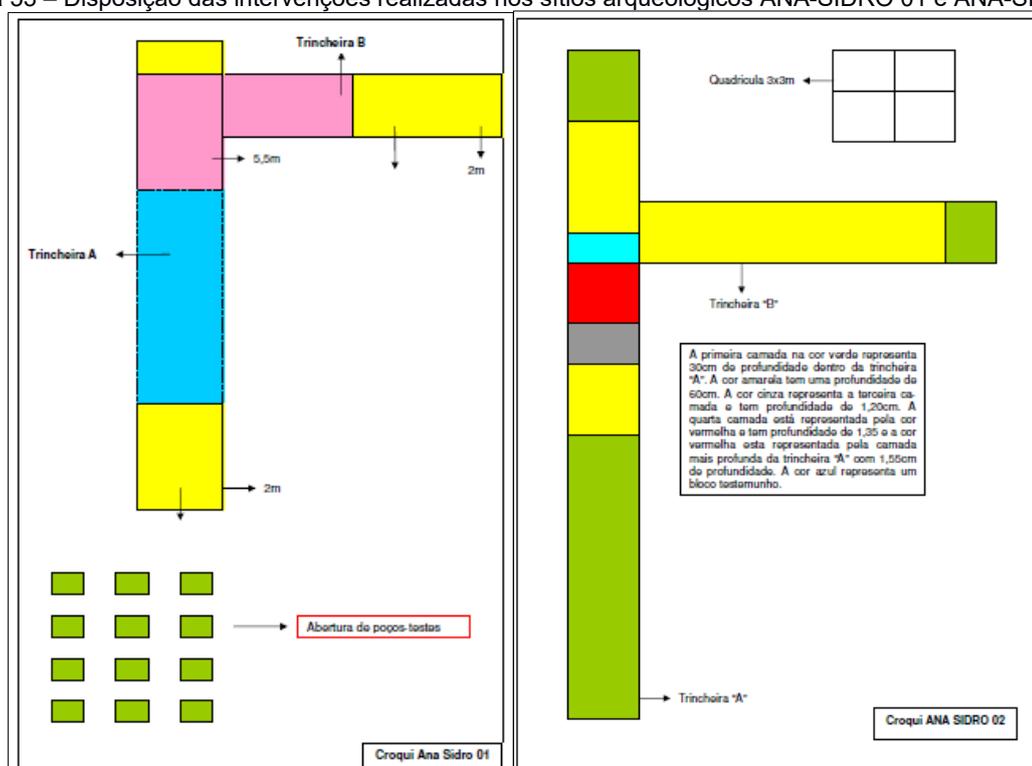
O salvamento nas linhas de transmissão Chapadão–Imbirussu, Imbirussu–Sidrolândia e Sidrolândia–Anastácio contou com um único método de campo, que foi o de coletas assistemáticas.

Em três dos sítios (ANA-SIDRO 01, ANA-SIDRO 02 e ANA-SIDRO 03) localizados foram abertas sondagens utilizando duas abordagens metodológicas: a aplicação do método *Wheeler* de quadriculamento e a “exposição de superfícies precedendo a análise dos testemunhos estratigráficos preservados”. A segunda abordagem é utilizada para que a análise dos perfis auxilie no controle das decapagens, visto que é essa a estratégia

metodológica aplicada nas escavações, “decapagem de superfície e referências estratigráficas” (MILDER; LEMES, 2010b, p. 18).

A abertura das trincheiras foi orientada em função dos elementos estratigráficos presumidos, determinados a partir da distribuição topográfica. As sondagens tiveram suas distâncias definidas pela “abordagem vertical”, que conduz à “compreensão das grandes linhas da estratigrafia” sem uma destruição acentuada (MILDER; LEMES, 2010b, p. 30). Na Figura 53 é possível visualizar a disposição das trincheiras escavadas nos sítios ANA-SIDRO 01 e ANA-SIDRO 02.

Figura 53 – Disposição das intervenções realizadas nos sítios arqueológicos ANA-SIDRO 01 e ANA-SIDRO 02



Fonte: Milder e Lemes (2010b).

No CHAPA-IMBI 01 foi aplicado o método *full coverage survey*, que trouxe como consequência a localização de um grande quantitativo de concentrações de material. Uma dessas áreas foi demarcada em 40 metros quadrados e efetuou-se nela coleta sistemática por quadriculamento, que gerou um método de catalogação diferente daquele aplicado nos outros três sítios, como veremos no próximo subtópico.

No salvamento da Usina Hidroelétrica São José foram empregadas coletas assistemáticas e a abertura de trincheiras com profundidades máximas de 50 centímetros. Dos oito sítios identificados, apenas em dois foi efetuada, além das coletas superficiais sistemáticas, a abertura de trincheiras – no BJS 07 e no BJS 11. A trincheira no primeiro sítio, com profundidade de 12 centímetros, não evidenciou mudanças no perfil da

estratigrafia nem vestígios arqueológicos, enquanto no segundo sítio, além da trincheira, em que também não foram evidenciados materiais ou mudança estratigráfica, foi realizada a abertura de uma quadrícula de 1 metro quadrado com profundidade de 50 centímetros, a mesma da trincheira em que foi localizada concentração de material cerâmico.

A estratégia utilizada nas intervenções foi por níveis estratigráficos, no entanto, como o material parece ter sido transportado por perturbações naturais de seus contextos originais, a estratigrafia não sofria mudanças, portanto as escavações foram realizadas em camadas únicas.

O salvamento realizado na Pequena Central Hidroelétrica Rincão contou com a realização de coletas assistemáticas na superfície, em ambos os sítios (Rincão 01 e Rincão 02), com a abertura de sondagens apenas no Rincão 02. No entanto, “as sondagens foram realizadas em uma área de deposição de sedimentos oriundos da flutuação do rio Ijuizinho e da erosão da meia encosta onde se encontram os afloramentos rochosos”, o que resultou na ausência de material arqueológico e de mudanças de perfil estratigráfico (MILDER; LEMES, 2011, p. 37).

Por fim, no projeto de Prospecção na linha de transmissão Taubaté–Nova Iguaçu, após a demarcação das áreas impactadas através “de fotos aéreas, cartas topográficas, mapas geológicos e geomorfológicos” a faixa de servidão da linha de transmissão se tornou um transecto em que foram realizadas 559 sondagens nas torres de transmissão construídas (LEMES, 2013, p. 48), além dos caminhos de acesso, fato que influenciou o sistema de catalogação do material recolhido, como será apresentado no próximo subtópico.

A estratégia de escavação das sondagens, que não alcançaram profundidades superiores a 50 centímetros nem inferiores a 30 centímetros, foi por níveis preestabelecidos de 20 centímetros de forma geral, e de 5 centímetros em áreas com maior evidência de material arqueológico. No entanto, o controle estratigráfico se deu a partir de alterações observadas nas camadas e no nível de granulometria sedimentar.

#### **4.5 – As lacunas de documentação e o sistema de catalogação arqueológico**

As lacunas relativas à documentação arqueológica estão direcionadas principalmente à ausência de informações no que concerne aos dados diretamente relacionados à ocupação que a equipe realizou durante a intervenção, deixando de estabelecer, por exemplo, uma ligação entre os registros numéricos e as unidades espaciais em que foram coletados, não apenas com o sítio arqueológico de forma mais abrangente.

Por outro lado, também colaboraram no processo de criação de lacunas o

direcionamento excessivo aos registros visuais, sejam croquis, sejam plantas com disposições espaciais das intervenções, mapas de situação ou fotografias no que se refere aos trabalhos de campo, e nas atividades laboratoriais a fixação em quantificar e classificar através de gráficos e imagens o material coletado, desmembrando-o dentro de contextos muito amplos como um sítio sem referência a subáreas ou espaços específicos interventivos, quer verticalmente, quer horizontalmente. Há pouquíssimas exceções, como será descrito ainda neste tópico.

Todos os projetos de salvamento analisados possuem um texto único relacionado aos objetivos que, além de atender a legislação vigente de proteção ao patrimônio arqueológico, tinha o propósito de:

- Registrar as informações sobre os sítios arqueológicos atingidos pelo empreendimento, incluindo o nível de degradação causado pelas obras de engenharia;

- Colaborar com estudos relacionados a metodologias na área de Arqueologia, mais precisamente no contexto da Arqueologia Preventiva e na produção de conhecimento sobre o contexto arqueológico colonial e pré-colonial na região em que o empreendimento está sendo instalado;

- Divulgar, através de ações educativas com patrimônio arqueológico, as comunidades em que os sítios foram localizados.

- Quanto ao projeto de Prospecção de 2013 sob a coordenação de Lemes, pouco divergiu dos objetivos dos projetos de salvamento citados anteriormente. Além de suprimir a realização de ações educativas com patrimônio, incluiu os seguintes objetivos específicos:

- A identificação e o mapeamento de sítios e áreas com potencial arqueológico;

- A realização de intervenções como sondagens, por exemplo, com o propósito de localizar concentrações de vestígios arqueológicos;

- A proposição de procedimentos para o salvamento do patrimônio arqueológico, inclusive modificações no traçado da linha de transmissão.

A ênfase que foi dada ao sítio arqueológico como um todo, no que diz respeito tanto à preservação das informações quanto ao material recolhido, fez com que o método UNDR (MILDER, 2000) fosse utilizado para alcançar o objetivo dos trabalhos prospectivos anteriores aos salvamentos: localizar sítios arqueológicos. Isso garantiu que fossem localizados sítios arqueológicos em todas as prospecções e que se direcionassem os trabalhos de salvamento para essas áreas.

É importante ressaltar que a maior parte desses trabalhos foi realizada ao longo de linhas de transmissão de energia que se estendem por milhares de quilômetros, muitas

vezes atravessando duas ou mais unidades federativas do país, e que na grande maioria dos sítios arqueológicos foram localizados apenas materiais pré-coloniais; somente no projeto das linhas de transmissão Jurupari–Oriximiná e Jurupari–Laranjal do Jari foram encontrados sítios-abrigos. Esse fator é relevante no sentido em que, em sítios urbanos ou com resquícios de arquitetura, ou em ruínas estruturais de edifícios, é mais fácil a localização dos sítios arqueológicos.

Nesse aspecto, a metodologia utilizada nas Prospecções para identificar os sítios arqueológicos e estabelecer parâmetros de classificação das áreas onde foram localizados, ou seja, seus aspectos geoambientais, relacionando-os com as análises contextuais, auxiliou as pesquisas, principalmente considerando a extensão das áreas pesquisadas.

Por outro lado, a documentação arqueológica centralizou-se na criação de croquis dos sítios com dados geoambientais e na localização da concentração de material arqueológico, caso existisse; em mapas do empreendimento com a localização dos sítios arqueológicos; e em fotografias, que foram retiradas em todos os projetos, tanto dos sítios como das sondagens, trincheiras e dos outros métodos interventivos utilizados.

Outro registro apresentado em todos os projetos foi o quantitativo de material coletado por sítio arqueológico, seja em formato de tabela (o que ocorria normalmente), seja em forma dissertativa na descrição dos sítios. Ademais, também foram apresentados gráficos com o quantitativo do material após classificação a partir de análise arqueológica, relativa tanto ao material lítico quanto aos vestígios cerâmicos.

Além disso, em alguns casos foram inseridos croquis da distribuição das intervenções – o que ocorreu em dois projetos: o salvamento nas linhas de transmissão Chapadão–Imbirussu, Imbirussu–Sidrolândia e Sidrolândia Anastácio; e o salvamento no projeto das linhas de transmissão Cuiabá–Ribeirãozinho e Ribeirãozinho–Rio Verde Norte.

No entanto, não foram inseridos dados relacionados a contextos específicos de cada sítio arqueológico, como por exemplo em que posicionamentos, sondagens e trincheiras exatamente foram encontradas as evidências coletadas, nem mesmo na forma de fichas de sondagens ou fichas de triagem e marcação dos artefatos.

Se, por um lado, a utilização das UNDRs cumpre os objetivos de localizar e registrar informações o mais detalhadas possível sobre os sítios e, também, de colaborar com os estudos de Arqueologia Preventiva principalmente no que concerne a metodologia e procedimentos, por outro não fornecem subsídios para a gestão de coleções, principalmente no que se refere ao material coletado, a não ser os dados de classificação de cada artefato, que deixam de especificar dados relativos aos contextos em que os artefatos foram localizados dentro de cada sítio de maneira mais precisa.

É interessante observar que no texto dissertativo tanto as coordenadas das sondagens e demais intervenções como o quantitativo de camadas e a espessura delas, assim como os métodos e as estratégias de escavação, que de modo geral foi realizada por níveis estratigráficos, foram bem documentados e registrados. No entanto, a relação desses dados com o material retirado desses espaços, ou com a coleta superficial realizada, não consta nos registros da documentação arqueológica.

Ademais, embora seja possível inferir a partir das fotos que as sondagens foram realizadas em sentido vertical, enquanto as trincheiras e áreas mais amplas com quadriculamento ou em *full coverage survey* priorizaram o sentido horizontal, não há registros diretos na documentação dos arqueólogos sobre esses dados durante as intervenções.

A ausência de todos os dados citados demonstra que as pesquisas realizadas nesses projetos não foram inseridas na sequência ocupacional dos contextos arqueológicos. A ausência dessas informações não apenas dificulta o trabalho de gestão de coleções e as pesquisas posteriores desse patrimônio, como também prejudica a compreensão do trabalho executado quando essas coleções forem incorporadas de maneira definitiva às instituições determinadas pelo órgão regulador, o IPHAN.

Ademais, a inserção desses dados relacionados ao processo de intervenção, que apresentariam informações sobre o processo de ocupação da equipe dentro dos sítios, ajudaria na análise contextual ao traçar relações locais entre os artefatos não apenas dentro do contexto do sítio, mas também das relações deles enquanto unidades dentro da sistemática utilizada por Milder (2000) através das UNDRs.

Sobre as intervenções, a documentação se limitou às fotografias, à descrição textual e à listagem de dados relacionados ao posicionamento em UTM, o que possibilita a construção de mapas georreferenciados em *softwares* próprios para editoração, visualização e análise dessas informações.

Sobre os projetos, como dito anteriormente, por se tratarem de pesquisas de natureza preventiva, não acadêmicas, e de grande porte, em áreas muito abrangentes, foram todos direcionados para os sítios arqueológicos, sendo estes descritos exaustivamente com coordenadas em UTM constando no corpo do texto, croquis digitais em 3D, tanto de perfil como em posição área, além de croqui criado em *software* de georreferenciamento, ainda que individualizado (ou seja, de cada sítio com relação à torre de transmissão mais próxima) e não inserido no mapa de contexto do empreendimento.

E quanto ao material arqueológico, os registros resumiram-se a fotos e classificação descritiva e em tabela, a partir de análise arqueológica, tanto do material lítico quanto do

cerâmico. No entanto, não foi realizada qualquer tabela com número de catálogo, ou que relacionasse o material com a localização em que foi recolhido, por nível ou por intervenção (sondagem, trincheira, entre outros) nos projetos de maneira geral, havendo apenas três exceções como descrito a seguir.

No trabalho no sítio CHAPA-IMBI 01 de salvamento nas linhas de transmissão Chapadão–Imbirussu, Imbirussu–Sidrolândia e Sidrolândia–Anastácio, foi delimitada uma área de 40 metros quadrados, e o material coletado durante a intervenção recebeu um número de registro individual definido a partir de um plano cartesiano (MILDER; LEMES, 2010b). Contudo, o trabalho possui mais três sítios, dos quais não há registro de documentação arqueológica que explicita se o mesmo critério foi aplicado e, se não foi, qual a metodologia escolhida.

O trabalho de prospecção da linha Taubaté–Nova Iguaçu utilizou como referência para determinar o número de registro de cada artefato a numeração da torre de energia mais próxima, “tendo uma sequência progressiva de acordo com o número de sondagens feitas” (LEMES, 2013, p. 49), mas sem definição da localização em sentido horizontal, ou seja, por nível; a numeração está relacionada apenas à localização vertical, ou seja, por sondagem.

Também é o caso do salvamento realizado nas linhas de transmissão Jurupari–Oriximiná e Jurupari–Laranjal do Jari, em que foi elaborado um relatório final atualizado em janeiro de 2014; o relatório anterior era de junho de 2011, no qual foram inseridos modelos<sup>115</sup> de ficha de análise de material lítico. Dentre os itens que formavam a ficha o primeiro grupo de informações, o de identificação é composto por quatro metadados: projeto, número da peça, escavação e quadrícula. No entanto, o trabalho em si não faz nenhuma menção relacional entre os números de registro e a localização contextual dos vestígios.

Todas as outras pesquisas seguiram o mesmo padrão para elaborar a catalogação dos artefatos coletados, sem qualquer ligação com o contexto arqueológico, e, segundo o texto repetido em cada um dos relatórios, a justificativa é que foram “tombadas em número de catálogo próprio do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria, RS” (MILDER, 2011a, p. 10).

Em virtude de esses materiais serem depositados no Laboratório, ainda que em caráter temporário, era de se esperar que seguissem um padrão estabelecido pela instituição que os recebeu. No entanto, até julho de 2013<sup>116</sup> não eram seguidas diretrizes ou

---

115 Os modelos que constam nesse relatório não são preenchidos; apenas a estrutura e o conteúdo são apresentados.

116 Julho de 2013 foi a época da defesa e conclusão da dissertação de mestrado da museóloga do laboratório que tratou de um sistema documental para o espaço publicado no mesmo ano (BALLARDO, 2013). A última

protocolos institucionais, fossem baseados em normatização interna, fossem em padrões nacionais ou internacionais específicos. Esse catálogo próprio a que os relatórios se referem é a utilização da sigla CT (abreviação da palavra catálogo) seguida de um número corrido.

No caso do salvamento das linhas de transmissão Cuiabá–Ribeirãozinho e Ribeirãozinho–Rio Verde Norte, são dez sítios arqueológicos e os primeiros oito números de catálogo (CT01, CT02, CT03, CT04, CT05, CT06, CT07 e CT08) coincidem com a numeração dos sítios arqueológicos (CR 01, CR 02, CR 03, CR 04, CR 05, CR 06, CR 07 e CR 08)<sup>117</sup>, considerando as imagens de material apresentadas, diferentemente dos últimos dois sítios (RVR 01 e RVR 02), que recebem os números de catálogo CT09 e CT10.

No projeto de salvamento da linha de transmissão Tucuruí–Xingu–Jurupari, os sítios em que foram localizados e coletados material arqueológico são 23, com a sigla XIJU (trecho Xingu–Jurupari); os outros dois (TUXI 01 e TUXI 02) são de arte rupestre e não houve necessidade de criar número de catálogo para eles, visto que não foram recolhidos artefatos neles. Dessa forma, o número de catálogo com a sigla CT também incluiu a numeração de forma contínua de 1 a 23, coincidindo o número de catálogo com o número do sítio arqueológico. Exemplo disso é o fragmento cerâmico encontrado no XIJU 04, que pode ser visto na Figura 54.

Figura 54 – Borda de objeto cerâmico coletado no XIJU 04; no canto inferior esquerdo, vê-se o número de registro (CT 4) em tinta nanquim preta



Fonte: Milder (2011).

coleção que ingressou com a proposta textual apresentada em seu relatório final ao IPHAN e ao antigo LEPA/UFSM para guarda temporária foi o projeto de prospecção da linha Taubaté–Nova Iguaçu, cujo relatório final e material foi entregue em fevereiro de 2013.

<sup>117</sup> É importante lembrar que as siglas do sítio arqueológico são compostas pelas letras iniciais do trecho da linha de transmissão, por isso CR (Cuiabá–Ribeirãozinho) e RVR (Rio Verde–Ribeirãozinho).

No caso dos dois projetos de salvamento no Rio Grande do Sul, o UHE São José e a PCH Rincão, os números foram também corridos após a sigla CT, no entanto seguem uma numeração maior que a correspondente ao sítio, o que parece fazer referência ao número de sítios arqueológicos que já sofreram intervenções pela equipe do Laboratório no estado do Rio Grande do Sul. Após análise das imagens, das tabelas e da descrição textual, o resultado foi a criação de dois quadros com a inserção dos dados dispostos em tabelas nos respectivos relatórios dos projetos de salvamento e a adaptação através da adição de uma coluna com dados relacionados aos números de registro do material, relacionando-os com o material resgatado em cada sítio arqueológico, conforme visualizado nos quadros a seguir.

Quadro 6 – À esquerda, a imagem de dados dos sítios arqueológicos inseridos na área de abrangência da UHE São José, com suas respectivas localizações e quantitativo de vestígios encontrados; à direita uma coluna com a correspondência do número de registro encontrado nos artefatos (inserida pela autora)

Sítio Arqueológico	Município	UTM de referência	Vestígios Líticos	Vestígios Cerâmicos	Número de Registro
BSJ 01	Salvador das Missões	21 J 715433 6883993	31	-	CT 285
BSJ 02	Salvador das Missões	21 J 716481 6881591	43	-	CT 286
BSJ 03	Cerro Largo	21 J 718809 6883732	30	-	CT 287
BSJ 04	Cerro Largo	21 J 717465 6883368	36	-	CT 288
BSJ 05	Cerro Largo	21 J 719162 6882444	274	-	CT 289
BSJ 06	Cerro Largo	21 J 722608 6880059	110	-	CT 290
BSJ 07	Rolador	21 J 715098 6880442	115	-	CT 291
BSJ 08	Rolador	21 J 715835 6880108	66	-	CT 292
BSJ 09	Rolador	21 J 716899 6879603	56	-	CT 293
BSJ 10	Rolador	21 J 720508 6879640	89	-	CT 294
BSJ 11	Mato Queimado	21 J 724777 6875679	214	320	CT 295
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>1.064</b>	<b>320</b>	

Fonte: Adaptado de Milder (2010b).

Quadro 7 – À esquerda, a imagem de dados dos sítios arqueológicos inseridos na área de abrangência da PCH Rincão, com suas respectivas localizações e quantitativo de vestígios encontrados; à direita uma coluna com a correspondência do número de registro encontrado nos artefatos (inserida pela autora)

Sítio Arqueológico	Município	UTM de referência	Total de Vestígios Líticos	Número de Registro
Rincão 01	Entre-Ijuís	21 J 764452 6852931	111	CT 296
Rincão 02	Entre-Ijuís	21J 764754 6552511	33	CT 297

Fonte: Adaptado de Milder e Lemos (2011).

Ainda no salvamento da Usina Hidroelétrica São José, fragmentos encontrados no SBJ 11 receberam uma subdivisão numérica. Após o número geral CT295, há uma separação por um traço (-) e um número arábico corrido que representa a classificação do material. No caso dos fragmentos cerâmicos, recebem o número 2 para borda e 1 para fundo (Figura 56).

Figura 56 – Fragmentos coletados no SBJ 11 – à direita, bordas de objeto cerâmico coletado; à esquerda, base.



Fonte: Milder (2010b).

Enfim, conforme visto até aqui, o número de registro tem relação com o sítio arqueológico como menor unidade para a equipe de Arqueologia do antigo LEPA/UFSM e referências de classificação do material, mas nenhuma referência sobre a localização exata seja em sentido vertical, seja no sentido horizontal dentro do sítio.

Além disso, não há nenhuma referência escrita de forma dissertativa nem tabelas que explicitem essa lógica no sistema de registro dentro da documentação arqueológica gerada pela equipe. Nada além das fotos e da localização em que se encontram no texto, relacionando-as ao sítio onde foi recolhido o material. O trabalho de análise para quem precisa trabalhar com a gestão dessas coleções é um verdadeiro quebra-cabeças e, se não houver um mínimo de conhecimento da linguagem aplicada nesse tipo de patrimônio, é praticamente impossível desenredar essas informações.

Deve-se salientar que todos esses artefatos encontram-se acomodados em contênderes com etiquetas que levam o nome dos sítios arqueológicos de onde foram coletados. Mas, por um momento, imaginemos que alguns artefatos CT01 do contênder do XIJU 01 tenham sido, acidentalmente, deslocados para o contênder do SBJ 01 cujo catálogo também é CT01. Que tipo de inconvenientes isso causaria à gestão de coleções? E de que forma essa lógica, que faz sentido para a equipe de arqueólogos que pesquisou os artefatos, fará sentido para as instituições que futuramente forem incorporar essas coleções? Quanto tempo demoraria para se perceber esse acidente? Ele seria percebido antes de ser finalizada a guarda temporária do material?

Como as instituições que receberem essas coleções para a guarda definitiva, por assim dizer, podem inserir os dados da documentação arqueológica gerada pela equipe e indexar essas informações, relacionando-as ao aspecto locacional, se não há relações mais específicas a não ser a relação com o próprio sítio arqueológico onde foram coletadas? Ao que parece, o trabalho de curadoria no Laboratório estava desconectado do trabalho realizado em campo, de forma que se criou um padrão único de registro para todos os projetos da mesma forma que se fez com os objetivos e os métodos de localização dos sítios arqueológicos, por exemplo.

É compreensível que essa forma de efetuar o trabalho de pesquisa arqueológico facilite o andamento das atividades dentro da equipe de trabalho. Mas é preciso pensar além, pensar nas coleções em seus espaços de guarda durante o processo de gestão, que é contínuo, e compreender que o que está claro para quem está realizando o trabalho pode não ser óbvio para aquele que o está analisando em outro momento.

Nesse sentido, as informações relacionadas aos registros catalográficos e os dados analisados a partir do patrimônio arqueológico depositado no LASCA/UFSM para a guarda temporária não contribuem para a definição de critérios que auxiliem, ainda que minimamente, o registro e a sistematização dessas coleções. Isso não apenas por carência de dados relativos ao sistema de registro e aos aspectos relacionados à ocupação da área pela equipe de pesquisa, mas principalmente pela ausência de especificidades nas metodologias utilizadas, assim como pela priorização de informações geradas na documentação arqueológica relacionadas ao sítio como um todo em detrimento de todas as outras partes que compõem esse patrimônio, incluindo o material recolhido e os contextos em que estava inserido.

#### **4.6 – Resultados encontrados**

O surgimento do LEPA/UFSM e sua manutenção fundamenta-se, como acontece com muitos espaços de pesquisa inseridos nas Universidades, nos interesses acadêmicos de um pesquisador ou grupo de pesquisadores, nesse caso específico a partir das atividades investigativas de Vitor Hugo Oliveira da Silva. Sua subsistência baseou-se na continuidade de pesquisas no campo da Arqueologia, ainda que em linhas distintas e, em alguns casos, até divergentes.

Com exceção dos quatro anos de coordenação de Torronteguy, em que houve uma tratativa relacionada à gestão do patrimônio incorporado pela instituição, Sullivan e Childs (2003) retratam fielmente a forma como se pensou em gestão de coleções durante todo o tempo de existência desse espaço de salvaguarda de coleções arqueológicas quando

explicitam que os pesquisadores da Arqueologia enfatizam a importância dos sítios arqueológicos de onde recolheram as evidências arqueológicas e desmerecem a curadoria desses mesmos vestígios a longo prazo. Segundo esse entendimento, a curadoria trataria apenas de encontrar um lugar para armazenar os artefatos trazidos de campo em vez de ser compreendida como uma atividade processual cujas informações, objetos e documentos associados devem fundamentar ações futuras não apenas para a preservação do patrimônio, mas também para servir como fonte de pesquisa e educacional.

Em virtude disso, mais de duzentas mil peças se acumularam em distintas salas, em embalagens e móveis os mais diversos, sem qualquer organização, muito menos diretrizes e documentos básicos que ajudassem a no mínimo amparar os procedimentos relacionados à salvaguarda e à preservação desse patrimônio. É preciso dirimir a concepção que Farnsworth e Struever (1977) admitiram ser a de muitos pesquisadores na área arqueológica de que a primeira vez que os vestígios e as informações sobre eles são analisados também é a última e que, justamente por isso, não é necessário se preocupar com sua preservação.

Como já explicitado, exceto no período de 1990 a 1994, o Laboratório esteve focado em pesquisas arqueológicas direcionadas para os sítios e projetos arqueológicos (inicialmente, exclusivamente na pesquisa acadêmica), algumas delas acompanhando toda a carreira acadêmica de seus gestores, enfatizando a formação e o treinamento de aspirantes a arqueólogos(as).

Apenas a partir de 2012, com o ingresso de profissionais da área museológica, passou a haver uma preocupação com a gestão dessas coleções. Ainda assim, é um trabalho monstruoso para poucos, visto que a maior parte do corpo discente, associada à graduação e à pós-graduação, estava centrada em pensar em “suas coleções”<sup>118</sup>, e há apenas um profissional responsável por todo esse trabalho pertencente ao quadro institucional da Universidade e, portanto, com o comprometimento a longo prazo com a salvaguarda e gestão dessas coleções<sup>119</sup>.

Embora durante toda sua história o Laboratório tenha contado com instrumentos de gestão internos – como a Ficha de Registro de Pesquisas Arqueológicas criada por Vitor Hugo, cujas cópias foram depositadas no LEPA/UFSM em junho de 2013 a partir do contato com os familiares do falecido; os Projetos de Documentação e Conservação, criados em 2012; a Política de Aquisição e Descarte para o LASCA/UFSM: Diretrizes para Aquisição de

---

118 Durante o período do recorte de pesquisa (2008–2017), apenas duas pesquisas associadas ao Laboratório trataram de temas relacionados a gestão de coleções (BALLARDO, 2013) e curadoria (DIAS, M., 2016).

119 Não se deve esquecer que, ainda assim, sempre há problemáticas políticas e administrativas que podem transformar o espaço, que nesse caso específico realmente existiram, o que pode desencadear a suspensão e até extinção das atividades realizadas.

Bens Arqueológicos Móveis; e as Diretrizes para o Descarte de Bens Arqueológicos Móveis (PAULA, 2020) – e atualmente a instituição esteja se adaptando às normativas da Portaria IPHAN 196 de 18 de maio de 2016, nenhum desses instrumentos foi considerado na análise, visto que eles não existiam no Laboratório no período de ingresso dessas coleções, de 2008 a 2012<sup>120</sup>. Ademais, não houve inclusão posterior das informações coletadas nesses projetos nesses instrumentos, nem mesmo qualquer adaptação para inseri-las no sistema documental do Laboratório. Isso faz total sentido visto que a guarda deles é temporária.

O problema maior no caso de guarda temporária não é a inclusão desses projetos nos instrumentos de documentação internos da instituição, mas o uso de parâmetros e a criação de documentos próprios para serem enviados junto com o material e a documentação arqueológica à instituição de guarda definida pelo IPHAN, ou a obediência a protocolos rigorosos e detalhados com parâmetros compreensíveis não apenas para quem os estabeleceu, mas também para qualquer outro profissional envolvido na gestão dessas coleções, ainda que não sejam arqueólogos.

Todos os projetos analisados de fora do Rio Grande do Sul apresentaram diagnósticos histórico e arqueológico sem visita presencial, dos quais possivelmente o maior aproveitamento para os projetos de prospecção são os dados relacionados a sítios que haviam sido registrados anteriormente nos estados e, principalmente, na área de abrangência dos empreendimentos.

Os projetos de prospecção que antecederam seis dos projetos de salvamento e duas vistorias realizados em obras de instalação de usina hidroelétrica tinham por objetivo maior identificar e localizar sítios arqueológicos, e para isso utilizaram o modelo locacional aplicado por Milder (2000) a partir de características geoambientais, sem realizar a coleta de artefatos arqueológicos.

Os oito projetos de salvamento e o de prospecção analisados em virtude de terem gerado coleções para o Laboratório realizaram uma vasta documentação visual em forma de fotos, tanto dos sítios como das intervenções, croquis dos sítios arqueológicos e a descrição e localização em coordenadas UTM de ambos.

Embora os dados relacionados à metodologia aplicada nas intervenções tenham sido descritos e explicados, assim como as estratégias de utilização de níveis estratigráficos ou preestabelecidos, a ocupação vertical ou horizontal na área de escavação, ou seja, a ordem

---

120 Embora a incorporação provisória do material coletado no projeto de prospecção da linha de transmissão Tabuaté–Nova Iguaçu tenha sido recebida em fevereiro de 2013, as diretrizes e os procedimentos deveriam ter sido informados ao coordenador no ato da anuência dada pelo Laboratório, que foi anterior à portaria no *Diário Oficial da União* em 31 de março de 2012, mês em que o espaço recebeu a primeira profissional de Museologia.

em que ocorreu a escavação, nem sempre foi informada, o que dificulta a compreensão da ocupação da área pela equipe de pesquisa.

Os objetivos próprios da pesquisa arqueológica não estão diretamente atrelados aos objetivos das obras de engenharia, e foram os mesmos em todos os projetos analisados, direcionados para os sítios arqueológicos, buscando realizar um registro mais minucioso sobre eles, entendendo que o impacto sobre esse patrimônio pode ser monstruoso, ainda mais dentro de empreendimentos com porte como o das instalações de linhas de transmissão que interligam vários municípios do mesmo estado ou ainda de diferentes unidades federativas.

Tabelas de sondagem, fichas de registro do material que o conecta a sua localização dentro de cada sítio arqueológico, cadernos de campo e desenhos dos perfis de sondagem estão completamente ausentes da documentação desses projetos, enquanto os diagramas das sondagens foram incluídos em apenas dois: no salvamento na área das linhas de transmissão Chapadão–Imbirussu, Imbirussu–Sidrolândia e Sidrolândia–Anastácio e no salvamento das linhas de transmissão Cuiabá–Ribeirãozinho e Ribeirãozinho–Rio Verde Norte.

Ademais, a documentação pós-campo se resume praticamente a fotos e descrições, primando pela análise classificatória do material coletado sem descrever critérios de sistematização do registro ou relacioná-lo ao local onde foi coletado. Quando ocorreu de o texto dissertar que há uma relação entre os dois, inclusive em pontos cartesianos, não ficou explícito como essa relação foi estabelecida.

Através das imagens expostas em cada subtópico dos projetos foi possível inferir como foi desenvolvido o sistema de numeração que está relacionado ao sítio, a uma ordem crescente numérica relacionada ao projeto ou à localização regional, com uma segunda parte relacionada à classificação realizada no pós-campo.

No entanto, essa numeração não estabelece nenhuma individualidade nos artefatos ou nos fragmentos, visto que todos os objetos em determinado sítio, por exemplo o BSJ 11, recebem o mesmo número, no caso CT 295. Nesse sítio, os fragmentos cerâmicos classificados como bordas recebem o número 2 após um sinal de traço que separa as duas partes que integram o registro numérico, mas, não importa quantas forem as bordas em cerâmica, todas recebem o número CT 295-2. Não há identificação única nem mesmo qualquer relação estabelecida com a localização dentro do contexto do sítio arqueológico.

O problema é que são coleções sob guarda temporária e, mesmo que exista sentido em uma lógica interna para a equipe de profissionais que trabalharam nesses projetos, ainda que não explicitada na escrita dos relatórios e nos documentos e registros que os

acompanham, dificilmente haverá coerência para qualquer outra instituição que as receba em caráter definitivo. Talvez isso tenha ocorrido principalmente porque, nas equipes de trabalho, a composição era basicamente a mesma: arqueólogos, aspirantes a arqueólogos provenientes de formação como historiadores e, eventualmente, geólogo. Completamente ausentes dessas pesquisas estavam museólogos, conservadores, documentalistas, entre outros profissionais de áreas afins.

A ausência de protocolos e diretrizes que obrigassem os pesquisadores a depositar toda a documentação gerada em campo – assim como diários, rascunhos de croquis feitos a mão livre (não apenas o digitalizado em 3D) e fichas de sondagem que trouxessem no mínimo informações do material que foi recolhido, realizando uma identificação tanto em sentido vertical (camada) como em sentido horizontal (localização UTM no sítio arqueológico) – resulta em problemas que ecoam não apenas na gestão de coleções dentro do LASCA/UFSM, mas também, posteriormente, nas instituições que forem definidas como guardiãs pelo IPHAN.

Resta saber a quem caberá montar esses quebra-cabeças, e isso dependerá da definição sobre a transferência dessas coleções. Se passarem por um processo de documentação museológica antes de serem redirecionadas para outros espaços, pelo menos haverá alguma compreensão de se a pesquisa segue algum padrão, ainda que subjetivo, coordenada por pesquisadores associados ao espaço. No entanto, se a realocação for designada antes de o trabalho de gestão de coleções realizar o processamento desse material, o patrimônio arqueológico que será recebido por essas instituições se tornará uma incógnita, que se espera não seja como uma esfinge ameaçando “Decifra-me ou te devoro”.

## **CAPÍTULO 5**

# **INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA PELA EMPRESA ARQUEÓLOGOS PESQUISA E CONSULTORIA ARQUEOLÓGICAS**

## **5 – INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA PELA EMPRESA ARQUEÓLOGOS PESQUISA E CONSULTORIA ARQUEOLÓGICAS**

O maior diferencial desta investigação está na perspectiva de não apenas realizar uma análise do ponto de vista de quem recebe as coleções, como foi apresentado nos capítulos anteriores, mas também de compreender como o trabalho se desenvolve dentro da pesquisa arqueológica.

O objetivo foi observar, durante a intervenção de campo, como uma equipe de pesquisa se organiza, como sistematiza suas atividades diárias durante o trabalho de campo e de que forma ocorre a ocupação do sítio arqueológico para que, dessa maneira, sejam traçadas diretrizes que possam auxiliar na inclusão dessas atividades como parte do processo de ocupação do sítio e, conseqüentemente, do patrimônio arqueológico inserido na documentação museológica.

Neste capítulo, a princípio são apresentadas a equipe de pesquisa arqueológica e a investigação desenvolvida; em seguida, a abordagem e as estratégias metodológicas, o que as conduziu e, por fim, o trabalho realizado na etapa de curadoria e os resultados encontrados a partir da análise das atividades desenvolvidas no salvamento arqueológico.

### **5.1 – Empresa e equipe responsáveis**

A investigação sobre a musealização de coleções arqueológicas dos métodos de campo até a documentação museológica desde o princípio foi elaborada com a proposta de observação inserida em um trabalho de pesquisa no empenho de trazer um enfoque diverso do objeto de pesquisa. Nesse sentido, este trabalho foi acolhido pela Arqueólogos Pesquisa e Consultoria Arqueológica.

A palavra acolhimento foi escolhida não apenas por ter sido aceita pela empresa, o que já é um diferencial, visto que nem sempre as entidades estão dispostas a ser analisadas durante suas atividades, ainda que não seja de uma maneira diretamente avaliativa. Mas também por conta de a empresa se preocupar com as necessidades da pesquisa, dispor das informações e de equipamentos necessários para a segurança no local da pesquisa e compartilhar seus espaços inclusive de descanso e refeição durante o processo.

A empresa, como o próprio nome diz, tem suas atividades direcionadas para a investigação e assessoria em atividades relacionadas a Arqueologia Preventiva, em

universo heterogêneo de projetos de entidades públicas ou privadas que demandem o licenciamento ambiental, incluindo obras relacionadas à Arqueologia Urbana, como é o estudo de caso que ora se apresenta.

É importante ressaltar que parte da equipe que atua nesse projeto foi treinada em sentido teórico-metodológico e integrou, por muitos anos, a equipe de pesquisas coordenada pela arqueóloga Fabiana Comerlato; ao menos uma das pesquisadoras Jeanne Almeida Dias e Greciane Neres Nascimento participou de todos os projetos analisados no estudo de caso do MAE/UFBA coordenados pela referida arqueóloga.

No projeto de salvamento apresentado neste capítulo, Jeanne Almeida Dias é a coordenadora geral do trabalho, com quem foi estabelecido contato direto e de quem foi solicitada a permissão para realização desta investigação no âmbito da Museologia. Ela integrou a equipe de pesquisas arqueológicas coordenada por Fabiana Comerlato entre 2007 e 2013, e a partir de 2016 se tornou cofundadora e codiretora da empresa Arqueólogos, espaço em que vem desenvolvendo desde então suas atividades investigativas na Arqueologia.

Um diferencial dos trabalhos até agora analisados é que esse é o primeiro coordenado por uma profissional bacharelada em Antropologia e licenciada em Ciências Sociais (Universidade Federal da Bahia), além de ter mestrado em Arqueologia (PROARQ/ Universidade Federal de Sergipe), o que lhe confere o título de arqueóloga; também é especialista em Gestão e Educação Ambiental, com concentração em Direito Ambiental (FACIIP/UNIBAHIA) (CNPQ, 2021b). Isso é um dado importante, principalmente para entender o lugar de fala quando for abordada a questão do referencial teórico-metodológico do projeto.

A coordenação técnica do projeto é de responsabilidade de Railson Cotias da Silva, também fundador e diretor da Arqueólogos. Com formação em História com concentração em Patrimônio Cultural (Universidade Católica do Salvador), ele iniciou suas atividades na área arqueológica em 2001 e é mestre em Arqueologia pelo mesmo programa que sua colega da coordenação geral. Também é relevante mencionar que, diferentemente dos demais arqueólogos de projetos analisados anteriormente que assim como esse pesquisador tiveram sua formação de base em História, esse profissional teve formação enfatizando os estudos em Patrimônio Cultural.

Outra profissional com quem houve um contato direto, inclusive com maior frequência em virtude do acompanhamento das atividades realizadas durante a intervenção, foi a coordenadora de campo Greciane Neres do Nascimento. Ela também é licenciada em Ciências Sociais e bacharelada em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia, e

mestre em Arqueologia pelo mesmo programa *stricto sensu* da Universidade Federal de Sergipe dos dois pesquisadores referenciados anteriormente.

A equipe também foi formada por uma geógrafa na função de analista em Geoprocessamento, Rosana Santana, dois técnicos de campo, Luís Andrade e Weligton Soares de Lima, quatro auxiliares (disponibilizados pela empresa de Engenharia) e duas estagiárias,<sup>121</sup> Naiane Costa de Jesus Santos e Larissa Cruz da Silva Santos, para o trabalho em Laboratório; com exceção da primeira (Rosana Santana), durante a observação houve contato direto com todos os profissionais.

Desde a criação da Arqueólogos Pesquisa e Consultoria Arqueológica em 2016, a coordenadora do projeto analisado, Jeanne Almeida Dias, supervisionou e continua supervisionando dezoito projetos, que têm recebido apoio de quatro instituições:

- Núcleo de Pesquisas em Arqueologia (NEPAB) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que concedeu endosso para a pesquisa “Avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico do Parque Eólico Pedra do Reino V” (2017).

- Laboratório de Arqueologia e Paleontologia (LAP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que endossou:

- Em 2017: a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de influência da linha de transmissão 230 kV Complexo Eólico Babilônia–SE Morro do Chapéu II e Subestação do Complexo Eólico Babilônia, o levantamento arqueológico e educação patrimonial para o Parque Eólico Pedra do Reino IV e o acompanhamento arqueológico para a implantação do Hospital Metropolitano de Salvador.

- Em 2018: a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico para o Parque Eólico Pedra do Reino V e a avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico para o Complexo Eólico Santa Angélica.

- Em 2019: a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico para a área de implantação da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos (CTVR) LN, o Programa de Pesquisa Arqueológica, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para as obras de requalificação da colina da Igreja Senhor do Bonfim, a avaliação do potencial arqueológico para a obra de requalificação do Mercado Modelo – implantação do reservatório subterrâneo na Praça Cairu – e o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico para as obras da CTVR LN.

---

<sup>121</sup> Naiane Costa de Jesus Santos e Larissa Cruz da Silva Santos são ambas bachareladas em Arqueologia (Universidade do Estado da Bahia) e mestradas em Arqueologia e Patrimônio (Universidade Federal do Recôncavo Baiano).

➤ Em 2020: a perícia, o monitoramento e o resgate arqueológico para a obra de requalificação do Mercado Modelo – implantação do reservatório subterrâneo na Praça Cairu –, o Programa de Resgate, Acompanhamento e Perícia Arqueológica para a obra de restauro do Solar da Quinta do Tanque (Arquivo Público da Bahia), a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na construção do Terminal Náutico Cachoeira, a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na construção do Terminal Náutico Maragogipe, o projeto de gestão do patrimônio arqueológico para as obras da CTVR LN, a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico do veículo leve de transporte (VLT) Monotrilho do Subúrbio Fase 1, Trecho 01, a gestão do patrimônio arqueológico do Complexo Logístico Colorado e a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico do VLT Monotrilho do Subúrbio Fase 1, Trecho 02.

➤ E até fevereiro de 2021: a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico do VLT Monotrilho do Subúrbio Fase 1, Trecho 03.

- Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que apoiou o acompanhamento arqueológico para a implantação do Hospital Metropolitano de Salvador.

- Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etnografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), que concedeu apoio institucional para a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico nas áreas de influência das Usinas Solares Fotovoltaicas Sertão Solar Barreiras I, II, III e IV (2018), a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico do Complexo Logístico Colorado (2019) e a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico do Complexo Sertão Solar Barreiras II (2020 e 2021).

O contato realizado com a coordenadora se deu no período entre 5 de janeiro e 8 de fevereiro de 2020, culminando no acompanhamento da intervenção de campo no Arquivo Público do Estado da Bahia que já estava em andamento naquele período, como será descrito no subtópico a seguir. Nesse ponto, também é importante frisar que o tempo de pesquisa foi encurtado em virtude da pandemia de Covid-19, no que se refere tanto aos trabalhos de campo como ao acesso às atividades realizadas no processo de curadoria em Laboratório.

## **5.2 – Do projeto arqueológico analisado**

As observações e o acompanhamento do trabalho realizado pela empresa Arqueólogos Pesquisa e Consultoria Arqueológica foram efetuados *in loco*, no período entre 12 e 19 de fevereiro de 2020, em dias intermitentes, e posteriormente foi realizada uma

visita em Laboratório no dia 05 de novembro do mesmo ano. Ambas as atividades estão relacionadas ao Programa de Resgate, Acompanhamento e Perícia Arqueológica para a obra de restauro do Solar da Quinta do Tanque (Arquivo Público da Bahia) e serviram como fonte de pesquisa primária para esta investigação.

Também foi utilizado como fonte bibliográfica o projeto de pesquisa cedido pela empresa através da coordenadora de campo, visto que o contato foi realizado depois do projeto e da pesquisa de gabinete realizada antes da intervenção. O projeto subsidia algumas análises de âmbito teórico, assim como concernentes às diretrizes utilizadas, bem como aos objetivos iniciais da equipe de pesquisa.

Além disso, foram realizadas pesquisas no Sistema Eletrônico de Informações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em que foram localizados dados visuais e documentos que explicitam o andamento do processo de pesquisa, desde a vistoria dos trabalhos de engenharia e sua paralisação até a atual fase do processo, que ainda não foi concluído; tampouco foram publicados os relatórios finais de pesquisa até a data de finalização desta tese.

Os trabalhos de restauração foram iniciados em janeiro de 2019, paralisados em fevereiro e retomados em janeiro de 2020, após a publicação da permissão de pesquisa, um ano depois do início das obras. É importante ressaltar que, embora as atividades de campo tenham se iniciado nesse período, o projeto de pesquisa arqueológico foi elaborado em novembro de 2019 após a contratação da empresa de consultoria.

A permissão para a pesquisa foi concedida pela portaria Nº 4 de 17 de janeiro de 2020 com o endosso institucional do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia (LAP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com o objetivo de “identificar o potencial arqueológico das áreas afetadas pela obra de requalificação na área de implantação do Arquivo Público do Estado da Bahia”, ao mesmo tempo que minimiza os impactos dos trabalhos da obra de engenharia (DIAS, J., 2019).

As atividades de pesquisa arqueológica foram desmembradas em três partes, sendo a primeira delas a realização de uma inspeção no local em que já havia sido iniciado o trabalho da engenharia no flanco leste do edifício, que foi seguida pela realização do salvamento arqueológico na área anexa à área vistoriada e, finalmente, pelo monitoramento dos trabalhos realizados pela empresa de engenharia, principalmente nos lugares em que há impacto direto no solo.

A primeira vistoria do IPHAN na obra do Solar da Quinta do Tanque foi realizada por técnicos de arquitetura, que durante essa atividade identificaram uma grande quantidade de material arqueológico exumado até aquela data – 21 de fevereiro de 2019 –, advinda da

área lateral esquerda do prédio durante a escavação das sapatas pela empresa de engenharia, na área onde foi construído o refeitório, conforme visualizado na Figura 55 (BRASIL, 2019b).

Figura 55 – Acima, artefatos exumados da área de construção do refeitório; abaixo, intervenção realizada pelo empreendedor na área de construção do refeitório anexo ao prédio-sede



Fonte: Fotos de Matheus Xavier contidas em Brasil (2019a).

Os vestígios encontrados nessa área são de diferentes materiais: metais (41), peças de cerâmica (179), como cachimbos africanos (8), que testemunham a escravidão no período colonial, porcelanas (244) que auxiliam nas análises como marcadores temporais, assim como moedas (3) com inscrições, ambas da metade do século XIX, além de ossos (9) e material construtivo (62), remetidos à sede do IPHAN-BA em 22 de março de 2019 (BAHIA, 2019).

A remessa desse material resultou da segunda vistoria do IPHAN, realizada um mês depois, dessa feita por servidores do Núcleo de Arqueologia (NUAR), que encontraram outras áreas escavadas para as sapatas do prédio do refeitório – no total mais cinco (Figura 56) –, além de tratamento curatorial realizado por leigos, que procederam à limpeza e exposição do material, inclusive os divulgando em rede televisiva, em desconformidade com a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961. Houve danos irreparáveis para o patrimônio arqueológico, como a destruição estratigráfica e da fundação arquitetônica de edificações anteriores (BRASIL, 2019b); as perdas para a pesquisa e análise do sítio enquanto patrimônio arqueológico não são apenas arqueológicas, mas também geoambientais. A documentação arqueológica que deve ser gerada durante a investigação e o salvamento do material não pode ser refeita.

Figura 56 – Abertura de mais cinco cavas para sapatas realizada pela equipe de engenharia do empreendimento entre 21 de fevereiro e 22 de março de 2019, datas das duas vistorias do IPHAN



Fonte: Brasil (2019b, anexo).

Apesar da recomendação da primeira nota técnica encaminhada pela equipe técnica de arquitetura do IPHAN, foi apenas após a emissão da segunda nota técnica que os trabalhos de engenharia realizados nessa área externa foram interrompidos até a contratação da empresa para realização dos estudos de Arqueologia Preventiva.

Não obstante as escavações arqueológicas terem sido finalizadas antes do Carnaval de 2020, de 20 a 26 de fevereiro de 2020<sup>122</sup>, a portaria com validade de dez meses viabilizou

<sup>122</sup> A etapa de salvamento foi realizada num período iniciado em 20 de janeiro até 19 de fevereiro de 2020. As observações foram realizadas na última semana, a partir de 12 de fevereiro, visto que os trâmites entre o contato inicial com a coordenadora do projeto e o aceite da inserção e introdução da pesquisadora desta

a execução da terceira etapa de atividades arqueológicas, correspondente ao monitoramento das obras de engenharia nas áreas em que houve intervenção no solo.

É importante ressaltar que, embora estivessem finalizadas as pesquisas de campo e a obra de restauração estivesse concluída, de forma que no início de novembro de 2020 o Arquivo Público do Estado foi reaberto para a sociedade, as atividades de curadoria no material retirado ainda estavam em andamento em 5 de novembro de 2020<sup>123</sup> na Rua das Portas do Carmo, nº 2, Pelourinho, Centro Histórico de Salvador.

Entre os objetivos específicos da pesquisa, para além de cumprir os requisitos legais de proteção do patrimônio arqueológico estão a colaboração no desenvolvimento de conhecimento relacionado à preservação do patrimônio arqueológico na esfera estadual e, mais especificamente, na municipal; a localização e o reconhecimento de contextos e material arqueológico na área da intervenção, registrando minuciosamente o planejamento e a execução das ações realizadas na pesquisa; e a execução das atividades pré-campo, a partir de fontes históricas e do levantamento de investigações arqueológicas anteriores, bem como o cruzamento desse conteúdo com os dados colhidos durante a pesquisa de campo e suas análises posteriores.

O trabalho foi empreendido pela Fundação Pedro Calmon Centro de Memória e Arquivo Público e realizado pela Marsou Engenharia Eireli, responsável pela contratação da pesquisa arqueológica, com o propósito de restaurar o prédio que é utilizado como sede, assim como a edificação anexa de período contemporâneo. Além disso, o empreendimento inclui a construção de muros que delimitem a área do imóvel, evidenciando a distância de outros imóveis na circunvizinhança (Figura 57), e a construção de refeitório e sanitários para os funcionários.

---

investigação junto à equipe de campo nas atividades de intervenção foram concluídos em 08 de fevereiro.

123 Em virtude da pandemia da Covid-19 e dos procedimentos recomendados pela Organização Mundial de Saúde para conter a disseminação do vírus, não foi possível o acompanhamento da etapa de curadoria como ocorreu durante as atividades de campo. Diferentemente das atividades interventivas, que foram ao ar livre, a análise, o registro e a higienização do material foram realizados em um espaço fechado, com as pesquisadoras hospedadas no andar superior das salas onde funcionou o laboratório. Por isso, foi agendada uma visita seguindo os protocolos de segurança e é importante registrar o acolhimento dado pelas responsáveis por essa etapa, Naiane e Larissa, bem como pela empresa Arqueólogos Consultoria.

Figura 57 – À esquerda, casas da vizinhança cuja delimitação com o terreno da Quinta do Tanque é irregular e insuficiente, permitindo o acesso facilitado entre as duas áreas; a direita, área de intervenção arqueológica



Fonte: Foto de Luciana Ballard, 19 fev. 2020.

A Quinta do Tanque remonta ao século XVI, denominada na época como Quinta dos Padres. Era utilizada como uma casa de campo pertencente à Ordem dos Jesuítas até meados do século XVIII, quando, depois da expulsão dos eclesiásticos, foi adquirida por João Rodrigues Pereira em 1762. Em 1787, já sob administração do governo do estado, abrigou o Hospital de São Cristóvão da Quinta dos Lázaros, cujo propósito era o cuidado e asilo de enfermos com hanseníase, além de acomodar um cemitério. Em 1949, o hospital foi transferido para outra área e a Quinta do Tanque foi tombada no Livro de História do IPHAN, sob o registro nº 258. A partir de 1980, o conjunto arquitetônico passou a abrigar o Arquivo Público do Estado da Bahia, função que desempenha até os dias atuais (DIAS, J., 2019).

Quanto à empresa Arqueólogos, com quatro anos e meio de fundada, criou formulários e fichas de preenchimento tanto para seus trabalhos em campo como para a curadoria do material recolhido, além de possuir base de dados própria para realizar a gestão do patrimônio arqueológico. Sua atuação tem se concentrado no território baiano e ela segue diretrizes internacionais e nacionais de documentos normativos e legislativos visando à proteção do patrimônio arqueológico, assunto apresentado no próximo subitem.

### 5.3 – Documentos e diretrizes

A Arqueólogos, uma empresa relativamente jovem, nasceu em um período de mudanças no que diz respeito à criação de normativas na área de preservação do patrimônio arqueológico, especificamente a publicação da Portaria 196, de 18 de maio de 2016.

Diferentemente das pesquisas analisadas até o momento, o projeto de pesquisa da intervenção realizada na Quinta do Tanque inclui de forma explícita não apenas as disposições legais em que se baseiam as pesquisas arqueológicas de forma geral, mas também as instruções e diretrizes internacionais para o tratamento e a gestão do patrimônio arqueológico. São elas:

- O documento de Nova Delhi (UNESCO, 1956), que define vestígios e pesquisa arqueológica, e aborda os princípios relacionados à proteção legal e à transparência de informação sobre as evidências materiais, a área em que foram localizadas e a própria pesquisa que deve ser comunicada, identificada e outorgada, respectivamente. Além disso, defende a criação de órgãos de proteção das investigações arqueológicas, assim como recomenda que as coleções sejam incorporadas de forma centralizada, permitindo o estudo comparativo delas.

- A *Carta de Lausanne* (ICOMOS, 1990), que define o patrimônio arqueológico e destaca a importância de normatização para projetos de empreendimentos para o desenvolvimento de determinada região, visando a conter os efeitos sobre o patrimônio arqueológico em virtude de sua destruição ser irreparável. Também sugere que sejam reservados recursos financeiros e criadas políticas integradas em prol da preservação do patrimônio arqueológico, bem como da qualificação profissional que colabora para a gestão do patrimônio arqueológico. Ademais, incentiva a criação de inventários para subsidiar as investigações científicas, a realização da conservação *in situ* do patrimônio arqueológico e a difusão, por meio de dados ou inclusive reconstituições, dos resultados das pesquisas científicas efetuadas.

Quanto aos documentos legais em âmbito nacional, o projeto de pesquisa da intervenção no Arquivo Público do Estado da Bahia se baseia:

- Na Lei Nº 3.924, de 26/07/1961 (BRASIL, 1961), que define monumento arqueológico e versa sobre a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, incluindo o espaço de coleta, direcionada não apenas para a sua integridade física; também determina que ocorram pesquisas preventivas anteriores a quaisquer obras de impacto ao patrimônio, cujos produtos são tutelados pelo Estado. Essa lei também define as sanções penais e

multas para a exploração precipitada aos estudos científicos, bem como para o transporte desautorizado do patrimônio arqueológico para outros países. Além disso, estabelece a manutenção de um cadastro nacional de monumentos arqueológicos cuja responsabilidade de registro é da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

- Na Lei Nº 6.938/81, Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), que define parâmetros de proteção do meio ambiente, entre os quais se inserem como recursos ambientais o solo e o subsolo, cuja preservação deve ser garantida da mesma maneira que o crescimento social e econômico.

- Na Resolução CONAMA Nº 001/1986 (BRASIL, 1986), que considera a necessidade de realização de diagnóstico sobre os impactos ambientais, incluindo o uso e a ocupação do solo, assim como relacionados aos monumentos e sítios arqueológicos, antes de conceder licença ambiental para a realização de empreendimentos, definindo a forma e os procedimentos para a inclusão da pesquisa arqueológica dentro dessas circunstâncias.

- Na Portaria Nº 7 de 1988 do MINC/SPHAN (BRASIL, 1988b), que, como já dito no capítulo 2, aborda a regulamentação e supervisão das pesquisas arqueológicas no país, incluindo a definição dos critérios para concessão de autorizações e renovações de autorização para que elas sejam realizadas. O documento instrui que são necessárias a elaboração e a entrega do projeto de pesquisa e dos relatórios parciais e final. No projeto são identificados quem (arqueólogos responsáveis), o que (qual a pesquisa), onde (local da pesquisa), quando (período de duração das atividades), como (metodologia), por que (justificativa) e para que (propósito da pesquisa), assim como os resultados (qual instituição incorporará as coleções e como os dados serão divulgados). Nos relatórios, toda a documentação arqueológica é apresentada, seja ela visual, seja textual, gráfica ou em qualquer outro formato, incluindo formulários. Todos esses dados permitem compreender não apenas os resultados, mas também o processo metodológico efetuado para chegar a eles.

- No artigo 216, parágrafo 5º, e no artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988a), que, respectivamente, define o patrimônio cultural do Brasil e inclui o sítio arqueológico como parte dele; e confia ao poder público a proteção do meio ambiente, impondo a pesquisa precedente sobre o impacto ambiental – o que abrange o patrimônio cultural e, conseqüentemente, arqueológico – antes da realização de qualquer empreendimento.

- No Decreto Federal Nº 3.551 de 2000 (BRASIL, 2000a), que estabelece o registro de bens imateriais inseridos no patrimônio cultural do país e funda o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial com o propósito de identificar e relacionar esse tipo de patrimônio.

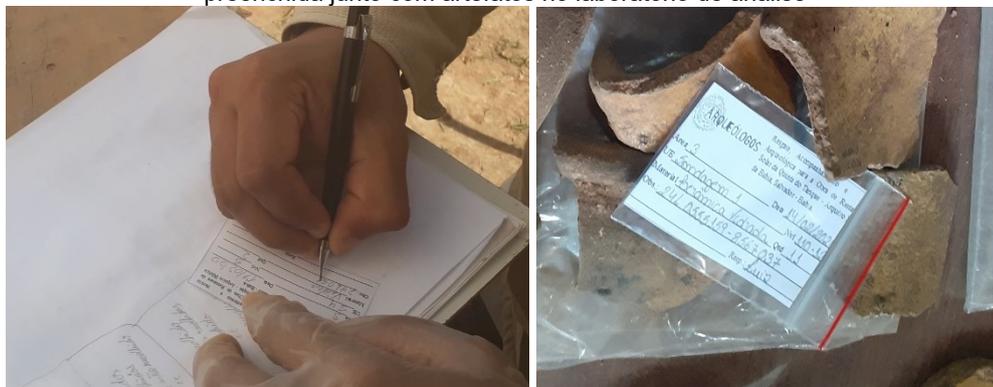
• Na Portaria Nº 196 de 2016 do IPHAN (BRASIL, 2016), também explanada anteriormente, que cria três ferramentas de registro objetivando estabelecer métodos de preservação do patrimônio arqueológico: (1) um cadastro das instituições que incorporam as coleções arqueológicas no Brasil; (2) uma ficha cadastral dos bens arqueológicos móveis; e (3) um comprovante de admissão de coleções arqueológicas.

A empresa Arqueólogos não criou documentos ou protocolos que estabelecem modelos ou critérios para a elaboração da documentação museológica, mas busca atender aos procedimentos requisitados pelos locais de salvaguarda que concedem endosso institucional para pesquisas que resultam em coleta de evidências arqueológicas incorporadas às suas coleções, sempre que existam.

O que a Arqueólogos criou foram ferramentas documentais, tais como as etiquetas de registro de campo, com dados que são ensacados junto com o material coletado, principalmente aqueles relacionados com a localização dentro da área escavada; fichas de arrolamento impressas e digitais em editor de planilhas; e formulários criados dentro de uma base de dados proprietária.

A etiqueta de registro de campo (Figura 58) é um instrumento individual que, além da identificação da empresa e do projeto, especifica o responsável pelo preenchimento, o tipo e o quantitativo de material armazenado no saco *ziplock*, a localização de forma mais abrangente relacionada à área em que foi localizada, bem como a posição específica em termos horizontais, identificando a sondagem, e em sentido vertical, apontando o nível de onde o artefato foi retirado; essas duas informações estão anotadas sob os metadados UE (Unidade de Escavação) e Nível, respectivamente. A etiqueta também tem um item de observação que, no caso desta pesquisa, foi utilizado para as coordenadas UTM.

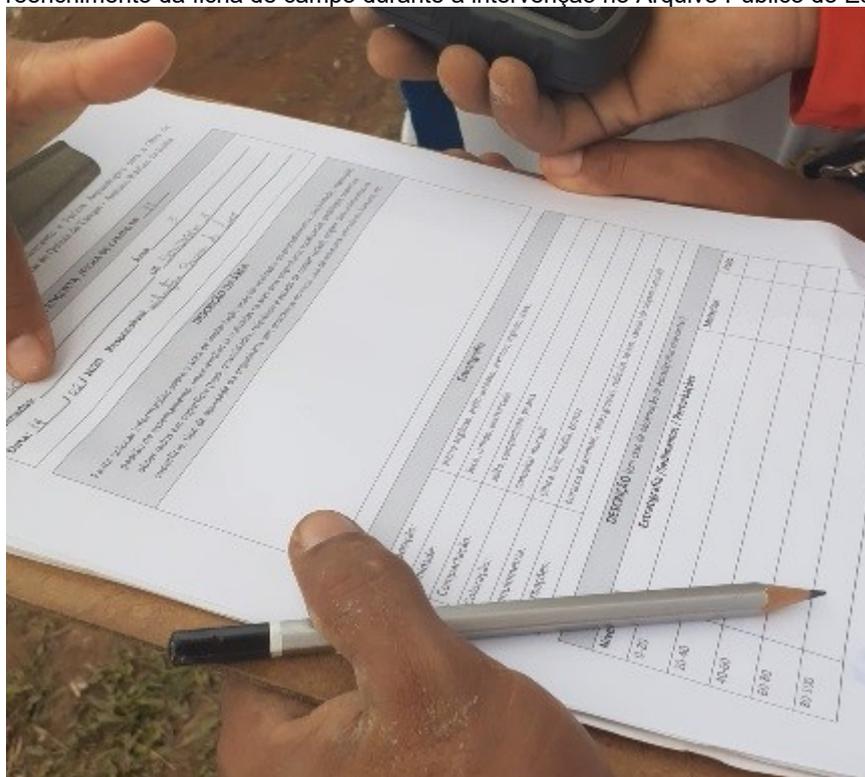
Figura 58 – À esquerda, preenchimento da etiqueta em campo; a direita, ficha preenchida junto com artefatos no laboratório de análise



Fonte: Fotos de Luciana Ballardo (17 fev. e 05 nov. 2020).

Outro documento-modelo criado e utilizado pela empresa é a ficha de campo (Figura 59), que foi desmembrada em quatro seções: (1) identificação geral, contendo a atividade realizada, a área, a unidade de escavação, coordenadas em UTM, a data e o(a) responsável, muito semelhante à etiqueta que acompanha o material coletado; (2) um campo que corresponde ao espaço de descrição da área, que nesta pesquisa forma um total de três áreas; (3) dados estratigráficos, como a composição, a umidade, a compactação, a coloração, a granulometria e perturbações; (4) descrição estratigráfica por níveis, trazendo a classificação sobre os sedimentos e apontando possíveis perturbações em cada camada, além de identificar a presença de material em cada nível e o quantitativo de fotos, relacionando o registro numérico das fotos com a camada da sondagem.

Figura 59 – Preenchimento da ficha de campo durante a intervenção no Arquivo Público do Estado da Bahia



Fonte: Foto de Luciana Ballardó (14 fev. 2020).

Há outros documentos gerados em campo que não são de preenchimento pela equipe da Arqueólogos, e sim registros visuais e descritivos realizados pelos pesquisadores, que serão abordados no próximo subtópico. A empresa criou também outros modelos de documentos que são utilizados na fase de análise e registro dentro do laboratório, alguns deles alimentados diretamente com os dados de campo e outros com informações criadas a partir da configuração da pesquisa, como o número de registro de cada artefato, por exemplo.

Em laboratório é realizado o arrolamento de todo o material coletado em campo. Em um primeiro momento o preenchimento é realizado em formato impresso e posteriormente, em formato digital (Figura 60), é criado num editor de planilhas e alimentado com dados colhidos em campo relacionados à localização do artefato e à identificação do tipo de material, além de dados designados durante o processo de curadoria, como o número de catálogo, o número da caixa onde o material foi acondicionado sob o metadado “curadoria”, além do responsável pelo preenchimento dos dados.

Figura 60 – Preenchimento da planilha com o arrolamento do material advindo da intervenção no Arquivo Público do Estado da Bahia

Unidade de Escavação (UE)	Código - Nivel	Nº de Tombo	Material	Curadoria	Responsável	Observação
	Cod (Nivel em)					
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-1	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-2	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-3	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-4	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-5	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-6	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-7	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-8	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-9	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-10	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	CACHIMBO FRAGMENTADO
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-11	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-12	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-13	CERÂMICA NÃO VIDRADA	3	LARISSA	
SONDAGEM 1	2 10-20	SAP-BA-2/1-2-14	CERÂMICA VITRIFICADA	3	LARISSA	

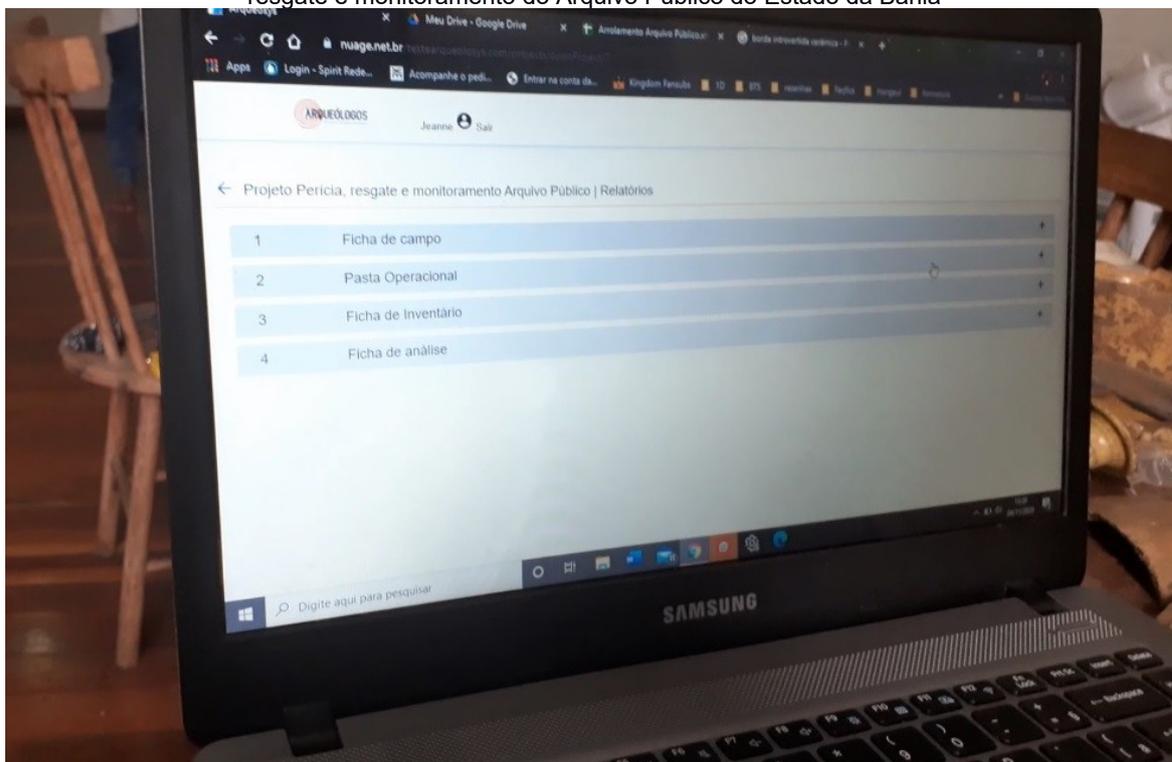
Fonte: Foto de Luciana Ballardó (05 nov. 2020).

Após o preenchimento da planilha, os documentos utilizados para o tratamento das informações passam a fazer parte de uma base de dados proprietária, a *Arqueosys*, que leva a logomarca da empresa Arqueólogos Consultoria e pode ser acessada via internet, em qualquer local, com o perfil do usuário responsável pela inserção dos dados.

Nela estão salvaguardados os dados de todos os projetos pelos quais a empresa é responsável, que são classificados a partir de pastas de arquivo, assim como acontece com programas exploradores de arquivo. Dentro de cada pasta estão armazenados todos os dados, em conjunto e individuais, relacionados a cada projeto, em forma de planilhas.

Dentro do projeto do Arquivo Público estão inseridas as planilhas designadas como ficha de campo, preenchida durante a intervenção – com outra apresentação, mais próxima de um formulário (apresentada anteriormente na Figura 60) –, ficha de inventário e ficha de análise, conforme pode ser visualizado na Figura 61.

Figura 61 – Documentos agregados à pasta do projeto de perícia, resgate e monitoramento do Arquivo Público do Estado da Bahia



Fonte: Foto de Luciana Ballardó (05 nov. 2020).

A ficha de inventário comporta os mesmos dados que estão apresentados no arrolamento em planilha. Já a ficha de análise é direcionada para cada artefato especificamente, com dados descritivos e analíticos como peso, medidas, coloração, identificação do artefato, tipo de borda, tipo de base, marcas de inscrição (caso existam), métodos de fabricação, material, processo decorativo, marcas de uso, forma, função, além de um metadado para observações para caso seja necessário inserir informações que não foram contempladas em outros campos da planilha, e da data de modificação.

É importante ressaltar que esses documentos utilizados no projeto de intervenção no Solar Quinta do Tanque seguem um padrão criado pela empresa para todos os projetos de pesquisa realizados pela Arqueólogos com suas devidas adaptações. Por exemplo, o cabeçalho dos documentos, com a mudança, corresponde à identificação da pesquisa.

Outros documentos são gerados no âmbito da documentação arqueológica, no entanto eles serão analisados em subtópico posterior, junto com o sistema de registro introduzido, após serem tratados os pontos relacionados aos critérios e métodos empregados na pesquisa.

#### 5.4 – Pesquisa arqueológica: critérios e métodos

Por se tratar de um projeto multifacetado em que são realizadas atividades de salvamento, monitoramento e vistoria arqueológica, foram utilizados critérios diferenciados para cada uma das etapas desenvolvidas de acordo com o objetivo específico de cada uma.

Entre os critérios utilizados estão: a pesquisa histórica em fontes visuais e textuais, que consta no projeto de pesquisa e foi realizada antes das intervenções em campo; o início das obras de engenharia com antecipação de um ano em relação à pesquisa arqueológica; a utilização do projeto do empreendimento como fundamentação para a realização das intervenções na pesquisa arqueológica, além do reconhecimento espacial por sistema georreferenciado.

O projeto de pesquisa é baseado em investigação histórica escrita e visual que agrega informações sobre os diversos usos do Solar Quinta do Tanque desde a edificação até os tempos atuais, além das reformas e reestruturações a que essa estrutura foi submetida no decorrer da história. Esse critério auxiliou na compreensão dos diversos momentos históricos ali presentes, desde os tempos coloniais até o uso atual como Arquivo Público, o que ocasionou o conhecimento prévio de alguns contextos presentes no sítio arqueológico.

A antecipação do trabalho de engenharia, principalmente a interferência na superfície e no solo da área designada para uma construção nova, trouxe danos irreparáveis ao patrimônio arqueológico, o que compele a equipe de pesquisa a se adequar a uma realidade que está longe da ideal para o trabalho de análise, principalmente no que concerne ao contexto estratigráfico. Esse tipo de impacto pode ser tão danoso quanto aqueles causados por forças da natureza do ponto de vista geoambiental; a ação antrópica com a exumação de artefatos sem registros adequados faz com que esses vestígios não possam ser relacionados a sua localização exata dentro do estudo espacial, tirando aquilo que é a identidade do artefato arqueológico: as informações exógenas que podem traçar suas relações com outros objetos que estavam ali depositados, impossibilitando a visualização, ainda que virtual, daquilo que era o sítio arqueológico antes da intervenção.

Cada uma das etapas da pesquisa acarreta especificidades e, em alguns casos, diferentes abrangências espaciais; como a pesquisa foi desmembrada em três modalidades – perícia, monitoramento e salvamento –, os métodos utilizados atenderam as necessidades especializadas de cada uma dessas atividades. Além disso, fisicamente a equipe de campo definiu na lateral do prédio uma divisão de três subáreas denominadas Área 1, Área 2 e Área 3, determinando por meio de zoneamentos a análise e, posteriormente, as

intervenções realizadas em unidades de escavação, em forma de sondagens ou trincheiras nesse caso específico.

A primeira atividade foi a inspeção sistemática na área delimitada pelo empreendimento, utilizando como metodologia inicial a busca por manchas no solo e a realização de exame minucioso na extensão onde foram encontradas evidências arqueológicas. Nessa etapa, a área que demandou maior atenção estava na parte externa do prédio, onde há um projeto arquitetônico para a instalação de um novo edifício anexo.

Após a verificação do espaço onde tinham sido coletados materiais que foram encaminhados para a sede do IPHAN da Bahia e a comprovação dos impactos causados pelas obras de engenharia sem supervisão arqueológica, a equipe de pesquisa da Arqueologia decidiu efetuar a abertura de duas sondagens, com medidas de 1 x 1 metro, conforme pode ser observado na Figura 62, na área que passou a ser designada pela coordenação de campo como Área 1, que corresponde à área em que foram escavadas nove sapatas para a instalação do novo prédio para abrigar o refeitório.

Figura 62 – As duas sondagens (S1 e S2) realizadas na Área 1, protegidas por fita de demarcação. No entorno, as cavas para sapatas cobertas por placas metálicas



Fonte: Foto de Luciana Ballardó (12 fev. 2020).

A transferência das 546 peças recolhidas durante o trabalho de engenharia sem supervisão de pesquisa arqueológica na Área 1, antes da permissão publicada em portaria de 20 de janeiro de 2020, que se encontram na sede do IPHAN-BA, foi solicitada pela empresa Arqueólogos para serem acondicionadas provisoriamente em uma sala do prédio do Solar

da Quinta do Tanque, utilizada como laboratório de curadoria para o tratamento e a análise do material, e encaminhamento posterior para a instituição endossante (BRASIL, 2020b).

Finalizadas a vistoria e as escavações na Área 1, foram iniciadas as atividades de salvamento das áreas subsequentes. Na Área 2 foram realizadas cinco sondagens, quatro de 1 metro quadrado com proximidade que não ultrapassou 1 metro de distância, e profundidade<sup>124</sup> variada (a sondagem 2, por exemplo, teve 1,90 metro e a sondagem 4 teve 1 metro), ladeando a fundação de concreto armado de uma estrutura arquitetônica subtraída, e uma de 1 x 0,5 metro e 70 centímetros de profundidade (sondagem 5, no topo da área, conforme mostra a Figura 63).

Figura 63 – À esquerda, quatro sondagens (S1, S2, S3 e S4) na parte mais baixa da Área 2; no centro, as mesmas sondagens vistas de outro ponto de vista mas próximo; à direita, sondagem (S5) no topo da Área 2, no limite da trincheira realizada na Área 3



Fonte: Fotos de Luciana Ballardo (14 e 19 fev. 2020).

O poligonal da Área 2 é o menor das três subáreas, além de ter estruturas de concreto bordeando a Área 3 e ser ocupado por vegetações como palmeiras no limite com a Área 1 na parte mais íngreme do terreno dentro desse perímetro. As sondagens foram realizadas com distanciamento muito próximo, inferior a 1 metro, numa área demarcada pelos muros das residências que ladeiam a parte leste da Quinta do Tanque.

<sup>124</sup> É importante recordar que a profundidade de uma unidade de escavação está relacionada com a esterilidade da camada. Apesar de próximas, as variações entre a camada estéril de uma sondagem e outra chegam a 90 cm.

Na Área 3 foram efetuadas cinco intervenções; a sondagem 1 foi uma trincheira de 1,5 metro por 0,5 metro com profundidade de 1,80 metro, ao lado da sondagem 5 da Área 2; as outras quatro tinham área de 1 x 1 metro, conforme mostra a Figura 64.

Figura 64 – Acima, uma trincheira e três sondagens na Área 3; abaixo, a sondagem 3 e sua posição em relação à sondagem 4, identificada na foto superior



Fonte: Fotos de Luciana Ballardó (19 fev. 2020).

Foram realizadas três sondagens na Área 3, uma na trincheira (devido à localização na parte mais alta do terreno) e outras nas sondagens 2 e 3 (para ajudar a estabelecer os perfis estratigráficos em áreas em que isso ainda não havia sido efetuado). As duas primeiras tiveram 1 metro de profundidade e a última, 40 centímetros. Essa metodologia foi

utilizada para a confirmação da esterilidade encontrada nas duas camadas anteriores. A trincheira, como já dito, alcançou 1,80 metro de profundidade; a sondagem 2, 1,40 metro; sondagem 3, 1,90 metro; a sondagem 4, 1,20 metro; e a sondagem 5, 1,50 metro.

Concluídas as etapas de perícia e salvamento, nos meses subsequentes até a finalização do projeto de restauração e construção do prédio anexo restava a realização do monitoramento arqueológico das atividades desenvolvidas pela engenharia no subsolo da área do empreendimento.

No entanto, devido à insuficiência de verbas, o projeto de construção do refeitório não foi sequer iniciado e após as atividades de salvamento a área permaneceu inalterada. Nesse ínterim, a Marsou Engenharia se concentrou nas obras de restauro no prédio do Solar Quinta do Tanque, cujos trabalhos foram finalizados e entregues até a reabertura do Arquivo Público do Estado da Bahia, que ocorreu em um evento de inauguração com a presença de autoridades envolvidas com o andamento da obra, como o diretor da Fundação Pedro Calmon, Zulu Araújo, em 04 de novembro de 2020.

É importante ressaltar que, até o dia 14 de agosto de 2020, o material arqueológico que se encontrava acondicionado na sede do IPHAN, no centro de Salvador, solicitado pela Arqueólogos, ainda não havia se incorporado aos vestígios resgatados pelo programa de monitoramento, perícia e salvamento. As 546 peças já foram classificadas e quantificadas e estão sob a guarda do órgão até a efetiva viabilização da transferência e posterior integração ao restante da coleção (BRASIL, 2020a).

Além disso, em 5 de novembro de 2020, em visita ao laboratório de curadoria no Pelourinho, também não foi constatada a presença desse material, que deverá ser remetido junto com o resto da coleção ao Laboratório de Arqueologia e Paleontologia (LAP) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), instituição que concedeu seu apoio institucional, se responsabilizando pela incorporação do patrimônio arqueológico ora discutido.

O deslocamento desse material, no caso de estudos no âmbito da Arqueologia de salvamento, normalmente é realizado pela empresa responsável pelo trabalho de engenharia, que faz com que o material chegue à instituição endossante seja por cedência, seja pelo custeio do transporte.

Embora essa atividade de deslocamento do material que ora se encontra na IPHAN, que deve ser realizada em acordo pelas duas empresas – o empreendedor e a consultoria arqueológica –, não consista em uma barreira para a concessão de licenças ambientais futuras e a validação de relatórios de pesquisa, a exigência de incorporação ao restante da coleção (BRASIL, 2020a) e, para isso, a necessidade de transporte e seus custos tornam-se um entrave para a finalização e remessa de relatório final. Esse passou a ser um

instrumento que pode garantir o desenrolar dos tratos entre as entidades interessadas e a realização dos trâmites que concluem o projeto como um todo, ao se depositar o material do projeto arqueológico no seu destino final.

### **5.5 – A organização espacial, a documentação arqueológica e o sistema de catalogação arqueológico**

Atualmente, a maior parte das instituições que incorporam coleções arqueológicas tem se empenhado em estabelecer protocolos ou critérios mínimos que direcionem as práticas de empresas que trabalham no âmbito da Arqueologia Preventiva, e se certifica de que sejam cumpridos os termos estabelecidos nesses documentos para a concessão de endosso institucional para os programas, sejam de salvamento, sejam de monitoramento, de prospecção ou de outra modalidade.

A instituição responsável pela salvaguarda do material coletado no Solar Quinta do Tanque, como identificado anteriormente, é o Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade do Estado da Bahia, localizado no município de Senhor do Bonfim, no centro-norte do estado da Bahia, distante 375 quilômetros da capital da unidade federativa. A entidade possui um protocolo de ingresso de coleções, no entanto não há como descrever quais são as diretrizes constantes nele, uma vez que não foi disponibilizado o acesso ao protocolo pela instituição<sup>125</sup>.

Apesar de a grande maioria dos investigadores na área de Arqueologia ter um conceito limitado sobre a gestão de coleções em instituições museológicas, àqueles que convivem ou conviveram com a realidade interna desses espaços, ainda que não como responsáveis diretos, realizando atividades relacionadas à curadoria de coleções é proporcionada a experiência e compreensão da importância da documentação arqueológica para fundamentar a documentação museológica das coleções. Nesse sentido, o processo investigativo, principalmente durante a intervenção de campo, tem um papel fundamental.

Durante a análise das fontes documentais, como o projeto de pesquisa, e o acompanhamento das atividades desenvolvidas no campo, ambos servindo para direcionar a elaboração da documentação arqueológica, foram identificados dois elementos: a indicação de objetivos específicos diretamente relacionados à criação e gestão de informações no âmbito da pesquisa arqueológica, e a integração da pesquisa de campo nas

---

125 O primeiro contato por e-mail foi feito com a coordenadora do Laboratório em 09 de julho de 2020, com os dados da pesquisa e a identificação da pesquisadora, solicitando que, caso existisse esse documento na instituição, ele pudesse ser disponibilizado. O e-mail foi respondido em 24 de julho afirmando a existência desse protocolo. No mesmo dia, foi enviado e-mail com um ofício anexo formalizando a requisição de acesso ao protocolo de ingresso à coordenadora do Laboratório, que não foi respondido até a defesa da tese.

seqüências de ocupação do sítio, mesmo que não de forma consciente.

Os dois elementos estão interligados, porque os objetivos específicos envolvem a consciência da importância da criação e preservação das informações durante o processo de pesquisa como um todo. Entre esses objetivos específicos estão quatro diretamente relacionados à documentação arqueológica: usar métodos que assegurem a obtenção e análise das informações para a elaboração de registros arqueológicos; indicar a presença de vestígios que atestem uma ou mais ocupações antrópicas da área do sítio arqueológico; interpretar os dados geoambientais representados a partir de uma sistematização em termos tanto quantitativos como qualitativos; abranger na continuidade do estudo de gabinete as informações recolhidas durante a pesquisa de campo e informações de investigações anteriores, da mesma forma que as interpretações e investigações contempladas durante o desenvolvimento do programa de pesquisa no Arquivo Público.

Para alcançar todos esses objetivos requereu-se a utilização de métodos diversos de registro, que incluíram fotos aéreas realizadas por um *drone* e pela coordenadora de campo do alto do prédio. Ademais, fotografias acima e no mesmo nível do sítio que registraram diferentes ângulos das atividades de intervenção e da configuração geoambiental do espaço foram efetuadas pela coordenadora. Por fim, o rebaixamento de cada nível em todas as sondagens passou por registro fotográfico, assim como todo o material encontrado em cada uma dessas camadas, inclusive aqueles que não foram recolhidos para compor a coleção arqueológica.

Ademais, foram realizados outros registros visuais, como os croquis que retratam as três subáreas do sítio arqueológico, e os desenhos de perfis das áreas de forma geral e de cada sondagem, que são realizados detalhando a estratigrafia de cada uma das paredes (norte, sul, leste e oeste). Essas representações gráficas são feitas em papel milimetrado em que constam os dados numéricos de largura, altura e profundidade, todos configurados dentro da escala utilizada.

As Figura 65 e Figura 66 tratam, respectivamente, dos registros fotográficos realizados por *drone* e pela coordenadora em ponto acima do nível do sítio; e dos desenhos da área 1 de forma mais abrangente e do perfil estratigráfico de uma sondagem com todas as informações detalhadas.

Figura 65 – Acima, fotos do *drone* tirando fotografias aéreas; abaixo, foto da coordenadora de campo realizando registro fotográfico efetuado em nível acima do sítio arqueológico



Fonte: Fotos de Luciana Ballardó (19 fev. 2020).

Figura 66 – À esquerda, croqui da Área 1 concluído; à direita, coordenadora de campo elaborando desenho do perfil estratigráfico da sondagem 3 da Área 3



Fonte: Fotos de Luciana Ballardo (12 e 19 fev. 2020).

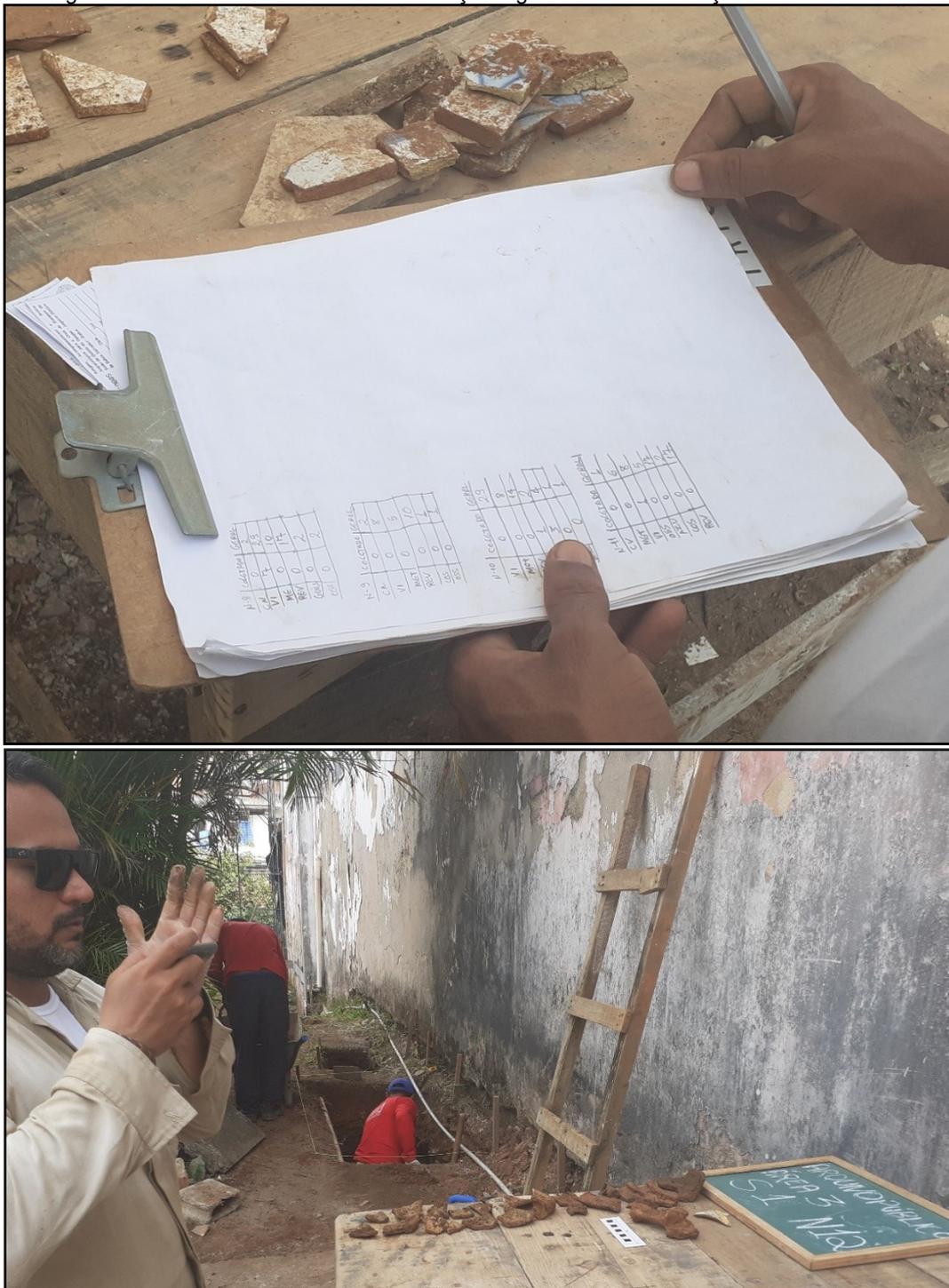
Do mesmo modo, os registros de dados quantitativos e descritivos, referentes às unidades interventivas e também ao material coletado, foram realizados tanto pela coordenadora como pelos técnicos de campo. Enquanto o registro textual foi realizado no diário de campo pela coordenadora, outros registros descritivos e quantitativos foram realizados em formulários e em tabelas pelos técnicos, que trabalhavam ao mesmo tempo em duas sondagens distintas, cada uma com dois auxiliares.

Entre os dados quantitativos está o registro de todo o material encontrado em cada uma das camadas da sondagem, identificando o tipo de material e registrando a quantidade total encontrada e a coletada. Dessa maneira, mesmo as evidências que não foram retiradas do sítio arqueológico foram inseridas no universo das informações a serem preservadas. Além desses dados grafados, é fotografado todo o material localizado em cada nível, ainda que não seja coletado.

A exatidão do registro é parte importante da elaboração da documentação arqueológica; no topo da primeira página do registro de uma sondagem, a primeira informação é a localização, a partir do sistema UTM referenciado com um aparelho GPS portátil, e abaixo são realizadas pequenas tabelas com uma subdivisão por nível, com o registro quantitativo dos vestígios encontrados em cada estrato.

Além do registro minucioso dos vestígios encontrados, cada um dos níveis de cada sondagem é estritamente registrado em termos visuais, como também descritivos, como exposto em subtítulo anterior. A forma de registro visual e grafada das evidências está apresentada na Figura 67.

Figura 67 – Acima, dados quantitativos relacionando o nível da sondagem ao quantitativo de material; abaixo, registro fotográfico do material coletado com uma louça de giz trazendo informações relacionadas à localização



Fonte: Fotos de Luciana Ballardo (14 e 17 fev. 2020).

Todo o detalhamento observado durante o processo de pesquisa de campo permite perceber que ele está diretamente relacionado com os objetivos específicos. Entre eles, talvez o que melhor direcione a necessidade de registro cuidadoso está relacionado com utilizar métodos que viabilizam a precisão das informações para embasar a documentação arqueológica e a análise da pesquisa posteriormente.

A relevância da documentação arqueológica é reconhecida pela equipe de trabalho, em maior grau inclusive que o próprio salvamento, visto que se defende que, ao serem encontrados vestígios arqueológicos durante as atividades do empreendedor, o trabalho deve ser interrompido, não obrigatoriamente para o resgate, mas “para que a pesquisa arqueológica possa realizar o devido registro, elaboração da documentação arqueológica e salvamento eventual na área” (DIAS, J., 2019, p. 42-43).

Esses parâmetros utilizados para as atividades de campo resultam na inclusão da própria pesquisa na sequência de ocupação do sítio arqueológico, uma vez que os registros produzidos em campo não apenas identificam contextos anteriores ou sequências deles, como é especificado entre os objetivos da pesquisa, mas também permitem compreender como o espaço foi ocupado, em que sequência as sondagens foram abertas, quem desempenhava cada uma das atividades, o que ficou e o que foi retirado das áreas.

Ademais, o empenho em compreender os traços geoambientais apresentados na área e cruzá-los com os quantitativos e descritivos traz a possibilidade de compreender como a equipe de campo esteve posicionada dentro do sítio arqueológico e o que analisou durante a intervenção, apesar de estar direcionada a compreender o passado. Esse aspecto também auxilia na compreensão da ordem cronológica e das escolhas realizadas no processo de registro, que tornam a forma de ocupação dessa equipe durante essa pesquisa única.

Não seria possível repeti-la mesmo que essa fosse a intenção, porque talvez nem o empreendedor teria tirado 546 peças sem a presença da equipe de Arqueologia, nem teria deixado a Área 1 totalmente remexida. Ou ainda porque talvez a equipe fosse composta por outros membros, tomando direções e ritmos diferentes. Enfim, uma infinidade de fatores poderia transformar essa ocupação em outra completamente diferente.

Embora esse processo de ocupação não seja consciente, ele foi planejado<sup>126</sup>, e a descrição detalhada de como e por que isso se deu é tão importante quanto o registro durante o trabalho de campo, assim como as análises e os dados registrados no laboratório, visto que todo esse conjunto de informações dá conta da ocupação realizada pela equipe de Arqueologia.

Esses dados podem ser produzidos em diversos formatos, sendo o mais utilizado o registro fotográfico. No entanto, os desenhos e esboços gráficos que delimitam as áreas de intervenção em setores, quadrículas ou subáreas colabora com o processo de indexação

---

126 A simples compreensão da importância do registro minucioso durante as atividades de campo já facilita a inclusão da pesquisa no processo de ocupação do sítio arqueológico. Essa compreensão está clara para o projeto realizado no Arquivo Público da Bahia, visto que a elaboração do projeto concluiu que “o registro exaustivo de campo, bem como as metodologias de escavação direcionadas, mostram-se as melhores alternativas para minimizar esta realidade e proporcionar uma (re)construção do contexto escavado e do histórico da cultura material” (DIAS, J., 2019, p. 33).

das informações em futuras pesquisas, uma vez que propicia o acesso aos dados relacionados aos métodos empregados durante a intervenção, proporcionando um reflexo mais nítido da forma de ocupação realizada pela equipe.

Ainda que o propósito da elaboração de toda essa documentação arqueológica seja a disponibilização para os demais investigadores “no intuito de fomentar difusão do conhecimento arqueológico” (DIAS, J., 2019, p. 46), ela acaba subsidiando de maneira mais completa o registro na documentação museológica, tornando essa documentação arqueológica também uma fonte de pesquisa.

Por sinal, o registro de dados em campo inclui principalmente os métodos e as estratégias de escavação empregadas durante a intervenção. Como descrito anteriormente, foram realizadas doze sondagens, sendo uma delas uma trincheira; todas elas foram rebaixadas por níveis artificiais em intervalos de dez centímetros na direção vertical, como era de se esperar por serem sondagens que quase em sua totalidade tiveram apenas um quadriculamento, de forma geral de 1 metro quadrado.

Cada técnico em Arqueologia, responsável por uma sondagem, primeiro precisava concluir a escavação em nível vertical até a camada estéril e, então, seguir para a abertura da próxima sondagem, cuja área foi definida pela coordenadora de campo. Enquanto um estava cuidando de todo o processo de registro de uma sondagem, o outro estava fazendo o mesmo em outra sondagem na mesma área do sítio, sendo os dois supervisionados pela arqueóloga, que, além de acompanhar e direcionar as atividades dos técnicos e dos auxiliares, elaborava seus próprios registros.

Mesmo no caso da trincheira aberta do lado da parede leste do prédio, o rebaixamento foi realizado como se fosse uma sondagem com medidas maiores, retirando todo o estrato de 10 em 10 centímetros, sendo ela inclusive denominada como sondagem na documentação arqueológica gerada em campo.

A escavação foi realizada por métodos manuais, com o auxílio de pás e carrinhos de mão para o deslocamento do solo, além de peneiras, que serviram em cada nível das sondagens como ferramentas para realizar a separação dos vestígios geológicos dos arqueológicos. Na Figura 68 observam-se o trabalho de escavação realizado com a ajuda de ferramentas e o registro visual realizado após a retirada de cada estrato da sondagem.

Figura 68 – Acima, método de separação manual com a peneira realizado por auxiliar de Arqueologia; abaixo, registro fotográfico da sondagem após o rebaixamento de um nível artificial realizado pelo técnico



Fonte: Fotos de Luciana Ballardo (14 e 17 fev. 2020).

A metodologia aplicada auxilia uma compreensão precisa não apenas da localização onde o material foi encontrado, mas também da ordem cronológica de sua retirada ou do registro. Nesse sentido, compreender a correlação estabelecida entre esses dados e o sistema de registro numérico resulta em um conjunto de dados evidenciado e acessível inclusive para os que não acompanharam a pesquisa.

O sistema de numeração elaborado pela Arqueólogos Consultoria está estritamente relacionado com a localização dos artefatos dentro do sítio arqueológico e com as

estratégias de escavação utilizadas. Como esses dois fatores são determinados pela metodologia aplicada no processo de intervenção, o sistema de registro estabelecido está diretamente baseado na metodologia de pesquisa.

O número de registro ou, como é denominado na Arqueologia, número de catálogo foi definido da seguinte forma para o sítio Arquivo Público<sup>127</sup>: a sigla do sítio (SAP) seguida pela identificação da unidade federativa a que ele pertence separada por um traço; depois se segue o algarismo que representa a área de escavação (1, 2 ou 3), também separada da sigla por um traço.

Abaixo dessa identificação, inicia-se uma relação identitária com a unidade interventiva, a sondagem. Dessa forma, a numeração começa com a identificação da sondagem, que na área 1 são apenas os números 1 e 2, e nas áreas 2 e 3 são os números 1, 2, 3, 4 ou 5. Em seguida, vem o número do nível da sondagem e, por fim, o número corrido que identifica o fragmento ou artefato individualmente, todos eles separados por traço.

A Figura 69 mostra detalhes de registros numéricos de fragmentos de cerâmica simples. Entre eles está, por exemplo, SAP-BA-3, que corresponde ao Sítio Arquivo Público, unidade federativa Bahia – que são informações fixas em todas as peças – e o algarismo três, ou seja, a coleta foi realizada na Área 3; abaixo estão os números 1-9-1274, identificando o local da coleta – sondagem 1 –, o nível 9 (profundidade entre 80 e 90 cm) e o fragmento 1274.

Figura 69 – Identificação numérica marcada em fragmentos de cerâmica simples coletados na camada 9 da sondagem 1 da Área 3 da intervenção realizada no Arquivo Público



Fonte: Foto de Luciana Ballardó (05 nov. 2020).

127 É necessário esclarecer que o sítio arqueológico Arquivo Público, até a data da defesa, ainda não constava no site do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN.

É importante esclarecer que a numeração corrida é utilizada por sondagem, então, após a conclusão do registro do material de determinado nível, os materiais do nível subsequente recebem o próximo número corrido. Sendo assim, no exemplo acima, se o número 1274 fosse hipoteticamente o do último fragmento registrado do nível 9 da sondagem 1, o primeiro fragmento registrado do nível seguinte, nível 10, seria SAP-BA-3 com a identificação abaixo 1-10-1275.

Figura 70 – Identificação numérica marcada em fragmentos de cerâmica simples coletados no nível 9 da sondagem 1 da Área 3 da intervenção realizada no Arquivo Público



Fonte: Foto de Luciana Ballardó (05 nov. 2020).

Na Figura 70 percebem-se, entre os últimos fragmentos registrados no nível 9, numerações corridas visíveis entre 1267 e 1271. O fragmento do nível 10 que está visível está inscrito sob o número 1307, evidenciando-se a continuidade dada no registro individual retirado na mesma sondagem<sup>128</sup>.

Ademais, a numeração é efetuada depois da classificação dos tipos de material e também serve para agregar por tipologia cada material. Um exemplo disso é a cerâmica, que é registrada iniciando pela cerâmica não vidrada, passando depois para a vitrificada, em seguida para o grés, as faianças e, finalmente, as faianças finas. Depois a numeração

128 Ou seja, que não há um *reset* toda vez que se inicia a marcação de peças de um outro nível estratigráfico no registro individual, visto que num mesmo nível não foram retiradas 1307 fragmentos ou artefatos.

segue para os vidros e metais e, se houver, para o material malacológico, visto se tratar de um sítio arqueológico em que se evidenciou ocupação apenas no período histórico.

Esse detalhe pode ser percebido na Figura 71, em que está o último fragmento de grés no nível 8, que recebeu o registro SAP-BA-3 | 1-8-1232. Embora não se perceba o número 1233, é possível ver a sequência de faianças entre os números 1234 e 1237.

Figura 71 – Identificação numérica marcada em fragmentos de grés e faiança coletados na camada 8 da sondagem 1 da Área 3 da intervenção realizada no Arquivo Público



Fonte: Foto de Luciana Ballardó (05 nov. 2020).

A desvantagem do método de separação da tipologia do material através da identificação individual corrida é que, se um fragmento de grés, por exemplo, não tiver sido incluído por qualquer erro ou esquecimento, a marcação for iniciada nos fragmentos de faiança e a detecção do equívoco tiver sido efetuada depois de realizada a marcação de, digamos, trinta peças, todo esse registro precisará ser desfeito, uma vez que o primeiro número da faiança pertencerá agora a um grés.

Apesar desse inconveniente, o sistema de numeração elaborado pela Arqueólogos Consultoria é bem claro e compreensível e, como todo o material é identificado com a sigla do sítio arqueológico, na incorporação à instituição de salvaguarda de coleções futuras do mesmo sítio o processo de indexação é funcional.

## 5.6 – Resultados encontrados

A pesquisa arqueológica no Solar Quinta do Tanque iniciou muito depois das obras de engenharia. Isso porque, como em muitos casos, os empreendimentos não incluem, a não ser que sejam obrigados pelos órgãos regulamentadores, um programa de pesquisa arqueológica a fim de se certificar sobre a existência de áreas com potencial arqueológico que possam sofrer impactos irreversíveis nesse tipo de patrimônio.

E, ainda que tenham sido obrigados a paralisar as obras, os empreendedores – e nesse caso não foi diferente – dão continuidade às suas atividades durante os trâmites do processo dentro do órgão fiscalizador, que foi iniciado por vistoria técnica por profissional de Arquitetura em 25 de fevereiro de 2019 (BRASIL, 2019a) e no dia 25 de março de 2019 (BRASIL, 2019b) e contemplado por outra vistoria, dessa feita por técnico de Arqueologia.

É importante ressaltar que um ofício foi enviado da parte do IPHAN à instituição responsável pela obra, a Fundação Pedro Calmon, em 28 de fevereiro de 2019, ou seja, três dias depois da primeira vistoria (BRASIL, 2019c). Apesar disso, durante esse intervalo de menos de um mês entre uma vistoria e outra houve a escavação de mais cinco intervenções no solo para a instalação de sapatas para a estrutura do novo prédio. Esses dados estão evidenciados nas imagens apresentadas nas Figura 55 e Figura 56, em subtópico anterior deste mesmo capítulo.

Apenas o início das obras sem acompanhamento técnico para a pesquisa arqueológica em si mesmo já poderia se configurar em um verdadeiro desastre, o que se somou à exumação de 546 peças que foram submetidas a um processo de curadoria irregular por profissionais sem qualquer qualificação na área de Arqueologia, em descumprimento à Lei 3924/61.

Na Figura 72 é possível visualizar o material exumado que passou por curadoria irregular, na época acomodado em mesas no prédio do Arquivo Público do Estado sem qualquer referência ao local ou à posição em que foi retirado. Além do dado mais abrangente, de que os fragmentos foram retirados de nove valas no terreno, que mais tarde foram denominadas pela equipe de pesquisa de campo como Área 1, a informação visualizada na figura a seguir são três *post-its* com datas e valores de três moedas recuperadas no processo de escavação para a construção da base que sedimentaria o novo prédio para o refeitório. Conforme se observa nas mesas, houve uma tentativa de separação do material por tipologia, mas não há informações nem ao menos de que unidade de escavação foi feita a retirada.

Figura 72 – Material arqueológico recolhido na área do Solar Quinta do Tanque sem qualquer categorização ou informação relacionando-o ao contexto de onde foi retirado



Fonte: Brasil (2019b, anexo).

Aos leigos, talvez isso não pareça tão maléfico ao patrimônio se embasarem suas conclusões no fato de que as evidências foram retiradas do subsolo e salvas da destruição durante o processo de escavação de engenharia. No entanto, é importante recordar dois fatos: o primeiro é que o artefato arqueológico, separado de seu contexto e das informações presentes na documentação arqueológica, perde valor patrimonial e pode inclusive precisar ser descartado; segundo, a necessidade de “salvar” o material arqueológico em sentido físico de sua destruição definitiva não precisaria ser uma escolha se a obra contasse com

um programa de pesquisa arqueológica anterior ao início dos trabalhos do empreendimento<sup>129</sup>.

A primeira questão diz respeito ao fato de que, para o leigo, o patrimônio arqueológico pode aparentemente estar limitado ao material retirado do sítio arqueológico, mas, longe desse despautério, o próprio sítio arqueológico, seu perfil stratigráfico e a documentação arqueológica gerada durante o processo de pesquisa integram o patrimônio arqueológico.

A essa altura é importante fazer um parêntese e explicar o termo leigo aplicado acima, que diz respeito àqueles desprovidos de conhecimento relacionado à gestão do patrimônio arqueológico. Nesse ponto, não importa se alguém tem qualquer outra formação acadêmica, inclusive em áreas afins que tratam de outro tipo de patrimônio, como documentos arquivísticos ou livros; ainda assim essa pessoa não tem o conhecimento especializado para tratar esse tipo de material. E nessa conjunção podem e devem ser incluídos os profissionais da Museologia que não são peritos no tratamento do patrimônio arqueológico.

A segunda questão é a ideia de que, em virtude de um bem maior, já que o projeto já havia se iniciado com erros, ao menos foram efetuadas ações na tentativa de remediar algo que poderia ser um prejuízo muito maior, quando na verdade o pensamento correto deveria ser o de começar corretamente, buscando o embasamento legal para realizar as atividades e, em caso de isso não ter ocorrido, ao descobrir o erro deveria ter sido interrompido o projeto e procurados os procedimentos e profissionais adequados para dar continuidade às atividades.

Ora, pode-se comparar essa empreitada à de uma pessoa que nunca trabalhou em uma obra de construção e resolve por conta própria construir um muro em sua moradia. Sem qualquer conhecimento legal do que pode ou não fazer no próprio terreno e com um conhecimento superficial de técnicas de construção, começa a construção com blocos de cerâmica ladeando um ao outro e depois sobrepondo-os. A ausência de vigas, no entanto, causa o desmoronamento do muro, que atinge uma parede da casa e, como consequência, afeta diversos móveis e eletrodomésticos do imóvel. A perda não é apenas do muro que desabou e da parede que foi afetada – como se isso tudo já não fosse o bastante, já que pode trazer danos maiores inclusive à estrutura da casa. Os danos vão muito além, porque atingem o mobiliário, aparelhos de uso diário e tudo que neles estava contido, sejam alimentos, sejam roupas ou qualquer outro elemento pertencente ao contexto.

---

129 Apenas para recordar, anterior porque o projeto de Arqueologia precisa passar por pesquisa de gabinete antes de iniciar as atividades interventivas em campo.

Outra questão problematizada nesse arranjo em que a pesquisa arqueológica se inicia com quase um ano de defasagem do começo do empreendimento está no fato de que as atividades desenvolvidas pela engenharia acabam direcionando ou impondo-se à ordem das áreas e, conseqüentemente ao processo de ocupação que a equipe de campo submete ao sítio.

As escavações arqueológicas, em geral, ocorrem inicialmente em contextos de menor profundidade e posteriormente passam a explorar as áreas de maior profundidade. Isso inclusive se relaciona com uma questão de segurança durante as escavações. Nesse caso, a ordem das escavações provavelmente não teria sido definida da maneira que ocorreu (Figura 73); a Área 1 talvez fosse designada como 3 e vice-versa.

Figura 73 – Configuração da área de intervenção que identifica as escavações e a posição das sondagens em cada área, denominadas pela letra S e um número corrido



Fonte: Croqui elaborado por Luciana Ballardo utilizando *softwares* de criação e edição de imagens e editoração de imagens vetoriais (19 mar. 2021).

Na área escavada para as sapatas, a quantidade de intervenções no solo pela equipe de engenharia foi quase a mesma das intervenções arqueológicas realizadas aproximadamente um ano depois em toda a área do sítio, a saber, doze no total. Apesar do quantitativo de abertura de valas, a equipe de pesquisa de campo conseguiu efetuar duas sondagens com o propósito de compreender o contexto arqueológico e geoambiental.

A despeito de todas as condições adversas para a pesquisa arqueológica, esta foi introduzida com um projeto de gabinete que incluiu não apenas estudos históricos referentes à área, como também uma perspectiva dos trabalhos arqueológicos anteriores realizados na área de Arqueologia Urbana na cidade de Salvador.

O projeto trouxe objetivos que estavam além do principal de atender a legislação vigente no país. Delimitaram-se objetivos específicos que transcendem a perspectiva de apenas recolher dados relacionados ao material e ao contexto; a precisão das informações permitiu compreender os caminhos percorridos dentro do perímetro do sítio, a ordem das sondagens e o quantitativo de níveis e, inclusive, registrar evidências que não foram resgatadas.

As diretrizes, baseadas em leis nacionais e em recomendações internacionais, demonstraram uma preocupação que foi além da legalidade ou do mero cumprimento da legislação de proteção do patrimônio arqueológico, monitorando os impactos causados por uma obra de engenharia. A preocupação principal era compreender os contextos, utilizar metodologias que possibilitassem o registro de dados e a análise posterior das evidências, e promover o acesso a “toda a documentação arqueológica formada, como escopo deste trabalho”, deixando-a “à disposição de outros pesquisadores, no intuito de fomentar difusão do conhecimento arqueológico” (DIAS, J., 2019, p. 46).

Longe de compreender que a pesquisa é um fim em si mesmo e que o primeiro pesquisador a trabalhar com um sítio arqueológico e o material e a documentação relacionados a ele também será o último, a perspectiva aqui é que a documentação arqueológica é tão importante quanto o próprio sítio e as evidências coletadas. É essa percepção que permite que, ainda que não conscientemente, o próprio processo e a metodologia utilizada no trabalho de campo sejam inseridos na documentação museológica da instituição que incorpora essa coleção.

É certo que a experiência anterior das arqueólogas na coordenação geral e na coordenação de campo com o trabalho de gestão de coleções arqueológicas dentro de uma instituição museológica, durante os anos em que compuseram a equipe de Arqueologia responsável pela incorporação de diversas coleções no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, resulta em uma preocupação dessas profissionais e na sensibilidade com as atividades que serão desenvolvidas na outra ponta da cadeia operacional, na instituição de salvaguarda, *ad continuum*.

A inserção em uma intervenção arqueológica, realizando registros e análises simultâneas aos próprios processos de documentação efetuados pelos profissionais de Arqueologia enquanto ocupam o espaço do sítio, é uma experiência única para um

profissional que acompanha todo o transcurso de trabalho não de um profissional, mas de uma equipe inteira, tendo como prisma a inclusão desse decurso como parte do próprio patrimônio arqueológico na sequência de ocupações, e portanto tratando-o como parte daquilo que deve ser agregado à documentação museológica.

O dinamismo das atividades desenvolvidas fica evidente quando a coordenação de campo define duas frentes de trabalho, uma em cada sondagem, sob a responsabilidade de um técnico. Isso permite ao técnico uma visão mais abrangente desde o acompanhamento do rebaixamento dos níveis, o registro fotográfico e o descritivo da unidade de escavação, ao mesmo tempo que preenche formulários e etiquetas, elabora tabelas qualitativas e quantitativas, e descreve o tipo de material e a expressividade numérica do que foi localizado e do que foi recolhido das evidências arqueológicas presentes nessas áreas.

Concomitantemente, a coordenação de campo gera uma série de documentos, visuais e gráficos, através de fotos, croquis e informações descritivas no caderno de campo, e direciona as atividades de ocupação do sítio arqueológico com base no perfil estratigráfico e nas características geoambientais para escolher a posição espacial em que a próxima sondagem será efetuada, e quando e como será descontinuada.

Observar um evento por fora daqueles que estão dentro de um contexto, por exemplo uma partida de xadrez, faz com que o observador veja movimentos que talvez os participantes (no exemplo, os competidores) não percebam; por outro lado, estar inserido numa pesquisa e vê-la com olhar estrangeiro, numa perspectiva de dentro, permite um acesso a ângulos que de outra maneira, mesmo lendo toda a documentação gerada pela pesquisa, não seria possível acessar.

Dentro da intervenção, é possível perceber a organização da equipe e a liderança firme da coordenação, que possui consciência total do processo e faz com que aqueles que têm perspectivas parciais do sítio arqueológico e do trabalho de que participam, como os técnicos em Arqueologia e os auxiliares, criem um comprometimento com as atividades que estão desenvolvendo, pois, ainda que não compreendam o todo, percebem que são parte inseparável dele e que a ausência ou a má execução de procedimentos acarreta um resultado que prejudica o trabalho geral.

Isso fica evidente ao ver que os próprios auxiliares cedidos pela empresa de engenharia, após a retirada de uma camada na sondagem que foi depositada em um recipiente ao lado, nesse caso especificamente um carrinho de mão, utilizando uma peneira para separar a terra do material arqueológico e reconhecendo esse material, buscaram a atenção do técnico ou da coordenadora para esses artefatos, distinguindo inclusive um

padrão dos interesses na perspectiva dos contextos presentes no sítio arqueológico a partir da execução em sondagens anteriores.

O acompanhamento do trabalho de campo arqueológico é similar a uma visita a um país estrangeiro em que se pratica um idioma que se estuda há anos, buscando fluência em um vocabulário que parece familiar. Mergulhar na cultura e no idioma em contato direto tanto com os falantes nativos que o fazem com toda a consciência, praticando o idioma formalmente, como com aqueles que vivem no país por algum tempo e se comunicam como podem, e com outros que talvez não falem de maneira tão formal embora sejam nativos, talvez por costume ou influências culturais, faz com que o pesquisador tenha uma perspectiva diferente daquela de quem apenas recebe os livros ou pratica com colegas e o professor dentro da sala de aula em que está aprendendo a nova língua.

Por outro lado, visitar o laboratório onde o material da pesquisa passa por curadoria e onde toda a documentação arqueológica é processada antes de a coleção ser enviada à instituição de salvaguarda é como falar a mesma língua com outro sotaque ou uma língua irmanada, porque, ao circular um pouco por entre o material, visualizar a marcação nas peças e observar os documentos preenchidos, percebem-se semelhanças com a documentação realizada no âmbito museológico.

Foi possível perceber que o sistema numérico de catalogação está totalmente interligado à localização de cada um dos fragmentos no contexto do sítio, tanto num sentido macro – identificando a área em que o fragmento foi coletado – quanto em uma perspectiva mais específica – relacionada à unidade de escavação, à sondagem, assim como aos níveis e à identidade individualizada –, e que de forma consciente a equipe escolheu deixar isso evidente para a compreensão dos responsáveis pela continuidade da gestão da coleção. Também que, ainda que de forma não intencional, foram inseridas nesse sistema a metodologia e as estratégias utilizadas, que foram apresentadas a partir dos níveis preestabelecidos e da ordem e localização das sondagens, uma vez que se designou um número de identificação a elas que em outra pesquisa não seria o mesmo.

Enfim, isso só confirma aquilo que guiou toda a pesquisa da tese: a documentação, o sistema de registro e tudo que é realizado dentro dos procedimentos arqueológicos têm uma relação estreita com a localização em que o material é recolhido no sítio arqueológico, que por sua vez está relacionada com a metodologia de campo, visto que aquilo que foi designado como sondagem 1 só é assim compreendido para o contexto daquela pesquisa, com aquela equipe de trabalho.

Portanto, um trabalho como esse, com todo o detalhamento como foi conduzido pela equipe da Arqueólogos Pesquisa e Consultoria Arqueológica, possibilita a execução da

documentação museológica com base na documentação arqueológica considerando desde os métodos de campo até sua incorporação na instituição museológica, tratando o patrimônio arqueológico para compreender não apenas algo que está no passado – seja um contexto, seja uma série de ocupações do sítio –, mas também todo um processo que está sendo realizado agora, durante as escavações, os registros e a curadoria, que é tão parte do patrimônio arqueológico como o universo a que ele pertence.

## **CAPÍTULO 6**

# **UMA PERSPECTIVA GERAL – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA SUBSIDIADA PELOS MÉTODOS DE INTERVENÇÃO**

## 6 – UMA PERSPECTIVA GERAL – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA SUBSIDIADA PELOS MÉTODOS DE CAMPO

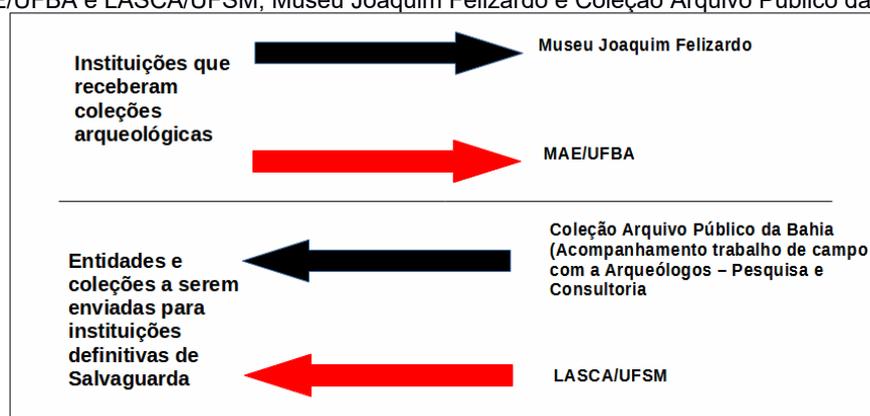
O trabalho realizado através desta pesquisa exploratória viabilizou a análise de diferentes perspectivas por ter sido realizado em espaços distintos: um museu municipal com coleções históricas e arqueológicas, um museu federal com coleções etnológicas e arqueológicas, um laboratório de pesquisa também no âmbito federal, e uma empresa de consultoria e pesquisa em Arqueologia Preventiva.

A análise em cada uma dessas instituições também proporcionou a observação de realidades múltiplas em que foram considerados projetos com equipes diversificadas, por um lado, e por outros programas em que a homogeneidade dos arqueólogos responsáveis pelos programas de pesquisa compôs um quadro uniforme nos trabalhos desenvolvidos.

Nesta etapa final do trabalho, inicialmente são evidenciadas as similitudes e as divergências a partir de uma análise geral comparativa sobre os resultados encontrados em cada um dos espaços analisados, apontando a seguir os resultados finais a partir da interpretação do conjunto de dados tratados e decupados.

A análise iniciada no próximo tópico vai considerar as semelhanças entre as coleções que entram e as que saem, nas duas vias de estudos que foram realizados. Como há semelhanças entre uma entidade que recebe coleções e outra que envia coleções – ou coleções que são enviadas –, na imagem a seguir (Figura 74) evidenciam-se através de setas de mesma cor as instituições que são análogas.

Figura 74 – Figura ilustrativa com as entidades/coleções cuja identificação foi sinalizada pela mesma cor: MAE/UFBA e LASCA/UFSM; Museu Joaquim Felizardo e Coleção Arquivo Público da Bahia



Fonte: Elaborado por Luciana Ballardó (25 mar. 2021).

Como se pode observar na imagem, foram escolhidos dois exemplos advindos do Rio Grande do Sul e dois da Bahia. Em cada uma dessas unidades federativas foram eleitas uma entidade que recebeu coleções arqueológicas e outra que será enviada através de endosso institucional. Como vamos ver agora, foram encontradas semelhanças entre entidades com funções distintas (envio e recebimento), o que mostra que, independentemente da perspectiva de análise, é possível compreender como os métodos de campo podem subsidiar a documentação museológica.

## **6.1 – Convergências**

Nas pesquisas arqueológicas há um grande interesse em realizar a análise e interpretação do contexto onde o material arqueológico foi encontrado, mesmo em casos em que não é recolhido. Para isso, os pesquisadores realizam registros os mais diversos, desde fotos e croquis até a marcação de localização das unidades de escavação com o GPS, mapas, dados quantitativos e qualitativos, entre outros apresentados no decorrer de todo o texto, com o objetivo de viabilizar a interpretação das ocupações anteriores ou da sequência de ocupações.

Quanto mais preciso o registro, mais fácil associar o material coletado ao seu contexto, e isso está relacionado não apenas à quantidade de informação registrada, mas também à legibilidade dos dados, de forma que mesmo aqueles que não fazem parte da equipe de trabalho e não são pesquisadores da área de Arqueologia, mas são responsáveis pela continuidade no processo de gestão das coleções, possam compreendê-los.

A pesquisa arqueológica cria uma quantidade grande de dados que são registrados não em uma ficha de registro, ou um instrumento geral, mas em vários suportes de informação, que vão desde cadernos de campo, tabelas de sondagem e croquis até fotos do sítio, das intervenções e do material coletado. Conectar essa massa de informações com as coleções é um desafio, que tem sido enfrentado por profissionais que tratam da gestão desse patrimônio.

Esse problema poderia ser minimizado utilizando uma solução que é amplamente aplicada nas mais diversas áreas que trabalham com o tratamento de informações: a sistematização por registros numéricos. Esse procedimento é utilizado no registro geral de

peças, é utilizado em museus com o registro de objetos, é utilizado em escolas com números de matrícula dos estudantes, em empresas com números de matrícula de funcionários, ou seja, em diversas situações em que existe o intuito de efetuar uma identificação individual. No caso do patrimônio arqueológico, poderia ser utilizado para reunir várias informações relacionadas a um mesmo objeto, contexto, sítio arqueológico, enfim, todos os elementos que compõem esse patrimônio.

O interessante é que os artefatos e fragmentos são sempre marcados (ou catalogados, como dizem na Arqueologia). Em todos os espaços analisados, há o registro efetuado com tinta nanquim em cada peça, mas o registro numérico estabelece uma relação direta com a localização e com o método de intervenção apenas nas coleções incorporadas pelo Museu de Porto Alegre e na coleção concernente à pesquisa no Arquivo Público do Estado da Bahia realizada pela empresa Arqueólogos, ainda não enviada para a instituição endossante.

No primeiro caso, o Museu Joaquim Felizardo estabelece uma numeração que relaciona o sítio arqueológico ao material, exigindo que os artefatos pertencentes às coleções incorporadas sejam identificados com o número de registro correspondente ao sítio de onde foram retirados, mas sem interferir nos números subsequentes, o que permite que cada pesquisa possa sistematizar, dentro de um parâmetro mais geral, de acordo com a metodologia e o contexto arqueológicos, a documentação do patrimônio arqueológico depositado.

No segundo caso, todos os elementos do sistema de numeração estão diretamente relacionados com a localização do artefato/fragmento no contexto do sítio arqueológico, implementando uma identificação numérica que indica os sentidos vertical e horizontal, em termos abrangentes (denominando a área do sítio em que foi localizada a peça) e específicos (identificando a unidade de escavação e a camada onde ela se encontrava). A empresa de Arqueologia Preventiva responsável pela pesquisa utiliza o mesmo critério de relacionar o material arqueológico ao contexto através do sistema numérico, facilitando a indexação e organização da documentação arqueológica.

Embora a organização dos dados e a precisão do sistema sejam meticulosos, há uma ressalva sobre o registro de informação relacionado à tipologia do material encontrado em uma unidade de escavação. O material coletado é agrupado por tipo de material: vidro, grés, cerâmica não vidrada, metal e assim por diante. No entanto, o registro em grupos é

feito a partir do número corrido, de forma que, finalizados os números corridos designados a uma categoria, o próximo número é atribuído ao primeiro artefato do outro grupo tipológico. Se para cada um dos grupos tipológicos fosse designado um símbolo representativo, uma letra ou talvez um algarismo romano, não seria necessário reiniciar a marcação e o registro de um artefato que porventura fosse encontrado ou analisado equivocadamente em momento posterior por ter se desgarrado do grupo em qualquer das etapas de curadoria.

Nos dois casos, comprovam-se as palavras de Sullivan e Childs (2003, p. 4), segundo os quais o caminho para dissolver a crise da gestão de coleções e o amontoamento de material arqueológico nas Reservas Técnicas é que cada vez mais os responsáveis por pesquisas arqueológicas estejam “familiarizados com o conhecimento, procedimentos, e questões de curadoria de coleções,” desde as atividades desenvolvidas no campo até o depósito na instituição responsável pela salvaguarda, e que auxiliar no planejamento da gestão das coleções é um dever de todos os pesquisadores arqueólogos que depositam essas coleções.

Na verdade, esses dois exemplos, o Museu Joaquim Felizardo como receptor de coleções e o programa de pesquisa no Solar Quinta do Tanque como pesquisa a ser enviada a uma instituição de salvaguarda, implementaram – ainda que não em todos os aspectos, visto que em nenhuma das pesquisas analisadas a equipe de pesquisa se inclui conscientemente na sequência de ocupação do sítio arqueológico – o uso dos métodos de campo para subsidiar a documentação museológica das coleções arqueológicas.

Essas similitudes estão associadas a algumas características, das quais podem ser citadas: a existência de diretrizes que auxiliaram a desenvolver procedimentos para a coleta e o registro de dados; a existência de objetivos relacionados à análise do contexto arqueológico ou à sequência de ocupações; o registro minucioso, em termos visuais, gráficos e descritivos; além do que foi identificado inicialmente nos parágrafos antecedentes, relacionado aos sistemas de numeração.

O Museu de Porto Alegre passou a utilizar o SGEIA (2005) e o Pergamum (2007), duas bases de dados, para reunir informações relacionadas à pesquisa arqueológica e às coleções, respectivamente, o que serviu como orientação para os pesquisadores que recebem o endosso da instituição antes de serem estabelecidos documentos tais como o protocolo de ingresso. Dessa forma, os projetos de pesquisas que recebem o apoio do museu devem seguir procedimentos básicos que servem de base para as atividades de

gestão de coleções arqueológicas. E isso só foi estabelecido na instituição quando foi atribuída à coordenadora do Setor de Arqueologia – que contribuiu para a criação de grande parte do acervo arqueológico da instituição como servidora da entidade – a responsabilidade de gerir essas coleções.

No caso da coleção recolhida no Arquivo Público da Bahia ocorre algo semelhante, mas no sentido inverso: a própria equipe de pesquisa, possivelmente por seu treinamento anterior com a curadoria de coleções arqueológicas enquanto pesquisadoras associadas ao MAE/UFBA, estabelecem uma metodologia que, através do uso de base de dados própria, reúne o conjunto de informações dispersas em toda a documentação arqueológica.

Embora tenha existido um Sistema de Acervo (SIAC) configurado por um conjunto de três bancos de dados no MAE/UFBA (entre 1996 e 2002), ele já não estava mais em utilização entre 2008 e 2012, período em que emitiu endossos dentro do recorte de pesquisa (2008–2017). E o LASCA/UFMS ainda não possuía base de dados, que foi criada em 2012 no *software Base* do LibreOffice depois do período de ingresso das coleções sob guarda temporária (2008–2012). Ambos possuíam sistemas digitais para armazenamento de dados em desuso, ou porque já tinham deixado de ser utilizados antes mesmo de as coleções por endosso serem registradas, ou por ainda não existirem, mas mesmo depois de sua criação não se priorizou o registro de materiais que estavam e ainda estão “em trânsito”.

Os projetos depositados no Museu Felizardo e o que está em tratamento e pesquisa pela Arqueólogos tiveram objetivos relacionados à análise do contexto arqueológico ou à sequência de ocupação, todos bem definidos, sem se limitar à preservação instituída legalmente no país. Esses objetivos possibilitaram, nos dois casos, a elaboração de uma documentação arqueológica quantitativa e qualitativamente maior, que por sua vez tornou necessária a criação de ferramentas que agrupassem as informações nelas contidas, o que deu origem ao estabelecimento de sistemas de registros.

Por outro lado, as coleções ingressantes no MAE/UFBA estavam atreladas a projetos que tinham como objetivo cumprir as leis de proteção ao patrimônio arqueológico no Brasil, sem objetivos próprios de pesquisa. Ainda que em alguns desses programas de pesquisa a coordenação estivesse ligada à instituição museológica como pesquisadora associada e participasse da gestão de coleções que foram incorporadas pelo museu, não havia interesses ligados à gestão continuada posterior ao ingresso, visto que o trabalho efetivado até aquele momento já cumpria a legislação vigente.

Do mesmo modo, os pesquisadores associados ao LASCA/UFSM, cuja curadoria de coleções também tinha o interesse de cumprir o que a legislação exige, entendiam que a responsabilidade pelo material arqueológico por eles investigado terminava quando deixado na instituição de salvaguarda, ainda que em caráter temporário, porque as ações realizadas durante as intervenções e as análises advindas da investigação quase sempre, na perspectiva da equipe de pesquisa, deveriam prevalecer em relação à gestão de coleções (LINDSAY; WILLIAMS-DEAN; HAAS, 1980).

Outra correlação entre as coleções depositadas no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e o Sítio Arquivo Público é o fato de as pesquisas arqueológicas terem sido desenvolvidas em áreas urbanas<sup>130</sup> e se fundamentado na perspectiva da Arqueologia Urbana<sup>131</sup> para desenvolver suas metodologias e alcançar seus escopos. A concepção aplicada nesses casos teve como enfoque “assimilar a cidade como uma unidade de análise, uma vez que as áreas foco da análise são sensíveis à influência dos processos de mudanças ocorridas no tecido social”<sup>132</sup> (DIAS, J., 2019, p. 28).

A ótica utilizada nos projetos depositados nos dois casos acima citados possibilitou considerar as características dinâmicas e mutáveis que a malha urbana possui, produzida pelas sequências ocupacionais e pelos crescimentos. Em Porto Alegre, mesmo casos como o do antigo Haras do Arado, território vasto de fazenda, foram inseridos no ponto de vista da metodologia da Arqueologia Urbana, utilizando como justificativa o fato de que “hoje os espaços rurais do município estão cada vez menores e as relações entre rural e urbano são cada vez mais tênues” (OLIVEIRA, A., 2016, p. 7).

Devido a esse dinamismo, os programas de pesquisa em sítios urbanos consideram um quantitativo de ocupações maior, o que amplia a quantidade de dados a serem coletados, registrados e analisados. A metodologia aplicada a partir dessa ótica permite estabelecer entre os objetivos das pesquisas arqueológicas contribuições para a compreensão de um contexto mais amplo, a cidade, uma vez que esses sítios arqueológicos

---

130 Um dos “temas mais comuns ao âmbito da pesquisa arqueológica em áreas urbanas é o estudo das ‘lixerias’ coletivas, das vias públicas, dos quintais domésticos, em projetos voltados à restauração de áreas históricas/tombadas” (DIAS, J., 2019, p. 28-29).

131 “Urban archaeology is defined as the study of the relationships between material culture, human behavior, and cognition in an urban setting” (STASKI, 1982, p. 97).

132 “O conceito de arqueologia urbana difere de acordo com a tradição histórica ou antropológica dos diversos autores, e também de acordo com a perspectiva dos mesmos sobre fazer arqueologia na cidade ou da cidade. Na primeira, a cidade é o ambiente onde estão inseridos os sítios arqueológicos que são considerados isoladamente; a segunda perspectiva considera a própria cidade e seu ambiente como objeto de pesquisa e os vestígios arqueológicos são tratados de forma integrada ao sistema urbano” (SANTOS, N., 2009, p. 38).

integram-na e podem colaborar nas análises a partir de estudos não apenas de uma unidade ou área do contexto, mas também do desenvolvimento da área onde se situam, inclusive das relações com outros espaços, como por exemplo o fato de o Lazareto ter sido transferido do Solar Quinta do Tanque, onde está situado o Arquivo Público atualmente, para a área que era antes a Fazenda Águas Claras.

Também em decorrência do dinamismo e das mudanças constantes nos espaços urbanos, os estudos realizados apresentaram uma preocupação em inserir entre seus objetivos específicos as interpretações dessas ocupações ou da sequência ocupacional. É claro que, no caso das pesquisas depositadas no Joaquim Felizardo, a aplicação da Arqueologia Urbana se torna mais acessível, uma vez que todos os sítios estão incorporados à cidade de Porto Alegre e suas proximidades, assim como é o caso do Arquivo Público do Estado da Bahia, que está em uma região considerada urbanizada desde o início do período republicano.

É importante ressaltar que, dentre os trabalhos analisados, em um único projeto o objetivo geral foi claramente definido – “a realização da pesquisa arqueológica, baseada em três aspectos:” a perícia da área removida pela equipe de engenharia antes do início da pesquisa arqueológica; o resgate na mesma área periciada, para recolhimento do material arqueológico; e o monitoramento arqueológico durante a continuidade das atividades do empreendedor (DIAS, J., 2019, p. 12-13).

Essa característica possibilitou uma definição pragmática dos objetivos específicos, que são o ponto de partida para a definição de metodologias de campo, que já são vislumbradas desde a elaboração do projeto de pesquisa, no período pré-campo, resguardadas as adaptações necessárias durante a intervenção de acordo com cada especificidade. Dessa forma, percebe-se que essa clareza colabora para a utilização dos métodos de pesquisa de campo como subsídios para a realização da documentação museológica.

As atividades desenvolvidas nos projetos que estão sob guarda temporária do LASCA/UFSM, de forma geral, aconteceram em empreendimentos de grande porte e não estão no âmbito da Arqueologia Urbana; pelo contrário, de forma geral são pesquisas que apontam para a presença de sítios arqueológicos pré-coloniais. As pesquisas depositadas no MAE/UFBA foram realizadas em projetos tanto em áreas urbanas como em áreas de grandes empreendimentos distantes do contexto urbano, mas mesmo aquelas dentro da

área urbana, na capital e em outras cidades, não foram realizadas da perspectiva da Arqueologia Urbana.

Nesses dois casos, durante as análises da documentação arqueológica disponibilizada, ou não foram detectados métodos que relacionassem o material gerado com seu contexto, principalmente no que concerne ao sistema de numeração, ou, no segundo caso, eles não foram efetuados de maneira a especificar o contexto em unidades interventivas. Mesmo quando as equipes de pesquisa arqueológica estavam envolvidas no processo de gestão das coleções da própria instituição, como foi o caso do MAE/UFBA, por serem projetos com coordenadores que compunham o quadro de pesquisadores colaboradores do museu, não foram implementados métodos documentais que subsidiassem a documentação museológica.

O que fica evidente no âmbito dos dois últimos casos é o fato de que muitos profissionais que atuam nesses projetos de pesquisa entendem que o trabalho de gestão do patrimônio arqueológico é algo a ser realizado nas atividades laboratoriais, ou seja, após as intervenções de campo. Ao contrário disso, esse processo deve ser iniciado durante os trabalhos de campo, mas deve ser concebido como parte da pesquisa arqueológica desde a fase dos estudos de gabinete, ou seja, nas atividades pré-campo. Ademais, de acordo com Sullivan e Childs (2003), deve-se ter clareza de que o processo de gestão do patrimônio arqueológico é de responsabilidade compartilhada e deve envolver agentes e entidades tanto dentro do âmbito arqueológico quanto das demais áreas envolvidas, incluindo o campo museológico.

Por fim, a capacidade de comunicação e interlocução entre profissionais de áreas afins como a Arqueologia e a Museologia pode auxiliar no desenvolvimento de procedimentos que colaboram com o processo de gestão do patrimônio arqueológico, como a compreensão do que são os métodos de pesquisa de campo, de por que foram eleitos, de quais critérios e diretrizes os fundamentam, e do que é necessário para os profissionais que recebem o material dentro da instituição de guarda para se entender o contexto maior no qual a gestão de coleções se insere.

Ao mesmo tempo, aqueles que realizam a pesquisa de campo precisam compreender como suas atividades podem subsidiar os procedimentos de documentação museológica dessas coleções para que o máximo de dados que fundamentem essas ações

seja registrado e disponibilizado no processo de entrega como parte do próprio patrimônio arqueológico, junto com as informações criadas no processo de curadoria.

Quando esse processo de curadoria, realizado pela equipe de pesquisa antes do depósito da coleção na instituição de guarda, é bem direcionado, seja por documentos do espaço de incorporação, seja por conscientização daqueles que são responsáveis pela pesquisa, torna acessíveis as informações necessárias para o processo de gestão no âmbito da documentação museológica.

No caso do MAE/UFBA e do LASCA/UFMS, a ausência dessas articulações desemboca num prejuízo irreparável para a gestão de coleções, no primeiro caso em virtude de os dois processos não caminharem juntos. Analisando o período do recorte temporal da pesquisa, entre 2008 e 2017, enquanto o Setor de Documentação do museu estava preocupado em estabelecer um enfoque mais direcionado para a documentação no âmbito da Ciência da Informação, inserindo todo tipo de informação como um órgão gerador único, o processo de gestão de coleções que eram incorporadas num mesmo período era integrado a partir das ações de outro núcleo de colaboradores, que integrava as atividades mais direcionadas para a pesquisa arqueológica.

No LASCA/UFMS, as coleções foram recebidas sem profissionais diretamente preocupados com a gestão desse patrimônio a longo prazo e conseqüentemente, até pela total ausência de um setor de documentação museológica, não houve direcionamento das atividades anteriores à curadoria no trabalho de campo, fosse por diretrizes, fosse em termos de protocolos que colaborassem com a elaboração da documentação arqueológica, ou fosse por um sistema de registro relacionando o material recolhido com seu contexto, principalmente no que concerne aos contextos específicos, como é o caso das unidades de escavação.

As coleções que se encontram temporariamente no LASCA/UFMS, a maior parte sob coordenação do arqueólogo Saul Milder, podem estar com sua documentação museológica comprometida e, talvez, com informações irrecuperáveis. Essa situação se deve não apenas ao falecimento do pesquisador, mas também à dispersão dos membros que compunham suas equipes de investigação, que deixaram de ser pesquisadores associados ao espaço por terem seguido suas pesquisas em outros espaços de investigação ou por terem se aposentado.

Essa conjuntura aponta problemas que essas coleções apresentam antes mesmo de serem remetidas para seus espaços definitivos de incorporação. Embora atualmente o LASCA/UFSM conte com profissional responsável pela documentação museológica do espaço, que assumiu e ainda está em processo de reconhecimento e diagnóstico institucional, a prioridade institucional tende ao tratamento daquilo que é parte do acervo definitivo do espaço de salvaguarda.

Não há garantia de que essas coleções ainda estarão sob guarda temporária do Laboratório ao término do processamento das coleções incorporadas pela própria instituição e, mesmo que houvesse, de acordo com a documentação arqueológica analisada não há subsídios suficientes no material documental depositado para que a equipe do Laboratório consiga dar continuidade ao tratamento documental, visto que ele não foi elaborado pensando na gestão do patrimônio a longo prazo. Na realidade, a curadoria do material não foi sequer pensada como algo que se inicia na etapa de pesquisa de campo; a ideia que fica é que a pesquisa arqueológica é desconectada da gestão do patrimônio.

O resultado desastroso dessas experiências não apenas fica evidente no processo de gestão e documentação museológica do patrimônio arqueológico em seu *continuum*, mas também se reflete na consulta e pesquisa posterior por outros investigadores e na realização de outras atividades museológicas, principalmente aquelas ligadas à difusão dessas pesquisas. Algo que contribui bastante para esse cenário é que, como foi dito neste trabalho anteriormente, o pesquisador coleta o material e faz sua análise como se fosse a última vez que essas coleções seriam utilizadas como fonte de pesquisa.

## **6.2 – Discrepâncias**

Neste tópico, a abordagem tem o propósito de apontar as dessemelhanças entre as mesmas entidades/coleções das quais foram consideradas as similitudes, de forma a estimular a compreensão das escolhas de parâmetros distintos por serem instituições e pesquisadores diversos, é óbvio, em busca de resultados semelhantes para a gestão do patrimônio arqueológico. Ao mesmo tempo, observam-se exemplos em que a documentação arqueológica não é sequer considerada como fundamentação para a gestão de coleções em suas instituições-fim ou, caso seja presumida para essa função, não se constitui de forma a subsidiar a continuidade dessas atividades.

Eventualmente, em todos os casos analisados há ocorrências de pesquisas arqueológicas que começaram depois do início das obras de engenharia. Sobre esse tipo de evento, ocorreu de duas perspectivas: pesquisas arqueológicas que não foram sequer cogitadas para a realização do empreendimento, seja uma obra de restauração, seja a construção de um *shopping* ou qualquer outro tipo de obra de engenharia; ou a antecipação das obras da empreiteira sem aguardar a anuência da portaria que concede a permissão de pesquisa arqueológica.

A primeira situação foi observada no caso do Arquivo Público da Bahia; a pesquisa arqueológica apenas foi considerada após serem encontrados pela empresa de engenharia artefatos e fragmentos arqueológicos, e serem realizadas vistorias por parte de servidores do IPHAN, como já abordado no capítulo anterior, de forma similar ao que tinha acontecido no Pelourinho na restauração da fachada do prédio da Faculdade de Medicina em 2009, pesquisa cuja coleção foi depositada no MAE/UFBA. O segundo cenário foi observado na pesquisa desenvolvida na Chácara do Comendador Ferreira Azevedo; as obras de engenharia foram principiadas dois meses antes da publicação da portaria de autorização da pesquisa.

Em alguns casos, durante a obra, ruídos de comunicação entre a empresa encarregada pelo trabalho de engenharia e a responsável pela pesquisa arqueológica podem desarticular atividades de monitoramento, trazendo prejuízos para o patrimônio arqueológico. Dois exemplos disso ocorreram entre as pesquisas com endosso do Joaquim Felizardo: a pesquisa arqueológica do Interceptor Arroio do Salso, sob coordenação de Ângela Cappelletti, em que a engenharia executou atividades na Rua Dorival Castilhos Machada e a abertura da zona de instalação da Estação de Bombeamento de Esgotos na área do Condomínio Jardins do Prado; e no monitoramento arqueológico na instalação da rede de gás no bairro Menino Deus, coordenado por Alberto Oliveira, em que foi efetuada a escavação de sete *tie-ins* na Avenida Ipiranga enquanto a equipe de Arqueologia monitorava uma frente de trabalho na outra extremidade do bairro (CAPPELLETTI, 2011; OLIVEIRA, A., 2009).

De forma dessemelhante do que ocorreu nos projetos que foram depositados no Museu de Porto Alegre, assim como na coleção incorporada pelo MAE/UFBA acima citada, no programa de pesquisa no Solar Quinta do Tanque a pesquisa arqueológica foi introduzida com um atraso de quase um ano, período durante o qual a obra deveria ficar paralisada. Os projetos depositados no Museu Felizardo sofreram defasagem de dois meses

ou interferências da falta de comunicação do empreendedor, que desconsiderou a importância da pesquisa arqueológica no processo de preservação do patrimônio.

Ademais, diferentemente das pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul<sup>133</sup>, no trabalho no Arquivo Público, além da perícia nas escavações para a implantação das sapatas do novo refeitório, a equipe de Arqueologia de Campo efetuou ao menos duas sondagens, na área em que o solo foi remexido pela Marsou Engenharia, para a compreensão do perfil estratigráfico, visando também a recolher outras informações que foram perpassadas por alto pela equipe de engenharia quando exumou 546 artefatos sem considerar quaisquer outras informações de contexto, portanto sem registrá-las.

Outra discrepância entre o trabalho realizado no Museu Joaquim Felizardo e no Arquivo Público está relacionada à presença de profissionais de áreas afins que viabilizem uma interlocução. Enquanto o Setor de Arqueologia do Museu contava, na época da pesquisa, com uma equipe interdisciplinar composta por arqueóloga e museóloga, participantes na gestão das coleções incorporadas, entre o quadro de colaboradores da empresa Arqueólogos para a pesquisa realizada no Solar Quinta do Tanque não constam pesquisadores da área de Museologia.

A inclusão de um(a) profissional museólogo(a) poderia colaborar para a solução de questões como a inserção da classificação tipológica dos fragmentos e artefatos no sistema de registro, facilitando o processo de marcação independentemente de quando essas peças fossem processadas. Dessa forma, viabiliza-se que os fragmentos de vidro, cerâmica não vidrada, porcelana, metal, entre outros, advindos de uma mesma unidade de escavação, sejam identificados no sistema de registro, mantendo o contexto, em termos locais, nessa identificação.

Por outro lado, como o Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre não pode prever quais metodologias são aplicadas em campo por cada uma das equipes de pesquisa em projetos de Arqueologia, estabelece diretrizes para a vinculação do sistema numérico com o sítio arqueológico e orienta em seu protocolo que o material e seu contexto sejam associados através do sistema de registro. Além disso, a documentação arqueológica que acompanha o material, especialmente os relatórios parciais e finais, deve informar quais parâmetros foram utilizados no processo de elaboração do sistema de registro para que outros agentes, profissionais não arqueólogos ligados ao processo de gestão dessas

---

133 Mesmo aquelas em que a equipe de Arqueologia já estava atuando e foram realizadas obras sem o devido monitoramento, no Arroio do Salso (2011) e no Menino Deus (2009), conforme indicado acima.

coleções dentro da instituição, tenham uma compreensão clara do trabalho efetuado e possam dar prosseguimento a essas atividades.

Apesar dessas dessemelhanças, cada um de sua forma particular, no Museu Joaquim Felizardo e na coleção do Arquivo Público da Bahia estabeleceram-se sistemas de registro vinculando o material recolhido nos sítios arqueológicos com seus contextos. Ademais, inseriu-se o método de pesquisa de campo como subsídio para estabelecer os dois sistemas, visto que a partir deles é possível saber que caminhos foram percorridos dentro do perímetro de cada sítio arqueológico a partir da ordem das unidades de escavação e das camadas estratigráficas, indicadas através do próprio número de registro.

À primeira vista, pode parecer contraditório dois casos com características distintas trazerem em suas análises resultados congruentes no sentido de considerarem em seus sistemas de registro os contextos e os métodos de intervenção. Embora no projeto do Arquivo Público da Bahia não tenha existido colaboração de profissionais de Museologia, os profissionais que atuaram na gestão da coleção arqueológica finalizaram ou têm em andamento qualificações profissionais em programa de pós-graduação, no estado de Sergipe, na área de Arqueologia, contando em sua formação com componentes curriculares direcionados para a área museológica<sup>134</sup>.

Embora isso não explique o tratamento em termos da utilização de sistemas de registro e documentais direcionados para o registro contextual, e a preocupação com a continuidade do processo de gestão das informações, colabora na compreensão de que uma formação com debates interdisciplinares estimula a inclusão de outras perspectivas, como é o caso da musealização do patrimônio arqueológico.

Entre o MAE/UFBA e o LASCA/UFSM também ocorreram discrepâncias na análise sobre a presença de profissionais da área de Museologia. No primeiro, eles estavam presentes tanto nas equipes de Arqueologia<sup>135</sup> como nos quadros de colaboradores no Setor de Documentação do museu, enquanto o último, durante o período em que as coleções foram introduzidas para a guarda temporária, não contava com qualquer museólogo(a),

---

134 O Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ/UFS), de onde é oriunda Jeanne Almeida, coordenadora geral do projeto, e onde Greciane Neres, coordenadora de campo, realiza seus estudos como mestranda, possui em sua grade curricular os seguintes componentes: Conservação Preventiva de Bens Arqueológicos; Patrimônio Arqueológico em Ruínas: Memória, Cultura e Salvaguarda; Musealização, Comunicação e Interpretação dos Vestígios Arqueológicos; e Musealização do Patrimônio Arqueológico.

135 Alguns profissionais que compuseram essas equipes, inclusive como coordenadores, têm formação em nível de bacharelado em Museologia, como Carlos Costa, Luydy Fernandes e Alvandyr Bezerra.

mesmo na função de colaborador(a) da entidade ou inserido(a) em algum dos projetos que foram realizados.

Nos dois casos, o sistema de registro elaborado foi incompleto, sem contextualização do material arqueológico quanto à localização onde foi exumado. Também não foram explicitadas as estratégias utilizadas para a criação do sistema numérico na documentação arqueológica, de maneira que elas não ficam evidentes para aqueles que atuam na gestão de coleções em áreas afins, como o(a)s museólogo(a)s.

Mesmo na experiência do Museu Joaquim Felizardo, em que houve uma equipe interdisciplinar com olhar do ponto de vista arqueológico e museológico para a realização da gestão de coleções, faz-se necessário que os profissionais envolvidos busquem escutar o outro ainda que pareçam contrapor posições em alguns aspectos, como por exemplo a individualidade no registro da peça. É, por isso, fundamental compreenderem o papel de cada um, os objetivos e os métodos utilizados para que a gestão de coleções seja alinhada com as diretrizes estabelecidas pela instituição a que pertence.

Para que isso seja possível, deve haver um canal aberto de comunicação entre os agentes participantes do processo de gestão do patrimônio arqueológico, não somente no interior da instituição, quando há no quadro institucional ou de colaboradores profissionais das duas áreas, mas também entre os que depositam os resultados de suas pesquisas e os que estão inseridos na realidade institucional. Seja porque um não conhece a realidade do outro, seja porque estão em pontas distintas do processo de musealização das coleções arqueológicas, a depender de como essas relações se desenvolvem os resultados podem ser muito positivos, mas também se tornar desastrosos.

Somando-se a isso o fato de que museólogos e arqueólogos falam “idiomas” diferentes, é necessária uma atenção redobrada para que cada um seja compreendido pelo outro sem ruídos. Nesse sentido, principalmente no âmbito da Museologia, é preciso estudar e conhecer os procedimentos de pesquisas aplicadas pela Arqueologia no processo de formação de coleções, visto que elas são incorporadas pela instituição enquanto conjunto, previamente organizadas em uma lógica anterior, e não são arranjadas como ocorre com outras especialidades.

Ademais, todos os envolvidos no processo de gestão, principalmente no que concerne à documentação museológica das coleções, devem estar cientes de que realizam um trabalho que pode ser finalizado relativamente a curto prazo – no caso da equipe

responsável pela pesquisa de campo – ou a longo prazo – como é o caso dos responsáveis pela continuidade da gestão desse patrimônio na instituição –, mas são parte de um processo maior que continuará muito depois que deixarem de ser agentes, porque como se sabe os objetos têm um ciclo de existência maior que as carreiras profissionais de seus gestores.

Outra questão a ser abordada é a inclusão antecipada no projeto de pesquisa das metodologias de campo, que normalmente são incorporadas de forma mais geral, como caminhamentos, intervenções no solo, aplicação de sistemas de georreferenciamento, atividades planejadas de forma mais ampla. No entanto, deixa de ser incluído o planejamento de estratégias quanto aos níveis de escavação ou quanto à metodologia e definição das unidades interventivas.

O projeto do Arquivo Público da Bahia já previa em seu texto os métodos e estratégias de pesquisa, incluindo o tamanho aproximado das unidades de escavação e os parâmetros que definiram a profundidade alcançada. Em oposição, os projetos de pesquisa depositados no Museu de Porto Alegre não incluíam esse tipo de planificação em suas estruturas, e demonstravam em seus conteúdos um direcionamento para os estudos de gabinete como fundamentação para a realização da pesquisa, centralizados nos dados históricos sobre os contextos arqueológicos conhecidos dos espaços ocupados pelos sítios arqueológicos.

Durante a pesquisa de campo no Solar Quinta do Tanque, as sondagens e trincheiras não foram efetuadas exatamente com as mesmas dimensões previstas. O planejamento se cumpriu com adaptações, como era de se esperar de um estudo dessa natureza. Ainda assim, incluir nos projetos de pesquisa a metodologia de trabalho como uma espécie de esboço corrobora a perspectiva de um dos objetivos específicos de assegurar a “aquisição e tratamentos de dados para geração de informações arqueológicas” e de abranger nos estudos de gabinete o levantamento de dados *in loco* (DIAS, J., 2019, p. 13).

Como consequência, o planejamento da metodologia de campo na etapa pré-campo viabiliza o estabelecimento preliminar do sistema de identificação, visto que a partir dos métodos de campo podem ser elaboradas, ainda que de forma mais abrangente, a série numérica e suas subdivisões, relacionando-as a sua procedência em sentido vertical e horizontal. Nesse aspecto também foi verificada uma dissonância entre os projetos

incorporados pelo Museu de Porto Alegre e o programa de estudo do Arquivo Público da Bahia.

Nos projetos depositados no Museu Joaquim Felizardo, o sistema de registro era estabelecido durante o processo de curadoria no laboratório. A sequência numérica era definida após a higienização do material, em concomitância com o processo de quantificação, num processo similar ao descrito pelo coordenador do salvamento arqueológico para duplicação das Avenidas João Goulart e Loureiro da Silva (OLIVEIRA, A., 2014).

No projeto de pesquisa realizado pela empresa Arqueólogos Consultoria na Quinta do Tanque em Salvador, logo após o processo de limpeza, os artefatos e fragmentos foram separados “por contexto e origem, intervenção, nível de procedência e matéria-prima”, informações que serviram de parâmetro para a identificação individual de cada peça, composta por: sigla de identificação do projeto; sigla da unidade federativa; número que designa o setor ou área; código que define a unidade de escavação; algarismo que identifica a camada estratigráfica; e por fim o número individual (DIAS, J., 2019, p. 43).

Esses parâmetros não são passíveis de análise nos casos do MAE/UFBA e do LASCA/UFSM, visto que os métodos de campo e o sistema de registro não foram utilizados como subsídios para a documentação nem para o sistema de identificação das coleções. Na medida em que essas duas instituições não estabeleceram uma política de aquisição com protocolos e diretrizes que direcionassem os programas de pesquisa como pressuposto para a concessão de endossos, as investigações não seguiram esse tipo de critério para o desenvolvimento do trabalho de campo e era de se esperar que os métodos e sistemas de registro não fossem planejados na etapa de elaboração do projeto de pesquisa.

Principalmente no que concerne às pesquisas de Arqueologia Preventiva, que se centralizam mais no cumprimento das leis de proteção do patrimônio que nas contribuições científicas da investigação, a maneira como as coleções arqueológicas são incorporadas e a gestão do patrimônio corroboram as palavras de Sullivan e Childs (2003, p. 20, tradução nossa) quando declaram assertivamente que “depois de salvar coleções de artefatos da destruição no campo, arqueólogos estavam permitindo a perda e a degradação de seu valor de pesquisa fora do campo”<sup>136</sup>.

---

136 “After saving collections of artifacts from destruction in the field, archaeologists were permitting the loss and degradation of their research value out of the field” (original).

Isso fica evidente quando a análise enfoca as coleções depositadas no MAE/UFBA cujo objetivo era o cumprimento das leis de proteção do patrimônio arqueológico, distintamente daquelas que se encontram no LASCA/UFSM à espera de uma definição sobre o depósito definitivo do material arqueológico, o que, segundo afirmam, tem como propósito contribuições em termos de pesquisa arqueológica tanto para a perspectiva da Arqueologia Preventiva como para os estudos arqueológicos das regiões de onde as coleções procedem.

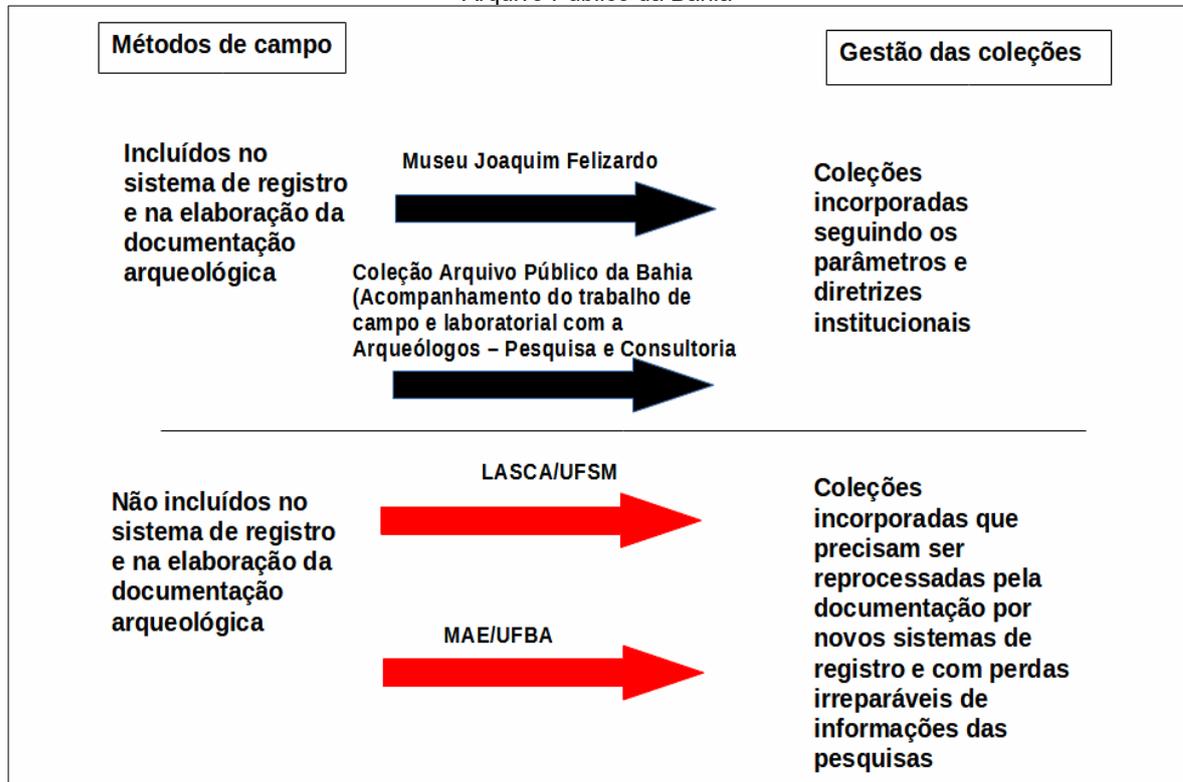
Apesar das discrepâncias quanto aos objetivos, a documentação arqueológica analisada mostra que em nenhum dos casos houve a preocupação das instituições endossantes em requisitar que as pesquisas realizassem a inclusão dos métodos de escavação para atingir esses objetivos<sup>137</sup>. A ênfase nas atividades desenvolvidas estava mais direcionada para o salvamento do patrimônio arqueológico que para a preservação da pesquisa como um todo. O próprio sistema de identificação não viabiliza uma conexão entre contexto e material, e a ausência total ou parcial de informações sobre a pesquisa arqueológica cria perdas irreparáveis para a gestão do patrimônio a longo prazo.

Enfim, a análise das semelhanças e discrepâncias confirma as aproximações entre os resultados do Museu Joaquim Felizardo e da pesquisa no Arquivo Público do Estado da Bahia, e entre o MAE/UFBA e o LASCA/UFSM, e os distanciamentos entre os dois pares que se formaram, como pode ser percebido na Figura 75.

---

137 Justamente por isso, a definição de uma política de ingresso de coleções como pré-requisito para conceder o endosso é tão importante. A partir do momento que isso se torna uma exigência, os trabalhos de campo podem incorporar essas diretrizes no processo de intervenção.

Figura 75 – Figura ilustrativa com as entidades/coleções e o uso dos métodos de campo como fundamentação para a gestão de coleções e seus resultados: MAE/UFBA e LASCA/UFSM; Museu Joaquim Felizardo e coleção Arquivo Público da Bahia



Fonte: Elaborado por Luciana Ballardó (29 mar. 2021).

Os dois primeiros exemplos conseguiram utilizar os métodos de campo como subsídios para o sistema de registro e o sistema de documentação como um todo, uma vez que o sistema de registro relaciona toda a documentação arqueológica e a inclui no tratamento da gestão museológica dessas coleções. Os dois últimos, por outro lado, não fundamentaram os métodos de campo na gestão de coleções e, como resultado disso, possuem documentação arqueológica escassa e um sistema de registro que não atende as prerrogativas institucionais nem os parâmetros legais para esses procedimentos.

Independentemente da perspectiva, seja de coleções que ingressam, seja das que estão à espera de serem incorporadas, as análises demonstraram que é possível escolher e utilizar seus métodos de pesquisa especificando aspectos particulares direcionados pelas diretrizes de cada espaço de guarda e coordenadores de pesquisa, e obter resultados satisfatórios.

### 6.3 – Resultados finais

Após a análise individual de cada estudo de caso e a avaliação comparativa de um prisma geral, foram detectados seis aspectos que podem contribuir de maneira fundamental para a realização cabal da gestão museológica de coleções arqueológicas:

- 1 – a elaboração de protocolos e documentos indicativos de procedimentos de ingresso e/ou de pesquisa bem definidos;
- 2 – objetivos de pesquisa claramente estabelecidos;
- 3 – a inclusão de arqueólogo(a)s no processo de gestão de coleções;
- 4 – a inserção de museólogo(a)s no desenvolvimento de pesquisas de Arqueologia;
- 5 – o estreitamento no processo de comunicação entre os profissionais que estão diretamente envolvidos na documentação e gestão do patrimônio arqueológico;
- 6 – a inserção consciente da pesquisa arqueológica na sequência ocupacional da área que sofreu a intervenção.

O primeiro aspecto fundamental para a gestão de coleções arqueológicas é a criação de protocolos e documentos indicativos de procedimentos de ingresso<sup>138</sup> ou de pesquisa bem definidos. Independentemente das leis, portarias e diretrizes internacionais existentes, que regulamentam e orientam os procedimentos em instituições de salvaguarda e também podem direcionar as ações dos pesquisadores durante as pesquisas de campo, esses protocolos devem ser criados a fim de que as coleções que são salvaguardadas em um mesmo espaço sejam normatizadas e sigam padrões preestabelecidos relacionados à gestão de coleções.

Ao estabelecer esses protocolos e outros documentos normativos, as instituições resolvem dois problemas responsáveis pela crise na documentação museológica dentro do processo de gestão de coleções arqueológicas: o primeiro diz respeito a ter diretrizes bem definidas para o uso do sistema de catalogação; e o segundo está relacionado à aplicação

---

138 Partindo do pressuposto de que as instituições de salvaguarda já possuem políticas institucionais de gestão de coleções bem definidas, fundamentadas na sua missão institucional, viabilizando, dessa forma, a criação de normativas e protocolos internos. “Dessa maneira, para além das leis e decretos, o museu estará amparado por procedimentos institucionais próprios, como: missão, regimento, regulamentos, e assim poderá ter conhecimento prévio sobre como tratar as coleções – no caso em questão, do patrimônio arqueológico” (MENDONÇA; SANTOS, 2017, p. 129).

desses mesmos padrões a coleções que ainda serão incorporadas a esses espaços e que já podem estar ajustadas à normatização interna.

No primeiro aspecto, as diretrizes devem ser bem definidas para o uso do sistema de catalogação tanto para a inserção das informações advindas da documentação arqueológica e quanto para a gestão da informação e do patrimônio daquelas coleções que já estão inseridas em seus espaços, que normalmente possuem volumes que correspondem a centenas de milhares.

No segundo aspecto relacionado às coleções que ainda serão incorporadas a esses espaços, o material coletado em campo é incorporado com suas respectivas identificações em cada peça. Se essa numeração ou código alfanumérico for implementado durante o processo de curadoria, após a coleta de campo, evitará o processo de remarcação com um número de registro museológico posterior, o que trará pelo menos dois benefícios imediatos: evitar que a peça tenha em sua superfície a marcação de dois números, um do registro arqueológico e outro do museológico, e evitar desperdício do tempo que já foi gasto pelos profissionais que realizaram esse procedimento durante o processo de pesquisa arqueológica, assim como o desperdício de tempo dos profissionais, dentro da instituição, envolvidos com a gestão das coleções.

Isso ajudaria a diminuir a carga de trabalho relacionado à documentação museológica tanto no ingresso de coleções, que são como struthioniformes (aves velozes e pesadas) “que ingressam em grande quantidade e cadência acelerada aos espaços de salvaguarda para processamento e preservação”; quanto nas coleções sob guarda desses espaços, que são como paquidermes cujo volume de material representa “reservas técnicas abarrotadas de material arqueológico, sem condições adequadas de salvaguarda ou sequer espaço suficiente para acondicioná-lo” (BALLARDO; MENDONÇA, 2018, p. 5999 e 6003).

É possível compreender a dimensão do problema ao se imaginar uma reserva técnica composta por um grande montante de material, nas dimensões volumétricas de um elefante, por exemplo, incorporadas em uma linha de tempo correspondente a aproximadamente quatro décadas, como foi exemplificado pelos estudos de caso aqui apresentados nos primeiros capítulos, nos quais os profissionais responsáveis pela gestão precisavam se adaptar a uma defasagem de, em média, trinta anos e equipes reduzidas, ou contando com apenas um profissional, para processar todas as coleções, ao mesmo tempo que realizavam a gestão de coleções de várias “avestruzes” advindas de diferentes

pesquisas, fossem de Arqueologia Preventiva, principalmente, fossem de investigações acadêmicas.

Esses profissionais, atolados em reservas técnicas lotadas de material, descobriram através de diagnósticos que a documentação arqueológica é insuficiente ou ausente, e que precisarão ajustar seus sistemas documentais para que as indagações realizadas durante a gestão desse patrimônio possam ser respondidas no tratamento dessas coleções. Nesse sentido, os protocolos e outros documentos normativos internos também podem abranger aspectos relacionados ao detalhamento de dados e à elaboração de informações registradas durante a pesquisa para que sejam mais completos e atendam as prerrogativas institucionais, evitando lacunas comuns no processo de documentação arqueológica que seguramente desencadeariam problemas irremediáveis à gestão desse patrimônio, como vimos nos capítulos anteriores.

Pode parecer, à primeira vista, que estabelecer esses regulamentos relacionados à gestão de coleções dentro da instituição onera os pesquisadores arqueólogos em seus trabalhos de pesquisa, principalmente quando se trata de trabalhos de Arqueologia de salvamento. Na realidade, os próprios pesquisadores desenvolvem seus parâmetros, como vimos nas experiências analisadas nos dois últimos estudos de caso, e normalmente desenvolvem modelos que são fundamentados em documentos legais nacionais e recomendações internacionais (DIAS, J., 2019).

É óbvio que, se existe um modelo que já é utilizado, muitas vezes por anos, e uma instituição estabelece normas próprias que devem ser seguidas e que precisam ser adaptadas através da criação de um novo modelo, num primeiro momento atribui-se à mudança um trabalho árduo, o que seguramente resulta em uma resistência inicial por parte daqueles que estão realizando suas pesquisas.

No entanto, a partir da análise realizada neste estudo, percebe-se que os pesquisadores costumam buscar instituições com quem já estabeleceram parcerias e de quem já receberam endossos institucionais com certa frequência, de forma que aderir a um novo modelo é uma tarefa que, uma vez cumprida, pode ser reaproveitada para as demais investigações futuras e é uma atividade de sobrecarga absolutamente menor que o colossal empreendimento de processar o material resultante de uma pesquisa novamente com os parâmetros institucionais depois de incorporada, enquanto ainda se está realizando essa incumbência com o resto das coleções salvaguardadas em suas reservas técnicas.

Ademais, essa ideia corrobora que a gestão das coleções arqueológicas não deve ser responsabilidade de uma instituição<sup>139</sup>, tampouco de um profissional ou servidor, dentro do setor de Documentação ou de Arqueologia em determinado espaço museológico. A gestão do patrimônio arqueológico deve envolver todos, dentro e fora das instituições de salvaguarda, que compõem o processo de musealização desse patrimônio, desde seu projeto inicial de pesquisa, enquanto essas coleções existirem.

Em contrapartida, alguns dos parâmetros e procedimentos que os pesquisadores estabelecem como padrão para seus projetos investigativos, sobretudo na Arqueologia de Salvamento, fazem sentido apenas numa lógica própria, de forma que, assim como uma “avestruz que pode se manter ensimesmada em busca de alimento, com a cabeça escondida pelas savanas africanas, o arqueólogo pode estar tão concentrado em sua pesquisa que seus registros acabam sendo pertinentes apenas para si mesmo” (BALLARDO; MENDONÇA, 2018, p. 6003).

Essa perspectiva se torna muito pior quando o(a) pesquisador(a) acredita que sua metodologia é tão óbvia que não precisa ser explicada, e em muitos casos nem mesmo apresentada dentro dos registros documentais depositados junto com o material. Isso ocorre ou porque ele(a) julga que seu repertório é autoexplicativo ou por considerar que foi a primeira e ao mesmo tempo a última vez que essas coleções foram investigadas.

Prova disso são os projetos coordenados por Saul Milder para serem depositados em caráter temporário no antigo LEPA/UFSM (cujo espólio compõe o LASCA/UFSM), que já haviam sido regulamentados dessa forma em suas respectivas portarias e/ou identificados com esse atributo nos projetos de pesquisa. O pesquisador designou um número sequencial para cada um dos sítios por ele investigados, que era conhecido dentro do Laboratório entre os que participavam do cotidiano laboral daquele espaço, mas para as instituições que serão designadas pelo órgão regulador como espaços definitivos não fará nenhum sentido.

Outro aspecto fundamental para a gestão de coleções é a definição dos objetivos de pesquisa, tanto gerais quanto específicos, porque a precisão e a clareza ao estabelecê-los contribui para a busca de dados que alimentam as informações registradas na documentação no âmbito arqueológico e a tornam mais completa. Principalmente no âmbito da Arqueologia de Salvamento, cujos projetos tendem a ser direcionados a um objetivo

---

139 É importante ressaltar que, embora a responsabilidade não seja exclusiva da instituição de salvaguarda, essa entidade deve ter um papel central na gestão, uma vez que é através do estabelecimento de diretrizes institucionais que os demais agentes podem se mobilizar e ter um papel mais ativo nesse processo.

relacionado ao cumprimento da legislação de proteção do patrimônio arqueológico<sup>140</sup> e podem tender, como o próprio nome diz, a se tornar direcionados ao salvamento ou à recolha dos materiais arqueológicos, é imprescindível a compreensão de que a pesquisa arqueológica precisa ser incorporada à gestão do patrimônio.

Quando os objetivos do projeto de pesquisa estão alinhados e devidamente elaborados e as pesquisas empenham-se em compreender as sequências ocupacionais, os métodos de pesquisa devem ser nitidamente apontados dentro da perspectiva do projeto, visto que, uma vez que se discerne o alvo a ser alcançado, fica mais fácil descrever de que forma se pretende atingi-lo. Isso não ocorreu na maior parte das análises apresentadas em três dos estudos de caso realizados<sup>141</sup>, em que o objetivo geral foi confundido com os específicos e não houve uma compreensão clara por parte do proponente de que o objetivo geral deve ser o próprio salvamento, monitoramento, diagnóstico ou investigação prospectiva a que se propõe, uma vez que estamos lidando com uma ciência social aplicada.

Como consequência, objetivos específicos foram propostos sem a definição de um geral, como no caso dos projetos que foram amparados para guarda temporária pelo LASCA/UFSC, e foram omitidos nos projetos das coleções incorporadas pelo Museu de Porto Alegre e pelo MAE/UFBA. Nos dois últimos casos, que apresentaram apenas o objetivo geral, este na verdade era um objetivo específico; na experiência avaliada no MAE/UFBA, especificamente, esse objetivo era sempre cumprir a legislação vigente no país para a proteção do patrimônio arqueológico.

Principalmente no que concerne à Arqueologia de Contrato, as pesquisas são organizadas mais para atender as demandas do empreendimento que para a gestão do patrimônio arqueológico. Quando o objetivo final é cumprir com a proteção legal, a produção de conhecimento sobre o passado é prejudicada, uma vez que “a legislação em vigor, [...] embora se pretenda protetora do patrimônio arqueológico permite sua destruição na medida em que favorece a mecanização da prática arqueológica” (PELLINI, 2011, p. 13).

Era de se esperar, com os equívocos relacionados aos objetivos gerais dos projetos, seja por omissão, seja por tratá-los apenas como obrigatoriedade legal, que a metodologia utilizada para as intervenções não fosse incluída como fonte de informação para subsidiar a

---

140 E, justamente por isso, acaba por incorporar entre seus objetivos específicos avaliar os impactos que os empreendimentos causaram aos bens arqueológicos.

141 A exceção foi a pesquisa no Arquivo Público da Bahia pela empresa Arqueólogos.

documentação museológica; uma vez que não se sabe aonde se quer chegar, por que se preocupar com como? Foi justamente o que ocorreu nas experiências drasticamente falhas analisadas nos dois estudos de caso acima citados.

Nos projetos incorporados pelo Museu Joaquim Felizardo, apesar de objetivos específicos terem sido transformados em objetivo geral, houve a inclusão dos métodos de intervenção na documentação e no sistema de registro, ainda que de forma não tão completa. No entanto, nesse caso específico o que contribuiu para a inserção foram as diretrizes estabelecidas pela instituição endossante, que instituíram ao menos a padronização relativa à identificação do sítio arqueológico.

Ainda assim, o fato de que a maior parte dos projetos tinha por objetivo estudar a sequência de ocupação, como foi o caso do diagnóstico no antigo Haras do Arado (OLIVEIRA, A., 2016), ou estudar o patrimônio arqueológico a partir “da localização, identificação e pesquisa” dos vestígios relacionados a diferentes momentos de ocupação anteriores, como ocorreu no monitoramento da mitra da Arquidiocese de Porto Alegre (CAPPELLETTI, 2013), colaborou para a inclusão, por parte do(a)s arqueólogo(a)s responsáveis pelas pesquisas, do contexto arqueológico associado às unidades de escavação, seja por quadriculamento, seja por sondagem ou a partir de outros métodos interventivos, nos sistemas de numeração, assim como no registro detalhado dos parâmetros utilizados para estabelecê-los na documentação arqueológica.

Para realizar o delineamento da sequência ocupacional do sítio arqueológico ou área de potencial arqueológico, o que a maior parte dos projetos depositados no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo propõe, é indispensável a inclusão de elementos como objetivos, métodos, dados locacionais apresentados em registros visuais, como mapas, e textuais, como registros imobiliários, entre outros (DREWETT, 1999). Em função disso é que esse estudo de caso, apesar da confusão entre objetivo geral e específico, trouxe aplicações que subsidiaram a documentação museológica através dos métodos de campo.

O terceiro aspecto apresentado é a inclusão de arqueólogo(a)s no processo de gestão de coleções, não apenas daquele(a)s que estão nos quadros das instituições, seja como servidores, seja como colaboradores – partindo do pressuposto de que as instituições endossantes tenham esses profissionais em seus espaços, como é o caso do Museu de Porto Alegre e do MAE/UFBA –, mas também, e principalmente, daqueles que estão nas

atividades de campo gerando coleções que serão incorporadas por instituições, como é o caso do LASCA/UFSM e da Arqueólogos Consultoria.

Os profissionais da área de Arqueologia não são equipados, durante sua formação, com conhecimentos relacionados ao gerenciamento do patrimônio, ratificando a mentalidade de muitos desses pesquisadores de que o tratamento de coleções é uma incumbência do museólogo e dos demais profissionais da instituição endossante que estão associados a essa atividade e de que, portanto, seu trabalho não está comprometido diretamente com esse tipo de tarefa (SULLIVAN; CHILDS, 2003).

Em virtude disso, arqueólogos que são incorporados como servidores de instituições que abrigam coleções arqueológicas se deparam com uma realidade distante daquela com que estavam acostumados quando realizavam suas pesquisas. Encontram uma grande quantidade de coleções com documentação incompleta e sistemas de numeração diversos sem qualquer tipo de normatização cuja preservação também passa a ser uma responsabilidade sua, como parte da equipe institucional, da qual não pode declinar e para a qual precisa despender uma quantidade de energia que a princípio pode lhe parecer desvantajosa. E é justamente sob tais circunstâncias que esses pesquisadores passam a compreender a relevância daquilo que realizam em suas investigações, principalmente durante as intervenções e a recolha de dados para a elaboração da documentação arqueológica, na gestão de coleções.

Ao perceberem isso, buscam discernir como podem colaborar, a partir do *know-how* que possuem, para a gestão das coleções. A necessidade faz com que busquem instrução, ainda que não formal, discutindo com seus pares em eventos, acessando publicações e realizando reflexões sobre as questões que passam a inquietá-los, para então contribuir no processo de criação de padrões e diretrizes, organização e indexação documental e física do material arqueológico. Esses foram os caminhos traçados pelo Setor de Arqueologia do Museu Joaquim Felizardo e iniciado recentemente no MAE/UFBA.

A colaboração desses profissionais para a elaboração de normatizações é fundamental, porque eles conhecem os métodos e procedimentos de pesquisa, e são capazes de vislumbrar de maneira mais ampla como esses elementos podem subsidiar o trabalho contínuo de gestão do patrimônio após sua incorporação. Também sabem da importância da inserção das informações relacionadas ao contexto arqueológico, sem as quais se perde a logicidade da própria preservação no caso desse tipo de patrimônio.

O conhecimento do meio da pesquisa arqueológica faz com que saibam que parâmetros podem ser inseridos nos documentos normativos institucionais, a partir do que é e não é possível cobrar dos pesquisadores. Uma dessas questões tem a ver com o sistema de identificação, que deve estar de acordo com o sistema de registro institucional, mas precisa respeitar os métodos de escavação e de ocupação do sítio arqueológico que são particulares de cada pesquisa.

É nesse sentido que esses profissionais podem contribuir na busca por um equilíbrio que atenda os interesses do espaço de salvaguarda sem tolher a independência de decisão de cada pesquisa quanto aos métodos interventivos. As normativas criadas podem inclusive incentivar que os pesquisadores que estão desenvolvendo suas investigações a serem depositadas em determinado espaço tenham um caráter mais participativo na gestão do patrimônio, impelindo-os a não apenas incluir o trabalho interpretativo

na análise dos registros, mas perpassar todas as etapas de atividades, desde a inclusão de dados como mapas e plantas históricos e a forma como são analisados para a tomada de decisões durante as intervenções, até a elaboração de registros, que incluem as narrativas da equipe de pesquisa não apenas em seus cadernos de campo, mas também em relação a decisões de como e onde serão feitas as fotografias e a elaboração do perfil estratigráfico (BALLARDO; MENDONÇA, 2019b, p. 395).

Quanto à organização e à indexação das coleções arqueológicas, as contribuições desses profissionais enquanto funcionários dos espaços de salvaguarda são imensuráveis. A compreensão de como os pesquisadores racionalizam seus trabalhos e de que maneira estes podem ser sistematizados para servir melhor a investigações futuras é parte desse trajeto.

A situação ideal seria que todos os profissionais que participam de programas de pesquisa em Arqueologia passassem por uma formação ligada à gestão de coleções, em cursos de graduação ou pós-graduação, relacionada à musealização desse patrimônio e à curadoria e gestão das coleções geradas no processo de pesquisa. E, sempre que possível, que estabelecessem experiências práticas dentro de instituições endossantes, as incorporassem no trabalho de gestão e tomassem consciência de seu papel nessa gigantesca tarefa.

Foi isso que contribuiu para que o trabalho realizado no Arquivo Público da Bahia fosse bem-sucedido no que concerne ao desenvolvimento das atividades relacionadas à documentação de campo e à elaboração de sistema de registro associado ao contexto arqueológico. Ao fim e ao cabo, foi o único estudo de caso que efetivamente se inseriu por

diretrizes próprias, estabelecidas a partir da orientação em documentos internacionais e na legislação em âmbito nacional, na gestão do patrimônio arqueológico, o que se reflete na continuidade desse processo após a incorporação da coleção na instituição.

O quarto aspecto mencionado é a inserção de museólogo(a)s no desenvolvimento de pesquisas de Arqueologia. Essa faceta pode ser considerada uma via de mão dupla, na medida em que serve para o treinamento desse profissional em um meio alheio às suas atividades, possibilitando o entendimento do trabalho realizado na pesquisa arqueológica, e para que compartilhe seus conhecimentos especializados de forma colaborativa para com as equipes que estão realizando as pesquisas arqueológicas a partir de um prisma direcionado para as questões da gestão documental.

A compreensão do trabalho de pesquisa arqueológica serve para aprofundar a concepção desse patrimônio, assim como de suas particularidades relativas ao contexto arqueológico, e as relações estabelecidas pelos pesquisadores entre os artefatos a partir de suas análises e interpretações, entendendo como essas coleções são organizadas ainda durante o processo de pesquisa, o que se mantém quando são depositadas na instituição. A partir dessas reflexões, o perito em documentação museológica pode buscar meios para que os sistemas documentais sirvam amplamente a pesquisas posteriores a partir de uma lógica interpretativa própria.

Essa consciência da pesquisa arqueológica também pode evitar o uso de sistemas preestabelecidos amplamente utilizados nas práticas documentais da Museologia, assim como o uso de classificação para os sistemas criados na identificação do material arqueológico com denominações como bipartido, tripartido e alfanumérico, que fazem sentido apenas dentro de contextos museológicos para coleções arranjadas na própria instituição.

A prática desses sistemas bem como a tentativa de etiquetar sistemas criados dentro do âmbito da gestão de coleções arqueológicas com essas nomenclaturas em nada contribuem para essa especialidade de patrimônio, porque desconsideram o trabalho de curadoria realizado anteriormente no processo de pesquisa arqueológica, anulam o sistema de identificação ao tornarem sua numeração de campo apenas um metadado da ficha de registro, desvinculado do número de inventário da peça dentro do campo museológico, e desintegram a documentação arqueológica do próprio patrimônio arqueológico.

De outra parte, a presença de especialistas em documentação museológica na pesquisa de campo pode colaborar na sistematização de coleções arqueológicas,

principalmente no que compete ao sistema de registro e de classificação do material coletado em campo. Essas articulações devem ser iniciadas antes mesmo do processo de pesquisa de campo, durante a proposição do projeto de pesquisa, com métodos de intervenção inseridos preambularmente, ressalvadas as adaptações necessárias durante o processo de investigação.

Essas contribuições poderiam ser incorporadas ao trabalho de investigação realizado no Solar Quinta do Tanque no que concerne à identificação por tipologia do material, cuja inserção no sistema de registro se deu por ordem sequencial numérica. A falha nesse sistema é a marcação precisar ser desfeita e refeita sempre que um artefato ou fragmento de mesmo material e posição locacional cujo conjunto já tenha sido devidamente catalogado seja detectado posteriormente.

Embora existam experiências pertinentes da associação de sistemas de identificação com o contexto arqueológico, como o uso de quatro elementos básicos – o ano de ingresso na instituição seguido da sigla de identificação do sítio ou pesquisa arqueológica, mais um algarismo que designe a procedência dentro do contexto arqueológico (obedecendo os registros da intervenção) e, finalmente, um número individual de identificação (RAPOSO; MARTINS; CORREIA, 2000, p. 26) –, estes não podem ser tomados como uma fórmula a ser aplicada, apenas como princípio orientador nas reflexões acerca de suas próprias demandas institucionais.

O que não se pode perder de vista é a “relevância da localização na identificação e no registro dos bens arqueológicos, visto que os algarismos são atribuídos na pesquisa arqueológica a uma posição espacial do sítio” (BALLARDO; MENDONÇA, 2019a, p. 15). Dessa forma, as peças encontradas em uma unidade de escavação são parte de um conjunto que deve receber uma numeração única associada à sua posição locacional, assim como aos outros artefatos recolhidos na mesma unidade interventiva.

É importante ressaltar que de nada adianta que uma equipe de pesquisa disponha entre seus membros de arqueólogo(a)s que tenham uma formação de base na área da Museologia se não inclui a perspectiva especializada de documentação museológica direcionada para a gestão do patrimônio. Isso porque o pesquisador está tão absorto nas particularidades da pesquisa arqueológica que se torna propenso a se afastar do processo de gestão da coleção.

O quinto aspecto traz à tona a necessidade de estreitamento no processo de comunicação entre os profissionais que estão diretamente envolvidos na documentação e gestão do patrimônio arqueológico, nesse caso mais especificamente arqueólogo(a)s e museólogo(a)s. As pontes de aproximação a serem estabelecidas podem iniciar pelo enfoque das terminologias utilizadas por cada uma dessas áreas de estudo, que muitas vezes usam vocábulos estrangeiros e incompreensíveis em relação à linguagem praticada pelo outro especialista.

Mesmo dentro de uma área de estudo, como é o caso da Arqueologia, os vocábulos utilizados podem ser especializados de forma que se tornem incompreensíveis para os demais peritos, como afirma Rutz (2016, p. 23):

Quanto mais “especialistas” se tornam os “arqueólogos do lítico”, maior a tendência de que seus resultados sejam apresentados em textos que apenas outros profissionais tão especializados sejam capazes de compreender. E, como acontece em outras ciências também, criou-se uma espécie de “idioma” próprio, que neste trabalho é chamado de “Litiquês”.

Ao transpor a análise para uma outra área do conhecimento como a Museologia, que estabelece conexões interdisciplinares, o que a autora chama de outro idioma, o “Litiquês”, pode ser percebido apenas como dialeto de uma linguagem estrangeira que abrange toda a área de estudo, o “Arqueologuês”, com estrutura completamente distinta daquilo que poderia ser denominado de “Museologuês” no seu próprio domínio de interpretação. Para efeito de ilustração, o espanhol enquanto idioma possui variações linguísticas tais como o murciano, o andaluz, o canário, e o estremeno, que são apenas considerados como dialetos, e não como uma língua à parte. O português, por outro lado, é considerado um idioma completamente distinto, ainda que possua a mesma raiz do espanhol.

No português podem ser encontradas palavras semelhantes às do espanhol com definições divergentes. Isso também ocorre com vocábulos utilizados nas duas áreas, como é o caso do termo “catalogação”, que dentro do âmbito museológico é compreendido como o processo completo de registro de um objeto ou conjunto de objetos, enquanto no “Arqueologuês” é usado para designar o ato de inserir no corpo do artefato ou fragmento a identificação individual, utilizando uma pena ou uma caneta, prática definida como “marcação” em “Museologuês”.

Essas discrepâncias entre os vocabulários das duas áreas podem trazer prejuízos para o processo de gestão de coleções, principalmente no que concerne à inserção de informações provenientes de relatórios de pesquisa e de outros instrumentos documentais

elaborados durante os procedimentos interventivos que precisam ser incorporados na documentação museológica. Para que não se incorra em equívocos no processo de registro das coleções arqueológicas é fundamental que exista uma compreensão dos termos e procedimentos aplicados.

Assim como um dicionário não pode tornar alguém fluente em um idioma, as atividades de documentação museológica incorporadas à gestão do patrimônio arqueológico não podem ser orientadas a partir de um “conjunto de conceitos ordenados” que estabeleça o arranjo de conjuntos de objetos “segundo sua função ou estrutura” (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. XV). É fundamental a existência de um especialista em Arqueologia para colaborar não apenas na compreensão de um vocabulário específico, mas também na assimilação da constituição conceitual do conhecimento na outra linguagem, visto que para entender outro vernáculo é imprescindível perceber o seu processo de concepção mental.

Mas o que fazer na ausência um(a) arqueólogo(a) na instituição? Rutz (2016, p.34) indica um caminho nesse pedregoso processo de estreitamento comunicacional entre as duas áreas através da criação de uma cartilha para

ser compreendida por funcionários de museus que não possuam formação em Arqueologia, auxiliando na forma como consideram, armazenam e expõem artefatos líticos lascados. E é dessa abordagem que surgiu o nome “Traduzindo o Litiqêns”. Ou seja, a cartilha deve auxiliar os curadores a compreender a linguagem técnica dos artigos e relatórios que acompanham o material quando este é destinado ao Museu.

A dificuldade de comunicação entre especialistas da Museologia e da Arqueologia traz danos muito maiores do que os desencontros vocabulares apontados anteriormente. Os resultados podem ser desastrosos para a gestão de coleções arqueológicas com a criação de sistemas de catalogação e instrumentos de documentação desconectados, elaborados isoladamente para satisfazer particularmente os requisitos relacionados a cada um dos campos de conhecimento.

O último aspecto é a inserção consciente da pesquisa arqueológica na sequência ocupacional da área que sofreu a intervenção, visto que isso pode contribuir para a incorporação dos métodos de campo como subsídios para a documentação museológica. Muito além da leitura de contextos arqueológicos e de análises interpretativas de vestígios exumados, a documentação arqueológica pode incluir a organização espacial e a ordem temporal escolhida durante a intervenção, que se apresentam de uma maneira particular e distinta das incalculáveis outras como poderiam ter se apresentado.

A falta de percepção de que a intervenção é uma ocupação resulta em dados insuficientes ou inexistentes nos registros documentais, ou compilados sem detalhamento. Dessa forma esses dados, ao serem disponibilizados para a elaboração das informações na documentação arqueológica, deixam de utilizar mecanismos e perícia acessíveis, tornando-se incompletos ou imprecisos.

A inclusão da pesquisa arqueológica na sequência de ocupação do sítio não é apenas um elemento positivo para a gestão do patrimônio porque torna o processo documental mais completo. Antes de mais nada essa ocupação é um fato, visto que a equipe de Arqueologia, “por um período específico, organiza, analisa, interpreta, coleta e, como resultado, modifica o espaço” (BALLARDO; MENDONÇA, 2019b, p. 393).

Cada uma das ocupações, independentemente de ter ocorrido por um grupo de caçadores-coletores, por um grupo familiar no período colonial ou por uma pesquisa arqueológica, possui uma lógica estruturada que dá origem a realidades distintas no espaço-tempo. A diferença é que durante as ocupações pretéritas os registros não eram formalizados nem criados intencionalmente. A similitude, por outro lado, é que nessas situações apresentadas nenhum dos grupos ocupantes tem a pretensão de ter suas atividades como fonte de estudo e informação.

No entanto, as pesquisas arqueológicas possuem à sua disposição conhecimento e mecanismos que possibilitam registros conscientes de maneira efetiva. A tomada de consciência as afasta da situação de existência despreziosa de ocupação, vivência cotidiana e desenvolvimento de atividades, e as aproxima da cientificidade a que elas se propõem, seja qual forem seus objetivos específicos.

A efemeridade da ocupação do sítio arqueológico pela equipe de pesquisa pode abrir margem a discussões sobre a necessidade de incorporá-la à sequência de ocupação. Para demonstrar a viabilidade dessa inclusão em termos de interesses de pesquisa distintos com que se realiza a análise vinculada aos vestígios materiais, a Arqueologia tem exemplos de diferentes contextos de duração da ocupação.

Por exemplo, os estudos arqueológicos podem se ocupar de uma área com séculos de ocupação, como a civilização da antiga Pompeia, com cerca de sete séculos de história antes de sua dissolução através da erupção do Vesúvio. Também podem se direcionar para os eventos ocorridos em uma guerra, como a Primeira Guerra Mundial em um dos diversos sítios arqueológicos com trincheiras e estruturas no subsolo na localidade de Wijtschate,

Bélgica, ou em uma batalha com duração de alguns dias, como a batalha de M'Bororé no século XVII no Rio Grande do Sul. E, ainda, podem se interessar por um acontecimento específico que pode ter durado alguns minutos, como a execução do faraó egípcio Seqenenre-Taa-II.

Da mesma forma, a ocupação de um sítio arqueológico por uma equipe de Arqueologia, não importa se por uma semana, um mês ou um ano, pode e deve ser incluída como processo de ocupação. Isso porque, ao fim e ao cabo, o processo de intervenção é uma atividade coletiva, composta por ações individuais, que cria realidades mediada pela cultura material como qualquer outra que a antecedeu.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar de perto o trabalho de amigos e espaços afetivos é uma tarefa ingrata, mas também convidativa. Ingrata porque requer um empenho de energia maior para efetuar o distanciamento e a imparcialidade que requerem quaisquer estudos científicos; a análise foi realizada em espaços em que a própria pesquisadora atuou profissionalmente, ainda que em alguns casos não tenha sido diretamente na documentação museológica, e/ou atuou junto a pessoas com as quais se oportunizou um convívio de aprendizado e respeito.

Também é um labor convidativo na medida em que oportuniza conhecer mais de perto as ocupações cotidianas de especialistas pelos quais já se nutria um respeito profissional não apenas pela disponibilidade sem limites – uma vez que na maior parte dos casos as portas institucionais foram abertas para a pesquisa –, mas também pela ressonância que essas instituições e profissionais têm em seus meios de convívio científico e técnico.

A realização desta pesquisa resultou na identificação de diretrizes e critérios estabelecidos pelas instituições endossantes e pelas entidades de pesquisa responsáveis pelo envio de coleções que estão em situação de espera para serem incorporadas em seus espaços definitivos de salvaguarda, no que concerne tanto ao estabelecimento de sistemas de identificação quanto à elaboração da documentação no âmbito arqueológico, que podem ser usados como fundamentação para a manutenção da gestão de coleções no âmbito da documentação museológica.

Quanto ao sistema de registro, as instituições receptoras possuem códigos padronizados que identificam o macrocontexto, seja por sítio arqueológico, seja por programa de pesquisa ao qual as investigações são atreladas, ou ainda pela designação a partir de siglas ou números ou alfanumérica. No entanto, apenas os cenários em que foram criados documentos e protocolos com orientações sobre a inclusão de dados relacionados aos métodos de campo como atribuidores de categoria através da identificação das unidades de escavação possibilitaram a elaboração de informações na documentação arqueológica vinculadas ao sistema de registro. A análise mostrou que a inclusão desses dados é altamente recomendada para a atribuição de categorias de informação.

Quanto à documentação arqueológica, especificamente aquela relacionada aos métodos de campo, os dados recolhidos durante o processo de pesquisa não obedecem a normativas instituídas pelas entidades responsáveis pela gestão do patrimônio. Verificou-se que os critérios eram estipulados pelos próprios pesquisadores com base nos objetivos das pesquisas e a partir da inclusão do trabalho de intervenção como processo ocupacional,

ainda que não de forma consciente. Registros visuais como os perfis estratigráficos, os mapas e croquis interventivos, fundamentalmente no que tange às unidades interventivas, acabam se tornando ausentes ou incompletos na medida em que ficam à mercê de critérios individualizados do pesquisador ou da equipe.

Também é imensamente recomendado que sejam exigidos pelas instituições endossantes, ainda na etapa pré-campo da documentação arqueológica, projetos de pesquisa que transcrevam com clareza seus objetivos gerais e específicos, que estes estejam atrelados à perspectiva da gestão de coleções empregada internamente pelo espaço de salvaguarda, e que a metodologia de campo, incluindo-se as estratégias nessa perspectiva, seja esboçada ainda nessa etapa, permitindo-se as adaptações que se fizerem necessárias durante os procedimentos interventivos.

Ademais, é aconselhado que esses espaços explicitem em seus documentos normativos a necessidade de que o trabalho interventivo seja incorporado como processo ocupacional nos registros elaborados para a documentação arqueológica, visto que isso forçosamente pode impelir não apenas que a pesquisa seja minuciosamente registrada, mas também que os registros sejam disponibilizados a fim de se configurar nas categorias de informação da documentação museológica a cargo da entidade que realiza a continuidade da gestão dessas coleções arqueológicas.

Essas categorias de informação devem incluir dados do próprio sítio arqueológico (quando for o caso), do programa de pesquisa, da intervenção em campo e das interpretações e análises realizadas pela equipe de pesquisa. Esse conjunto de dados serve de base para compreender, a partir da análise contextual, como os artefatos e fragmentos estão posicionados no espaço e um em relação ao outro, permitindo que seja traçado, ainda que virtualmente, um mapa locacional desses objetos.

A reunião desses dados também permite visualizar o patrimônio arqueológico da forma que ele é realmente, algo integrado, composto por espaço de coleta (sítio arqueológico), processo de construção (sequência ocupacional), métodos de intervenção (processos de estudo e construção do conhecimento) e documentação arqueológica (incluindo todo o processo de registro de dados e elaboração de informação).

Para utilizar os métodos de intervenção como subsídio para a elaboração da documentação museológica, é importante conhecer quais metodologias e estratégias de campo são empregadas nos projetos depositados na instituição de guarda, de modo a abranger as diferentes formas de apresentação ao inseri-las nas categorias de informação dentro do sistema de documentação museológica.

Foram identificados como principais métodos de intervenção o quadriculamento, o método *wheeler* e a *full coverage survey*, além das escavações que utilizaram como unidades interventivas as sondagens e trincheiras. No que concerne às estratégias, mais frequentemente são realizadas escavações por camadas predefinidas, mas também foram identificados projetos que realizaram o rebaixamento dos níveis a partir da estratigrafia natural.

A formalização das categorias de informação presentes nos instrumentos de registro da documentação museológica deve ser capaz de incorporar esses dados nas diversas formas em que eles se apresentam, mesmo quando parecem ser opostas, como é o caso da estratégia de intervenção por atributo numérico ou descritivo.

No entanto, o mapeamento sobre o registro e tratamento da informação no processo de pesquisa arqueológico revelou que nem sempre os métodos e as estratégias de escavação são explicitados ou, quando o são, ocorre uma ausência dos detalhes, seja porque os dados sobre esse aspecto não foram recolhidos, seja porque simplesmente não foram disponibilizados.

De forma geral a preocupação maior, nos estudos de caso avaliados, foi com o registro visual, do qual consta a existência de mapas de situação, croquis, desenhos de perfis estratigráficos, fotografias e plantas de localização das unidades interventivas. Quanto ao tratamento informacional, foram identificados dados tabulados, principalmente no que concerne à vinculação do material recolhido assim como a sua relação com os respectivos contextos, tais como arrolamentos de material e tabelas de controle de sondagem ou outro tipo de unidade interventiva.

O tratamento da informação também ocorreu a partir de elementos visuais tais como gráficos com dados interpretativos de análise e fichas de registro relacionadas ao material coletado e às unidades de escavação, assim como recursos descritivos relativos aos dados presentes em diários de campo e a procedimentos curatoriais em laboratório, por exemplo.

Todas essas informações devem constar no sistema de documentação museológica, seja através do sistema de registro que pode estar diretamente ligado aos métodos de escavação, como explicitado anteriormente, seja através de categorias de informação elaboradas dentro de instrumentos de registro, como a própria base de dados.

Os dados, principalmente os que são incorporados aos relatórios parciais e finais depositados junto com as coleções nas instituições, são transformados em informações concernentes aos aspectos descritivos do sítio arqueológico, sobre o quantitativo, a categorização e aspectos descritivos do material recolhido, e em dados interpretativos relacionados com a sequência de ocupação.

Nesse sentido, o relatório é a documentação arqueológica que reúne mais diretamente esses dados, talvez não de forma tão detalhada dependendo da metodologia de elaboração de cada pesquisador ou equipe de pesquisa. Contudo, de forma geral, foi verificado que os dados quantitativos, pelo menos em relação aos macrocontextos, pensando no caso de sítios arqueológicos e, frequentemente, de classificação, são apresentados nesse documento.

Quanto à elaboração de sistemas de identificação, estes foram encontrados em todos os casos analisados, nem sempre individualizando as peças, mas sempre referenciando o sítio ou a área de coleta e/ou o projeto de pesquisa a que foram relacionados. No entanto, nem todos foram relacionados aos seus contextos específicos, principalmente no que concerne às unidades interventivas.

Como já foi relatado, esses sistemas de registro foram aproveitados na documentação museológica nas entidades em que já existiam normativas baseadas em diretrizes e critérios previamente estabelecidos. Nos espaços em que esses documentos ainda não existem e a padronização da gestão de coleções ainda está sendo estudada, os registros foram mantidos de acordo com o elaborado para a identificação e o registro arqueológico.

Durante o estudo realizado, foi verificado que o trabalho desenvolvido de forma interdisciplinar com a colaboração de especialistas das áreas da Museologia – especificamente ligados à documentação museológica – e da Arqueologia favorece o desenvolvimento de conhecimentos e mecanismos que aperfeiçoam o processo de gestão de coleções arqueológicas. Isso ficou evidente sempre que foram respeitadas as especificidades do patrimônio arqueológico, principalmente nos estudos realizados em instituições endossantes, em oposição às tentativas de incorporar as coleções arqueológicas em sistemas documentais previamente instituídos.

A perspectiva de buscar o olhar dos dois lados da via – das entidades e equipes que geram as pesquisas e recolhem o material arqueológico formando as coleções, e também das instituições endossantes – oportunizou que cada um dos envolvidos, do ponto de vista desta análise, pudesse ser “ouvido”, por assim dizer. Ademais, isso tornou possível perceber que as iniciativas podem ser realizadas de qualquer um dos lados, e que o interesse em o fazer evidencia a preocupação com a gestão do patrimônio e a consequente preservação a longo prazo. Mas não se deve perder de vista que a preocupação maior com a continuidade da gestão das coleções é das instituições que as acolhem e, portanto, devem estabelecer normas e padrões que assegurem essas ações.

A hipótese constituída foi confirmada, visto que foi verificado que os métodos de campo são informações fundamentais para compreender como as equipes de pesquisa se organizam durante suas atividades de campo e como interpretam as sequências de ocupação presentes nesses espaços, estruturando a compreensão do sítio arqueológico como parte integrante do patrimônio. Sempre que os métodos de campo foram utilizados como parâmetros para estabelecer os sistemas de identificação, incluídos como dados para elaboração da informação na documentação arqueológica e incorporados a partir de normativas institucionais à documentação museológica, subsidiaram o tratamento e registro de informação na gestão de coleções arqueológicas.

Espera-se com a finalização deste trabalho que as contribuições sobre o tema se multipliquem em estudos interdisciplinares, estreitando cada vez mais as relações entre Museologia e Arqueologia, principalmente em âmbito nacional, em virtude não apenas das grandes proporções que o patrimônio arqueológico alcança em todo o país, que também é um gigante em extensão, mas também pelo grande quantitativo de instituições que sofrem com o crescimento descomunal das coleções em uma avalanche de projetos endossados, que só engrossam as prateleiras de suas reservas técnicas com mais materiais à espera da continuação e, por que não dizer em muitos casos, da introdução da gestão e, mais especificamente, da documentação museológica desse patrimônio tão vasto e tão singular.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, T. M. O acervo arqueológico do MAE/UFBA. **Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 11, a. 3, p. 5. fev.-jul. 2016.
- ALMEIDA, F. L. de. Reflexões sobre coleções etnográficas a partir da coleção “Maria Ignez Mello” de objetos wauja do MAE-UFPR. *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 13., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: <https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020. p. 1-15.
- BAHIA. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Fundação Pedro Calmon. **Ofício 074/2019 – GAB**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2019. Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5TmlhfHdSeoF1dbPrA6mGz4iPgb9I8qQHeKDEYGG2BtIngc3oc8Cuu1fYlynzXpZz5bmfAFZazr-HXZRJjJKOaC](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5TmlhfHdSeoF1dbPrA6mGz4iPgb9I8qQHeKDEYGG2BtIngc3oc8Cuu1fYlynzXpZz5bmfAFZazr-HXZRJjJKOaC). Acesso em: 09 mar. 2021.
- BALLARDO, L. O. M. **Documentação museológica**: a elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFMS. 2013. 125 f. Dissertação (Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- BALLARDO, L. M.; MENDONÇA E. C. Struthioniformes e paquidermes: considerações sobre a musealização do patrimônio arqueológico em instituições de salvaguarda. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Ancib, 2018. p. 5998-6017.
- BALLARDO, L. M.; MENDONÇA, E. C. Gestão de coleções arqueológicas: da intervenção à incorporação no museu. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ancib, 2019a. p. 1-22.
- BALLARDO, L. M.; MENDONÇA, E. C. Diagnóstico de lacunas da documentação arqueológica e seu impacto na gestão do patrimônio. *In*: SEMINÁRIO DE PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, 5., 2019, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019b. p. 387-402.
- BALLARDO, L. O. M.; MILDNER, S. E. S. Gestão de sítios arqueológicos através da documentação museológica do acervo. **Cadernos de Memória e Patrimônio**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da UFPel. Pelotas, a. 1, n. 0, p. 9-20, 1. sem. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAMP/article/viewFile/8871/5966>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- BALLARDO, L. O. M.; MILDNER, S. E. S. Um sistema documental para acervos arqueológicos aplicado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFMS. **Cadernos do LEPAARQ**: Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da UFPel. Pelotas, v. 8, n. 15/16, p. 27-40, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/1674/155>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- BALME J.; PATERSON, A. (Eds.). **Archaeology in practice**: a student guide to Archaeological Analyses. Melbourne: Blackwell Publishing, 2006.

BANDEIRA, A. M. As coleções arqueológicas da Casa da Memória, do Instituto do Ecomuseu do Sítio do Físico, em São Luís, Maranhão: curadoria e documentação. *In: SEMINÁRIO PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO*, 4., 2016, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), 2016. v. 4. p. 358-388.

BAVA-de-CAMARGO, P. F. **Salvamento arqueológico subaquático na área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina (Salvador/BA)**. [S. l.: s. n.], 2012a. (Projeto).

BAVA-de-CAMARGO, P. F. **Salvamento arqueológico subaquático na área de complementação das obras marítimas do empreendimento da Bahia Marina (Salvador/BA)**. [S. l.: s. n.], 2012b. (Relatório final).

BATAYNEH, A. T. Archaeogeophysics–archaeological prospection: A mini review. **Journal of King Saud University-Science**, v. 23, n. 1, p. 83-89, 2011.

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. **Obras escolhidas**. vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BINFORD, L. R. **An Archaeological Perspective**. New York: Seminar Press, 1972.

BISONHIM, K. **Monitoramento arqueológico e curadoria – Praça XV – Município de Porto Alegre – RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2015. (Relatório de pesquisa).

BISONHIM, K. **Programa de Salvamento Arqueológico Melnick Even Opala, Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2016. 584p. (Relatório técnico final).

BLACK, S. L.; JOLLY, K. **Archaeology by design**. Walnut Creek: Altamira, 2003.

BORGES, L. C.; CAMPOS, M. D. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. *In: SCHEINER, T.; GRANATO, M.; REIS, M. A. de S.; AMBROCY, G. B. (Orgs.). Icomfom Lam 2012: termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral*. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 112-123. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/736266-Livro-ICOFOM-LAM-2012/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOTTALLO, M. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 287-292, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109275/107773>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BOTTALLO, M. As coleções de Arqueologia Pré-Colonial Brasileira do MAE/USP: um exercício de documentação Museológica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 8, p. 257-268, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109549/108034>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. *In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes*. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010, p. 48-79.

BRADLEY, S. M. Os objetos têm vida finita? *In: MENDES, M. et al. (Orgs.). Conservação: conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988a.

BRASIL. Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 ago. 2000a.

BRASIL. Decreto Nº 6.845, de 7 de maio de 2009. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 maio 2009a.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Nota Técnica nº 16/2019/ETL-BA/IPHAN-BA**. Salvador: Superintendência do IPHAN no Estado da Bahia, 2019a. Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5QndcFr3vGfTxahLqeRgKETaxfSlmz3oEt6yNtGJKIAKaITd18jmn\\_ckzu-FEqWk5gS1Z3ccklhWgFIUcaUJSkXZ](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5QndcFr3vGfTxahLqeRgKETaxfSlmz3oEt6yNtGJKIAKaITd18jmn_ckzu-FEqWk5gS1Z3ccklhWgFIUcaUJSkXZ). Acesso em: 8 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Nota Técnica nº 146/2019/COTEC IPHAN-BA/IPHAN-BA**. Salvador: Superintendência do IPHAN no Estado da Bahia, 2019b. Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5Q21G0mClyVuu\\_em7RM8ZMKCKmgcN8cmIrhU7j2FTXg-9dX3-GrwI9KihHtOfGLDTHLQLVoziY1E4RLmmFCWazQ](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5Q21G0mClyVuu_em7RM8ZMKCKmgcN8cmIrhU7j2FTXg-9dX3-GrwI9KihHtOfGLDTHLQLVoziY1E4RLmmFCWazQ). Acesso em: 9 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Nota Técnica nº 563/2020/COTEC IPHAN-BA/IPHAN-BA**. Salvador: Área Técnica do CNA Superintendência do IPHAN no Estado da Bahia, 2020a. Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5R-S9k-duezzVAs0uWQwS5fyP-GRH5nbF8Z3bfhxx2UI3-DANRPWvX76ktbE2O0hPwWcOI2TjzobAdktyTGT9kjS](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5R-S9k-duezzVAs0uWQwS5fyP-GRH5nbF8Z3bfhxx2UI3-DANRPWvX76ktbE2O0hPwWcOI2TjzobAdktyTGT9kjS). Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício nº 82/2019/IPHAN-BA-IPHAN**. Salvador: Superintendência do IPHAN no Estado da Bahia, 2019c. Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5R-PAQgwDI3NqLx304plzpp7ZDJ-usftCiJdqns44a2JRMzY\\_RV4u-N9p\\_rHD4M7KtsT9n7FWpx2aJ5BpvqcXE7\\_](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5R-PAQgwDI3NqLx304plzpp7ZDJ-usftCiJdqns44a2JRMzY_RV4u-N9p_rHD4M7KtsT9n7FWpx2aJ5BpvqcXE7_). Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer Técnico nº 490/2020/ATEC-CNA/CNA/DEPAM**. Salvador: Área Técnica do CNA Superintendência do IPHAN no Estado da Bahia, 2020b. Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5TQCxLNIg9zWMbjztKJhneu\\_mhQ6DQdeHP5HIUo64foZ7-BuHJ5BVBE\\_UYT48hZPMoKkmHpAME0ApzsP-ra3JqA0](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5TQCxLNIg9zWMbjztKJhneu_mhQ6DQdeHP5HIUo64foZ7-BuHJ5BVBE_UYT48hZPMoKkmHpAME0ApzsP-ra3JqA0). Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 258, de 02 de agosto de 1993. Dispõe sobre autorização para realização do “Projeto de Levantamento dos Sítios Arqueológicos de Ocupação Indígena na Área do Município de Porto Alegre, RS”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 91, 3 ago. 1993.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 199, de 02 de setembro de 1994. Dispõe sobre autorização para realização da pesquisa arqueológica “O

Sítio Solar da Travessa Paraíso (RS.JA-03)". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 56, 5 set. 1994.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 12, de 09 de janeiro de 1996. Dispõe sobre permissão para realização da pesquisa "Arqueologia histórica em Porto Alegre: o sítio Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04)". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 55, 9 jan. 1996.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 154, de 02 de abril de 1996. Dispõe sobre autorização para realização do "Projeto de Levantamento dos Sítios Arqueológicos de Ocupação Indígena na Área do Município de Porto Alegre, RS". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 20, 3 abr. 1996.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 53, de 29 de outubro de 1997. Dispõe sobre autorização para realização da "Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-histórico e Histórico do Município de Porto Alegre – RS". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 51, 30 set. 1997.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 7, de 01 de março de 2000. Dispõe sobre renovação de permissão para a realização da "Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-histórico e Histórico do Município de Porto Alegre – RS". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 74, 2 abr. 2000b.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 133, de 10 de julho de 2003. Dispõe autorização para o Museu de Porto Alegre realizar a pesquisa arqueológica "Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-histórico e Histórico do Município de Porto Alegre – RS". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 5, 11 jul. 2003.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 155, de 29 de junho de 2004. Dispõe sobre autorização para realização da "Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-histórico e Histórico do Município de Porto Alegre – RS". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 14, 30 jun. 2004.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 247, de 29 de agosto de 2006. Dispõe sobre autorização para realização da "Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-histórico e Histórico do Município de Porto Alegre – RS". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 14, 29 ago. 2006.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 3, de 02 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre autorização para realização da "Pesquisa arqueológica na Igreja Nossa Senhora das Dores, município de Porto Alegre (RS)". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 107, 03 fev. 2009b.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 6, de 22 de março de 2010. Dispõe sobre autorização para realização da "Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-histórico e Histórico do Município de Porto Alegre – RS". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, p. 19, 23 mar. 2010.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº. 196, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 97, Seção 1, p. 84, 23 maio 2016.

BRASIL. Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 1961.

BRASIL. Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 ago. 1981.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988. Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos previstas na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. **Diário Oficial da União**, DF, Brasília, 15 dez. 1988b.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de fev. de 1986.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Informações sobre o Doutor André Luís Ramos Soares. **Currículo Lattes**. Brasília: CNPq, 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4984779171371127>. Acesso em: 2 fev. 2021a.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Informações sobre a Doutora Fabiana Comerlato. **Currículo Lattes**. Brasília: CNPq, 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6498759283519657>. Acesso em: 1 jun. 2021b.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Informações sobre a Doutora Fernanda Bordin Tocchetto. **Currículo Lattes**. Brasília: CNPq, 2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1711975071067398>. Acesso em: 30 jun. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Informações sobre a Doutora Rosana Andrade Dias do Nascimento. **Currículo Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4874268042003853>. Acesso em: 04 maio 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Informações sobre o Doutor Saul Eduardo Seiguer Milder. **Currículo Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3091389559804738>. Acesso em: 02 fev. 2021c.

BRUNO, M. C. O. A Museologia a serviço da preservação do patrimônio arqueológico. **Revista do Instituto de Pré-História** [edição comemorativa do cinquentenário da Universidade de São Paulo], São Paulo, v. 6, p. 301-323, 1984.

BRUNO, M. C. O. **Musealização da arqueologia**: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. 1995. 382 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BURKE, H.; SMITH, C.; ZIMMERMAN, L. J. **The Archaeologist's Field Handbook**: North American Edition. Lanham: Altamira, 2008.

CALDARELLI, S. B.; CÂNDIDO, M. M. D. Desafios da Arqueologia Preventiva: como gerir e socializar o imenso volume de materiais e documentos por ela produzidos? **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2, p. 186-214, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/322966987\\_Desafios\\_da\\_Arqueologia\\_Preventiva\\_como\\_girir\\_e\\_socializar\\_o\\_imenso\\_volume\\_de\\_materiais\\_e\\_documentos\\_por\\_ela\\_produzidos](https://www.researchgate.net/publication/322966987_Desafios_da_Arqueologia_Preventiva_como_girir_e_socializar_o_imenso_volume_de_materiais_e_documentos_por_ela_produzidos). Acesso em: 10 dez. 2018.

CALDARELLI, S. B.; SANTOS, M. do C. M. dos. Arqueologia de contrato no Brasil. **Revista USP**, [S. l.], n. 44, p. 52-73, 2000. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i44p52-73. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/64012>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CALDERÓN, V.; ATAIDE, Y.; DÓREA, I. **Relatório das atividades de campo realizadas pelo “Projeto Sobradinho de salvamento arqueológico”**. Bahia: CHESF, 1977.

CAMARGO-MORO, F. **Museu: Aquisição/Documentação. Tecnologias apropriadas para a preservação de bens culturais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986. 309 p.

CANCLINI, N. G. O Patrimônio Cultural e a Construção do Nacional. Trad. Maurício Santana Dias. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, v. 23, p. 95-115, 1994.

CÂNDIDO, M. I. Documentação Museológica. *In*: CADERNO de diretrizes museológicas. v. 1, 2. ed. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: SEC/SM, p. 31-90, 2006. Disponível em: [http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno\\_Diretrizes\\_1%20Completo.pdf](http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_1%20Completo.pdf). Acesso em: 27 jul. 2018.

CÂNDIDO, M. M. D. **Arqueologia musealizada: Patrimônio cultural em preservação em Fernando de Noronha**. 2004. 105 f. Dissertação (Mestrado no Museu de Arqueologia e Etnologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CÂNDIDO, M. M. D.; FORTUNA, C. A.; POZZI, H. A. A arqueologia na ótica patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros. **Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, Aracaju**, n. 1, p. 129-156, dez./2001.

CAPPELLETTI, A. M. **Monitoramento arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da mitra da arquidiocese de Porto Alegre, sede da cúria metropolitana – RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2013. 101 p. (Relatório Técnico).

CAPPELLETTI, A. M. **Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso**. Porto Alegre: [s. n.], 2011. 140 p. (Sondagens e Monitoramento – Vol. 1)

CAPPELLETTI, A. M. **Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação do interceptor Arroio do Salso**. Porto Alegre: [s. n.], 2012. 75 p. (Relatório de Pesquisa – Vol. 2)

CARANDINI, A. **Storie dalla terra: manuale di scavo archeologico**. Torino: Einaudi, 1991.

CERÁVOLO, S. M. **Relatório e Proposta de Re-organização do Acervo Documental do MAE-UFBA: Núcleo de Documentação e Referência (NDR/MAE)**. Salvador: [s. n.], 2006. 39p. (Relatório Parcial).

CLARKE, D. L. **Models in Archaeology**. London: Methuen, 1972.

CLAVIR, M. Preserving conceptual integrity: ethics and theory in preventive conservation. *In*: ROY, A.; SMITH, P. (Eds.). **Preventive conservation practice: Theory and research**. London: International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, 1994. p. 53-57.

COMERLATO, F. **Diagnóstico e levantamento arqueológico na área destinada a mineração na localidade de Brejinho, distrito de Brejo da Mata, município de Sento Sé, Bahia**. [S. l.: s. n.], 2008a. (Plano de trabalho).

COMERLATO, F. **Diagnóstico e Levantamento Arqueológico das Áreas de RC-06, RC-11, RC-12 e RC-13 para lavra de calcário pela Cimento Nassau, Ituaçu, Bahia.** [S. l.: s. n.], 2008b. (Plano de trabalho).

COMERLATO, F. **Relatório final do diagnóstico e levantamento arqueológico na área destinada a mineração na localidade de Brejinho, distrito de Brejo da Mata, município de Sento Sé, Bahia.** [S. l.: s. n.], 2008c.

COMERLATO, F. **Relatório final do monitoramento arqueológico do projeto REMESSA - Instalação de infra-estrutura de fibras óticas, Pelourinho, Salvador - BA.** [S. l.: s. n.], 2009a.

COMERLATO, F. **Relatório parcial do diagnóstico e levantamento arqueológicos das áreas de RC-06 e RC-13 para lavra de calcário pela Cimento Nassau, Ituaçu, Bahia.** [S. l.: s. n.], 2009b. 56p.

COMERLATO, F. **Relatório final do salvamento e monitoramento arqueológicos e programa de Educação Patrimonial para a Barragem de Rejeitos II do empreendimento Jacobina Mineração e Comércio Ltda.** [S. l.: s. n.], 2010. 44p.

COMERLATO, F. **Relatório final do sítio escola Praça Boulevard, área do forte de São Lourenço (município de Itaparica, BA).** [S. l.: s. n.], 2008d.

COMERLATO, F. **Salvamento Arqueológico na Calçada da Fachada da Antiga Faculdade de Medicina da UFBA - Terreiro de Jesus.** [S. l.: s. n.], 2009c. (Relatório Final).

COMERLATO, F. Sítio escola da Praça Getúlio Vargas, área do Forte de São Lourenço no município de Itaparica-BA. **Clio.** Série Arqueológica (UFPE), v. 28, p. 1-15, 2013.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC/ICOM-BR). **Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos:** categorias de informação do CIDOC/Comitê Internacional de Documentação (CIDOC). Conselho Internacional de Museus (ICOM). Revisão técnica: Marilúcia Bottallo. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014a.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC/ICOM-BR). **Spectrum 4.0:** o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido / Collections Trust. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014b. (Gestão e documentação de acervos: textos de referência; v. 2).

COSTA, C. A. S. Proposta de instrumento documental museológico complementar para as coleções arqueológicas do MAE-UFBA. **Revista eletrônica Jovem Museologia:** Estudos sobre museus, Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 4-23, 2007.

COSTA, C. A. S. **Relatório final do diagnóstico e levantamento arqueológico na área do loteamento Chácara Moraes com 72.244,70m<sup>2</sup>, no bairro Altina Alves, Lençóis, Bahia.** [S. l.: s. n.], 2008.

CURY, M. X. **Exposição:** Concepção, Montagem e Avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

CURY, M. X. O exercício metodológico da exposição Brasil 50 Mil Anos e outras considerações. *In:* ENCONTRO DE PROFISSIONAIS DE MUSEUS. **A comunicação em**

**questão:** exposição e educação; propostas e compromissos. São Paulo; Brasília: MAE, USP: STJ, 2003. p. 155-173.

DEETZ, J. **In small things forgotten:** an archaeology of early American life. New York: Anchor Books, 1996.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Dirs.). **Conceitos-chave de Museologia.** Tradução: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DIAS, J. A. **Programa de resgate, acompanhamento e perícia arqueológica para a obra de restauro do Solar do Tanque – Arquivo Público da Bahia, Salvador, Bahia.** 2019. 53 p. (Projeto de Pesquisa). Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_documento\\_consulta\\_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFzi-RouBJ5VnVL5b7-UrE5TE3yQyPdcA-0oC-f-5DNUweB\\_jJFmJ\\_tipYcJr6PQ9dli4x-2BjHPpN\\_c\\_QSoyu4w0l-UBoWw6BRkk0KM90Zfo](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFzi-RouBJ5VnVL5b7-UrE5TE3yQyPdcA-0oC-f-5DNUweB_jJFmJ_tipYcJr6PQ9dli4x-2BjHPpN_c_QSoyu4w0l-UBoWw6BRkk0KM90Zfo). Acesso em: 10 mar. 2021.

DIAS, M. P. **Curadoria e conservação arqueológica no Rio Grande do Sul:** um levantamento dos métodos. 2018. 247 f. Dissertação (Pós-Graduação Interunidades em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DIAS, M. P. **Métodos de Curadoria e Conservação Arqueológicas no LEPA-UFSM (1995-2014).** 2016. 113 f. Trabalho Final de Graduação (Departamento de História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016.

DÍAZ, B. M.; FERNÁNDEZ, M. A. Q. Arqueología preventiva. Gestión del patrimonio arqueológico. *In:* CASTILLO, J. A. Q. (Coord.). **La materialidad de la historia:** la arqueología en los inicios del siglo XXI. Madrid: Ed. Akal, 2013. p. 143-175.

DIRETRIZES. *In:* DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/diretrizes/>. Acesso em: 10 out. 2019.

DREWETT, P. **Field archaeology:** an introduction. London: UCL Press, 1999.

ESTEREOSCÓPIO. *In:* DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/estereoscopio/>. Acesso em: 10 out. 2019.

FARNSWORTH, K.; STRUEVER, S. Ideas on Archaeological Curation and Its Role in Regional Centers. *In:* MARQUARDT, W. (Ed.). **Regional Centers in Archaeology:** Prospects and Problems. Columbia: Missouri Archaeological Society, 1977. p. 13-15.

FERNÁNDEZ, V. M. M. **Teoría y Método de La Arqueología.** Madrid: Editorial Síntesis, 2000.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaio, Estudos de Museologia,** Rio de Janeiro, n. 2, p. 65-74, 1994.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, Maria Helena. S. **Thesaurus para acervos musicológicos.** 2 v. Rio de Janeiro: Minc/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória/MHN; Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987. 482 p.

FOSKETT, A.C. **A abordagem temática da informação.** São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. UnB, 1973.

FOWLER, D. D.; GIVENS, D. R. The records of archaeology. *In*: SILVERMAN, Sydel; PAREZO, Nancy (Eds.). **Preserving the anthropological record**. New York: Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research Inc., 1995. p. 97-106.

FRONER, Y. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 5, p. 291-301, dez. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109243>. Acesso em: 27 jul. 2018.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios, nº 145).

GELMINI, A. C.; TOCCHETTO, F.; ZUBARAN, M. A. **O solar que virou museu: memórias e histórias**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2011. Disponível em: [http://www.museudeportoalegre.com/wp-content/uploads/2018/08/Cat%C3%A1logo-O-solar-que-virou-Museu\\_2018.pdf](http://www.museudeportoalegre.com/wp-content/uploads/2018/08/Cat%C3%A1logo-O-solar-que-virou-Museu_2018.pdf). Acesso em: 30 jun. 2019.

GRANT, J.; GORIN, S.; FLEMING, N. **The archaeology coursebook**. [S. l.]: Routledge, 2001.

GREGOROVÁ, A. A discussão da Museologia como disciplina científica. **Cadernos museológicos**, v. 3, n. 1990, p. 45-50, 1990.

GUARNIERI, W. R. C. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. *In*: BRUNO, M. C. O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: Textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol. 1 – a evidência dos contextos museológicos. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2009. p. 203-210.

GUILLERMO, S. La conservación in situ del patrimonio arqueológico urbano: el caso de la aduana Taylor (Buenos Aires-Argentina) y su musealización. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano – Series Especiales**, v. 5, n. 2, 2018.

GUIMARÃES, C. M.; NASCIMENTO, E.. De sítio arqueológico a espaço musealizado: possibilidades e limites para a Arqueologia mineira colonial. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 25-44, 2006. Disponível em: [http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/11\\_sitio.pdf](http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/11_sitio.pdf). Acesso em: 27 jul. 2018.

HARRIS, E. C. **Principles of archaeological stratigraphy**. Amsterdam: Elsevier, 1989.

HALPIN, J. **Museum Archive software project**. 2018. Disponível em: <http://www.musarch.com/>. Acesso em: 19 set. 2019.

HODDER, I. **Interpretación em Arqueología**. Corrientes actuales. Trad. Ma. José Aubet. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

HODDER, I.; HUTSON, S. **Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). Declaração de Caracas – ICOM, 1992. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 11.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM); THE UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Ethics of acquisition. **Revista ICOM**, Paris, p. 54-57, 1970.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). Carta de Lausanne, Carta para a proteção e gestão do património arqueológico, 1990. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 15, n. 15, jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/344>. Acesso em: 27 jul. 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Carta Internacional do ICOMOS sobre a proteção e gestão do património cultural subaquático**. Sofia: ICOMOS, 1996. Disponível em: [http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta\\_do\\_patrimonio\\_subaquatico.pdf](http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta_do_patrimonio_subaquatico.pdf). Acesso em: 20 mar. 2019.

INGWERSEN, P. Conceptions of information science. *In*: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London; Los Angeles: Taylor Graham, 1992, p. 299-312.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION (CIDOC/ICOM). **International Core Data Standard for Archaeological Objects: Tools & Practices - Standardisation tools**. Paris: International Committee for Documentation, 1992. (Security & Prevention).

JOHNSON, M. **Teoría Arqueológica: uma introdución**. Barcelona: Ariel, 2000.

KESTERING, C. Registros rupestres da área arqueológica de Sobradinho, BA. **Clio Arqueológica**, Recife, p. 131-156, 2001.

LADKIN, N. Gestão do Acervo. *In*: ICOM. **Como Gerir um Museu: Manual Prático**. [S. l.]: ICOM, 2004. p. 17-32.

LAIA, P. O.; ARCURI, M. M. S. Os desafios da musealização: as instituições de guarda do patrimônio arqueológico e o passivo das coleções provenientes do licenciamento ambiental. *In*: SEMINÁRIO PRESERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO. 4., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. P. 220-232. Disponível em: [http://site.mast.br/hotsite\\_anais\\_ivsppa/pdf/02/12%20LAIA\\_ARCURI\\_REV\\_FINAL.pdf](http://site.mast.br/hotsite_anais_ivsppa/pdf/02/12%20LAIA_ARCURI_REV_FINAL.pdf). Acesso em: 27 jul. 2018.

LEAL, A. P. R.; SALLES, J. M. Arqueologia, museologia e conservação: análise da documentação e do gerenciamento de dados relativos à coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS). *In*: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO UFPEL, 11., 2013, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: UFPel, 2013.

LEMES, L. **Projeto de prospecção arqueológica na área abrangida pela Linha de Transmissão 500 kV Taubaté – Nova Guaçu (SP/RJ) – Relatório Final**. Santa Maria: [s. n.], 2013. 403p.

LEMOIS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 115 p. (Coleção Primeiros Passos, 51)

LIMA, D. F. C. Musealização no contexto interpretativo da interdependência Patrimônio Cultural Imaterial e Material. (GT 9 Museu, Patrimônio e Informação). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/158/1015>. Acesso em: 21 dez. 2018.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, abr. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198181222011000100002&lng=en&nr m=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198181222011000100002&lng=en&nr m=iso). Acesso em: 12 abr. 2021.

LIMA, T. A. (Org.). Patrimônio Arqueológico: o desafio da Preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 33, 2007.

LINDSAY JR., A. J.; WILLIAMS-DEAN, G.; HAAS, J. The Curation and Management of Archaeological Collections: A Pilot Study. **Cultural Resource Management Series**. U.S. Department of the Interior, Heritage Conservation and Recreation Service, Washington, D. C., 1980.

LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. **Plano Diretor Participativo do Município de Queluz**. Belo Horizonte: [s. n.], 2015. 340 p. Disponível em: <http://queluz.sp.gov.br/planodiretor/PlanoDiretor.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

LLORET, S. G. **Arqueología**: Introducción a la historia material de las sociedades del pasado. 2. ed. Alicante: Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2001.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 64 p. (Projeto como fazer, n. 6.)

LORD, B.; LORD, G. D. **Manual of Museum Management**. London: Stationary Office, 1997.

LUSO, D. L. **Registros rupestres na área arqueológica de Sobradinho, BA**: Estudo cenográfico do Boqueirão do Brejo de Dentro. 2005. 125 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora Universitária UFPE, 1997.

MATOS, A. M. R. Normalização de procedimentos nas colecções museológicas. *In*: SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA, 1., 2007, Porto. **Actas [...]**. Porto: FLUP, v. 3, 2007.

MENDONÇA, E. C. Musealização do patrimônio arqueológico em Sergipe: um estudo sobre endosso institucional e gestão de acervos coletados. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012, p. 1-18.

MENDONÇA, E. C.; SANTOS, H. R. S. dos. Musealização do Patrimônio Arqueológico: reflexões sobre a gestão de coleções. *In*: CAMPOS, G. do N.; GRANATO, M. (Orgs.). **Preservação do Patrimônio Arqueológico**: desafios e estudos de caso. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017, v. 1, p. 120-141.

MENESES, U. T. B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MENESES, U. T. B. de. **O objeto material como documento**. [S. l.: s. n.] 1980. (Curso Patrimônio Cultural: Políticas e Perspectivas, Aula). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3959717/mod\\_resource/content/1/BEZERRA%20DE%20MENESES%2C%20U.%20T.%20O%20objeto%20material%20como%20documento.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3959717/mod_resource/content/1/BEZERRA%20DE%20MENESES%2C%20U.%20T.%20O%20objeto%20material%20como%20documento.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

MENSCH, P.; POUW, P. J. M.; SCHOUTEN, F. F. J. Metodologia da Museologia e treinamento profissional. **Cadernos Museológicos**, v. 3, Rio de Janeiro, p. 57-65, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O cinema e a nova psicologia. Trad. José Lino Grunewald. *In*: XAVIER, Ismail (Org.). **A experiência do cinema**. Rio de Janeiro: Edições Graal, Embrafilme, p. 103-117. 1983.

MILDER, S. E. S. **Arqueologia do sudoeste do Rio Grande do Sul: uma perspectiva geoarqueológica**. 2000. 180f. Tese (Pós-Graduação Interunidades em Museologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MILDER, S. E. S. **Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pela LT 500 kV – Jurupari – Oriximiná e 230 kV Jurupari – Laranjal do Jarí – Macapá (PA/AP)**. Santa Maria: [s. n.], 2014. 322 p. (Relatório Final revisado e atualizado).

MILDER, S. E. S. **Projeto de prospecção arqueológica da área abrangida pelas linhas de transmissão 230 kV Jauru-Vilhena - Pimenta Bueno- Ji-Paraná-Ariquemes - Samuel (MT- RO)**. [S. l.: s. n.], 2008. 270 p.

MILDER, S. E. S. **Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial na área de influência da Linha de Transmissão 500 kV – Tucuruí – Xingu – Jurupari (PA)**. Santa Maria: [s. n.], 2011a. 313 p. (Relatório Final).

MILDER, S. E. S. **Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pela LT 500 kV - Cuiabá – Ribeirãozinho e LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte (MT/GO)**. Santa Maria: [s. n.], 2010a. 138 p. (Relatório Final).

MILDER, S.E. S. **Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas LT 230 kV Vilhena - Samuel (RO)**. [S. l.: s. n.], 2011b. 325 p.

MILDER, S. E. S. **Projeto de Salvamento Arqueológico na área de influência direta da UHE São José**. Santa Maria. [S. l.: s. n.], 2010b. 150 p. (Relatório Final).

MILDER, S. E. S. **Vistoria Arqueológica da área abrangida pela PCH Rincão**. Santa Maria: [s. n.], 2009. 41 p. (Relatório Final).

MILDER, S. E. S.; LEMES, L. **Projeto de prospecção arqueológica na área abrangida pela LT 230 kV – SE Chapadão - SE Imbirussu; LT 230 kV SE Imbirussu – SE Sidrolândia; LT 230 kV SE Sidrolândia – SE Anastácio; SE Sidrolândia (MS) – Relatório Final de prospecção arqueológica no trecho modificado da LT 230 kV – SE Chapadão - SE Imbirussu**. Santa Maria: [s. n.], 2010. 92 p.

MILDER, S. E. S.; LEMES, L. **Projeto de salvamento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pela LT 230 kV – SE Chapadão - SE Imbirussu; LT 230 kV SE Imbirussu – SE Sidrolândia; LT 230 kV SE Sidrolândia – SE Anastácio; SE Sidrolândia (MS)**. Santa Maria: [s. n.], 2010b. 77 p. (Relatório Final).

MILDER, S. E. S.; LEMES, L. **Projeto de Salvamento arqueológico e educação patrimonial na área abrangida pela PCH Rincão**. Santa Maria: [s. n.], 2011. 65p. (Relatório Final).

MILDER, S. E. S.; SANTI, J. R. **Diagnóstico de dados secundários arqueológicos e do patrimônio histórico e cultural da área abrangida pela LT 500 kV - Cuiabá –**

**Ribeirãozinho e LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte (MT/GO).** Santa Maria: [s. n.], 2009. 192 p. (Relatório Final).

MILLER, G. L. Classification and economic scaling of 19th century ceramics. **Historical Archaeology**, v. 14, n. 1, p. 1-40, 1980.

MINUZZO, L. U.; CARTERI, K. K.; NUNES, M. C. A rede de bibliotecas da prefeitura de Porto Alegre e o sistema Pergamum. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, 2013.

MONTEIRO, J.; LARA, M. L. G. de. A noção de documentação em museus nas normas Spectrum e CIDOC/ICOM. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Ancib, 2014. p. 812-829.

MORAIS, J. L. **Perspectivas Geoambientais**. 1999. Tese (Livre Docência em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MUSEUM OF LONDON. **Archaeological site manual**. 3. ed. London: Museum of London, 1994. 128 p.

NASCIMENTO, R. A. D. O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia. *In*: SEMINÁRIOS DE CAPACITAÇÃO MUSEOLÓGICA, 2004, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ICFG, v. I, p. 267-270, 2004.

NASCIMENTO, R. A. D. O Objeto museal como objeto de conhecimento. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 3, n. 3, 1994.

NOELLI, F. S.; SOUZA, J. G. de. Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 57-84, jan.-abr. 2017.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, v. 1, n. 2, p. 37-45, 1996.

OLIVEIRA, A. T. D. de. **Diagnóstico Arqueológico Interventivo para o terreno do antigo Haras do Arado, Belém Novo, Município de Porto Alegre / RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2016. 249 p. (Relatório Técnico).

OLIVEIRA, A. T. D. de. **Diretrizes para uma proposta de legislação municipal sobre o patrimônio arqueológico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre/PMPA, 2006, 185 p. (Relatório Técnico).

OLIVEIRA, A. T. D. de. **Plano de trabalho para Monitoramento Arqueológico junto à obra de instalação da Linha de Transmissão Subterrânea 230KV, nas Praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio – Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2012. 206 p. (Relatório Técnico).

OLIVEIRA, A. T. D. de. **Pesquisa Arqueológica junto à obra de Ampliação do Shopping Praia de Belas: Etapa Prospecção, Bairro Menino Deus – Município de Porto Alegre / RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2009. 48 p. (Relatório de Pesquisa).

- OLIVEIRA, A. T. D. de **Monitoramento Arqueológico da Obra de Instalação da Rede de Distribuição de Gás Natural no Bairro Menino Deus, Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2015. 15 p. (Relatório Técnico/V. 1).
- OLIVEIRA, A. T. D. de **Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo – Lomba do Sabão – Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2010. 31 p. (Relatório técnico parcial).
- OLIVEIRA, A. T. D. de **Monitoramento Arqueológico da obra de remodelação da Praça da Alfândega. Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2010b. (Relatório técnico parcial).
- OLIVEIRA, A. T. D. de **Salvamento Arqueológico para Duplicação das Avenidas João Goulart e Loureiro da Silva, Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2014. 99 p. (Relatório Técnico).
- OLIVEIRA, A. T. D. de. **Um Estudo em Arqueologia Urbana**: a carta de potencial arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre. 2005, 242 p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- OLIVEIRA, A. T. D. de; MEIRELLES, P. V. M. **Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Levantamento Arqueológico Intensivo para instalação do empreendimento Melnick Even Opala, Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2013. 151 p. (Relatório de pesquisa).
- OLIVEIRA, A. T. D. de; SCHMITZ, C. L. M. **Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo - Lomba do Sabão - Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2011. 112 p. (Relatório técnico final).
- OLIVEIRA, K. **Pesquisa arqueológica na Igreja de Nossa Senhora das Dores, Município de Porto Alegre, RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2009. 48 p. (Relatório Técnico).
- OLIVEIRA JUNIOR, A. B. de. A documentação em museologia na Fundação Joaquim Nabuco: Formatos e Padrões. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, 1., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Sebramus, 2014. v. 1. p. 102-113.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 9ª Sessão - Unesco - Nova Delhi, 1956. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 11. Nova Delhi, 1956.
- ORSER, C. E. **Introdução à arqueologia histórica**. Tradução: Pedro Paulo Abreu Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
- PADILHA, R. C. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos. v. 2).
- PASSOS, A. M. de O. O Acervo Etnológico do MAE/UFBA. **Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 11, a. 3, p. 7, fev.-jul. 2016.
- PAULA, B. D. **Reestruturando uma reserva técnica arqueológica**: um projeto para o Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas – LASCA/UFMS. 2020. 218 f. Dissertação (Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

PELLINI, J. R. Nem melhor nem pior: apenas uma escavação diferente. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 21, p. 3-15, 2011.

PEREIRA, L. C. 30 anos do MAE-UFBA. **Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 6, a. 2, p. 1, ago. 2013–jan. 2014.

PINHO, E. G.; FREITAS, I. da C. **Normas Gerais**: Normas de Inventário. 1. ed. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000. 97 p.

POMIAN, K. Coleção. *In*: **Enciclopédia Einaudi. Memória – História**. V. 1. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

PORTO ALEGRE. Procempa. **Pergamum**: Catálogo bibliográfico online da Rede de Bibliotecas da Prefeitura de Porto Alegre. 2019a. Disponível em: <http://pergamum.procempa.com.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 19 set. 2019.

PORTO ALEGRE. Secretaria do Governo Municipal. **Decreto nº 6598**. Cria o Museu de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre: PMPA, 1979. Disponível em: [http://www.museudeportoalegre.com/wp-content/uploads/2018/07/Decreto-6598\\_cria%C3%A7%C3%A3o-do-Museu-de-Porto-Alegre.pdf](http://www.museudeportoalegre.com/wp-content/uploads/2018/07/Decreto-6598_cria%C3%A7%C3%A3o-do-Museu-de-Porto-Alegre.pdf). Acesso em: 25 jun. 2019.

PORTO ALEGRE. Secretaria da Cultura. Instrução Normativa de 25 de novembro de 2015. Estabelece diretrizes para a Emissão de Endossos Institucionais para guarda de remanescentes arqueológicos no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. **Diário Oficial de Porto Alegre**, v. 20, n. 5138, 24 nov. 2015.

PORTO ALEGRE. Secretaria da Cultura. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. **Mapa das subcoleções arqueológicas sob guarda do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e estruturas *in situ* (1993/março 2018)**. [Elaborado pelo Setor de Arqueologia]. Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, 2018a.

PORTO ALEGRE. Secretaria da Cultura. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. **Protocolo de ingresso de acervo arqueológico**. [Elaborado pelo Setor de Arqueologia]. Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, 2018b.

PORTO ALEGRE. Secretaria da Cultura. Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. **Sítios e Ocorrências Arqueológicas (OA)**. Porto Alegre: SMC, 2019b. Disponível em: [http://www.museudeportoalegre.com/wp-content/uploads/2019/05/REGISTRO-DE-S%C3%8DTIOS-e-AOA\\_atualiza%C3%A7%C3%A3o-maio-2019.pdf](http://www.museudeportoalegre.com/wp-content/uploads/2019/05/REGISTRO-DE-S%C3%8DTIOS-e-AOA_atualiza%C3%A7%C3%A3o-maio-2019.pdf). Acesso em: 30 jun. 2019.

POSSAMAI, Z. R. **Nos bastidores do Museu**: Patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST edições, 2001.

QUINTANA, M. **Caderno H**. São Paulo: Editora Globo S.A., 1994.

RAMBELLI, G.; COMERLATO, F. **Estudo de impactos culturais da ampliação da ponta norte do Porto Organizado de Salvador**: Diagnóstico e Levantamento Arqueológico. Salvador: [s. n.], 2010. 110 p. (Relatório final).

RAMBELLI, G.; COMERLATO, F. **Estudo de impactos culturais da ampliação da ponta norte do Porto Organizado de Salvador**: Diagnóstico e Levantamento Arqueológico. Salvador: [s. n.], 2008. 22 p. (Plano de Trabalho).

RAMOS, R. N. Políticas de preservação para acervos arqueológicos. **Cadernos do LEPAARQ**: Revista do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da UFPel. Pelotas, v. VIII, n. 15/16, p. 11-26, 2011.

RAMOS, R. N. **Reflexões sobre gestão arqueológica e museológica da cultura material: o Sítio Guarani PS-03 Totó (Pelotas, RS) e seus vestígios**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

RAPOSO, L.; MARTINS, A. S.; CORREIA, V. **Arqueologia**: Normas de Inventário. 1. ed. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

RECIFE. Fundação Joaquim Nabuco. Museu do Homem do Nordeste. **Política de Acervo**: Manual de Gerenciamento e Uso. Recife: Museu do Homem do Nordeste, 2010.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 4, n. 1, p. 265-282, 1996.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Archaeology Essentials Theories, Methods and Practice**. 3. ed. London: Thames & Hudson, 2015.

REIS, J. A. dos. **Não pensa muito que doi**: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. 2003. 383 p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

REIS, J. A. dos. Sobre uma arrelia que provoca tensão entre arqueologia e história: documento escrito/documento material. **Métis**: História & Cultura, v. 3, n. 5, p. 93-114, jan./jun. 2004.

RIBEIRO, D. L. A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. **Revista de Arqueologia**, Pelotas, v. 26/27, n. 2/1, p. 96-114, 2013/2014. Disponível em: <https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/383>. Acesso em: 27 jul. 2018.

ROBERTS, A. Inventário e Documentação. *In*: BOYLAN, Patrick J. (Ed.). **Como Gerir um Museu**: Manual Prático. Paris: ICOM, 2004. p. 33-54.

ROJAS, M. A. R. **La información como ente ideal objetivizado**. Investigación bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información. México: CUIB/UNAM, v. 9, n. 18, p. 17-24, ene./jun. 1995.

ROJAS, M. A. R. Sociedad del conocimiento. *In*: ASCENCIO, M. A. de et al. (Ed.). **Contribución al desarrollo de la sociedad del conocimiento**. México: CUIB/UNAM, 2000. p. 50-57

ROJAS, M. A. R. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, 2005.

ROSKAMS, S. **Excavation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

RUTZ, C. **Uma abordagem comunicativa em arqueologia**: traduzindo o Litiquês. 2016. 127 f. Dissertação (Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2016.

SALLES, J. M.; TOCCHETTO, F. B.; DODE, S. dos S.; SOUZA, T. S.; SILVA, F. B. dos;

DUTRA, M. R. R.; MEDEIROS, E. J. B.; ALVES, C. da S.; DOMINGUES, B. S. Protocolo de ingresso de acervos arqueológicos em Instituições de Guarda e Pesquisa: uma proposta do Lâmina/UFPel e do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo - RS. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, v.11, n. 2, p. 6-24, nov. 2017.

SAN SEGUNDO, R. A New Conception of Representation of Knowledge. **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 31, n. 2, 2004.

SANTOS, M. C. T. M. Um compromisso social com a museologia. **Revista Cadernos do CEOM**, Santa Catarina, v. 27, n. 41, p. 71-114, dez. 2014.

SANTOS, N. F. **Interface entre arquitetura e arqueologia na preservação do patrimônio cultural urbano**. Pelotas, 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

SANTOS, R. B. dos. **Antropologia, Arqueologia e identidade no nascimento do Museu Câmara Cascudo (1960-1973)**. 2013. 118 p. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SCATAMACCHIA, M. C. M.; RAMBELLI, G. Arqueologia regional e o gerenciamento do patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia Americana**, Cidade do México, p. 111-130, 2001. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/27768447?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/27768447?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 27 jul. 2018.

SCHANKS, M.; TILLEY, C. **Social theory and archaeology**. [S. l.]: University of New Mexico, 1987.

SCHMITZ, P. I. O Patrimônio Arqueológico Brasileiro. **Revista de Arqueologia da SAB**, Rio de Janeiro, v. 05, n. 1, p. 11-18, dez. 1988. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/64>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; ARNT, F.V. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil**. Documentos 08: Sítios Arqueológicos do Médio Jacuí, RS. São Leopoldo: IAP, 2000. 238 p.

SILVA, A. S. N. F. da. Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, p. 59-76, 2013.

SOARES, C. A. C.; ETCHEVARNE, C. A.; MENDONÇA, T. C. S. **Catálogo do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Brasília: Ministério de Relações Exteriores – Itamarati, 2006.

SOARES, I. V. P. **Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil: fundamentos para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes**. Erechim: Habilis, 2007. 228p.

SOUTH, S. Pattern recognition in historical archaeology. **American Antiquity**. Cambridge: Cambridge University Press. p. 223-230, 1978.

SOUZA, A. M. de. **Dicionário de arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SOUZA, H. V. L. de. **Patrimônio arqueológico e museus: a coleção Balbino de Freitas e o Museu Nacional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, R. F. Thesaurus e Thesaurus em museus: thesaurus como linguagem de representação. *In*: GRANATO, Marcus (Org.). **MAST Colloquia**, Documentação em Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008, v. 10, p. 117-127.

STASKI, E. Advances in urban archaeology. *In*: SCHIFFER, M. B. (Ed.). **Advances in archaeological method and theory**. New York: Academic Press, 1982. p. 97-149.

STEFANILE, M. Baia, Portus Julius and surroundings. Diving in the Underwater Cultural Heritage in the Bay of Naples (Italy). *In*: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON "UNDERWATER RESEARCH", 2012, 6., Antalya. **Proceedings [...]**. Antalya: Gama, 2012. p. 28-47.

SULLIVAN, L.; CHILDS, S. T. **Curating archaeological collections**: from the field to the repository. *Archaeologist's Toolkit* 6. Lanham: Rowman Altamira, p. 150, 2003.

SYMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. *In*: MORALES, W. F.; PRADO, F. M. (Eds.). **Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural**. São Paulo: Annablume/Acervo, 2009.

TAMANINI, E. Museu, Educação e Arqueologia: Prospecções entre Teoria e Prática. **Revista do MAE-USP**, São Paulo, Suplemento 3, p. 339-345, 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revmaesupl/article/viewFile/113478/111433>. Acesso em: 27 jul. 2018.

TOCCHETTO, F. B. O Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e sua atuação na arqueologia da cidade. *In*: CUSTÓDIO, L. A. B.; VICROSKI, F. J. N.; TOCCHETTO, F.; ESCOSTEGUI, L. F.; MONTICELLI, G. (Orgs.). **Gerenciamento do Patrimônio Cultural no Âmbito do Licenciamento Ambiental em Porto Alegre**: o Componente Arqueológico. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2016. v. 01. p. 33-44.

TOCCHETTO, F. B. **Pesquisa arqueológica e valorização do patrimônio material pré-histórico e histórico do município de Porto Alegre, RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2008. 42 p. (Relatório Técnico).

TOCCHETTO, F. B.; OLIVEIRA, A. T. D. **Plano de trabalho para Monitoramento Arqueológico junto à obra de instalação da Linha de Transmissão Subterrânea 230KV, nas Praças Júlio Mesquita e Brigadeiro Sampaio – Município de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: [s. n.], 2012. 206 p. (Plano de Trabalho).

TOCCHETTO, F. B.; PEREIRA, J. A.; LEVEMFOUS, F. Arqueologia urbana de Porto Alegre: o sistema de gestão e informação arqueológica. *In*: ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL SUL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 5., 2006, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: SAB/Sul, 2006.

TOLEDO, G. T. **Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica**: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

TORRES, M. T. M. **Historia de la documentación museológica**: la gestión de la memoria artística. [S. l.]: Editora Trea, 2002. 387 p.

TORRONTEGUY, T. *et al.* Utilização do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de História da Universidade Federal de Santa Maria pela comunidade acadêmica. **Revista de História Santa Maria**, v. 1, n. 1. Santa Maria, 1992.

TRIGGER, B. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Comissão Permanente de Arquivo (CPArq). **Ata da Sessão do Conselho Universitário realizada em 07 de abril de 1995**. Salvador: UFBA, 1995a. Disponível em: <https://cparq.ufba.br/ata-da-sessao-do-conselho-universitario-realizada-em-07-de-abril-de-1995>. Acesso em: 16 abr. 2020.

VASCONCELOS, M. L. C.; ALCÂNTARA, T. M. Com quantas caixas se faz uma Reserva Técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. **Rev. Arqueologia Pública**: Campinas, v. 11, n. 2, p. 153-165, Nov. 2017.

WHEELER, M. **Arqueología de Campo**. [S. l.]: Fondo de Cultura Económica, 1981.

WICHERS, C. A. de M. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, 2013.

ZANNI, S.; LUČIĆ, B.; ROSA, A. de. From the Sky to the Ground: a Spatial Approach to Mapping Roman Roads in the Srem Region (Serbia). *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CULTURAL HERITAGE AND NEW TECHNOLOGIES, 22., 2017, Viena. **Proceedings** [...] Viena: CHNT, 2019. 18 p.

ZIGOTO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/zigoto/>. Acesso em: 10 out. 2019.